

Apresentação

Esta edição de *Crítica e Sociedade* apresenta artigos que abordam temas variados no campo das Ciências Sociais, que contribuem com reflexões sobre contextos gerais e particulares, de ordem internacional e nacional procurando manter o espírito da publicação que prima pela divulgação do conhecimento científico visando os princípios democráticos e a pluralidade de ideias científicas e filosóficas.

Abrimos a edição com o artigo *As elites contra a democracia: a concepção minimalista no campo hegemônico da teoria democrática*, da autoria de Pedro Henrique Alcantara, que realça algumas questões relevantes levantadas pela abordagem hegemônica da teoria democrática “tributária da virada webero-schumpeteriana”, entendendo-a como “formuladora de uma concepção minimalista que operou verdadeira domesticação do ideal democrático ao buscar harmonizar a relação improvável entre a democracia e as elites”. Em seu percurso argumentativo o autor procura realçar o processo de legitimação das desigualdades no acesso aos recursos de poder, que opera um verdadeiro rebaixamento da participação política conferindo, assim, à apatia política uma centralidade na manutenção da estabilidade institucional. Duas de suas principais correntes - o elitismo competitivo e o “pluralismo” - são abordadas de modo a buscar “evidenciar o caráter de continuidade entre essas duas versões do campo hegemônico”.

O peruano José Carlos Mariátegui desponta como figura central no artigo Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante, de Leonardo Octavio Belinelli de Brito e Rodrigo Santaella Gonçalves, que propõe analisar a interpretação do referido intelectual marxista sobre os aspectos históricos, políticos e culturais da Revolução Russa. O texto é conduzido a partir da exposição dos traços mais relevantes da perspectiva de Mariátegui para, em seguida, defender a argumentação de que em seu modo de interpretação da síntese entre nacional e universal, produzida pela Revolução, é possível identificar os elementos prenunciadores, no dizer dos autores, “das principais características do seu marxismo criativo, concretizado principalmente no seu clássico 7 ensaios de interpretações da realidade peruana e nas formulações políticas do Partido Socialista Peruano”. Conforme a presente leitura, a Revolução impactou decisivamente o pensamento “herético” de Mariátegui.

Na sequência apresentamos o artigo O municipalismo libertário e a Revolução em Rojava, de Isaiás Albertin de Moraes e Fernando Antonio da Costa Vieira, que versa sobre a organização e estrutura ideológica-política, influenciada pela teoria do Municipalismo Libertário, numa leitura sobre a Revolução de Rojava. Seu autor atenta para o resgate histórico do povo curdo, com atenção para sua luta por autonomia e os papéis do Parti Karkerani Kurdistan– PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) e de seu aliado sírio o Partiya Yekîtiya Demokrat –PYD (Partido de União Democrática). A base conceitual do Municipalismo Libertário de Murray Bookchin, a partir de seus principais conceitos e como ele vem sendo implantado em Rojava, é um importante elemento na construção do artigo.

Os estudos que se seguem abordam especificamente sobre o cenário nacional. Em As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a

revitalização do sindicalismo brasileiro, Patrícia Rocha Lemos e Ellen Gallerani Corrêa apresentam uma análise acerca da atuação de duas centrais sindicais brasileiras: a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT). O autor leva em consideração, em sua análise, as estratégias desenvolvidas e identifica uma participação ativa de tais centrais sindicais nos espaços de diálogo, observando também o crescimento em categorias tradicionalmente pouco atuantes ou com baixa influência política no sindicalismo brasileiro.

O filme *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho, desponta como elemento de análise para Rodrigo Lessa, em estudo sobre as representações das lutas sociais mobilizadas pelas Ligas Camponesas, resultando no artigo *Militância política e a vida camponesa pacificada em Cabra marcado para morrer* (1984). Trata-se de uma leitura sociológica da narrativa do filme, a partir da qual o autor se dedica à compreensão de como os processos sociais que envolvem o uso da memória dos camponeses que estiveram envolvidos na realização de um filme ficcional sobre o assassinato de um líder da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba. Esta base da memória é resgatada com o intuito de recuperar a história do filme e a de seus personagens, além de principalmente, recuperar as lutas camponesas travadas no contexto da primeira metade da década de 1960.

Em *Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise de correspondência*, Herbert Rodrigues e Aline Moraes Mizutani Gomes se dedicam a uma análise descritiva e exploratória dos resultados da primeira onda do Estudo de Socialização Legal de Pré-adolescentes em São Paulo. O autor apresenta como objetivo de seu estudo a tentativa em compreender o modo como os pré-adolescentes internalizam as normas e as leis que regem a sociedade. Para tanto, entende que “a compreensão de perfis

de pré-adolescentes favorece a formação de atitudes voltadas à construção de legitimidade e de confiança nas autoridades e nas instituições democráticas”. Sob tal ponto de vista, identificar associações entre variáveis como as condições sociodemográficas, a vitimização e a confiança com a legitimidade da polícia por meio da técnica de análise de correspondência múltipla (ACM) tornou-se relevante para seu processo de análise. Como resultado, Rodrigues aponta dois perfis assimetricamente diferenciados no que se refere à legitimidade.

Encerramos a edição com o artigo Ensino de Sociologia para o exercício da cidadania: uma relação comprometida com a ordem social vigente, de Valci Melo, por meio do qual encontramos uma análise do discurso de professores de Sociologia a respeito da formação de estudantes para o exercício da cidadania, bem como do próprio lugar desta disciplina neste processo. O estudo é realizado tendo como fundamento a Análise do Discurso de Michel Pêcheux (1938-1983) e utiliza de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários junto a 10 professores ministrantes da disciplina Sociologia no Sertão Alagoano. O autor preocupa-se em demonstrar que a relação entre o ensino de Sociologia e o discurso de “preparação para o exercício da cidadania” está associada, do ponto de vista dos docentes, como uma “profunda, fundamental e politizadora”. A conclusão a que chega é a de que “o discurso dos professores articula-se mais com o aperfeiçoamento da ordem social vigente do que com a superação radical da forma de sociabilidade capitalista”.

Conselho Editorial

Revista Crítica e Sociedade

AS ELITES CONTRA A DEMOCRACIA: A CONCEPÇÃO MINIMALISTA NO CAMPO HEGEMÔNICO DA TEORIA DEMOCRÁTICA

Pedro Henrique Alcantara¹
phgalcantara@gmail.com

O Elitismo Competitivo

O século XX, no campo da teoria política, se inicia com uma tentativa de revisão das análises feitas pelos autores “clássicos” acerca dos caminhos a serem percorridos pela democracia. O aumento da complexidade das sociedades industriais, seguido do crescimento populacional inédito e do surgimento de grandiosos aparatos burocráticos do Estado moderno, em suma, o surgimento da sociedade industrial de massa, apresentou aos teóricos da democracia uma gama de desafios a serem enfrentados não conhecidos, ou conhecidos em menor grau, pelos pensadores dos séculos anteriores².

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela UFRN

² Norberto Bobbio, em seu livro “Qual Socialismo?”, ao discutir algumas alterações sofridas pela democracia com o surgimento da moderna sociedade industrial que deveriam fazer parte das preocupações dos teóricos a partir de então,

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

Esse grande esforço de revisão foi desenvolvido nas primeiras décadas do século passado pela corrente tradicionalmente conhecida como “elitista competitiva”, que abriu espaço para novas interpretações e definições sobre a democracia, passando a investigar os fenômenos democráticos a partir de uma perspectiva tida como crescentemente mais “realista”, se referendando em dados empíricos e refutando o que muitos teóricos elitistas chamavam de “excesso de prescrições normativas” da tradição democrática clássica.

O autor paradigmático da teoria democrática “elitista competitiva” foi o austríaco Joseph Schumpeter, cuja obra “Capitalismo, Socialismo e Democracia” exerceu grande influência entre os estudiosos contemporâneos da democracia. Tal conjunto de teóricos se filia ao que o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos denominou de “campo hegemônico”, concepção que abarca a teoria do “elitismo competitivo” e certa teoria pluralista posterior, que alarga em boa medida a interpretação dos “elitistas” da primeira metade do século XX sem, no entanto, fugir das premissas fundamentais postas por eles

aponta três elementos fundamentais que ele chama de “paradoxos da democracia”. São eles: a) a exigência de mais realização da democracia em um contexto sempre mais adverso de aumento populacional e maior complexidade da vida social (o problema da escala); b) a ampliação dos direitos políticos, até seu auge na consolidação do sufrágio universal, traz a necessidade do atendimento, por parte do Estado, de novas e crescentes demandas sociais. A consequência disso é o agigantamento do aparelho burocrático, o aumento da burocracia, tido por ele como tipo de poder oposto à democracia; c) com a complexidade dos temas a serem tratados as decisões a serem tomadas dependem sempre mais dos técnicos. A democracia, protagonizada historicamente pelo cidadão, passa a ser o governo do especialista e a representação ganha protagonismo em detrimento da participação direta dos cidadãos nas decisões políticas (BOBBIO, 1983).

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

quanto ao caráter instrumental, individualista e competitivo da democracia mediante a redução da política ao mecanismo eleitoral (SANTOS, 2002).

Também nesse sentido, Carole Pateman afirma ter o campo hegemônico da democracia moderna elaborado uma “doutrina ortodoxa”, cuja característica fundamental seria a redução do papel da participação no interior da teoria democrática (PATEMAN, 1992)³. Tal perspectiva da teoria democrática opera a redução do campo da política à competição, o individualismo e à mera agregação mecânica de preferências originadas na esfera privada da vida dos indivíduos, quase sem mediação da dimensão coletiva e suas assimetrias, além de defender a redução da dimensão do “político” aos limites do Estado. Esvazia-se, assim, a possibilidade de construção de vontades coletivas pela política, diminuindo-se os espaços efetivos de participação e deliberação pública.

Ao analisar a tradição do “elitismo competitivo” trabalharemos centralmente a partir da obra de Schumpeter. Entretanto, antes dele outros pensadores levantaram a discussão sobre as dificuldades trazidas à democracia pela nova configuração da sociedade industrial do século XX, especialmente em relação ao surgimento de formas burocráticas de organização, que para muitos pareciam pôr em dúvida as possibilidades de se praticar a ideia democrática compreendida pelos clássicos, especialmente por Rousseau, e

³ Segundo Pateman, há três características gerais marcantes na corrente hegemônica contemporânea. São elas: a) as eleições periódicas, competitivas e livres como sendo o principal elemento democrático; b) a igualdade política entendida como “igualdade de oportunidades” (igualdade formal) e, por último, c) a participação cumprindo papel puramente protetivo. O cidadão participa (nas eleições) para proteger-se de maus governos ou de líderes de inclinações tirânicas. Nada mais (PATEMAN, 1992).

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

evidenciavam a necessidade de se apontar para um novo modelo democrático que valorizasse a ação dos líderes e redefinisse o papel da participação do cidadão médio no sistema político.

Um importante e influente autor para a tradição elitista foi Max Weber, que trouxe alguns dos elementos fundamentais para a sedimentação da perspectiva em questão. Weber expõe suas preocupações sobre a formação da “democracia de massa” imersa num contexto de surgimento do político profissional como consequência da racionalização e especialização do trabalho dos partidos políticos e, entre outras coisas, sobre o perigo representado pela forte presença de elementos emocionais na política, especialmente verificáveis na participação “pouco qualificada” da massa. Para ele, a democracia deveria ser exatamente um meio de acesso dos líderes aos postos de representação mais relevantes, convertendo-se, assim, numa disputa entre minorias mais hábeis pelo poder (HELD, 1997). Tais líderes, através dos partidos, deveriam ter a capacidade de apresentar soluções viáveis ancoradas em plataformas ideológicas que poderiam ser rejeitadas ou não pelos eleitores.

É um elemento importante no estudo de Weber sobre a democracia sua análise a respeito do desenvolvimento da burocracia como consequência do processo de racionalização paradigmático da modernidade. Para ele, a complexidade administrativa crescente inerente ao processo de burocratização do estado moderno, organizado em uma estrutura piramidal de linhas hierárquicas rígidas, era incompatível com a participação e argumentação pública ampliada. O estado moderno deveria, então, garantir sua autonomia por meio do afastamento do aparato burocrático das pressões de uma sociedade participativa. Apenas os especialistas teriam condições de participar das decisões fundamentais. A democracia, então, se converteria no governo de

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

uma minoria governante: os especialistas e os políticos profissionais. Portanto, para Weber, a participação ou a deliberação pública seriam contraproducentes, pois não produziriam resultados mais racionais ou eficientes (MAGALHÃES, 2012).

Segundo Avritzer, a reflexão de Weber inaugura o ceticismo da concepção hegemônica quanto às formas argumentativas de deliberação tão caras à teoria deliberativa que se desenvolverá especialmente a partir dos trabalhos de Jürgen Habermas (AVRITZER, 2000). De acordo com Avritzer, a tradição do “elitismo competitivo”, visando certa reconstrução da teoria democrática clássica, irá implicar a acentuação de elementos antiargumentativos e não participativos da teoria democrática (AVRITZER, 2000).

Também entre os principais predecessores da teoria “elitista competitiva” se encontram os teóricos clássicos do elitismo, como Mosca e Pareto, que escreveram entre o final do século XIX e o início do XX sobre a importância e o papel social das “elites”. Nesse período o avanço do movimento operário e a possibilidade de associação entre a adesão das massas aos ideais socialistas e a ascensão da democracia preocupavam esses teóricos conservadores. Para eles a democracia, nestes termos, não era um bom caminho, pois buscava desarranjar a organização social ao despojar as elites de sua posição.

Tais autores entendiam que a existência e a predominância das elites na organização política das sociedades é um fato histórico irrecusável e dificilmente alterável. Segundo Mosca, em todas as sociedades já existentes houve, e continuará havendo, apenas duas classes de pessoas, uma que dirige e uma que é dirigida. Mosca chama essa minoria dominante de “classe política

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

dirigente”, que se fortalece diante da maioria pela capacidade organizativa de agir em bloco, enquanto a maioria é sempre dispersa e caótica (MIGUEL, 2002)⁴. A existência da classe dirigente, que resulta de um fato natural e incontestável, a desigualdade entre os homens, mina as argumentações fantasiosas de socialistas e democratas do século XIX ansiosos pelo estabelecimento de uma ordem conformada pela igualdade política.

Da mesma forma Raymond Aron em “Social structure and the ruling class”, segundo nos mostra Bottomore, afirma ser impossível estar o governo de uma sociedade nas mãos de mais do que uns poucos. Sendo assim, pode existir um governo para o povo, mas não existe governo pelo povo (BOTTOMORE, 1974). Estaria claro então que a máxima do “governo pelo povo” seria irrealizável, pois a característica intrínseca de todas as sociedades é a impossibilidade de que todos governem. Haverá sempre dirigentes prontos para conduzir as decisões políticas, dotados de qualidades específicas para realizar essa missão.

Tal concepção diverge da tradição clássica da democracia, que tem como dois de seus principais pilares as ideias de igualdade e governo da maioria. A perspectiva elitista sugere exatamente outra coisa. Uns seriam mais

⁴ Para Miguel (2002), os teóricos clássicos das elites (Mosca, Pareto e Michels) empreendem esforços, num contexto de ascensão da democracia, entre os séculos XIX e XX, no sentido de negar o projeto democrático, apresentando uma versão hierárquica e desigual imutável da sociedade. Ainda segundo Miguel, na tradição elitista que vai de Platão a Nietzsche, chegando aos três autores que citamos anteriormente, as elites devem ter o monopólio da decisão política porque representariam o estrato moralmente superior que deve manter-se imune às pretensões de qualquer massa de indivíduos que pretendam advogar por princípios como a igualdade política. Trata-se de uma visão antidemocrática radical da política e da sociedade (MIGUEL, 2002).

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

aptos e capazes para assumir o comando da sociedade política, e é a minoria quem governa, não a maioria. Nesse sentido, segundo os elitistas, o imprescindível para a democracia, no caso dela ser inevitável, seria a igualdade formal de oportunidades que garante a todos a possibilidade de se tornar membro da classe dirigente; seria esta, enquanto minoria governante, legitimada pela competição entre seus líderes na busca da aceitação das massas (BOTTOMORE, 1974)⁵.

Foi a obra “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, de 1942, escrita por Schumpeter, verdadeiro “big bang” a partir do qual se expandiu o universo da teoria democrática hegemônica, que promoveu uma repactuação improvável entre os pressupostos do elitismo e os da democracia. Se os elitistas clássicos buscavam uma forma de negar a democracia, quando muito tolera-la a contragosto, Schumpeter apresentou-a como um regime de governo defensável e desejável, a partir de uma perspectiva elitista. Ele fez isso inicialmente apresentando ataques contundentes ao que ele chamava de “teoria clássica” da democracia, desenvolvendo uma bem sucedida revisão crítica dos ideais democráticos, sistematizando contribuições de vários autores citados até aqui.

O ponto de partida de Schumpeter, segundo Pateman, é a desvinculação da teoria democrática de qualquer relação entre meios e fins (PATEMAN, 1992). Tal relação seria marcante naquilo chamado por ele de “doutrina clássica da democracia”, que vinculava uma ideia romantizada do papel do indivíduo na política a conceitos que seriam facilmente refutáveis,

⁵ Para Bottomore há uma clara associação nas teorias elitistas entre a ideia de democracia e alguns fundamentos do liberalismo econômico, especialmente quanto às ideias de competição, individualismo e igualdade formal subjacentes à lógica do mercado (BOTTOMORE, 1974).

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

como os de “bem comum” e “vontade do povo”, que inundavam o estudo da política real com ideias irrealizáveis como a de igualdade política e participação dos cidadãos na tomada de decisão. Seria preciso, segundo ele, afastar a teoria política da construção “fabulosa” de “mitos” e proceder uma análise realista que pudesse dar conta do novo cenário posto à democracia do século XX⁶. Como nos diz Pateman, “o procedimento adotado por Schumpeter na formulação de sua teoria democrática foi estabelecer um modelo daquilo que ele chamou de ‘doutrina clássica’ da democracia para examinar suas deficiências e depois propor uma alternativa” (PATEMAN, 1992, p.12-13).

As duas principais críticas apresentadas contra a chamada “doutrina clássica” foram direcionadas às ideias de “bem comum” e “vontade do povo”, tidas por Schumpeter como basilares da concepção clássica irrealista. Para os clássicos, segundo ele, a noção de bem comum seria o “farol orientador” da política, acessível mediante participação e discussão racional por parte de indivíduos interessados pelas questões públicas. Por essa perspectiva, todos os indivíduos poderiam e deveriam tomar parte, ativa e honestamente, dos negócios públicos. O governo estaria estritamente controlado pela vontade do povo, que seria sempre consultado pelo poder político para a solução dos

⁶ Bachrach questiona a ideia de uma teoria realista livre de qualquer influência normativa. Para ele, há nas teorias “realistas” dos contemporâneos do campo hegemônico uma mescla de elementos que os faz partirem da descrição das características gerais encontradas, como a apatia entre os cidadãos nas democracias modernas, para a justificação destas, os aproximando quase sempre de uma concepção também normativa de democracia (BACHRACH, 1973). Garcia, no mesmo sentido, ao tratar dos elitistas e pluralistas do pós-segunda guerra afirma que, em suas teorias, “os ideais e métodos da democracia como tal, se transfiguram nos ideais e métodos da democracia realmente existente nos Estados Unidos durante a década de cinquenta” (GARCIA, 1988, p 332).

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

assuntos mais importantes. Ele caracteriza o método democrático defendido pelos clássicos como aquele em que o “sistema institucional de produção das decisões políticas realiza o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade” (SCHUMPETER, 1961, p 306).

Primeiro, de acordo com o autor austríaco, não há nenhum bem comum inequivocamente determinado, já que ele pode ter diferentes significados no seio de uma sociedade fragmentada e plural. Sendo os interesses dos indivíduos diversos não há que se falar em um “bem comum”. Também não é possível aos indivíduos manifestarem um interesse coletivo que tente atuar unindo várias vontades particulares sob a égide de uma “alma do povo”. Sequer há, em se tratando de política, vontades individuais independentes e racionais. O que há por parte dos cidadãos em relação à política nas modernas democracias de massa, segundo ele, “é um conjunto indeterminado de impulsos vagos, circulando em torno de slogans e impressões errôneas” (SCHUMPETER, p 309, 1961). Ou seja, o cidadão médio, quando entra na arena política, cai para um rendimento mental inferior, estando sempre mais propício a discutir as questões com base em impressões fluídas e sustentadas por sentimentos de simpatia e antipatia (SCHUMPETER, 1961). Schumpeter, portanto, rejeita o caráter racional da ação do indivíduo na política celebrada pelos clássicos. Para ele o cidadão médio possui uma “vontade manufaturada”, resultado de um processo de manipulações operadas pelos líderes políticos, os partidos e todo o arsenal propagandístico da máquina eleitoral.

A “natureza humana na política”, como ele diz, frustra o desejo dos clássicos e defensores da democracia como realização da soberania popular,

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

pois nos mostra um cidadão apático e indiferente à política, por esta se encontrar fora de seu campo de ação e distante de sua vida cotidiana⁷. O cidadão comum “nunca se interessa nem toma parte ativa no discurso político. Sua informação é mínima e sua percepção dos problemas é distorcida e apriorística”, afirma Sartori, outro autor que se filia a essa tradição. (SARTORI, 1965 p.99). Para boa parte dos autores do “elitismo competitivo” essa é uma característica que garante a estabilidade do sistema democrático. Segundo nos diz Pateman outro autor importante dessa tradição, Berelson, entende que a participação limitada e a apatia tem uma função positiva para o sistema democrático, pois “amortece” o choque de discordâncias (PATEMAN, 1992).

Um dos objetivos centrais de Schumpeter e do “elitismo competitivo” era encontrar um modelo institucional democrático que estabelecesse mecanismos aceitáveis e eficientes de decisão política. O desafio posto era conseguir legitimar a realização da democracia associando-a a baixa participação e ao protagonismo quase absoluto das lideranças políticas, as “elites”. É a partir disso que Schumpeter tenta definir um procedimento de aquisição do poder através da competição eleitoral entre políticos profissionais. Ele define então o novo método democrático como “um arranjo institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor”

⁷ Boa parte dos teóricos das teorias alternativas, especialmente os participativos, advoga por novas formas institucionais que aproximem o cidadão comum da política e os instrumentos de decisão política. A participação é nesse contexto o elemento estratégico central nessas teorias para garantir a democratização da democracia. Com novos mecanismos de participação a nível local o cidadão pode tornar-se interessado em maior medida pela política nacional e suas grandes questões (MACPHERSON, 1978).

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

(SCHUMPETER, 1961, p 308). Tal entendimento opera a redução da legitimidade do processo decisório ao resultado eleitoral, centralizando o exercício do poder nos limites do sistema político.

É possível perguntarmo-nos, e a isso se propõem algumas das principais teorias democráticas de viés crítico, se a defesa de um procedimento democrático deve, necessariamente, excluir do horizonte a participação para além dos mecanismos eleitorais tradicionais, reduzindo o espaço e alcance da política e da esfera pública na vida do cidadão médio. Ao caracterizar o cidadão como incapaz de discutir e tomar parte nas decisões políticas, restringindo a participação deste ao momento da escolha daqueles que deverão formar os governos e tomar as decisões, os “elitistas competitivos” reduzem a função da participação apenas à proteção contra decisões arbitrárias dos líderes, cabendo ao cidadão papel coadjuvante no processo de definição dos rumos da sociedade em que vive (PATEMAN, 1992)⁸. Outros autores criticam também o fato dos “elitistas competitivos” não vincularem a existência da apatia a disfunções presentes na sociedade capitalista. Para Mosses Finley, a apatia longe de ser “uma saudável condição necessária à democracia é uma reação de retraimento provocada pela desigualdade no acesso de diferentes grupos de

⁸ Para David Held, em “Modelos de Democracia”, há uma contradição no argumento elitista: ao mesmo tempo em que o cidadão é orientado pela emoção, ignorância e irracionalidade nos assuntos políticos mais relevantes, seria capaz de selecionar nas eleições, entre os candidatos, aquele líder mais capaz de satisfazer seus interesses. Held se pergunta se a capacidade de escolha e seleção dos melhores líderes não confere ao cidadão comum certo grau maior de racionalidade que aquele apontado por Schumpeter, tornando-o potencialmente capaz de participar mais a partir de variados mecanismos institucionais para além das eleições periódicas (HELD,1987).

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

interesse àqueles que detêm o poder decisório” (FINLEY, 1988, p.119). Peter Bachrach, em seu “Crítica de la teoria elitista de la democracia”, reconhece o realismo presente na caracterização do homem moderno como indivíduo desinteressado pela política. No entanto, sugere que a ampliação do espaço de realização da política, confinada na teoria elitista ao governo, para variados setores da vida social, em especial os locais de trabalho, poderia contribuir para o maior interesse do cidadão médio pelos processos democráticos, funcionando como importante instrumento pedagógico na busca por uma sociedade mais participativa (BACHRACH, 1973).

As críticas das teorias alternativas convergem para uma mesma direção: o reconhecimento de certa realidade só exclui possibilidades a priori quando repousa em forte viés normativo, e no caso da perspectiva hegemônica tal viés, tingido com as tintas do suposto “realismo”, levou a teoria democrática a seguir quase sempre pelo caminho mais conservador, afirmando, muitas vezes cinicamente, que seria este o único possível. Diante das encruzilhadas históricas que enfrentou o debate acerca da democracia a teoria hegemônica trilhou o caminho de sua domesticação.

A democracia, convertida então em mero procedimento e dissociada de qualquer relação entre meios e fins, diante de cidadãos apáticos e incapazes de participar da política, passaria a ser a luta entre grupos de líderes políticos rivais, apropriadamente chamados de “elites”, organizados em partidos, pelo mandato para governar. Como diz David Held em seu livro “Modelos de Democracia”, nessa perspectiva, a democracia:

[...] longe de ser uma forma de vida marcada pela promessa de igualdade e melhores condições para o desenvolvimento humano em um rico contexto de participação [...] implicava o fato de que o destino do cidadão democrático era, de forma bem direta, o direito de escolher e autorizar

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

periodicamente governos para agirem em seu benefício
(HELD, 1987, p, 151).

Há uma rígida distinção entre o papel do cidadão, que seria bastante reduzido e limitado ao momento eleitoral, e a centralidade do papel dos representantes, destinados a participar efetivamente do poder. Quanto a isso Schumpeter diz, em uma celebre passagem do seu “Capitalismo, Socialismo e Democracia”;

A democracia não significa e não pode significar que o povo realmente governa em qualquer sentido óbvio dos termos “povo” e “governo”. A democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar os homens que o governam. Um aspecto disso pode ser expresso dizendo-se que a democracia é o governo do político. (SCHUMPETER, p 346, 1961)

Com uma participação sempre menor do cidadão e da sociedade civil no processo democrático, a democracia representativa liberal passaria a ser justificada, como assinalou Paul Hirst, apenas como um sistema preferível diante de sistemas autocráticos, pois pelo menos abriria aos cidadãos a possibilidade de influenciar as ações do governo, tendo como principal instrumento a ameaça sentida pelos representantes do insucesso eleitoral (HIRST, 1992). A democracia, sob o argumento de melhor alternativa aos regimes cuja participação e o controle cidadão não se dão nem mesmo apenas via eleições, estaria reduzida à busca por sucesso eleitoral por parte dos representantes e à procura, por parte dos cidadãos, de políticas apresentadas que pudessem satisfazê-los.

Essa redução é enxergada por C.B Macpherson, em “Democracia Liberal: origens e evolução”, como uma adequação do ideal democrático à lógica do mercado em sociedades capitalistas. O autor canadense afirma que a associação entre as ideias de mercado e democracia se dão como definitivas na

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

perspectiva hegemônica porque há, erradamente, a crença que um cidadão específico, maximizador de seus interesses, o indivíduo característico da sociedade capitalista, cuja natureza se realiza na lógica concorrencial do mercado, será eterno⁹. Macpherson, autor clássico da tradição participativa, nega que a lógica mercantil seja a mais apropriada para ditar a dinâmica na arena política democrática e acredita que a democracia deve ser ampliada a partir da criação de novos mecanismos de participação direta dos cidadãos, tanto no âmbito do sistema político quanto no interior das associações existentes na sociedade civil.

Há entre “elitistas competitivos”, portanto, quatro elementos fundamentais: a) um modelo institucional que restringe o conceito de soberania popular ao momento da eleição; b) a aceitação positiva da apatia, incompetência para tratar questões públicas e desinteresse pela política do cidadão médio; c) a restrição da dimensão do “político”, reduzindo o papel da sociedade civil¹⁰ e, d) o rebaixamento de questões relativas ao impacto das desigualdades sociais na dinâmica democrática.

⁹ Segundo John Elster a teoria da escolha social, teoria que abrange boa parte das perspectivas democráticas pertencentes ao campo hegemônico, desenvolve bastante a relação entre a lógica instrumental, auto interessada e competitiva da ação do indivíduo no mercado e a ação política (ELSTER, 2007). Entre os autores dessa perspectiva destacam-se Mancur Olson (1999) e Antony Downs (1999).

¹⁰ A sociedade civil, nessa perspectiva, serviria apenas para fornecer líderes que, legitimamente, concentrariam o poder nos limites do sistema político tradicional. A crítica das teorias alternativas, entre as quais os autores do participacionismo, busca inverter essa relação de importância alargando a dimensão do “político” e fazendo da sociedade civil um espaço fundamental para o fortalecimento da dinâmica democrática, devolvendo o protagonismo político aos cidadãos através da ampliação

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

A limitação da democracia à disputa entre líderes pelo poder de um lado, e um cidadão distante e vulnerável a essa disputa do outro, torna-se, para a própria concepção hegemônica, insuficiente por não compreender a multiplicidade de relações de poder existente na sociedade a partir da organização desses indivíduos em grupos de interesse. A ação política e a busca pelo poder também podem dar-se orientadas a partir de grupos organizados pelos indivíduos na sociedade, reunidos a fim de fortalecer seu poder de barganha diante dos governos. Haveria, portanto, um espaço intermediário entre os líderes e os cidadãos, e o poder estaria distribuído em uma multiplicidade de minorias existentes na sociedade. Esse espaço não observado pela perspectiva elitista foi percebido por autores da tradição que ficou conhecida como “Pluralista”. É dessa perspectiva que passaremos a tratar, tentando evidenciar, em síntese, como ela amplia de alguma forma a abordagem hegemônica, até então centrada nos estudos elitistas.

O Pluralismo competitivo

Passamos a tratar agora, basicamente, de modo sintético, do pluralismo das primeiras obras de Robert Dahl¹¹, quando este se aproximava mais

da participação às arenas que se encontram fora dos limites do Estado, tentando, por esse caminho, rearticular as ideias de cidadania e soberania popular (VITULLO, 1999).

¹¹ Dahl se aproxima dos fundamentos do elitismo em suas primeiras obras, especialmente “Who governs?” e “Prefácio à teoria democrática”. No entanto, ao longo de sua trajetória intelectual assumiu uma posição mais crítica em relação às distorções causadas à democracia pelas desigualdades materiais, além de ter se aproximado consideravelmente de perspectivas alternativas como a vertente deliberativa. Apesar disso, uma versão simplificada do seu pluralismo liberal, com a

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

significativamente de alguns pressupostos dos “elitistas competitivos”. David Held denomina esse pluralismo de “pluralismo competitivo”, enquanto Garcia, em “Crítica de la teoría de la democracia” o chama de “pluralismo das elites”. Nesta concepção, a democracia continua a ser um método de seleção de líderes e governos, há ainda a ênfase na apresentação de um modelo realista e descritivo do comportamento político dos cidadãos e da política nas chamadas democracias avançadas e há, igualmente, a analogia entre as ideias de política e mercado (GARCIA, 1988)¹². O pluralismo é, para Garcia, “uma reformulação da teoria clássica das elites às circunstâncias contemporâneas” (GARCIA, 1988, p 330). Há, porém, algumas divergências entre pluralistas e as teorias elitistas precedentes.

Para os pluralistas, o mundo moderno se caracteriza pela diversidade de interesses e o indivíduo orienta suas ações pelo cálculo maximizador de suas próprias demandas. A base do equilíbrio democrático não estaria, nesse cenário, como queriam os elitistas, apenas na disputa de líderes pelo voto dos eleitores, mas sim na existência de diversos interesses competitivos expressos numa realidade plural, em que múltiplos grupos de interesse se organizam e competem entre si, atuando como uma espécie de intermediários entre as lideranças e os cidadãos para pressionar o Estado em busca da satisfação de suas demandas (HELD, 1987). Ou seja, diferentemente do que ocorre na teoria

conhecida ênfase nas eleições competitivas e em múltiplos grupos de pressão acabou tornando-se hegemônica na teoria democrática (MIGUEL, 2005).

¹² Segundo Magalhães, no pluralismo, especialmente em Dahl, diferentemente do que ocorre no elitismo schumpeteriano, o viés realista é acompanhado de ponderações normativas a respeito da qualidade dos arranjos democráticos (MAGALHÃES, 2012).

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

de Schumpeter, aqui os indivíduos são capazes de se organizar em grupos de interesse e estabelecer outros centros de poder e pressão.

A vantagem da ideia de ampliação da competição para além da disputa entre elites na democracia trazida pelos pluralistas, segundo eles, se explicaria pelo fato de que isso “tornaria possível uma ampliação do número, tamanho e diversidade das minorias que podem mostrar sua influência nas decisões políticas e no conjunto do caráter político da sociedade” (PATEMAN, 1992, p. 19). Nesse sentido, a competição, na medida em que se daria agora entre vários grupos, descentraliza e distribui o poder entre as muitas minorias, evitando a imposição de uma maioria apática que pode estar sujeita a manipulações de toda ordem, assim como de uma minoria soberana, a elite. Segundo Sartori, Dahl “começa de onde Schumpeter para, isto é, Dahl procura uma difusão e um reforço pluralista, na sociedade como um todo, da competição entre elites” (SARTORI, 1994, p 211).

Esse caráter redistributivo de influência somado à defesa da centralidade do processo eleitoral competitivo é um dos mais importantes elementos garantidores, no pluralismo, da legitimidade do sistema democrático frente a regimes autocráticos. Sobre isso Dahl afirma em “Um prefácio à teoria democrática”:

Eleições e competição política não significam governo de maiorias em qualquer maneira significativa, mas aumentam imensamente o tamanho, número e variedade das minorias, cujas preferências têm que ser levadas em conta pelos líderes quando fazem opções de política. Sinto-me inclinado a pensar que é nesta característica das eleições – não o governo de uma minoria, mas de minorias – que temos que procurar algumas das diferenças fundamentais entre ditaduras e democracias. (DAHL, 1989, p. 131).

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

No entanto, não basta que a sociedade seja plural ou que haja vários grupos competindo pelo poder, é preciso haver instituições que garantam as liberdades e a atuação política necessária aos indivíduos. É pensando nessas questões que Dahl tenta responder, em “Prefácio à teoria democrática”, a questão por ele mesmo levantada sobre quais as características necessárias para que um sistema político possa ser tido como democrático. É com o conceito de “poliarquia” que Dahl tenta sistematizar a discussão sobre as condições institucionais necessárias para a existência de um sistema satisfatoriamente democrático no contexto das dificuldades trazidas pela sociedade moderna, apontadas pela perspectiva pluralista, da qual era um dos mais influentes teóricos. Dahl substitui a ideia de democracia, para ele inalcançável em sua forma mais “pura”, pelo conceito de poliarquia, mais adequado para tratar com realismo os processos políticos das sociedades modernas (DAHL, 1989).

Na impossibilidade de se contar com uma democracia real, expresso na ideia de uma soberania popular forte, a poliarquia seria o sistema político que garantiria em alguma medida a ampliação da capacidade de influência entre as várias minorias¹³. Para ele, as características da poliarquia “aumentam muito o número, tamanho e diversidade de minorias, cujas preferências influenciarão o

¹³ Em “Prefácio à teoria democrática”, Dahl contrapõe o que ele chamou de “democracia madisoniana” a “democracia populista”. O modelo madisoniano apresentaria como esforço central, segundo ele, o estabelecimento de mecanismos contra majoritários para garantir o equilíbrio na relação entre a vontade da maioria e os direitos da minoria, para evitar que o sistema político descambasse para a tirania. O outro modelo, o populista, teria como objetivo maximizar a igualdade política e a soberania popular. Dahl então apresenta o modelo poliárquico como apto a superar os outros dois precedentes e estabelecer uma relação mais equilibrada entre controle social e garantia de direitos e liberdade às minorias (DAHL, 1989).

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

resultado das decisões governamentais” (DAHL, 1989, p 132). Segundo Luis Felipe Miguel, para Dahl as poliarquias seriam o resultado do processo de espraiamento da influência e do poder pelo qual passou o ocidente moderno, que para o autor norte-americano se desdobrou em duas dimensões: a inclusividade (incorporação de mais pessoas ao processo político) e a liberalização (reconhecimento de direitos ditos liberais clássicos, entre eles o direito a contestação) (MIGUEL, 2005). Para Miguel, na poliarquia, a ênfase no caráter apenas formal da inclusão, bem como a falta de discussão sobre uma dimensão social que trate da exclusão real de grupos subalternos impede que o processo de inclusão de demandas seja efetivo (MIGUEL, 2005) ¹⁴.

Os mecanismos institucionais apresentados por Dahl em sua definição de poliarquia constituem, segundo Pateman, uma lista de arranjos institucionais ainda restritivos da participação ampliada e centrados no processo eleitoral, embora garantindo competição em períodos intereleitorais (PATEMAN, 1992). Dahl, em seu “pluralismo competitivo” das primeiras obras, segue, assim como Schumpeter, não destacando algum papel maior à participação popular no exercício do controle social. Ele, repetindo o ceticismo dos elitistas, põe em evidência, dado a aceitação da apatia dos indivíduos na política, o fato de que apenas uma parcela relativamente pequena dos cidadãos estaria apta a participar da tomada de decisões (PATEMAN, 1992). Segundo

¹⁴ Dahl dará importância a essas questões em obras posteriores às aqui trabalhadas. A condição desigual em que se dá a disputa entre os diversos grupos em busca de influência sobre as ações do governo é tratada, por exemplo, em “Dilemmas of pluralist democracy: autonomy vs. Control”, de 1982. Em outras obras, como “Prefácio à democracia econômica”, Dahl procurou estudar, por exemplo, as consequências que a posse e o controle das empresas trazem para a igualdade e a liberdade política (DAHL, 1990).

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

Macpherson, na obra de Dahl está presente o pressuposto do indivíduo como ser maximizante e racional que tenta aplicar à política o critério econômico buscando reduzir os custos do gasto de tempo e expectativa gerados pela participação política. Tal suposição negligenciaria, entre outros ganhos, o papel pedagógico que a participação poderia trazer à ação política individual. (MACPHERSON, 1978).

No mesmo sentido, Garcia afirma que na poliarquia a “grande massa da população se dedica a seus assuntos privados e se desinteressa pela política. O baixo nível de participação é definido como desejável” (GARCIA, 1988, p 332). Para Dahl, o aumento da atividade política de grupos de condição socioeconômica menor, cuja prática diária seria mais carregada de traços autoritários, poderia causar tensões que levariam ao declínio do consenso sobre as normas necessárias para a existência da poliarquia (DAHL, 1989). Segundo Magalhães, no modelo poliárquico “a participação política dos cidadãos se dá através de procedimentos eleitorais ou atividades de associações de interesse” (MAGALHÃES, 2012, p 9).

O pluralismo também segue negligenciando a discussão acerca das desigualdades na realização de um sistema democrático digno desse nome. Não é evidenciado o pano de fundo da competição entre as diversas minorias. Em sociedades organizadas a partir de profundas assimetrias no acesso aos recursos de poder nem todos os segmentos conseguirão constituir grupos de pressão relevantes, visibilizados e influentes. O poder de influência de determinados grupos e classes é substancialmente maior que outros. Alguns, em sociedades extremamente desiguais, como o Brasil, por exemplo, sequer conseguem organizar suas demandas e apresenta-las ao Estado ou à esfera pública. Em tal situação parece adequado se falar em tirania de algumas

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

minorias, capazes de organizar suas demandas, de apresentá-las ao sistema político e exercer sobre ele pressão considerável.

Considerações Finais

Como vimos, o encurtamento do projeto democrático se deu basicamente a partir da defesa da menor participação do indivíduo na política, seja por sua incapacidade de participar de maneira competente das deliberações públicas, seja para manter a estabilidade do sistema político amortecendo conflitos e moderando as demandas advindas da sociedade civil. Além de reduzir o papel do cidadão médio se reduz também o espaço de realização da política, confinada ao sistema político tradicional, sendo as limitações deste também pouco problematizadas. Também a problemática das desigualdades é negligenciada na perspectiva “liberal pluralista”. Há um quase total isolamento da esfera política das condições de disputa real do mundo social (MIGUEL, 2005).

Com um cidadão distante das questões públicas, uma política aprisionada nos limites do sistema político tradicional e a legitimação das desigualdades, o rebaixamento da problemática relação entre capitalismo e democracia, a teoria hegemônica “liberal pluralista” opera verdadeira domesticação do projeto democrático ao rebaixar o valor de seus princípios mais fundamentais: a soberania popular e a igualdade política, que se tornam demasiadamente vagos e imprecisos, quando não apenas laterais nas discussões da corrente hegemônica. Tal abordagem promove essa brutal ressemantização apresentando-se como mera perspectiva descritiva e realista, quando parece bastante claro que subjaz aqui uma tentativa de justificação do status quo.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

Apesar da triunfante vitória da perspectiva conservadora durante o século XX ainda há espaço para o campo das teorias democráticas mais críticas, não hegemônicas ou contra hegemônicas, disputarem os sentidos da democracia, recuperando seus ideais fundantes que sofrem constante tensionamento e rebaixamento. Parece-nos que esse desafio coloca duas questões fundamentais postas pelos teóricos da teoria participativa que fez sucesso no século XX e que continuam atuais: a recuperação do papel da sociedade civil e sua dinâmica conflituosa num contexto de desigualdades, e a rearticulação entre as ideias de cidadania e soberania popular. Manter os pés no chão e fazer uma discussão institucional séria, ao mesmo tempo mirando o horizonte de uma sociedade verdadeiramente democratizada parece ser um bom caminho.

Referências Bibliográficas

ALMOND, G. e S. VERBA. **The civic culture. Political attitudes and democracy in five nations.** Boston, Little/Brown, 1965.

AVRITZER, Leonardo. *Teoria Democrática e Deliberação Pública.* **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, n. 50, São Paulo, pp. 25-46. 2000.

BACHRACH, Peter. **Crítica de la teoría elitista de la democracia.** Buenos Aires: Amorrortu [1967], 1973.

BACHRACH, Peter; BOTWINICK, Aryeh. **Power and Empowerment: A Radical Theory of Participatory Democracy.** Philadelphia: Temple University Press, 1992.

BOBBIO, Norberto. **Qual socialismo? Discussão de uma alternativa.** 2ª ed. Trad. Iza de Salles Freaza. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

- BOTTOMORE, Thomas B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- DAHL, Robert. **Análise Política Moderna**. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- _____. **Dilemmas of pluralist democracy: autonomy vs. control**. New Haven: Yale University Press, 1982.
- _____. **Prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- _____. **Um prefácio à democracia econômica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- _____. **La democracia y sus críticos**. Barcelona: Paidós [1989], 1993.
- _____. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.
- DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- ELSTER, John. O mercado e o fórum: três variações na teoria política. . In: WERLE, Denílson Luiz; MELO, Rúrion Soares (orgs). **Democracia Deliberativa**. São Paulo: Editora Singula FINEY, Moses - Democracia antiga e moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- GARCIA, José. González. (1988). Crítica de la Teoría Económica de la Democracia, in GARCIA, José. González; CASTRO, Fernando Quesada. **Teorías de la democracia**. Barcelona: Anthropos.
- HADDAD, Fernando. O mercado no fórum (uma teoria econômica da demagogia). In: **Lua Nova**, nº 50. São Paulo, 2000.
- HELD, David. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.
- HIRST, Paul. **A democracia representativa e seus limites**. Tradução: Maria Luiz X. De A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

MACPHERSON, C. B. **A Democracia Liberal: origens e evoluções**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAGALHÃES, Bruno Dias. A evolução dos Modelos Democráticos. **Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração**, 36º, 2012, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro.

MIGUEL, Luís Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. **Dados**, v.45, n.3, 2002.

_____. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, nº 59, p. 5-42, 2005.

MOSCA, G. e BOUTHOU, G. **História das Doutrinas Políticas**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1980.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTOS, Boaventura Souza. (ORG.) **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

SARTORI, Giovanni. **Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura: 1965.

_____. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Editora Ática, 1994. 2 vols.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura [1942], 1961.

VITULLO, G. E. **Teorias Alternativas de democracia: uma análise comparada**. Dissertação de mestrado, PPGCP/UFRGS. Rio Grande do Sul, 1999.

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: WEBER, Max. **Ciência e Política, Duas Vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

As elites contra a democracia: A concepção minimalista no campo
hegemônico da teoria democrática
Pedro Henrique Alcantara

Resumo:

Neste artigo apresentamos de maneira resumida algumas das principais questões levantadas pela abordagem hegemônica da teoria democrática, tributária da virada webero-schumpeteriana e formuladora de uma concepção minimalista que operou verdadeira domesticação do ideal democrático ao buscar harmonizar a relação improvável entre a democracia e as elites. Para isso, como tentaremos evidenciar, legitima as desigualdades no acesso aos recursos de poder, opera verdadeiro rebaixamento da participação política e confere à apatia política centralidade na manutenção da estabilidade institucional. Para a melhor compreensão dessa perspectiva trataremos duas de suas principais correntes: o elitismo competitivo e o “pluralismo”. Buscaremos evidenciar o caráter de continuidade entre essas duas versões do campo hegemônico.

Palavras-chave: **Democracia; Elites e Sociedade; Teoria Democrática.**

Abstract:

In this article, we present a brief summary of some of the main questions raised by the hegemonic approach to democratic theory, which is a tributary of the Webero-Schumpeterian turn and formulator of a minimalist conception that operated true domestication of the democratic ideal in seeking to harmonize the improbable relationship between democracy and elites. To this end, as we shall try to show, it legitimizes inequalities in access to power resources, operates a real demotion of political participation, and gives political apathy centrality in maintaining institutional stability. For a better understanding of this perspective, we will deal with two of its main currents: competitive elitism and "pluralism". We will try to show the continuity between these two versions of the hegemonic field.

Keywords: **Democracy; Elites and Society; Democratic Theory.**

MARIÁTEGUI E A REVOLUÇÃO RUSSA: MARXISMO CRIATIVO E MILITANTE

Leonardo Octavio Belinelli de Brito¹
belinelli.leonardo@gmail.com

Rodrigo Santaella Gonçalves²
rodrigossantaella@yahoo.com.br

Introdução

O impacto da Revolução Russa na América Latina foi, forte e incerto. Além de ter impulsionado o surgimento de partidos comunistas no subcontinente, a Revolução de Outubro fez com que vários jovens e líderes políticos se convertessem ao marxismo, como exemplificaram os casos do chileno Luis Emílio Recabarren e do cubano Julio Antonio Mella (LOWY, 2012:16). Por outro lado, e contraditoriamente, reinava a ignorância quase completa sobre o que de fato ocorria no país de Lênin (KONDER, 2009, PERICÁS, 2012).

¹ Cientista político, doutorando em Ciência Política na Universidade de São Paulo.

² Professor de Sociologia do Instituto Federal do Ceará e doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo.

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

Essa recepção tensa do marxismo na região ocorreu no momento em que surgiram as crises dos regimes liberais-oligárquicos, grande parte dos quais originados na segunda metade do século XIX. A contraface desse processo crítico foi o surgimento dos ideais nacionalistas na América Latina, como indicou o caso da Revolução Mexicana. Ou seja, o nacionalismo conseguia, naquele momento, congrega as insatisfações dos setores populares e das camadas médias contra os desmandos oligárquicos das repúblicas latino-americanas. Deve-se entender o impacto da Revolução Russa na América Latina precisamente a partir das combinações e tensões que suas práticas e ideias estabeleciam com esse contexto. Isso fica evidenciado, por exemplo, na atuação do próprio Mella, que, se apoiava os bolcheviques irrestritamente – inclusive contra o nacionalismo aprista do líder peruano Victor Raúl Haya de la Torre –, também não deixava de enfatizar a importância da questão nacional. Como observou José Aricó:

Na América Latina [...] o leninismo se transformou na ideologia não só dos que o recuperaram no interior do movimento socialista, a partir de então distinto de outras correntes socialistas, como também na ideologia de todas aquelas forças que surgiram da crise do pós-guerra com objetivos de transformação política e social. Contra a ordem natural das coisas, o leninismo apoiava-se fortemente na subjetividade da luta de classes, na energia e na criatividade das massas, na vontade de poder de um grupo solidamente estruturado, de cuja energia, audácia e organização dependia fundamentalmente sua possibilidade de tornar-se Estado. Num continente desagregado e semicolonial, uma ideologia que tendia a situar tudo no terreno da política e que inspirava uma experiência social com a grandeza da soviética não podia deixar de se transformar num componente forte de todas as agregações políticas de tipo socialista ou nacionalista-revolucionária e populista, que proliferavam na América Latina dos anos 20 e 30. (ARICÓ, 1989:436)

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

Depreende-se desse cenário que o impacto da Revolução Russa na América Latina causou, a despeito do já citado desconhecimento geral sobre o processo revolucionário conduzido pelos bolcheviques, uma mudança profunda no seu quadro ideológico, especialmente no campo progressista. Em boa medida, essa transformação se deveu às reações de militantes e intelectuais frente ao marxismo, então identificado com a interpretação da III Internacional. Essas reações podem ser melhor compreendidas se formalizadas de maneira típica.

A primeira delas foi a de adesão às análises leninistas acerca das condições latino-americanas. Essa foi a postura daqueles intelectuais que se agruparam em torno dos então recém-criados partidos comunistas latino-americanos. Encontramos um exemplo dessa situação no caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no qual “praticamente todos eles [os fundadores] eram mal informados a respeito das concepções de Marx, tinham noções extremamente vagas do marxismo” (KONDER, 2009:168). Ademais, somava-se a isso a precariedade das condições de atuação do partido. Em especial, nos interessa ressaltar que “as discussões começavam a se travar, cada vez mais, em torno da União Soviética; e o debate sobre os princípios teóricos ia ficando, na realidade, subordinado à controvérsia gerada pela Revolução Russa e pelo leninismo” (KONDER, 2009:170-1). O resultado teórico e prático dessa situação era a aquiescência absoluta e acrítica aos ditames preconizados por Moscou, então identificados como “a” verdade histórica, entendida em chave universalista.

Em contraste, a segunda reação típica de militantes e intelectuais de esquerda da região foi interpretar o marxismo, bem como os acontecimentos da Revolução Russa, como modelos inadequados para a interpretação teórica e ação política no contexto latino-americano. Ou seja: viam na Revolução Russa um acontecimento particular, de maneira que caberia aos partidos populares da

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

América Latina procurar o seu próprio caminho. O exemplo mais claro de um formulador dessa posição foi o já citado Victor Haya de la Torre.

É nesse universo político e ideológico que atuou o jornalista marxista peruano José Carlos Mariátegui. Negando as duas posições anteriores, Mariátegui buscava formular um “marxismo herético” (LOWY, 2011) que se opusesse tanto ao marxismo enrijecido dos partidos comunistas, como às teorias nacional-populistas (ARICÓ, 1989:439). Seu objetivo era compreender *concretamente* a realidade latino-americana, o que só poderia ser feito a partir do entendimento das determinações essenciais da história do subcontinente e não a partir de modelos exógenos. Ao mesmo tempo, Mariátegui via tais determinações como produto do processo de colonização pelo qual o seu país passou, o que lhe colocava na órbita da formação capitalista mundial. Para compreender essas questões fundamentais, o intelectual peruano recorria a diversas fontes para formular seu pensamento: lia intelectuais europeus de várias matrizes teóricas, bem como recolhia influências do pensamento político e cultural peruano e da tradição inca. Foi essa posição complexa que, inclusive, causou mal-entendidos acerca de suas ideias (ARICÓ, 1978). A originalidade de seu pensamento é que faz com que seu papel fundacional na criação de um marxismo autenticamente latino-americano tenha sido reconhecido por autores de diversos ramos da esquerda (LOWY, 2011; ARICÓ, 1978, QUIJANO, 2007).

Essa inventividade do marxista peruano também se expressava na variedade de interesses que tinha; além da atividade política, Mariátegui escreveu frequentemente sobre arte e cultura, sempre pensadas como expressões das

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

contradições reais e de suas potencialidades. Nesse sentido, Mariátegui via o plano cultural como um âmbito no qual também se expressava a luta de classes³.

O presente trabalho busca, neste contexto, assinalar como Mariátegui compreendeu a Revolução Russa. Mais especificamente, buscar-se-á indicar não só que a Revolução de Outubro foi um fato decisivo para a inflexão de Mariátegui em direção ao marxismo e à forma de interpretá-lo, mas também que em suas análises sobre ela já aparecem alguns elementos que constituirão o cerne de seu pensamento político, sobretudo relacionadas ao que chamamos de “nacionalização do marxismo”, tal como cristalizado no clássico *Sete ensaios de interpretação sobre a realidade peruana* (MARIÁTEGUI, 2007). Nesse sentido, sustentaremos que Mariátegui viu no processo revolucionário de 1917 alguns elementos que nutriram a conformação de sua perspectiva original, cuja raiz está em compreender a necessidade de “nacionalizar”, ou “traduzir”, o marxismo para os planos locais em que os militantes atuam (RICUPERO, 2000; KAYSEL, 2012; SANTAELLA GONÇALVES e BRITO, 2017). A exposição do artigo está organizada em torno de dois eixos, os quais só podem, segundo uma perspectiva dialética, ser separados analiticamente: cultura e política. Dividimos cada um deles em dois tópicos. Em cada sessão, procuraremos destacar, segundo as ideias mencionadas no parágrafo anterior, as linhas estruturantes do raciocínio de Mariátegui no que se refere aos acontecimentos do processo revolucionário de 1917 nesses dois planos.

³ Por economia de espaço e por fugir dos nossos objetivos nesse artigo, não poderemos detalhar como esse elemento aparece em sua análise sobre o Peru. Entretanto, cabe assinalar que evidências importantes nesse sentido são encontradas no último dos *Sete ensaios*, denominado “El proceso de la Literatura”. (MARIÁTEGUI, 2007:318 e seguintes).

A Revolução chega a Mariátegui: impactos culturais e percepção da necessidade de divulgação

Embora conhecido por razões mais imediatamente políticas, Mariátegui foi um pensador bastante interessado em questões artísticas e culturais. Se recordarmos o seu período pré-marxista, o qual ele teria chegado a denominar como sua “idade da pedra”⁴, poderemos notar que o interesse por esses aspectos da vida em sociedade despertou sua atenção antes mesmo da política (ALCIBÍADES, 2006:VIII). E mesmo depois de sua aproximação ao marxismo, ocorrida durante sua viagem à Itália entre 1919 e 1923, o peruano nunca abandonou as reflexões sobre matérias estéticas. Como nossa intenção aqui é destacar e analisar o lugar que as reflexões sobre os aspectos culturais surgidos do processo revolucionário de Outubro de 1917 tiveram no pensamento de Mariátegui, requer-se a exposição de certos momentos da transformação intelectual e política pela qual passou o autor de *Sete ensaios de interpretação sobre a realidade peruana*.

A partir de 1914, Mariátegui começou a exercer a atividade jornalística em Lima. Nesse período, passou a adotar, junto com seus colegas da revista *Colónida*, à qual aderiu em 1916, um estilo de vida e de reflexão que se aproxima do “dandismo”. Naquele momento, Mariátegui escreveu peças de teatro, poemas e crônicas que figuravam, por meio de um lirismo exacerbado, uma visão de mundo decadentista (ALCIBÍADES, 2006:X; PERICÁS, 2012:8), particularmente disseminada no fim do século XIX e início do XX. O próprio

⁴ Conforme comentário pertinente feito por um(a) dos(as) pareceristas deste artigo, não há um registro formal de que Mariátegui teria usado a expressão. Ela teria sido confirmada, entretanto, pelo seu filho, Javier Mariátegui e foi exposta no trabalho biográfico de Guillermo Rouillón, *La creación heroica de José Carlos Mariátegui: la edad de piedra* (1975). Agradecemos pela observação.

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

Mariátegui faz uma autocrítica no último ensaio de *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, quando destaca que o grupo ao qual havia pertencido tinha um “gosto decadente, elitista, aristocrático, algo mórbido” (MARIÁTEGUI, 2007:363). Com 23 anos, ele ainda prestava pouca atenção à Revolução Russa.

Esse quadro mudará com a sua viagem à Itália. Lá, Mariátegui passou por novas experiências intelectuais e políticas que impactaram profundamente seu pensamento. Na condição de correspondente do jornal *El Tiempo*, assistiu ao XVII Congresso do Partido Socialista Italiano (PSI), no qual a esquerda do partido, liderada por Antonio Gramsci e Amadeo Bordiga, rompeu com suas diretrizes e fundou o Partido Comunista Italiano (PCI). Sinal da mudança política e intelectual pela qual passava Mariátegui foi a tentativa, embora não bem-sucedida, de criar, junto com alguns amigos peruanos, um núcleo socialista no exterior.

Foi durante esse período que escreveu “O Crepúsculo da Civilização”, texto publicado em um periódico peruano em dezembro de 1922. Para os nossos propósitos, o interesse desse artigo reside na tentativa do jovem jornalista de combinar certos aspectos de suas influências prévias com o ânimo revolucionário russo, figurado na posição do escritor Máximo Gorki, que anunciava o fim da civilização burguesa europeia. Aproximando-se do marxismo, Mariátegui afirmava nessa ocasião a inevitabilidade do “fim da Europa”, a qual, no entanto, possuiria o gérmen de uma “nova civilização” (Cf. MARIÁTEGUI, 2012a: 53).

A partir de então, embebido das influências políticas adquiridas na sua vivência italiana, onde conheceu os debates políticos mais avançados da época – nos quais, como se sabe, o tema da Revolução Russa ocupava lugar destacado –, Mariátegui passa a se distanciar definitivamente da tentativa de combinar o

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

“decadentismo” de sua fase anterior com o marxismo de sua nova fase⁵. Depois do seu retorno ao Peru, adota uma postura de defensor e propagandista da causa bolchevique, o que se explica não só pela sua adesão ao marxismo e à Revolução Russa, mas também pela força da propaganda antissoviética que predominava no Ocidente. Nesse sentido, deve-se compreender sua atuação jornalística em chave mais ampla, como observou Luiz Bernardo Pericás (2012), para quem os esforços empreendidos por Mariátegui na divulgação da realidade soviética são comparáveis com aqueles feitos por intelectuais progressistas no resto do continente, entre os quais se destacam Caio Prado Júnior, William Z. Foster, Heitor Ferreira Lima, Octavio Brandão, Vittorio Codovilla, Rodolfo Ghioldi, Alvarez del Vayo, John Reed, entre outros. Isso fica especialmente claro na conferência “A Revolução Russa”, proferida em 13 de julho de 1923, na sede da Federação de Estudantes do Peru. Nela, Mariátegui destaca o caráter preliminar de sua exposição, que tinha justamente o intuito de introduzir os ouvintes aos acontecimentos mais fundamentais do processo revolucionário russo (Cf. MARIÁTEGUI, 2012b: 55-6). O que importa destacar aqui é a ênfase de Mariátegui no caráter *democrático* da Revolução Russa, e em especial dos bolcheviques, que seriam os únicos agentes daquele processo político a terem um programa político popular, com base na reforma agrária e na paz diante da

⁵ Mariátegui passa, então, a usar “decadente” como arma de crítica à cultura burguesa, como revela, entre outros trechos, o seguinte: “En Lima, este cosmopolitismo se traduce en la limitación, entre otras cosas, de nos pocos corrosivos decadentismos occidentales y en la adopción de anárquicas modas finiseculares.” (MARIÁTEGUI, 200:296). Cabe recordar que o afastamento progressivo de Mariátegui em relação ao decadentismo já aparecia no final da segunda década do século XX, embora ainda não tivesse aderido ao marxismo. Isso fica claro, por exemplo, quando funda, com César Falcón, o jornal *La Razón*, o qual tomava o lado dos trabalhadores na luta pelo estabelecimento da jornada de trabalho de oito horas, bem como o lado dos estudantes no movimento da reforma universitária.

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

guerra. Nessa argumentação aparece algo que balizará o seu pensamento futuro sobre sua nação: a necessidade de conjugar democratização com alterações profundas nas condições de vida das classes populares.

Embora nunca tenha viajado à Rússia, Mariátegui se esforçou para conhecer os principais acontecimentos do país e as reflexões de vários de seus personagens, como demonstram as traduções de textos publicadas na *Amauta*, revista que fundou em 1926. Nela, foram traduzidos textos de Vladimir Lenin, Leon Trotski, Máximo Gorki, Vladimir Maiakovski, Boris Pliniak, Mikhail Zozchenko, Fedor Gladkov, Nicolai Bukharin, George Plekhanov etc. (PERICÁS, 2012: 27-29).

A ênfase que Mariátegui conferia às renovações culturais que os bolcheviques estabeleciam na União Soviética deve ser entendida a partir da ideia de que, segundo ele, os dirigentes revolucionários se puseram a criar, no plano geral, uma nova civilização e, no plano particular, democratizar o acesso dos russos à cultura. A imbricação desses dois planos aparece, por exemplo, na forte valorização que Mariátegui faz da atuação de Anatóli Lunatcharsky, o então Comissário de Instrução Pública da União Soviética.

A Revolução Russa foi declarada, em sua primeira hora, uma ameaça para a Civilização. O bolchevismo, descrito como uma horda bárbara e asiática, criava fatalmente (segundo o coro inumerável de seus detratores) uma atmosfera irrespirável para a Arte e a Ciência. Formulavam-se os mais lúgubres augúrios sobre o futuro da cultura russa. Todas estas conjecturas e apreensões já estão liquidadas. A obra mais sólida da Revolução Russa talvez seja precisamente aquela realizada no terreno da educação pública. [...]Lunatcharsky, ignorado pelo mundo até sete anos atrás, é atualmente um personagem de estatura mundial. (MARIÁTEGUI, 2012c:101)

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

Por meio da instrução pública, os revolucionários russos teriam logrado não só preservar e democratizar a cultura que antes era privilégio das camadas dominantes do período czarista, mas também estariam criando o que Mariátegui chamava de uma “cultura proletária” (cf. MARIÁTEGUI, 2012c:102). Nesse plano, aparecem dois problemas que balizam as reflexões de Mariátegui sobre o lugar da cultura no processo revolucionário russo: por um lado, o da relação entre arte e engajamento e, por outro, o lugar que as camadas populares deveriam ocupar nesse processo de renovação cultural.

Civilização, arte e cultura: Gorki, Tolstoi e Dostoievski

Conhecedor da literatura russa (PERICÁS, 2012:30), Mariátegui verá na figura de Gorki – autor que o peruano entrevistou pessoalmente e sobre o qual escreveu e se pronunciou costumeiramente (MARIÁTEGUI, 2012d; MARIÁTEGUI, 2012e; MARIÁTEGUI, 2012f) - a síntese mais positiva desses problemas.

Máximo Gorki é o romancista dos vagabundos, dos párias, dos miseráveis. É o romancista das sarjetas, da má vida e da fome. A obra de Gorki é peculiar, espontânea, representativa deste século de multidões, do Quarto Estado e da revolução social. Muitos artistas contemporâneos extraem seus temas e seus personagens das camadas plebeias, inferiores. A alma e as paixões burguesas já foram demasiadamente exploradas e, portanto, são um tanto antiquadas. Já no caso do proletariado, ao contrário, existem novos matrizes e linhas insólitas (MARIÁTEGUI, 2012d:121)

A literatura de Gorki conteria uma qualidade que a tornaria especial: ela se debruçaria sobre uma plebe “autenticamente russa” (cf. MARIÁTEGUI, 2012:121), o que lhe conferiria concretude e realismo, possibilitados apenas porque Gorki seria um de seus membros. Para Mariátegui, Gorki “foi um de seus

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

críticos [da Revolução Russa], um de seus cronistas e um de seus atores. Não fez a revolução russa; mas a viveu” (idem:121). Nessa acepção, o peruano parece ver nos mujiques retratados por Gorki a própria figuração da “questão nacional” russa, o que lhe conferiria um paralelo com a questão indígena no Peru, pedra-de-toque da reflexão política mariateguiana sobre sua nação. Em outros termos: Mariátegui já percebe em sua análise sobre a literatura de Gorki a necessidade de compreender as profundas especificidades das classes populares, pois seria apenas a partir dessa apreensão que surgiria a possibilidade de uma ação política transformadora *concreta*. Desse modo, podemos perceber esse texto, publicado originalmente no livro *La escena contemporánea* (1925), como um momento do processo de maturação do pensamento de Mariátegui, o qual se nutriu decisivamente dos acontecimentos da Revolução de 1917.

Convém notar, entretanto, que essa análise de Mariátegui sobre Gorki carrega uma tensão interna que, se não chega a se tornar uma contradição sem síntese, denota um outro lado do processo de formulação e amadurecimento do autor, como bem observou Mirla Alcibíades (2006:XII). Afinal de contas, Mariátegui, simultaneamente, observa que Gorki era um membro, por assim dizer, “original” da plebe russa, o que lhe conferiria uma vantagem no entendimento das suas principais características, mas assinala que ele representaria a posição típica dos intelectuais, para os quais “falta [...] a fé necessária para envolver-se de forma facciosa, disciplinada e sectária nos quadros de um partido. Tendem uma atitude pessoal, distinta e arbitrária perante a vida” (MARIÁTEGUI, 2012d:121). De passagem, vale deixar registrado que o problema ao qual o peruano alude – a relação entre engajamento e arte – é clássico na literatura marxista, inclusive gerando debates acalorados (EAGLETON, 2001; MACHADO, 2016), nos quais as reflexões sobre os

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

clássicos russos ocuparam lugares destacados (LUKÁCS, 1955; 1964; 1965; BRECHT, 1978). Essa coincidência temática involuntária, porém objetiva, revela o atualismo que presidía o pensamento de Mariátegui.

Três anos depois, em artigo originalmente publicado com o título “La última novela de Maximo Gorki”, Mariátegui deixará de lado suas críticas ao comportamento de Gorki; ao contrário, buscará assinalar que, mesmo afastado da Rússia, o escritor continuava fiel ao regime bolchevique. Essa fidelidade se exprimiria no plano propriamente literário, na medida em que Mariátegui identificará em *Os Artamanov*, o referido romance de Gorki o qual resenhou nessa ocasião, não só a figuração da fragilidade e decadência da burguesia russa (MARIÁTEGUI, 2012e), mas também o primeiro fruto do que chama de “verdadeiro realismo”, entendido como a realização adequada e superior do realismo burguês. É nesse sentido que Anibal Quijano (2007: CX) aproxima a concepção de literatura de Mariátegui à noção de “realismo crítico” de Györgi Lukács, que, como o peruano, colocará Gorki dentre os grandes escritores realistas do século XX (LUKÁCS, 2016:249). É especialmente interessante observar que essa concepção de realismo é *ampla* em relação ao realismo típico do período de ascensão burguesa. Será bem-sucedida, para Mariátegui, uma literatura que consiga

[...] uma realização discursiva que abjure da tendência descritiva imposta pela estética realista, para favorecer o império da imaginação e fantasia que postula o suprarrealismo. Em grandes traços, será suprarrealista o texto que supere o individualismo de raiz romântica, que vá além da inclinação de idealizar e mitificar a conduta e a psique humana; que, contra a banal tendência a idealização dos sentimentos, saiba incorporar questões poucas vezes tomadas em conta, [...] que saiba estimular os sentimentos de liberdade e justiça, que rechace o sentimentalismo humanitarista, que tenha uma nova concepção filosófica e

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

histórica do homem, que vá além do individualismo oitocentista para dar preeminência à multidão e que saiba insuflar esperanças no coletivo [...] (ALCIBÍADES, 2006:XVIII-XIX)⁶

É a partir dessa posição que Mariátegui verá em Gorki um descendente intelectual e político de Leon Tolstói, autor que teria conferido centralidade à especificidade do povo russo em sua literatura. Por isso mesmo, Tolstói teria voltado suas atenções para os aspectos orientais de seu povo (Cf. MARIÁTEGUI, 2012g:194), embora também se nutrisse da cultura ocidental. Mas, em contraste com Tolstói, Gorki não teria a mesma aversão aos aspectos tecnológicos da vida moderna, nem a mesma índole patriarcal, o que resultaria em uma visão de mundo mais atual de sua parte. Essa relação tensa entre a Revolução Russa e Tolstói aparece da seguinte forma no pensamento de Mariátegui:

A dívida da Rússia a Tolstói encontra no poder os espíritos mais bem dispostos a pagá-la. *Os marxistas russos estão unidos à civilização oriental, exatamente pelo lado oposto que Tolstói. A realização de seu ideal depende tanto do emprego da ciência e da técnica ocidentais, quanto de uma concepção enérgica, ativista e operante da vida. O capitalismo não pode ser superado e vencido com outras armas. Tolstói, camponês e aristocrata, intimamente, não podia compreender isso. A Rússia, para realizar sua revolução, teria que dizer oportunamente adeus à doutrina tolstoiana sem renegar Tolstói, que tão definitivamente fica inserido em sua história.* (MARIÁTEGUI, 2012g:195 – grifo nosso)

Por outro lado, Tolstói e Gorki se contraporiam à “literatura de estirpe dostoiévskiana [que] reflete, em minha opinião, a neurose de uma burguesia atrasada, que não chegou a encontrar seu equilíbrio no poder político” (MARIÁTEGUI, 2012g:196). O fundamento dessa interpretação reside na

⁶ Por isso, o mesmo Quijano afirmará que Mariátegui também seria um precursor do “realismo mágico” latino-americano. (Cf. QUIJANO, 2007:CX-CXI)

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

contraposição que o peruano estabelece entre certo irracionalismo da burguesia russa, representada na obra de Dostoiévski, e a racionalidade superior dos bolcheviques, figurada na obra de Gorki. “Dostoiévski traduziu em sua obra a crise da *Intelligentsia* russa, como Lenin e sua equipe marxista se encarregaram de resolver e superar. Os bolcheviques opunham um realismo ativo e prático ao misticismo espiritualista e inconclusivo da *Intelligentsia* dostoiévskiana [...], l. (MARIÁTEGUI, 2012h:224)

Vale destacar que essa oposição que Mariátegui traça entre essas duas linhagens da literatura russa não é casual; ao contrário, está ligada à sua concepção sobre a relação entre ética e estética e constitui uma interpretação que encontrará ecos nas suas análises acerca da produção literária soviética. Por exemplo, tentará filiar *O Diário de Kostia Rabtzev*, de N. Ognev à literatura realista de Gorki (MARIÁTEGUI, 2012i:247), bem como *O cimento*, de Fedor Gladkov (MARIÁTEGUI, 2012:272)

É forçoso notar, como frisa Pericás (2012:31), que, observados da perspectiva de hoje, os juízos de Mariátegui sobre a literatura russa parecem datados, como indica a sua valorização de autores que passaram para a história como marginais. Em particular, essa situação se deve à valorização *literária* excessiva que Mariátegui conferia aos romances que descreviam as dificuldades e esperanças do processo revolucionário russo. Diante desse enfoque, escritores da grandeza de Dostoiévski e Tolstoi só poderiam ocupar um lugar secundário. Por outro lado, isso não deve tornar a posição de Mariátegui menos relevante, na medida em que ela deve ser compreendida em termos históricos: aquele era um momento de experimentalismo e expectativas para o campo cultural e político da esquerda – e não à toa gerou bons frutos, como o cinema soviético do período. Mas essa linha argumentativa em defesa do realismo culminou na instauração do

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

chamado “realismo socialista”, que selou o destino literário de gerações de escritores soviéticos.

Sinal de que o raciocínio estético de Mariátegui, ao menos no que se refere à produção soviética, era pautado por questões anteriores – isto é, externas – à arte é a de que “Mariátegui achava que a *única* literatura russa válida era aquela produzida na União Soviética, aquela que expressaria o *verdadeiro* realismo (o dos proletários), cheio de vitalidade, representando, assim, o futuro da arte contemporânea” (PERICÁS, 2012:32; Cf. MARIÁTEGUI, 2012k:157). Por outro lado, a interpretação de que a civilização burguesa era decadente levava o revolucionário peruano a diminuir alguns de seus feitos estéticos, embora tenha valorizado pontualmente escritores contemporâneos, como James Joyce (MARIÁTEGUI, 2006:90).

Para retomar um fio de nossa argumentação, parece-nos possível afirmar que Mariátegui via na cultura soviética, então em transformação, o mérito de figurar as características de seu povo, o qual passava a ser sujeito de sua cultura. Conjugada com a democratização do acesso à arte, essa revolução cultural propiciava a afirmação das classes populares. Essa situação concreta parece ter influenciado decisivamente as suas reflexões sobre os dilemas da sociedade peruana, que vivia problema similar: a sua parcela popular, majoritariamente indígena, estava excluída do processo político e cultural nacional. Daí que a transformação da cultura do país, aproximando-a de seu povo, fosse vista como um instrumento decisivo para a revolução peruana, a qual deveria passar justamente pela afirmação de suas classes populares como sujeitos. Assim, é possível indicar que Mariátegui parece ter aprendido uma lição decisiva com a Revolução Russa: para uma transformação efetiva, seria preciso levar a sério as especificidades de seu povo e a forma como a exploração – resultada de

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

articulações globais - que sofria resultava em certas formações sociais e culturais, como revela a sua análise sobre o indigenismo em *Sete ensaios* (MARIÁTEGUI, 2007) e no *El problema de las razas en la América Latina*. Dialeticamente, Mariátegui compreendida que aquilo que *aparecia* como o problema das raças no Peru – ou como o problema dos mujiques na Rússia – era algo além disso: era, essencialmente, um problema de exploração que só poderia ser superado por meio da compreensão das relações sociais específicas que esse processo de exclusão econômica, política e cultural instaurava em cada localidade. Por sua vez, essa compreensão poderia ser facilitada pela absorção *crítica* de teorias estrangeiras, como evidencia Mariátegui no final dos seus *Sete ensaios*, no qual, ao analisar a literatura peruana contemporânea, enxerga uma relação tensa e frutífera do localismo e cosmopolitismo: “Pero, bajo este flujo precario, un nuevo sentimiento, una nueva revelación se anunciam. Por los caminos universales, ecuménicos [...] nos vamos acercando cada vez más a nosotros mismos.” (MARIÁTEGUI, 2007:296).

Questões internas da Revolução Russa: Mariátegui e Trotsky

Se até aqui destacamos mais enfaticamente as considerações de Mariátegui a respeito dos aspectos artísticos e culturais da Revolução de Outubro e demonstramos como nessas análises estavam presentes já aspectos fundamentais do pensamento do marxista peruano, faz-se importante analisar elementos mais imediatamente políticos de sua análise sobre a Revolução. Pretendemos demonstrar aqui que duas das características fundamentais de Mariátegui – o apreço pela fusão do nacional com o universal e o marxismo

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

eminentemente militante – estão presentes também em suas reflexões acerca de aspectos políticos da Rússia depois da revolução.

A primeira grande preocupação de Mariátegui com relação à Revolução foi divulgar informações e apresentar – em um contexto que, como vimos, era ideologicamente hostil às ideias comunistas – o processo revolucionário e a construção da Rússia pós-1917 a partir de uma ótica positiva, ainda que não meramente panfletária. Essa preocupação está colocada desde seus primeiros textos mais sistematizados, como o já citado “A Revolução Russa”, de 1923, até o último texto escrito por ele sobre a Rússia, publicado na revista Mundial em 1 de março de 1930, apenas 46 dias antes de sua morte. Neste texto, intitulado “Mobilização Antissoviética”, Mariátegui demonstra preocupação em desconstruir as “notícias desfavoráveis ao curso da política soviética”, na medida em que se presenciava “uma nova mobilização antissoviética” (Cf. MARIÁTEGUI, 2012:281-2).

Como veremos adiante, a preocupação com a defesa da Revolução Russa diante dos ataques midiáticos nacionais e internacionais não significava qualquer tipo de adesão acrítica às políticas internacionais impulsionadas a partir da URSS através da III Internacional. Entretanto, nos textos de divulgação e de ampla circulação, a prioridade de Mariátegui era a defesa da Revolução em seus aspectos fundamentais, e daí a sua busca em evitar polêmicas ou aprofundar alguns temas.

Essa atitude de Mariátegui com relação à forma de divulgação dos feitos da Revolução fica nítida quando refletimos sobre suas opiniões acerca de León Trotsky, que, depois de ser protagonista na Revolução de 17 e nos anos da guerra civil no comando do Exército Vermelho, foi aos poucos afastado da política russa por suas posições crescentemente críticas com relação aos métodos e

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

políticas de Josef Stalin. Em diversos momentos, Mariátegui expressou grande admiração por Trotsky, como sinaliza o fato de ter dedicado três textos à análise de seu pensamento e ação. Dois deles foram escritos em momentos-chave do processo de isolamento de Trotsky: um em 1925, refletindo sobre seu afastamento dos principais cargos no partido e outro em 1929, quando foi expulso definitivamente da União Soviética. Mariátegui reconhecia em Trotsky um dos grandes líderes da revolução bolchevique que, “ao contrário da maior parte dos estadistas da burguesia, é um homem capaz de julgar com a mesma inteligência uma questão econômica e uma questão filosófica ou artística” (MARIÁTEGUI, 2012m:177). Esse era, talvez, o aspecto mais admirado por Mariátegui em Trotsky: enquanto “os penetrantes estudos de Lenin abarcaram apenas as questões políticas e econômicas”, Trotsky “interessou-se também pelas consequências da revolução na filosofia e na arte” (MARIÁTEGUI, 2012n: 95).

Seguramente havia aí um aspecto de identificação de Mariátegui com a forma como Trotsky analisava a realidade. Se para Mariátegui o aspecto artístico e cultural era premente e não estava separado das discussões políticas, na URSS o principal representante desse tipo de pensamento era Trotsky, que acreditaria que a partir da crise cultural do Ocidente e da revolução socialista emergiria, aos poucos, uma nova cultura. Encontramos uma síntese da visão de Mariátegui sobre Trotsky na seguinte passagem:

Algumas pessoas só conhecem o Trotsky marcial de tantos retratos e caricaturas; o Trotsky do trem blindado; o Trotsky ministro da Guerra e generalíssimo; o Trotsky que ameaça a Europa com uma invasão napoleônica. Esse Trotsky na verdade não existe: é quase unicamente uma invenção da imprensa. O Trotsky real, verdadeiro, é aquele revelado por seus escritos. Um livro apresenta sempre uma imagem mais exata e mais verídica de um homem que um uniforme. Um

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

generalíssimo, inclusive, não pode filosofar tão humana e tão humanitariamente como ele (MARIÁTEGUI, 2012n:98).

A admiração de Mariátegui por Trotsky não se traduzia, entretanto, em nenhum tipo de adesão política mecânica às suas ideias, sobretudo nos enfrentamentos com Stalin no interior da União Soviética. Pelo contrário, Mariátegui discute pouco as questões polêmicas da Rússia pós-revolucionária em seus textos, e quando o faz, não adere explicitamente a nenhuma tese de oposição, liderada por Trotsky.

Nas discussões acerca do problema da democracia interna do partido bolchevique, em texto escrito imediatamente antes do que citamos acima, em 1925, Mariátegui descrevia a história de distanciamento de Trotsky com a velha guarda do partido e como isso implicava dificuldades para o primeiro nas disputas internas. Ao final desse texto, Mariátegui afirmava que a saída de Trotsky dos cargos que ocupava no partido não implicaria uma grande cisão e que os líderes bolcheviques terminariam por realizar suas reivindicações por mais democracia no partido; esse argumento se baseava na adesão formal da maioria à fórmula da democracia operária no XIII Congresso do Partido Comunista.

Em um dos textos mais interessantes sobre as polêmicas da Revolução, Mariátegui parte da consternação com o exílio de Trotsky em 1929. Nele, afirma que a opinião trotskista tem uma função importante na URSS, pois ela representaria a “ortodoxia marxista, frente à fluência desbordada e indócil da realidade russa” (MARIÁTEGUI, 2012o:201). Além disso, seria uma crítica vigilante, sem a qual “o governo soviético correria o risco de cair num burocratismo formalista e mecânico”, apesar de que, até aquele momento, para Mariátegui, os fatos não davam razão para a oposição trotskista (id.ibid.:202). Neste sentido, pode-se supor que Mariátegui não tinha elementos para antecipar

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

a conclusão de que já estava em curso um processo marcado de “burocratismo formalista e mecânico” no Partido Bolchevique. Entretanto, dado o nível de suas informações e as suas posições acerca de Trotsky, talvez seja importante buscar outras hipóteses explicativas para esse excessivo otimismo em um momento no qual o problema da democracia interna do partido bolchevique avultava.

Trabalharemos aqui com duas hipóteses complementares. Em primeiro lugar, é possível conjecturar que o peruano se abstevesse de fazer determinadas análises ou de aprofundar-se em algumas questões nesses textos justamente pelo seu engajamento militante na divulgação da Revolução Russa. Se as polêmicas da revolução eram importantes, a divulgação apressada delas em textos de circulação ampla no Peru poderia contribuir mais para os ataques conservadores à URSS do que para qualquer tipo de esclarecimento ou aprofundamento do debate. Essa hipótese, também aventada indiretamente por Pericás (2012:33-34) pode ser reforçada se pensarmos que Mariátegui praticamente não dedicou nenhuma linha de seus escritos a Joseph Stalin, o que resulta em contraste significativo com o fato de ter dedicado três textos a Trotsky e outros a figuras como Zinoviev e Lunatcharsky. Em geral, as menções a Stalin são muito modestas e aparecem em textos sobre Trotsky, contrastando suas posições ou afirmando que o primeiro teria adotado algumas percepções do último. Essa omissão com relação a Stalin (PERICÁS, 2012:34) é no mínimo estranha, se tivermos em conta a importância daquele que já era – e foi por décadas – o principal dirigente do Partido Bolchevique e da URSS depois de Lênin. Talvez fosse uma forma de evitar a obrigação de lidar com temas espinhosos em um contexto de divulgação do regime do qual seria um defensor.

Em segundo lugar, há outro aspecto a ser destacado e que pode servir de hipótese complementar à primeira. Se Mariátegui – ao lado de Lênin e Gramsci –

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

é um dos principais exemplos daquilo que, com Ricupero (2000), Tapia (2002) e Kaysel (2012) e nós chamamos em outro trabalho de “nacionalização do marxismo” (Cf. SANTAELLA GONÇALVES e BRITO, 2017), é justamente porque soube aliar a universalidade do marxismo (e a percepção de que o sistema capitalista só pode ser superado internacionalmente) às particularidades da realidade concreta peruana. No caso da Rússia e das polêmicas entre Stalin e Trotsky, Mariátegui associava este último à “ortodoxia marxista”, ao cosmopolitismo e ao internacionalismo, enquanto Stalin, “eslavo puro”, representaria mais o caráter e o sentimento dos problemas nacionais russos (MARIÁTEGUI, 2012o:204).

Ainda que Mariátegui afirmasse a necessidade de síntese entre os dois movimentos, ele defendia que aquela etapa da Revolução Russa - um momento de refluxo internacional e de ataques, sobretudo ideológicos, à URSS -, o mais importante era de defesa da própria Revolução. Sendo assim, cabe imaginar que Mariátegui, na polêmica que se traduziria como “Socialismo num só País” *versus* “Internacionalismo”, se posicionaria, no plano das ideias, com o último, o que o aproximaria de Trotsky (PARSON, 1999). Entretanto, na análise concreta com relação às polêmicas russas, não deixava de considerar a importância do “período de organização nacional” (MARIÁTEGUI, 2012o:204).

Ni calco, ni copia: teoria e prática a partir da Revolução

Se nas análises de Mariátegui acerca da Revolução Russa aparecem fortes elementos característicos de sua trajetória e de sua percepção do marxismo, são em duas ausências que elas ficam talvez mais evidentes. A primeira delas é a de Stalin, conforme já exploramos; a segunda, e mais marcante, é a ausência da

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

América Latina e a do próprio Peru nas reflexões mariateguianas sobre a Rússia. Em nenhum momento de seus textos acerca da Revolução Russa, Mariátegui relaciona a situação vivida pelos bolcheviques à situação peruana. Isso demonstra a seriedade com a qual o marxista peruano tratava a pesquisa e a reflexão sobre as particularidades da nação. Em outras palavras, à forma como as particularidades russas se fundiram com as questões universais trazidas pelo marxismo. Nesse sentido, seu objetivo político era justamente o de realizar um processo similar, que por definição não poderia ser nem “calco nem cópia”, no Peru.

“Oportunidades” para analogias entre Peru e Rússia não faltaram. Em texto de 1928, Mariátegui descrevia a burguesia russa, cuja neurose teria sido retratada pelos grandes romancistas russos; tratava-se de uma burguesia que “não pôde construir um Estado democrático e capitalista” e que “produziu todo tipo de renegados, de niilistas e de utopistas” (MARIÁTEGUI, 2012p:186). Teria sido fácil, no mesmo ano em que consolida sua ruptura com Haya de la Torre a partir da discordância sobre a necessidade/viabilidade de alianças com a burguesia nacional peruana para cumprir as supostas tarefas nacional-democráticas da revolução, produzir analogias superficiais para fortalecer sua intervenção política no Peru. Entretanto, esse não era o seu estilo de polêmica: o marxista peruano construía suas divergências a partir de análises muito concretas sobre a realidade peruana.

A principal preocupação de Mariátegui, análoga à de Gramsci, era a de construir uma vontade-nacional popular no Peru e uma reforma intelectual e moral que fossem premissas para a construção do socialismo (PORTANTIERO, 1993:57). Neste sentido, se nos momentos de divulgação em textos de maior circulação Mariátegui não polemizava com questões cruciais

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

para o curso da Revolução na Rússia, na sua formulação política concreta para o Peru, Mariátegui defendeu linhas significativamente diferentes daquelas impostas pela III Internacional aos partidos a ela filiados no final dos anos 1920.

Como demonstra Aníbal Quijano (2007:XLVII), o retorno de Mariátegui da Europa pode ser dividido em dois momentos. O primeiro seria marcado pela sua relação polêmica com a APRA; nele, foram escritos os textos dos *Sete Ensaíos*. Um segundo momento, que duraria até sua morte, teria se iniciado a partir de sua ruptura com aquela organização em 1928 e seria marcado pelo amadurecimento de sua produção teórica e de maior foco na organização política.

Nessa altura, a APRA já havia se colocado como alternativa à III Internacional. Como membro do Conselho Geral da Liga Contra o Imperialismo, o marxista peruano formaliza sua entrada na III Internacional e é convidado, com seu grupo, para participar do Congresso Constituinte da Confederação Sindical Latino-Americana, realizado em maio de 1929 em Montevideú, e da Primeira Conferência Comunista Latino-americana, realizada em Buenos Aires em junho (id.ibid). Entretanto, Mariátegui não foi às conferências devido ao seu precário estado de saúde. Ainda assim, escreveu diversos documentos de contribuição, entre eles *Ponto de Vista Anti-imperialista* e *O Problema das Raças na América Latina*.

Y, especialmente en esta última [na conferência de Buenos Aires], su posición política expresada en esos documentos así como su concepción del partido y del carácter y el programa estratégico de la revolución peruana, entran en fuerte polémica con la dirección oficial de la III Internacional en esa reunión, iniciándose así una etapa en la cual, al mismo tiempo, Mariátegui y el Partido Socialista del Perú entran a formar parte de la III Internacional, y abren una polémica fundamental con la dirección oficial de aquella (QUIJANO, 2007:XLVIII)

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

As principais polêmicas eram duas. A primeira versava sobre o caráter do partido. Enquanto a direção da Internacional convocava à construção de um partido comunista e de base apenas operária para combater a influência aprista nos trabalhadores, a partir da análise concreta da composição de classes do Peru, a ata de fundação do Partido Socialista, redigida por Mariátegui, dizia:

La lucha política exige la creación de un partido de clase, en cuya formación y orientación se esforzará tenazmente por hacer prevalecer sus puntos de vista revolucionarios clasistas. De acuerdo con las condiciones concretas actuales del Perú, el Comité concurrirá a la constitución de un Partido Socialista, basado en las masas obreras y campesinas organizadas (MARIÁTEGUI, 1928, grifo nosso)

Ora, aqui já se colocava uma polêmica importante, e a posição de Mariátegui não só era baseada em uma análise concreta da realidade peruana, como foi implementada como linha política a despeito das orientações da Internacional. Depois de sua morte, a intervenção da III Internacional converteu o partido em Partido Comunista Peruano, e aos poucos levou ao seu progressivo isolamento político (QUIJANO, 2007: CVII). De qualquer forma, cabe assinalar que, como vimos, Mariátegui destacou que um dos méritos dos revolucionários russos foi compreender os camponeses de seu país – o que a teorização da III Internacional rejeitava.

A outra polêmica é aquela que se referia aos setores da sociedade aos quais caberia a direção do processo revolucionário, cujo foco seriam as tarefas democráticas e nacionais no Peru. No final da década de 1920, antes da “virada ultra-esquerdista” da Internacional, a orientação política adotada para os países coloniais era de colaboração com as burguesias nacionais, que deveriam dirigir a etapa democrático-nacional das revoluções nesses países. Isso implicava uma aliança política com as burguesias nacionais e a expectativa de que elas dirigiriam

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

processos de luta anti-imperialista. A APRA, no Peru, era a principal organização política que encampava essa ideia. Neste sentido, a polêmica de Mariátegui era exatamente contra a APRA, mas indiretamente atingia também a linha política da Internacional. Os pontos 5 e 8 do programa do Partido Socialista do Peru são muito esclarecedores neste sentido. Neles se afirma que a emancipação do país só é possível pela ação das massas proletárias, solidárias com a luta anti-imperialista mundial, e que cumprida a etapa democrático burguesa liderada por essas massas, a revolução devém, em seus objetivos e sua doutrina, proletária. (Cf. MARIÁTEGUI, 1929).

A partir das condições peruanas, para as quais o Partido Socialista deveria “adaptar sua práxis”, Mariátegui chega a formulações completamente antagônicas às da III Internacional; e se considerarmos o ponto 8, constatamos que elas se parecem com o conceito de “revolução permanente” desenvolvido por Trotsky⁷.

Portanto, o que chama a atenção é que, mesmo que em nenhum momento o marxista peruano tenha se aprofundado na análise das polêmicas da Revolução Russa, ele parece tê-las abordado no final de sua vida a partir das tarefas e das demandas concretas da realidade peruana.

⁷ O ponto 8 do programa do PSP diz: “Cumplida su etapa democrático-burguesa, la revolución deviene, en sus objetivos y su doctrina, revolución proletaria. El partido del proletariado, capacitado por la lucha para el ejercicio del poder y el desarrollo de su propio programa, realiza en esta etapa las tareas de la organización y defensa del orden socialista” (MARIÁTEGUI, 1929). A segunda das teses de Trotsky sobre a revolução permanente, por sua vez, diz: “Para os países de desenvolvimento burguês atrasado e, em particular, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a resolução íntegra e efetiva das suas tarefas democráticas e de libertação nacional somente pode ser concebida por meio a ditadura do proletariado, que se coloca à cabeça da nação oprimida e, primeiro de tudo, das suas massas camponesas.” (TROTSKY, 1930).

Conclusão

A forma como Mariátegui compreendeu a Revolução Russa foi decisiva para o desenvolvimento de algumas das principais características de seu pensamento: ele a viu como um processo que só teve alcance universal na medida em que soube “adaptar sua práxis” marxista às condições concretas da Rússia, isto é, na medida em que foi capaz de “nacionalizar” o marxismo nesse país. Essa percepção permeia todo o pensamento de Mariátegui, que buscava fazer um processo análogo – e, portanto, sabidamente bastante diferente - no Peru. Na forma como Mariátegui divulga a revolução, em sua análise de seus principais expoentes culturais e literários, na forma como lida com as polêmicas internas, sempre está presente a principal marca de seu pensamento: a preocupação em compreender concretamente a realidade a partir do marxismo – processo que denominamos aqui “nacionalização” do marxismo.

As polêmicas nas quais entrou contra a linha política adotada pela III Internacional nunca se deveram às análises que Mariátegui fazia do próprio processo russo ou a vinculações políticas provenientes de análises como essas. Pelo contrário, elas eram consequências políticas diretas das análises que ele fazia da realidade peruana, e das discordâncias que delas foram geradas com a APRA.

Neste sentido, as considerações acerca dos aspectos culturais e artísticos e as discussões – relacionadas aos aspectos de política interna da Revolução sempre estiveram, de uma forma ou de outra, ligadas às tarefas militantes de Mariátegui no Peru. Mariátegui encarnou o espírito militante do movimento intelectual que chamamos de nacionalização do marxismo. Não à toa, o peruano está no rol dos mais criativos marxistas de todos os tempos, composto por aqueles autores que souberam livrar o marxismo das amarras da ortodoxia,

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

sempre tendo em mente as particularidades de seus países, sem perder, no entanto, o paradigma de totalidade e da universalidade. Entre eles estão figuras como Lênin e Gramsci, junto das quais Mariátegui ocupa um lugar consensual no panteão daqueles que tornaram o marxismo uma teoria “viva” em seus contextos.

Em boa medida, se Mariátegui se tornou um marxista heterodoxo e criativo, foi justamente porque soube ler o processo russo no que ele apresentou de mais original e no que estava no cerne de seu sucesso: eivado de uma missão universal e totalizadora, o processo que levou ao êxito histórico e que também trouxe os principais desafios e dificuldades foi, eminentemente, *RUSSO*.

Referências Bibliográficas

ALCIBÍADES, Mirla. Presentación. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Literatura y estética**. Caracas, Fundación Biblioteca Ayacucho, 2006

ARICÓ, José. Introducción. In: ARICO, José (org). **Mariátegui y Los Orígenes del Marxismo Latino-Americano**. México D.F., Pasado y Presente, 1978.

ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBSBAWN, Eric (org). **História do marxismo – volume VIII**. 2ª d. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1989.

BRECHT, Bertolt. Formalismo e Realismo. In: n: BARRENTO, João (org). **Realismo, Materialismo, Utopia** (uma polêmica. 1935-1940). Lisboa, Moraes Editores, 1978

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo, Editora Unesp, 2011.
KAYSEL, André. **Dois encontros entre o marxismo e a América Latina**. São Paulo, Hucitec, 2012

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

LÖWY, Michael. Introdução – Nem decalque, nem cópia: o marxismo romântico de José Carlos Mariátegui. In: MARIÁTEGUI, José Carlos (2011). **Por um socialismo indo-americano** (org. Michael Löwy). Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2011.

LOWY, Michael. Introdução – Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. In: LOWY, Michael (org). **O marxismo na América Latina – uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

LUKÁCS, György. **La letteratura sovietica**. Roma, Editora Riuniti, 1955.

LUKÁCS, Georg. **Studies in european realism**. New York, The Universal Library, 1964.

LUKÁCS, Georg. **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1965.

LUKÁCS, Georg. Trata-se do realismo! In: JORDÃO, Carlos Eduardo. **Um capítulo da história da modernidade estética: debate sobre o Expressionismo**. São Paulo, Unesp, 2016.

MACHADO, Carlos Eduardo. **Um capítulo da história da modernidade estética: debate sobre o Expressionismo**. São Paulo, Unesp, 2016.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Programa del Partido Socialista Peruano**, 1929. Disponível em <<https://www.marxists.org/espanol/mariateg/1928/oct/07a.htm>> Acesso em 29/03/2017.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Acta de constitución del Partido Socialista Peruano**, 1929. Disponível em <<https://www.marxists.org/espanol/mariateg/1928/oct/07.htm>> Acesso em 29/03/2017.

MARIÁTEGUI, José Carlos. O crepúsculo da civilização. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Revolução Russa: história, política e literatura** – organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo, Expressão Popular, 2012a.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

MARIÁTEGUI, José Carlos. A Revolução Russa. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Revolução Russa: história, política e literatura** – organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo, Expressão Popular, 2012b.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Lunatcharsky. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Revolução Russa: história, política e literatura** – organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo, Expressão Popular, 2012c

MARIÁTEGUI, José Carlos. Máximo Gorki e a Rússia. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Revolução Russa: história, política e literatura** – organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo, Expressão Popular, 2012d

MARIÁTEGUI, José Carlos. A nova literatura russa. MARIÁTEGUI, José Carlos. **Revolução Russa: história, política e literatura** – organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo, Expressão Popular, 2012e.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Máximo Gorki, a Rússia e Cristóbal de Castro. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Revolução Russa: história, política e literatura** – organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo, Expressão Popular, 2012f.

MARIÁTEGUI, José Carlos. O centenário de Tolstoi. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Revolução Russa: história, política e literatura** – organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo, Expressão Popular, 2012g.

MARIÁTEGUI, José Carlos. A Rússia de Dostoiévski: a propósito do livro de Stephan Zweig. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Revolução Russa: história, política e literatura** – organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo, Expressão Popular, 2012h.

MARIÁTEGUI, José Carlos. O Diário de Kostia Riabtzev. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Revolução Russa: história, política e literatura** – organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo, Expressão Popular, 2012i.

MARIÁTEGUI, José Carlos. O realismo na literatura russa. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Revolução Russa: história, política e literatura** – organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo, Expressão Popular, 2012j.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

MARIÁTEGUI, José Carlos. “Caminhantes”, por Lidia Seifulina. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Revolução Russa: história, política e literatura** – organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo, Expressão Popular, 2012k.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Mobilização Antissoviética. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Revolução Russa: história, política e literatura** – organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo, Expressão Popular, 2012l.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Sergei Essenin. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Revolução Russa: história, política e literatura** – organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo, Expressão Popular, 2012m.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Leon Trotsky. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Revolução Russa: história, política e literatura** – organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo, Expressão Popular, 2012n.

MARIÁTEGUI, José Carlos. O Exílio de Trotsky. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Revolução Russa: história, política e literatura** – organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo, Expressão Popular, 2012o.

MARIÁTEGUI, José Carlos. “Os Artamonov”. Romance de Máximo Gorki. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Revolução Russa: história, política e literatura** – organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo, Expressão Popular, 2012p.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Caracas, Biblioteca Ayacucho, 2007.

PARSON, Guillermo. Trotsky y Mariátegui. **Razón y Revolución** (Buenos Aires), n.5, 1999.

PERICÁS, Luiz Bernardo. José Carlos Mariátegui e a Rússia. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Revolução Russa: história, política e literatura** – organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

PORTANTIERO, Juan Carlos. O nacional-popular: Gramsci em chave latino-americana. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs). **Gramsci e a América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

QUIJANO, Aníbal. Prólogo – José Carlos Mariátegui: Reencuentro y debate. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas, Biblioteca Ayacucho, 2007.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo, Editora 34. 2000.

SANTAELLA GONÇALVES, Rodrigo e BRITO, Leonardo. Notas teóricas sobre a “nacionalização” do marxismo: os casos do Seminário d'O Capital e o do grupo Comuna. **Outubro**(São Paulo), v.28, 2017.

TAPIA, Luis. **La producción del conocimiento local**. La Paz: Muela del Diablo, 2002.

TROTSKY, Leon. **O que é a revolução permanente (teses)**, 1930. Disponível em <http://www.esquerdadiario.com.br/Leon-Trotsky-O-que-e-a-revolucao-permanente-teses> . Acesso em 13/03/2018.

Resumo:

O artigo analisa a interpretação do marxista peruano José Carlos Mariátegui sobre os aspectos históricos, políticos e culturais da Revolução Russa. Além de expor os principais traços de sua perspectiva, o artigo sustenta que na forma como Mariátegui interpretou a síntese entre nacional e universal produzida pela Revolução de 1917 encontram-se elementos que prenunciam as principais características do seu marxismo criativo, concretizado principalmente no seu clássico *7 ensaios de interpretações da realidade peruana* e nas formulações políticas do Partido Socialista Peruano, partido do qual colaborou na fundação. Assim, a Revolução Russa teria tido um impacto decisivo no pensamento “herético” de Mariátegui, e por sua vez sua análise sobre ela já demonstra as principais marcas de seu marxismo criativo.

Palavras-chave: José Carlos Mariátegui; Revolução Russa; Nacionalização do marxismo; marxismo latino-americano

Abstract:

The article analyzes the interpretation of the Peruvian Marxist José Carlos Mariátegui on the historical, political and cultural aspects of the Russian Revolution. In addition to exposing the main features of his perspective, the article maintains that in the way Mariátegui interpreted the synthesis between national and universal produced by the

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

Mariátegui e a Revolução Russa: marxismo criativo e militante
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
Rodrigo Santaella Gonçalves

Revolution of 1917 are elements that foretell the main characteristics of his creative Marxism, materialized mainly in his classic 7 essays of Interpretations of the Peruvian reality and in the political formulations of the Peruvian Socialist Party, party of which it collaborated in the foundation. Thus the Russian Revolution would have had a decisive impact on Mariátegui's "heretical" thought, and in turn his analysis of it already demonstrates the main marks of his creative Marxism.

Keywords: José Carlos Mariátegui; Russian revolution; Nationalization of Marxism; Latin American Marxism.

O MUNICIPALISMO LIBERTÁRIO E A REVOLUÇÃO EM ROJAVA

Isaías Albertin de Moraes¹
isaiasalm@gmail.com

Fernando Antonio da Costa Vieira²
fermavieira@uol.com.br

Introdução

A guerra civil da Síria, que teve início em março de 2011, é considerada a maior crise humanitária do século XXI até o momento segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). O *Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados* (ACNUR) estima que houve, até o presente, 5,5 milhões de refugiados sírios e 6,6 milhões de deslocados internos no país (ACNUR/Global Trends, 2016).

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Araraquara). Pesquisador do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania (NEPESC/Unesp). Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES.

² Doutor em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido Mendes (IUPERJ/UCAM). Coordenador do Grupo Movimentos Sociais e Mídia: Embates e Aproximações.

Desde o início do conflito, o número de pessoas severamente feridas é de mais de 2 milhões e o número de mortos já passa os 511 mil de acordo com *Syrian Observatory for Human Rights (SOHR)*, sendo que 85% foram vítimas de ataques do governo ou de forças aliadas (SOHR, 2017). Segundo *Syrian Center for Policy Research (SCPR)*, dos 20,8 milhões de habitantes que o país possuía em 2011, 11,5% foram mortos ou sofreram ferimentos graves. Atualmente a população da Síria é de aproximadamente 18,4 milhões (SCPR, 2017).

O conflito sírio iniciou-se após manifestantes irem às ruas pedindo mudanças políticas e econômicas em março de 2011. O estopim para as manifestações foi a prisão e as torturas de adolescentes e de crianças na cidade de Daraa, no sudoeste da Síria. Quinze jovens, alguns com idades de 10 anos, inspirados pelas manifestações populares, que naquele momento estendiam-se pelos países árabes, a Primavera Árabe, picharam frases contra o regime opressivo de Bashar Al-Assad nos muros de uma escola. Uma dessas, usando da rima que o idioma árabe proporciona, afirmava o seguinte “Agora é sua vez, doutor!”³, outras reproduziam os conhecidos *slogans* dos recentes levantes populares da Tunísia e do Egito: “O povo quer a queda do regime” e “Liberdade” (WEISS & HASSAN, 2015, p. 126-127).

Os pais dos adolescentes solicitaram publicamente a soltura de seus filhos, afirmando que eram apenas jovens estudantes e que não representavam ameaças ao regime de Assad, que está no poder desde 2000. Alguns pais afirmaram que os jovens eram os únicos filhos meninos que possuíam. Na ocasião, o chefe das forças de segurança do regime, General Atef Najib, primo de Assad, declarou: “Mande-nos suas esposas e faremos filhos novos para

³ Bashar Hafez al-Assad é formado em medicina e é conhecido como o doutor que virou ditador ente seus opositores.

vocês” (WEISS & HASSAN, 2015, p.127). A declaração de Najib provocou fortes protestos em Daraa.

Em 15 e 16 de março de 2011, as manifestações em Daraa e em Damasco avolumaram-se. A pauta exigia o fim da lei de emergência (vigente desde 1963) e dos tribunais de exceção. O regime de Assad recorreu ao efetivo policial tradicional e a *Mukhabarat* (polícia secreta) para conter o levante, além de afirmar se tratar de uma rebelião armada de grupos salafistas⁴. Em 23 de março de 2011, ocorreram novas manifestações em Daraa, que foi duramente reprimida pela ditadura de Assad. A força coercitiva do governo sírio agiu de forma brutal, deixando pelo menos 100 mortos, segundo dados da *SOHR*. Isso fez com que outras cidades e grupos aderissem ao levante. Em pouco tempo, manifestações espalharam-se por Damasco, Homs, Baniyas, Talkalakh e Alepo.

Para conter os levantes, que se tornaram cada vez maiores e mais organizados, Assad lançou mão da polícia e da *Mukhabarat*, *mas, também, do exército e de grupos milicianos pró-regime. Torturas e estupros tornaram-se armas utilizadas pelas forças repressoras para levar o medo à população. Tal fato intensificou a determinação dos manifestantes que ampliaram suas ações diretas.* Alguns grupos anti-Assad começaram a pegar em armas, primeiramente para se defender, posteriormente para expulsar as forças de segurança e seus simpatizantes, transformando, assim, em centros de poderes em determinadas regiões.

Em 30 de junho de 2011, foi criado o Exército Sírio Livre (ESL). O grupo era formado por militares desertores que recusaram a atirar em manifestantes. Inicialmente, o ESL teve apoio da população ao defender a queda de Assad e a instauração de um regime democrático e secular na Síria. Os EUA e seus aliados, por interesses geopolíticos e geoeconômicos na região, destinaram

⁴ Salafismo é um movimento ortodoxo do islamismo sunita fundamentalista e ultraconservador, defendendo, por exemplo, a aplicação da sharia.

recursos e capacitação para o ESL. À medida que o ESL crescia os grupos e as divergências internas multiplicaram-se. De acordo com Lister (2016), há mais de 80 unidades e associações que se intitulam membros do ESL. Em sua maioria grupos radicais islâmicos *jihadistas* que aproveitaram o financiamento e o treinamento externo e se estabeleceram. Em virtude de um vazio de poder em diversas cidades, usando de redes de financiamento e de representações já instaladas na região, os grupos fundamentalistas religiosos ganharam cada vez mais espaço. Muitos se organizaram em torno do autoproclamado Estado Islâmico (EI)⁵ no leste do país e da Frente *AlNusra* (posteriormente rebatizada de *Fateh al-Sham*) no oeste. Ambos conseguiam financiar seus armamentos por meio da exploração e troca de petróleo no mercado negro.

Ao norte do país, a população curda aproveitou o enfraquecimento do regime de Assad e se organizaram. O *Partiya Yekîtiya Demokrat (PYD)* (Partido de União Democrática) instituiu exércitos de autodefesa, além de organização política-social-econômica independente de Damasco. Percebe-se que os conflitos armados rapidamente alastraram-se pelo país e os combates tornaram-se mais complexos, deixando de serem somente enfrentamentos entre pró-Assad X anti-Assad, assomando questões sectárias entre maioria sunita do país, xiitas e alauítas, além de questões étnicas e territoriais, como os dos curdos em Rojava no norte da Síria. A Síria, ao contrário de outros países da região, é uma nação multicultural e multiétnica: cerca de 60% da população são de sunitas, 10% de alauítas, 10% de cristãos, 10% de curdos, 8% de drusos e 2% de xiitas (HUMAN RIGHTS WATCH, 2014).

Para deixar o cenário mais complexo ainda, a Guerra da Síria passou a contar com forte participação de potências e grupos internacionais. A princípio, os EUA e seus aliados ocidentais, mormente França e Reino Unido,

⁵ O EI também é chamado pelo acrônimo *Daesh*.

opuseram-se ao regime de Bashar Al-Assad e financiaram o ELS. Desde 2013, o Irã e o grupo paramilitar libanês *Hezbollah* apoiam diretamente o governo ditatorial de Assad e lutam contra o EI, o ELS e o *Fateh al-Sham*. Desde 2015, a Rússia destinou homens e recursos para suportar Assad, construindo bases no país, e a China vem dando apoio indireto a Damasco (CHULOV et al, 2015; CHARLEAUX, 2018). Com a entrada da Rússia no conflito e com a adesão de fundamentalistas islâmicos ao ELS, os EUA deixaram de apoiar sistematicamente o grupo e começaram a agir de forma mais pontual. Uma das estratégias dos estadunidenses foi de realizar bombardeios cirúrgicos contra o EI e contra centros de armas químicas de Assad. Além de financiar e treinar as forças curdas no norte do país (GUMRUKCU; NEHME, 2018).

O ELS, sem financiamento dos EUA, recorreu ao apoio da Turquia que tem interesse de usar o grupo para conter os curdos no norte e para adquirir petróleo barato no mercado negro. A Rússia, em mais de uma ocasião, acusou a Turquia de comprar petróleo do EI e de armar o grupo (BROOKS-POLLOCK, 2015). A Rússia, desse modo, bombardeou fortemente as instalações do EI, fazendo com que o grupo perdesse força. Conforme estudo da consultoria de conflitos *IHS Markit* (2017), o EI perdeu 60% de seu território, que englobava parte da Síria e do Iraque, e 80% de sua receita. Vários ex-combatentes do EI filiaram-se ao ELS, que segundo Lister (2016), atualmente não passa de diversos grupos islâmicos radicais sem uma direção coesa.

Observa-se que a complexidade social, política, econômica, cultural e militar; a multifatorialidade, a quantidade de atores envolvidos e a contemporaneidade da Guerra da Síria fizeram com que houvesse a necessidade de uma delimitação temática e temporal bem estruturada para evitar desvios analíticos e teóricos para realização da pesquisa. Dessa maneira, buscando contribuir para os avanços acadêmicos sobre a questão, sem, entretanto, ter a

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

pretensão de ser um estudo definitivo e profundo sobre o tema proposto, mas se apresentando como uma análise descritiva e conjuntural, este artigo tem como delimitação temática a Revolução de Rojava, norte do país, com domínio dos curdos, liderada pelo *PYD*. Optou-se pelo recorte histórico a partir de 2005.

O *PYD*, seu modo operante, sua estrutura ideológica-político, sua construção social e econômica está tendo parca cobertura da mídia ocidental e do meio acadêmico. A pesquisa escolheu tal unidade de análise em razão de seu valor histórico, social, cultural e político ímpar na contemporaneidade. O *PYD* não se apresenta somente como um grupo anti-Assad ou independentista, mas como um grupo que está buscando promover uma Revolução Socialista Libertária na região de Rojava. O modelo que o *PYD* defende de organização social-política-econômica é inovador, pois rejeita o papel do Estado-nação e da democracia representativa, privilegiando o poder local e a democracia radical. O marco teórico que o *PYD* se orienta é o do Municipalismo Libertário de Murray Bookchin.

O estudo adotou como método de análise o histórico-documental e como objetivo metodológico o exploratório. Assim, a pesquisa visou orientar mais na formulação de hipóteses do que de responder a perguntas. Além de ter utilizado de ferramentas da análise conjuntural como, reunião, simultaneamente com esforços de conhecimentos e descobertas sobre a temática, configurando o recorte temporal, ladeando com retrospectivas históricas e teóricas responsáveis pela explanação e pela argumentação do artigo.

Realizou-se o levantamento, a seleção, o fichamento e o arquivamento de informações relacionadas ao objeto estudado. Adotou-se, posteriormente, uma abordagem sistemática por meio da avaliação crítica dos dados bibliográficos e históricos, de fontes primárias e secundárias. O estudo utilizou, nesta fase, da triangulação de dados, recorrendo a livros, jornais, revistas, filmes,

entre outros meios, objetivando a construção dos acontecimentos rotulados pelos fatos relevantes, cenários ou lugares de ocorrências de ações, bem como o papel de agentes, as relações de forças (confronto, coexistência ou cooperação), as estratégias, as táticas e as articulações entre a conjuntura e a estrutura que corroboraram ou viabilizaram o surgimento do fenômeno analisado.

Para compreender o *PYD*, suas frentes de batalhas no norte da Síria, a defesa de um modelo socialista libertário, é preciso assimilar o processo histórico que o influenciou, isto é, o movimento político da luta do povo curdo por autonomia e o protagonismo do *Parti Karkerani Kurdistan (PKK)* nesse propósito. Para tanto, o artigo foi dividido em três partes. A primeira procurou abarcar a construção de um diagnóstico centrado na linha histórica interpretativa de identificação dos movimentos políticos da luta do povo curdo por autonomia e no protagonismo do *PKK*. A segunda parte tentou em abarcar como o *PKK* e seu aliado sírio o *PYD* vêm moldando sua ideologia marxista-leninista para um viés socialista libertário, conhecido como Municipalismo Libertário. A terceira seção pretendeu apresentar como está sendo organizada a sociedade em Rojava. Nas considerações finais, a pesquisa buscou englobar a apreciação, constituída pelo diagnóstico histórico-teórico e pelos indicadores conjunturais apresentados, levantando algumas hipóteses sobre a temática analisada.

O Povo Curdo e o *PKK*

Os curdos são um grupo étnico formado por aproximadamente 26 milhões de pessoas distribuídos nos territórios da Armênia, Azerbaijão, Irã, Iraque, Síria e Turquia. Essa região, com forte presença curda, com aproximadamente 450 mil quilômetros quadrados, é conhecida como Curdistão. As origens históricas dos curdos são imprecisas. Acredita-se que são

descendentes da grande família indo-europeia que se fixou na região há cerca de 4.000 anos. Entre essa se destacaram os medos, os armênios, os persas e os turcos. Os curdos consideram-se descendentes dos medos, tribo ariana que lutou para derrubar o Império assírio em 612 A.C. A organização social dos curdos baseia-se na formação de clãs. A maioria dos clãs usa o idioma curdo. Esse tem sua raiz no indo-europeu, como o persa, mas a grafia pode variar. Alguns grupos falam outros idiomas, como: *Gorani*, *Bajelani*, *Kirmanjki*, *Dimli*, *Sarli* e *Shabaki*. Os curdos tiram sua subsistência de atividades como: o pastoreio, a agricultura e a confecção artesanal de roupas e tapetes (FERNÁNDEZ, 2007; KREYENBROEK & SPERL, 1992; McDOWALL, 2004; ÖCALAN, 2008).

Durante a expansão árabe, no século VII, os curdos, em sua maioria, converteram-se ao islamismo, tendo sido designados de *Kurti*, palavra suméria que significa “povo da montanha”. Atualmente, essa é a religião predominante entre os curdos em sua vertente sunita da escola *Shafi'i*. Há, ainda, um terço dos curdos que professam o *yazidismo* (comunidade étnico-religiosa com sincretismo entre: zoroastrismo, islamismo, cristianismo e tradições pré-islâmicas), alguns o judaísmo e o cristianismo, mas são minorias. A partir do século X começou a se formar os primeiros principados curdos na região do Curdistão. Os principados permaneceram autônomos até 1639, quando a região foi dividida entre os impérios Persa e Otomano. Desde então, sucessivas reorganizações territoriais, políticas e econômicas foram sendo realizadas no território onde os curdos habitam de acordo com os interesses da geopolítica internacional (FERNÁNDES, 2007; KREYENBROEK & SPERL, 1992; McDOWALL, 2004).

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com o desmembramento do Império Otomano, a região do Curdistão foi recortada por fronteiras de diferentes Estados-nações. A maioria do povo curdo ficou na Turquia, entre 12

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

a 15 milhões, aproximadamente 19% da população; no Irã, em torno de 5 milhões, mais de 7% ; no Iraque, de 4 a 5 milhões, 20%; na Síria 1,8 milhão, 10%; e outros 300 mil espalhados na Armênia e no Azerbaijão. Há, também, um milhão de curdos pelo mundo, grande parte vive na Alemanha (FERNÁNDES, 2007; KREYENBROEK & SPERL, 1992; McDOWALL, 2004).

As promessas da França e do Reino Unido, durante as negociações de paz pós-Primeira Guerra Mundial, de estabelecer o Estado Curdo foram frustradas com a ascensão de Mustafa Kemal Atatürk ao poder da Turquia. Em 24 de julho de 1923, Atatürk, liderando o Movimento Nacional Turco, conseguiu proclamar a República da Turquia e a criação da Grande Assembleia Nacional da Turquia (KREYENBROEK & SPERL, 1992; McDOWALL, 2004; NEZAN, 2016). O novo regime turco, buscando a unificação do país, empenhou-se em combater a língua, a cultura e as instituições curdas. Em março de 1925, houve a primeira grande revolta curda, a Rebelião do Sheik Said. Ela foi organizada pelo Sheik Said Piran e outros membros do clero da tribo *zaza*, que se consideram eticamente parte dos curdos. Não alcançou sucesso. (OLSON, 2000; SAYAN, 2002; JWAIDEH, 2006).

No mesmo ano, iniciou-se na antiga província de Karaköse, no nordeste da Turquia, uma nova revolta comandada pelo General Ihsan Nuri Pasha. Os rebelados, liderados pelo comitê central do Partido libanês *Khoybun* (Independência), composto por curdos e armênios, proclamaram a criação de um Estado Curdo, a República de Ağri. A ação, todavia, não teve reconhecimento de outros países. Sofrendo forte pressão turca, que mobilizou mais de 60 mil homens e 100 aeronaves para região em 1930, os curdos tiveram de se retirar e não conseguiram estabelecer seu país (OLSON, 2000; SAYAN, 2002; JWAIDEH, 2006).

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

Entre 1936 a 1938, houve a Revolta de Dersin dirigida pelo Sheik Sayyid Riza. O desencadeamento da revolta ocorreu, entre outros motivos, pela Lei de Reassentamento aprovada pelo governo Turco. Essa visava, entre outras medidas, o deslocamento forçado de pessoas dentro do país, com o objetivo de promover a homogeneidade cultural. O governo turco combateu fortemente a revolta enviando tropas e aviões, os líderes foram enforcados. Depois desse episódio, o governo turco implementou a lei marcial na região, destruindo aldeias, deportando pessoas, fazendo limpeza étnica e incentivando a imigração de kosovares albaneses e assírios. Acredita-se que mais de 1,5 milhões de curdos foram deportados ou mortos entre os anos de 1925 a 1938. Os curdos não podiam mais usar seus idiomas, sua história foi retirada dos livros escolares e as palavras “curdos” e “Curdistão” foram banidas dos dicionários. Os curdos passaram a ser denominados de “turcos das montanhas” (OLSON, 2000; HOUSTON, 2008; JWAIDEH, 2006; BRUINESSEN, 1994).

O cerco militar em toda região a leste do Eufrates se manteve até 1950. A entrada de estrangeiros na região foi controlada severamente pelo regime turco até 1965. A batalha pela autodeterminação curda foi sufocada. O renascimento do movimento organizado curdo se reestruturou somente na década de 1970 sob o amparo dos grupos marxistas que tinham células em toda Europa naquele período. Em 1974, Abdullah Öcalan, até então um estudante de Ciência Política da Universidade de Ankara, começou a se articular com grupos militantes de esquerda, como a *Dev-Genç* (Federação Revolucionária da Juventude da Turquia) de influência marxista. Em 27 de novembro de 1978, ele fundou, juntamente com outros estudantes, como Sakine Cansiz, Kemal Pir e Haki Karer, o *PKK* em um pequeno povoado na região de Diyarbakir. O *PKK* conseguiu se organizar na zona rural do Curdistão turco e estabelecer alguns centros operacionais nas cidades, ganhando simpatia da população curda. Öcalan foi capaz de estruturar o

PKK fora das dominações dos clãs curdos em um modelo mais burocrático e secular. Aliás, muitos dos chefes de clãs foram, inclusive, combatidos pelo *PKK* por colaborarem com o governo turco (MARCUS, 2007; ÖCALAN, 2008; VÁSQUEZ, 2015).

Em 12 de setembro de 1980, a Turquia sofreu um golpe militar liderado pelo Chefe do Estado Major General Kenan Evren. Os golpistas afirmavam que o país estava vivendo preocupantes ameaças comunistas. Houve severas repreensões aos movimentos de esquerda. O *PKK* sofreu duplamente: primeiro por ser marxista, segundo por ser um partido curdo. Em 15 de agosto de 1984, o *PKK*, portanto, optou oficialmente pela luta armada.⁶ Organizando-se em guerrilha com objetivo da libertação nacional e de emancipação do povo curdo por meio da criação de um Estado Curdo único, socialista e independente, o *PKK* atacou as instalações militares em Eruh e em Semdili (MARCUS, 2007; ÖCALAN, 2008; VÁSQUEZ, 2015).

O *PKK* criou o *Hêzên Rizgariya Kurdistan (HRK)* (Força para Libertação do Curdistão), liderado por Mahsum Korkmaz que se estabeleceu nas montanhas a leste da Turquia e abriu duas frentes de batalhas. A primeira era contra alguns líderes dos clãs curdos e outros grupos que foram acusados por Öcalan de não defenderem os interesses de seu povo, mas o do opressor. A segunda foi contra o próprio governo turco e às milícias de direita que realizavam uma política de assimilação forçada dos curdos, o *HRK* desencadeou, assim, uma série de ataques a instalações policiais, militares e a líderes políticos (VÁSQUEZ, 2015; MARCUS, 2007).

⁶ O *PKK* já realizava ações militares anteriormente, como a tentativa de assassinato do líder tribal curdo Mehmet Celal Bucak, acusado de explorar camponeses curdos e de colaborar com a Turquia; o atentado ao consulado turco em Estrasburgo na França com apoio do grupo radical armênio *Armenian Secret Army for the Liberation of Armenia (ASALA)*; além de combates contra grupos paramilitares fascistas na Turquia.

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

As Forças Armadas turcas, que governavam o país por meio de um Conselho de Segurança Nacional, empreenderam uma forte ofensiva contra o *PKK* e seu braço armado, o *HRK*. Muitos militantes curdos, acusados de terrorismo, como o próprio Kemal Pri, foram mortos, mais de 1.700, segundo Vásquez (2015), foram mandados para prisão, torturados e submetidos à pena de morte. Acuados e enfraquecidos, Öcalan e outros membros do *PKK* fugiram para a Síria e, posteriormente, estabeleceram o Comitê Central do *PKK* em um campo de treinamento de guerrilheiros no Vale Beca no Líbano (MARCUS, 2007).

A ida de seus principais líderes para outras nações fez com que o *PKK* ampliasse sua atuação e influência com os curdos de outras regiões. Em 1985, Öcalan e demais líderes fundaram a *Eniya Rizgariya Netewa Kurdistan (ERNK)* (Frente de Libertação Nacional do Curdistão) que tinha a intenção de organizar politicamente os curdos espalhados em diferentes regiões e países, construindo, assim, uma grande rede política e de resistência transnacional. A intenção era a construção do Estado Nacional Curdo de viés socialista-marxista. Em 1986, em razão da incapacidade de se obter seus objetivos pela via institucional política, o *PKK* estruturou o *Artêsa Rizgariya Gelê Kurdistan (ARGK)* (Exército Popular de Libertação do Curdistão). O exército era composto de curdos e de simpatizantes de várias regiões diferentes e adotou táticas de guerra móvel e de guerrilha urbana (MARCUS, 2007; VÁSQUEZ, 2015).

As principais ações do *ARGK* concentram-se na Turquia. Para combater o *ARGK*, o governo turco estabeleceu uma taxa de 70 dólares para a população curda como mecanismo de arcar com as despesas do conflito e, de certa forma, como um meio para punir os curdos. Tal medida só fez com que o *PKK* se fortalecesse ainda mais entre os clãs curdos. Em 1987, o governo da Turquia teve

de declarar estado de emergência nas províncias curdas, pois o *ARGK* estava conseguindo dominar cada vez mais espaços (VÁSQUEZ, 2015).

Durante o governo de Turgut Özal (1989 – 1993), o *PKK* conseguiu agir pela via negociada, elaborando um cessar-fogo e criando sua própria administração local em algumas áreas rurais. Özal, no entanto, morreu em 1993 e Süleyman Demirel (1993 – 2000) retomou a guerra contra o *PKK*, mas, por outro lado, permitiu que o idioma curdo voltasse a ser falado na Turquia. Nesse período, o regime turco empregou toda sua determinação em exterminar o *ARGK*, o *ERNK* e o *PKK*, lançando uma ofensiva não somente dentro do próprio território, mas extrafronteiras também. As mortes e as perseguições chegaram a milhares (ÖCALAN, 2008; VÁSQUEZ, 2015).

Alguns membros mais radicais do *PKK*, sofrendo as pressões, optaram por ampliar seus alvos – que antes ficavam restritos a militares, a políticos, a policiais, a representações diplomáticas e comerciais turcas – para atentados e para sequestros nas zonas de turismo estrangeiro na Turquia. Essas ações fizeram com que os EUA e a União Europeia (UE) incluíssem o *PKK* em suas listas de organizações terroristas. Outros militantes do *PKK* preferiram seguir lutando pela via institucional, estabelecendo aliança com *Sosyaldemokrat Halkçı Parti (SHP)* (Partido Social Democrata Populista) ou criando seus próprios partidos como: *Halkın Emek Partisi (HEP)* (Partido Popular do Trabalho); *Demokrasi Partisi (DEP)* (Partido da Democracia); *Halkın Demokrasi Partisi (HADEP)* (Partido da Democracia do Povo); entre outros (BALCI, 2008).

No começo de 1999, o aumento da pressão turca sobre a Síria levou à expulsão de Öcalan do país. Em 15 de fevereiro de 1999, em uma ação conjunta entre o *Millî İstihbarat Teşkilatı (MIT)*, serviço secreto turco e a *Central Intelligence Agency (CIA)* dos EUA, Abdullah Öcalan foi capturado no Quênia. Em 28 de junho de 1999, Öcalan foi condenado a pena de morte. Em 2002, por pressão de

partidos políticos e movimentos sociais de esquerda, a pena foi convertida em prisão perpétua (ÖCALAN, 2008; VÁSQUEZ, 2015).

Evidencia-se que o pensamento de Öcalan e do *PKK* foi originalmente uma fusão do nacionalismo curdo com o socialismo marxista revolucionário. Na prisão, contudo, Öcalan realizou uma autocrítica e publicou diversos textos com seu novo modo de pensar, que rejeita o marxismo ortodoxo e a própria noção do Estado-nação. Segundo Öcalan:

It has become clear that our theory, programme and praxis of the 1970s produced nothing but futile separatism and violence and, even worse, that the nationalism we should have opposed infested all of us. Even though we opposed it in principle and rhetoric, we nonetheless accepted it as inevitable. [...] dogmatism is nurtured by abstract truths which become habitual ways of thinking. As soon as you put such general truths into words you feel like a high priest in the service of his god. That was the mistake I made (ÖCALAN apud TAYLOR, 2014 p. s/n).

De acordo com Öcalan (2001), após o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991, e com a abertura econômica da República Popular da China (RPC), os líderes e vários militantes de bases do *PKK* procuraram um novo rumo para seu socialismo. Tanto a URSS quanto a China eram os modelos adotados pelo *PKK*, no entanto, o realismo pragmático marxista acompanhado pelo culto à personalidade havia fracassado nesses países. Durante o exílio, eles tiveram contato, segundo o combatente curdo Ercan Ayboğa (2011), a escritos de filósofos, de feministas, de (neo) anarquistas, de comunistas libertários, de comunalistas e de ecologistas sociais.

Öcalan se aproximou de pensadores socialistas libertários, particularmente, os trabalhos de Municipalismo Libertário do estadunidense Murray Bookchin. Desde então, Öcalan vem modificando e contribuindo para essa visão, estabelecendo algo que ele intitulou de Confederalismo Democrático.

O líder do *PKK*, atualmente, em entrevistas, artigos e livros não defende mais a criação de um Estado Nacional Curdo baseado no socialismo marxista, mas uma *Koma Civakên Kurdistan (KCK)* (União de Comunidades do Curdistão). Uma experiência socialista libertária, horizontalizada com democracia direta. Öcalan, apesar de se encontrar em confinamento na ilha-prisão de Imrali no mar de Marmara, é um líder carismático, que possui determinante influência no movimento curdo mundial e entre intelectuais de esquerda.

Em 2005, *KCK* foi fundado e Abdullah Öcalan foi eleito presidente honorário. O *KCK* é uma organização política transnacional responsável por agregar partidos e movimentos curdos de diferentes regiões sob os preceitos do Confederalismo Democrático. Atualmente, o *KCK* é composto por: *PKK*, *PYD*, *Partiya Jiyana Azad a Kurdistanê (PJAK)* (Partido da Liberdade do Curdistão - Irã), *Partî Çareserî Dîmokratî Kurdistan (PÇDK)* (Partido da Solução Democrática do Curdistão – Iraque). No seu 5º Congresso em 2007, o *KCK* contou com 213 representantes curdos de diversos países. Na ocasião, reafirmaram Öcalan como presidente honorário e o Confederalismo Democrático, alicerçado no Municipalismo Libertário, como princípio ideológico do movimento (ÇANDAR, 2012).

O Municipalismo Libertário

O Municipalismo Libertário foi desenvolvido por Murray Bookchin. Filho de operários imigrantes russos, nascido em 1921 em Nova Iorque, ele teve contato com os escritos e a militância política desde muito novo em virtude de sua avó que frequentava grupos de orientação marxistas e defensores da URSS. Na adolescência, Bookchin frequentou a escola para trabalhadores da região e, após um período trabalhando como jornalista, empregou-se em uma fundição

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

de Nova Jersey. Nessa época, militou ativamente no movimento sindical, por meio da *United Electrical Workers*, recrutando membros para o *Socialist Workers Party (SWP)*, que seguia a diretriz marxista-leninista (BIEHL, 2014).

Bookchin frequentou o *City College* em Nova Iorque onde se envolveu com trotskistas. Em 1947, organizou, com um grupo de socialistas, a revista *Contemporary Issues – A Magazine for a Democracy of Content*. No periódico, Bookchin publicou seus primeiros estudos. Em 1950, o *Manufacturing Belt* (Cinturão da indústria) nos EUA – estava enfrentando greves por melhores condições de trabalho, Bookchin participou ativamente das manifestações que obtiveram sucesso em conquistar aumento salarial, mas, para o autor, isso representou a cooptação do proletariado pela burguesia. Conforme relata:

Quando saímos vitoriosos da greve, e retornamos ao trabalho, eu me dei conta de uma mudança total, tanto na organização quanto entre os trabalhadores. Estava claro que o sindicalismo era agora aceito pela burguesia, e que os trabalhadores haviam abandonado seu espírito revolucionário, e estavam apenas interessados pelas vantagens materiais; em suma, reinava uma atmosfera de desmobilização da classe (BOOKCHIN, 1999, p.10).

Em 1956, houve a Revolução Húngara contra o autoritarismo da URSS. A repressão soviética foi dura, fazendo com que muitos militantes e intelectuais de esquerda rompessem com Moscou, Bookchin foi um desses. Bookchin, impactado pelos resultados limitados das greves que participara e decepcionado pelo socialismo real implementado pela URSS, voltou-se para os estudos dos socialistas libertários e de outras correntes anarquistas. Para o autor, o movimento sindicalista e a classe trabalhadora estavam enfraquecidos como espaço de luta e de atores revolucionários, pois havia limites políticos, sociais e econômicos impostos pela estrutura capitalista. Bookchin procurou estabelecer novas formas de organização e de luta (BOOKCHIN, 1999).

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

De 1960 a 1985, Bookchin ocupou-se em pesquisar sobre ecologia, meio ambiente, sociedade e anarquismo. Lecionou na *Alternate U*, uma escola de pensamento radical contracultural de Nova Iorque, no *Goddard College* e na *Ramapo College* em Nova Jersey. Em 1987, Bookchin publicou o livro intitulado *Urbanization Without Cities: the Rise of Urbanization and the Decline of Citizenship*. Na obra, ele apresenta as principais teorias políticas que o influenciaram e desenvolve o conceito de Municipalismo Libertário. Em suma, o conceito operacionaliza um sistema no qual instituições libertárias de assembleias diretamente democráticas opor-se-iam e substituiriam o Estado-nacional por uma confederação de municípios livres. É uma tentativa de proposta revolucionária transclassista, de incentivo comunitarista que visa conjugar interesses comuns de diferentes setores sociais. Segundo Bookchin:

Libertarian or confederal municipalism seeks to expand the democratic institutions that still linger on in any modern republican system by opening them to the widest public participation possible at any given time. [...]It is not that state power is to be "seized" - and then never relinquished-but that popular power is to be expanded until all power belongs to the institutions of a participatory democracy (BOOKCHIN, p. xxiii, 1992a).

Para Bookchin (2015), o município, o bairro, a tribo, a aldeia é onde se faz a verdadeira e real política. É onde ocorrem as mais densas relações humanas, pois é o local de trabalho, de moradia, de divertimento, de negócios, etc. Segundo o autor: “A comuna é a célula viva que forma a unidade de base da vida política e da qual tudo provém: a cidadania, a interdependência, a confederação e a liberdade” (BOOKCHIN; BOINA & ENCKELL, 2003, p.20). Contudo, com a construção do Estado-nação, no final do século XVIII e início do século XIX, com a Revolução Industrial, século XIX, e o fortalecimento do sistema capitalista, a ética social perdeu espaço para uma ética econômica utilitarista e mecanicista. Essa penetrou em vários meios sociais,

como o próprio movimento sindicalista, que se estruturou não em um viés comunitarista, mas em uma organização aos moldes da sociedade industrial.

O sistema capitalista fez com que a cidade, a comuna e o bairro, na era moderna, tornam-se fragmentados, divididos, conflitivos. O mercado organizado pela ética capitalista neoliberal enalteceu a apropriação desigual de espaços via especulação imobiliária, reforçando o papel dos locais de vivência puramente de reprodução da força de trabalho, menosprezando, assim, sua construção histórica-social-política. Bookchin (1999) afirma que na modernidade a urbanização, via capitalismo, degradou o conceito de *cite* ou *polis* – corpo político de cidadão livres, para o de *urbe* – conjunto de edifícios, praças; ou seja, enalteceu o lado físico da cidade e não o comunal. De acordo com o autor:

[...] o município é espaço econômico e espaço humano, de transformação do grupo quase tribal em corpo político de cidadãos. A política — gestão da cidade (polis) — tem sido desvirtuada em governo do Estado, tal como a palavra polis tem sido impropriamente traduzida por Estado. Esta degradação da cidade em Estado repugna aos antiautoritários, dado que o Estado é instrumento das classes dominantes, monopólio institucionalizado da violência necessária para assegurar o domínio e a exploração do homem pelo homem (BOOKCHIN, 1999, p.13).

Para Bookchin (1992, 1999, 2015), inspirado nos estudos de Piotr Kropotkin e Liev Tolstói, cabeira aos movimentos de bairros, as organizações tribais, os movimentos feministas, diversos comitês e coletivos, os ecologistas, as associações de moradores e de bairros serem os novos atores transformadores da sociedade por meio da construção de um tipo de cidade qualitativamente diferente, mais libertária. Esses, apesar de terem interesses específicos, possuem interesses comunais gerais, como o de estabelecer uma sociedade mais justa. A liberdade do município é, portanto, muito mais que meramente um acesso aos

espaços físicos ou naturais presentes, mas é o direito de organizar as próprias relações sociais, econômicas e políticas.

Segundo Bookchin, é necessário lutar por uma descentralização institucional, mas que não resultaria necessariamente em uma descentralização territorial. Seria, portanto, o repasse do poder administrativo para conselhos locais, resgatando o protagonismo político dos cidadãos. A política partidária, para Bookchin, Boina e Enckell, (2003), criou um sistema de relação de poder gerido de forma profissional, estabelecendo estruturas hierarquizadas e burocráticas que acabou rotulando os cidadãos como simples eleitores e pagadores de impostos. É preciso resgatar, portanto, a noção do conceito de política como: gestão dos negócios públicos pela população em nível comunitário, isto é, a política como algo participativo e cotidiano das pessoas.

O espaço para isso, assim como era na Grécia Antiga ou nas guildas e nas hansas mediáveis, é, para Bookchin (1992, 1999, 2015): as praças, as associações, o local de trabalho e de lazer, a escola, entre outros, distribuídos espacialmente pela cidade, pela comuna e pelo bairro. Dessa forma, os indivíduos organizados em conselhos, coletivos, comitês e associações buscariam a autogestão, a democracia direta e participativa e a vida comunitária como mecanismo de transformação social, porém sem perder suas singularidades e particularidades. Bookchin, intenta realizar o resgate da tradição de autonomia da cultura helênica e sua preocupação com a educação política do cidadão. Em suas palavras: “a autonomia helênica estava intimamente relacionada com a ideia de governo social, e com a capacidade que o indivíduo tinha em participar diretamente no governo da sociedade em que vivia, antes mesmo de se ocupar de suas atividades econômicas” (BOOKCHIN, 1998, p. 82).

Não somente politicamente o município ganha força na teoria desenvolvida por Bookchin, também, economicamente. Para contrapor a

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

crescente privatização dos bens públicos e o fortalecimento das grandes corporações, que visam cada vez mais à maximização dos lucros, o autor propõe uma economia municipal. Nessa, a propriedade não é nacionalizada nem privatizada, mas é municipalizada para que seja utilizada em benefício da sociedade local em uma economia coletiva. Por meio das assembleias e de conselhos de cidadãos, as entidades econômicas tenderiam a seguir preceitos éticos de cooperação e de intercâmbio justo. Nas palavras de Bookchin: “a terra e as empresas sejam postas de modo crescente à disposição da comunidade, ou mais precisamente, à disposição dos cidadãos em suas livres assembleias e de seus deputados nos conselhos confederais” (BOOKCHIN, 2003, p.35).

Observa-se que a organização da economia municipal deve ser alicerçada em valores éticos, coletivos e morais em vez de puramente utilitarista e economicista. Defensor da autogestão e da ação direta, Bookchin argumenta que a produção não seja assentada totalmente na produtividade e no lucro, mas em uma responsabilidade cívica, em um comprometimento moral do indivíduo com a comunidade e com a sustentabilidade ambiental (AUGUSTO, 2011-2012).

Conforme Bookchin:

[...] a criação de uma economia inteiramente nova, baseada não só na “democracia no local de trabalho”, mas na estetização das capacidades produtivas humanas; a abolição da hierarquia e dominação em todas as esferas da vida pessoal e social; a reintegração de todas as comunidades sociais e naturais em um ecossistema comum. Este projeto implica um corte total com a sociedade de mercado, as tecnologias dominantes, o estatismo, as sensibilidades patricêntricas e prometéicas para com os humanos e a natureza, que foram absorvidas e realçadas pela sociedade burguesa. (BOOKCHIN, 2010, p. 32)

Em suma, a estratégia de ação do Municipalismo Libertário pode ser categorizada nas seguintes etapas. 1. Dar autonomia as municipalidades de forma legal e com poder de decisões. 2. Democratizar os municípios por meio de

assembleias de base e de instituições libertária. 3. Unir as municipalidades em redes regionais e nas confederações mais amplas, trabalhando paulatinamente para substituir os Estados-nações por confederações municipais. 4. Unir os movimentos sociais, os coletivos, as associações progressistas, fortalecendo a sociedade civil e estabelecendo um ponto focal mútuo e de interesses gerais. 5. Assembleias comunais devem se reunir para debates, conflitos e deliberações, tornando uma arena de luta de classes e mantendo sempre seu caráter laico (BOOKCHIN, 1992a, 1992b, 1999, 2015; BOOKCHIN; BOINA & ENCKELL, 2003).

A Revolução Socialista Libertária de Rojava

Foi em contato com os estudos de Murray Bookchin que os militantes do *PKK* começaram a repensar sua ideologia, organização e movimento. Além disso, os membros do *PKK* estavam acompanhando o sucesso da mobilização Zapatista na México (1994) que conseguiram se organizarem. Segundo Biehl (2012), no início dos anos 2000, Öcalan começou a indicar para os militantes do *PKK* os livros de Bookchin: *Urbanization Without Cities: the Rise of Urbanization and the Decline of Citizenship* e *The Ecology of Freedom: The Emergence and Dissolution of Hierarchy*. Em 2004, os advogados de Öcalan entraram em contato com Bookchin, tentando persuadir o autor a visitar Öcalan na prisão, porém Bookchin já estava com 83 anos e com a saúde debilitada. Ambos começaram a trocar correspondências.

Confinado à solidão em sua prisão na ilha, Öcalan dedicou-se a escrever sua principal obra, *Prison Writings: The Roots of Civilisation*. Ele descreve um processo de evolução social, os macro-processos históricos da civilização cujas raízes estavam na Mesopotâmia, na Suméria, demonstrando como que o

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

Estado-nação eclipsou a democracia, a cidade, a comuna e os bairros como espaços de autogestão (ÖCALAN, 2001). Em 2005, reunindo preceitos do Municipalismo Libertário e de estudos de Economia Política Sistema-Mundo, sobretudo os escritos de Immanuel Wallerstein, Öcalan apresenta as novas diretrizes ideológicas do *PKK*, o Confederalismo Democrático.

Com vários textos sobre o tema já publicado, Öcalan (2012) afirma que o Confederalismo Democrático não está estruturado no centralismo burocrático, administrativo e coercitivo do Estado, mas na autoadministração e na descentralização do poder. Os grupos da sociedade, com todas suas particularidades identitárias, devem se expressar em reuniões locais, convenções e conselhos gerais. A política tem de ser parte cotidiana da vida do ser humano. De acordo com Öcalan:

El Confederalismo Democrático em Kurdistán están bien un movimiento antinacionalista. Apunta a la realización del derecho a la autodefensa de la gente a través del avance de la democracia en todo Kurdistán incuestionar las fronteras políticas existentes. Su meta no es la fundación de un Estado Nación kurdo. El movimiento tiene como intención establecer estructuras federales en Irán, Turquía, Siria e Irak que estén abiertas a todos los kurdos y al mismo tiempo formen una confederación paraguas para las cuatro partes de Kurdistán (ÖCALAN, 2012, p.34).

Para Öcalan (2005, 2012), o Confederalismo Democrático é uma organização social-política-econômica mais condicente com a realidade e costumes dos povos do Oriente Médio do que o modelo de Estado-nação apregoado pelo Nasserismo ou a matriz do Islã político empregado pelo Irã e pela Arábia Saudita. O Confederalismo Democrático defende, em sua essência, a superação do capitalismo como sistema econômico, a emancipação dos trabalhadores, a liberdade das mulheres diante da opressão do patriarcado e uma relação biocêntrica com a natureza.

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

Una economía próxima a la población debería basarse en el principio de redistribución; debería estar orientada a la obtención de beneficios sociales en lugar de basarse exclusivamente en la acumulación de riquezas y la sobreproducción. Las estructuras económicas actuales no solo deterioran la sociedad, sino también el medio ambiente. Una de las principales razones del deterioro de la sociedad se encuentra en los efectos nocivos de los mercados financieros. La producción de necesidades artificiales, la búsqueda interminable de nuevos mercados de consumo y la codicia sin límites de beneficios cada vez mayores son los responsables de la diferencia cada vez más abismal entre pobres y ricos, hinchando a diario el batallón de los que viven bajo el umbral de la pobreza o incluso de los que pasan hambre. Una política económica de este tipo no se puede tolerar ya más. Este es entonces el mayor desafío del proyecto socialista: implementar una política económica alternativa que no aspire únicamente al beneficio por el beneficio, sino a una distribución justa de los recursos y a la plena satisfacción de las necesidades básicas del conjunto de la sociedad (ÖCALAN, 2008, p. 36)

Observa-se que o líder do *PKK* foi influenciado diretamente pelos conceitos do Municipalismo Libertário, reconhecendo-os em suas cartas e mensagens. Öcalan afirmou que a sua procura por uma alternativa ao capitalismo tinha encerrado quando teve contato com as obras de Murray Bookchin. Em 2006, quando Bookchin morreu, o *PKK* emitiu uma nota oficial intitulado-o como:

[...] one of the greatest social scientists of the 20th century. [...] introduced us to the thought of social ecology and helped to develop socialist theory in order for it to advance on a firmer basis. [...] He showed how to make a new democratic system into a reality. [...] He has proposed the concept of confederalism, a model which we believe is creative and realizable (BIEHL, 2012, p.176).

Com a eclosão da Guerra da Síria em 2011, os curdos residentes no país ganharam potencialidade de organização, realizando uma Revolução Socialista

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

Libertária. Esses estão presentes na região de Rojava, fronteira com a Turquia. Rojava fica no norte da Síria e na parte ocidental do chamado Curdistão. A área estende-se por mais de 2.000 quilômetros quadrados e é composta por três cantões Afrîn, Kobanê e Cizire. Os cantões estão entre o rio Eufrates e o Tigres, um dos centros agrícolas mais antigos do mundo. As maiores cidades são: Kobanê, Amuda, Afrîn, e Qamişlo. A região conta com aproximadamente 17% da população da Síria (DIRIK et al, 2018).

Antes da Guerra, Rojava era responsável por 40% da produção de petróleo e de gás e 70% das exportações sírias. A pauta de exportação constava com petróleo, grãos, algodão e carne. A região contava com um parque industrial pouco desenvolvido, mas significativo para região, tendo, por exemplo, fábricas de cimento e fundições. O *PKK*, desde a década de 1980, tinha militantes e redes muito bem estabelecidas na região, havendo uma ampla cooperação dos curdos estabelecidos na Síria com os que se encontravam na Turquia (DIRIK et al, 2018).

Com a prisão de Öcalan, com a dissidência de alguns membros do *PKK* e com a necessidade de melhor se organizarem, os curdos da região de Rojava estruturaram o *PYD* (Partido de União Democrática) associado ao *PKK* em 2003. O *PYD* tem dois co-presidentes, atualmente, são: Salih Muslim Muhammad e a co-presidenta Asya Abdullah. Em 2004, o *PYD* fundou *Yekîneyên Parastina Gel* (*YPG*) (Unidades de Proteção Popular) responsável por autodefesa da população local. Em 2011, quando a Primavera Árabe chegou à Síria, fazendo com que eclodisse a guerra civil, o *PYD*, contando com apoio de vários combatentes do *PKK*, estava pronto para defender suas posições (*PYD*, 2017; DIRIK et al, 2018).

O ano de 2012 é a data que a Revolução Socialista Libertária Curda emerge. Nesse ano, aproveitando que as forças do governo sírio estavam se

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

deslocando para outras regiões com o intuito de enfrentar grupos insurgentes sunitas, deixando a segurança da região na mão de milícias pró-Assad, o YPG avançou sobre as principais cidades de Rojava. Eles conquistaram em pouco tempo Kobanê, Amuda e Afrîn, estabelecendo, primeiramente, o Comitê Supremo Curdo em conjunto com o partido *Encûmena Nîştimanîya Kurdî li Sûriyê* (ENKS) (Conselho Nacional Curdo). É nesse período, que o PYD criou a *Yekîneyên Parastina Jin* (YPJ) (Unidades de Proteção Feminina) uma brigada somente de mulheres dentro do YPG. Além de ter avançado para demais cidades de Al-Malikiyah, Rasal-Ayn, al-Darbasiyah e al-Muabbada (KNAPP, FLACH & AYBOĞA, 2016; DIRIK et al, 2018).

Ao ter o controle relativo de Rojava, o PYD e o PKK, não optaram em instalar um poder centralizado e nem de criar um Estado-nação, eles almejavam realizar uma Revolução Socialista Libertária na região. Isso os levou a desentendimentos com o ENKS, que defende uma inserção nos molde da democracia liberal capitalista, modelo adota por alguns curdos no Iraque e seu *Partiya Demokrat a Kurdistanê* (PDK) (Partido Democrático do Curdistão). Apesar dos atritos internos no movimento curdo, o PYD conseguiu se consolidar como o principal ator político e militar da região (KNAPP, FLACH & AYBOĞA, 2016; DIRIK et al, 2018). Em entrevista a pesquisadora do *Institute for Social Ecology*, Janet Biehl, dois representantes do PYD, Abdul kerim Omar and Çınar Salih, relatam:

Instead of an independent state, we prefer autonomy. The solution has to be at the grassroots level. The nation-state system has created many prejudices, so people think Arabs and Kurds and Turks can't get along. That idea has been reinforced by nation-state system. It's been wired into people's brains, with bad outcomes. It excluded conditions of coexistence and cooperation between people. We are struggling to get rid of these prejudices and create conditions for common life (BIEHL, 2015a, p.s/n).

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

O *PYD* e o *PKK*, aproveitando a organização em clãs dos curdos, estabeleceram comunas nos distritos e uma política de co-governança preocupada com igualdade de gênero – toda função em cada nível administrativo em Rojava inclui uma mulher e um homem – e com liberdade religiosa. Cada comuna é composta por até 400 famílias que elegem dois co-presidentes, sendo, obrigatoriamente, um homem e uma mulher. A maioria das comunas é composta por 50 a 100 famílias e se reúne em conselhos abertos à participação de todos para debater questões relevantes para aquela comunidade (SIMONS, 2015; ENZINNA, 2015; DIRIK et al, 2018).

As comunas têm liberdade para decidir a criação de comitês, com aproximadamente cinco a oito membros, que são responsáveis por resolver pequenas questões administrativas e sociais locais. Os conselhos comunais elegem dois co-presidentes da comuna. Os co-presidentes das comunas de cada bairro se reúnem estabelecendo, assim, o Conselho Popular Municipal. Esse agrupa de 7 a 30 participantes e é responsável por questões mais amplas e complexas, como diretrizes econômicas. A partir desse são escolhidos mais dois co-presidentes para compor o Conselho Popular da Província. Esse, por sua vez, é composto por 200 pessoas, co-presidentes eleitos por Conselhos Populares, movimentos sociais e pessoas eleitas pelo voto direto. A última instância é a Assembleia Legislativa dos três cantões, com representantes eleitos pelo voto direto e secreto com duração de quatro anos. O número de membros da Assembleia Legislativa é de um para cada quinze mil eleitores registrados em cada cantão, em proporção não inferior a 40% para ambos os sexos. Há cotas para jovens e preocupação com ações afirmativas para as minorias étnicas (KNAPP, FLACH & AYBOĞA, 2016; TAX, 2016; DIRIK et al, 2018; CARTA DEL CONTRATTO SOCIALE DEL ROJAVA, 2014)

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

Para a construção dessa complexa cadeia de participação democrática, o PYD estabeleceu o *Tevgera Civaka Demokratîk (TEV-DEM)* (Movimento da Sociedade Democrática) em 2013. Esse substituiu o Comitê Supremo Curdo e é composto por diversos grupos como partidos políticos, organizações sociais, entidades religiosas e outros coletivos político-sociais. O *TEV-DEM* é responsável, entre outras coisas, de coordenar e de mobilizar as pessoas por meio de palestras, de organização de eleições e de treinamentos, além de fazer os contatos diplomáticos dos curdos. O programa do *TEV-DEM* é profundamente influenciado e liderado pelo PYD, tendo três principais eixos: municipalismo libertário, pluralismo radical e a ecologia social. Se os conselhos comunais buscam ser ferramenta de autogestão, o *TEV-DEM* é responsável por conectar, por dialogar e por propagar as diretrizes ideológicas do Confederalismo Democrático com os mais variados grupos sociais e às comunas (GRAEBER, 2014; DIRIK et al, 2018).

Verifica-se que o processo criado faz com que os laços entre comunas e os conselhos não sejam cortados, assim como apregoa o Municipalismo Libertário de Bookchin. Importante destacar, ademais, que dentro das comunas, dos Conselhos Populares, Municipais e Provinciais há forte participação de mulheres, havendo, inclusive, a obrigatoriedade de representantes femininas. Essas se organizam em assembleias exclusivas, quando necessário, com poder de veto para decisões que as afetam diretamente. Os Conselhos das Mulheres existem em todos os níveis, comuna, cidade, província e cantão. As minorias religiosas, como os cristãos e os *yazidis* também possuem representatividades e têm seus direitos respeitados. Isso faz da região um refúgio das minorias religiosas e de mulheres perseguidos pelo EI (KNAPP, FLACH& AYBOĞA, 2016; TAX, 2016; GATAMAULA, 2015; DIRIK et al, 2018).

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

Esse viés socialista, democrático e com máximo de horizontalidade foi transportado até mesmo para o *YPG* que conta com aproximadamente 40 mil combatentes. Seus comandantes são eleitos diretamente e sempre em dupla, respeitando a igualdade de gênero. No momento, os co-presidentes do *YPG* são Mayssa Abdo e Mahmud Barjodan. De acordo com Graeber (2014), as unidades do *YPG* organizam-se em brigadas que se reúnem em companhias, sendo que os comandantes são eleitos por cada operação e de maneira transitória. O *YPG*, assim como aconteceu com as Brigadas Internacionais da Guerra Civil Espanhola, está recebendo apoio de militantes de diversos países, afirmando que estão com soldados de mais de 50 nacionalidades diferentes (YPG, 2017; PAVIČIĆ-IVELJA, 2016; DÜZGÜN, 2016).

O *YPG*, principalmente com suas Unidades de Proteção Feminina, vem ganhando a mídia internacional. Esse destaque ocorreu muito em virtude da batalha por Kobanê quando o *YPG* enfrentou o EI de setembro de 2014 a março de 2015. Kobanê, que contava com quase 400 mil habitantes, sofreu uma forte investida pelos fundamentalistas radicais do EI. O grupo radical chegou a dominar 80% da cidade, no entanto, a resistência do *YPG* conseguiu reverter essa situação. Após 6 meses de resistência, os guerrilheiros e as guerrilheiras curdos, comandados por Mayssa Abdo, chamaram a atenção dos meios de comunicação internacionais ao expulsarem o EI da cidade e ocuparem a região (PAVIČIĆ-IVELJA, 2016; DÜZGÜN, 2016).

O *TEV-DEM* está ministrando cursos de feminismo, de liberdade religiosa e de resolução pacífica de conflitos para os combatentes e para a *asayish*, o policiamento local armado. Em um primeiro momento, todo policial e militar deve passar por esse treinamento, e, posteriormente, toda a população para, assim, extinguir a polícia institucionalizada. Em nível municipal, a polícia recebe apoio das *Hêza Parastina Cewberî* (HPC) (Forças de Defesa Civil) (KNAPP,

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

FLACH& AYBOĞA, 2016). Segundo Perry e Malla (2015), os membros da YPG e a *asayish* estão recebendo, ainda, treinamentos de direitos humanos por parte da ONG *Geneva Call* desde 2015.

Desde o início da guerra civil na Síria, a população de Rojava dobrou, chegando a 4,5 milhões de habitantes. Diversos deslocados sírios que não conseguiram seguir pelas rotas de migração pelos países vizinhos encontraram proteção da tirania de Assad e do terror do EI em Rojava. Em janeiro de 2014, os três cantões de Rojava declaram-se autônomos e aprovaram a Carta do Contrato Social de Rojava (Constituição de Rojava). O documento incorporou em suas diretrizes a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas de 1948. A Carta busca estabelecer um Confederalismo Democrático baseado no autogoverno local, no ambientalismo, na igualdade de gênero, no pluralismo étnico, cultural e religioso, na liberdade de expressão e de imprensa. A Carta concebeu a seguinte estrutura administrativa: Assembleia Legislativa, Conselhos Executivos, Alta Comissariado para as eleições, Corte de Coalização (equivalente ao Supremo Tribunal Federal) e os Conselhos municipais e provinciais. Segundo a Carta:

Noi popoli che viviamo nelle Regioni Autonome Democratiche di Afrîn, Cizire e Kobane , una confederazione di Curdi, Arabi, Assiri, Caldei, Turcomanni, Armeni e Ceceni, liberamente e solennemente proclamiamo e adottiamo questa Carta. Con l'intento di perseguire libertà, giustizia, dignità e democrazia, nel rispetto del principio di uguaglianza e nella ricerca di un equilibrio ecologico, la Carta proclama un nuovo contratto sociale, basato sulla reciproca comprensione e la pacifica convivenza fra tutti gli strati della società, nel rispetto dei diritti umani e delle libertà fondamentali, riaffermando il principio di autodeterminazione dei popoli (CARTA DEL CONTRATTO SOCIALE DEL ROJAVA, 2014, p.03).

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

Após a interligação dos cantões de Kobanê e de Cizire, a Região de Shahba foi fundada em janeiro de 2016, surgindo um quarto cantão e estabelecidas novas instituições administrativas. Em dezembro de 2016, os cantões proclamaram a fundação da *Federaliya Demokratîk a Bakûrê Sûriyê (FDNS)* (Federação Democrática do Norte da Síria). Estabeleceram os seguintes departamentos (equivalente aos ministérios brasileiros): Defesa, Justiça, Finanças, Agricultura, Educação, Saúde, Energia, Assuntos Sociais, Comércio e Cooperação Econômica, Cultura, Transportes, Juventude e Esporte, Ambiente e Turismo, Assuntos Religiosos, Comunicação, Segurança Alimentar, Assuntos de Família e Igualdade, Estrangeiro, Famílias de Mártires e Veteranos, entre diversos outros comitês econômicos, políticos e sociais. Assim como as demais representações e escritórios governamentais, os departamentos são baseados em um sistema co-presidencial. Os co-ministros são indicados pelo *TEV-DEM* (CARTA DEL CONTRATTO SOCIALE DEL ROJAVA).

A região, embora ainda esteja em resistência, está conseguindo reestruturar-se aos poucos. Comitês comunais de médicos estão se organizando para formar um sistema universal de saúde. As administrações locais, cantonais e a federal estabeleceram, por exemplo, um novo sistema educacional para Rojava. Após 52 anos banido, o idioma curdo está sendo ministrado na educação primária junto com o árabe e o inglês como terceiro idioma. No Cantão de Cizire há a presença do idioma assírio na grade curricular. Foram criadas bibliotecas e centros educacionais para propagarem a cultura local e os preceitos do Confederalismo Democrático, destaque para: *Centro Nabawand para o Desenvolvimento de Talentos das Crianças* em Al Hasakah e *Biblioteca Rodî û Perwîn* fundada em Kobanê em 2016 (AL-WASL, 2016; RUDAW, 2015; YILMAZKAYA, 2016, 2017; BIEHL, 2015b).

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

A educação superior também está sendo arquitetada. O regime de Assad não construiu universidades na região, a mais próxima ficava em Aleppo. As universidades e faculdades sírias concentram-se em Damasco e Daraa. O PYD, dessa forma, teve de iniciar seu ensino superior da estaca zero. Em 2014, a Faculdade Mesopotâmia de Ciências Sociais em Qamişlo foi inaugurada com o objetivo de propagar e de produzir material sobre o Municipalismo Libertário e o modelo de Confederalismo Democrático de Rojava. Em 2015, a primeira universidade da região começou a funcionar, a de Afrîn, oferecendo cursos de: engenharia eletromecânica, engenharia agrícola, literatura curda, música, artes cênicas, administração de empresas, economia, medicina e jornalismo (ARAFAT, 2016; EFRÎNÊ, 2016; ENZIMA, 2015; BIEHL, 2015b).

Em julho de 2016, foi estabelecida a Universidade de Rojava na cidade de Qamişlo, com faculdades de medicina, engenharia, ciências, artes e humanidades. A universidade possui, atualmente, 711 estudantes, os cursos são ministrados em inglês, curdo e árabe. Há programas de engenharia do petróleo, química, medicina, passando por artes, filosofia e uma disciplina nova intitulada *jineoloji* (jineologia). Esse conceito foi desenvolvido por Öcalan, ele expressa a ciência do saber feminino e a igualdade de gênero. A Universidade de Rojava, recentemente, assinou acordo de cooperação com a *Université Paris-VIII* (PAVIČIĆ-IVELJA, 2016; DÜZGÜN, 2016, ARAFAT, 2016).

Há diversos grupos de estudos fundados por mulheres membras do PYD e do *TEV-DEM* responsáveis de propagar a jineologia. Os grupos abrangem jovens, adultos e idosos de todos os gêneros, religiões e etnias e são organizados pela *Yekitiya Star* (União da Estrela das Mulheres) que existe desde 2012. A *Yekitiya Star* é encarregada de alfabetizar a população ao mesmo tempo em que demonstra a importância da igualdade de gênero e do saber feminino na sociedade. A pedagogia dos grupos de estudos comandados pela *Yekitiya Star* é

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

inspirada pela filosofia de ensino de John Dewey e de Paulo Freire. A organização ainda mantém a publicação da Revista *Asoya Jiné*, divulgando questões políticas, econômicas, artesanato, receitas, estratégias de combates e dicas para mães, sempre pela perspectiva da sabedoria feminina (BIEHL, 2015b; ÇETIN, 2014). Os governos autônomos de Rojava incentivaram periódicos, como a *Asoya Jiné* a circularem. Ademais, estimularam a criação de agências de notícias, sendo duas principais, a ARANews e a ANHA (*Havar News Agency*); e duas emissoras de televisão na região, Rojava TV e Ronahî TV (BADRAN, ANGELIS, 2016; SVIRSKY, 2016).

O sistema legal de Rojava ainda não está formalmente concebido. As leis civis sírias, desse modo, continuam valendo, desde que não entrem em contradição com a Carta de Contrato Social. As cortes de leis islâmicas que utilizavam da sharia foram extintas e substituídas por cortes seculares. A pena de morte foi abolida. As mulheres adquiriram direitos iguais, a poligamia e os casamentos forçados ou com menores de idade foram proibidos. O poder judiciário comunal é composto pelos Comitês de Paz e Consenso. Esses já existiam em algumas comunidades curdas há anos em virtude de seu sistema de clãs e são responsáveis por decidir sobre delitos leves na comuna. O *TEV-DEM* instrui os membros dos Comitês de Paz e Consenso para seguirem os preceitos do Municipalismo Libertário, assim, eles adotam uma estrutura dupla, comissões gerais e comissões específicas de mulheres. Essa está ligada a organização *Yekitiya Star* sendo responsável por atuarem em casos de violência patriarcal, casamento forçado e violência sexual contra mulheres (AYBOĞA, 2014).

Comitês de Paz e Consenso funcionam como conselhos apaziguadores de bairros. Casos mais graves, como assassinatos, são levados para uma corte municipal, a *Dadgeha Gel* (Corte do Povo). Ela é integrada por sete membros da população eleitos democraticamente, não tendo obrigatoriedade de serem

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

juristas. A próxima instância é a *Dadgeba istinaf* (Corte de Má Conduta) incumbida de apreciar casos mais complexos e as apelações. Ela é composta exclusivamente por juízes formados, há quatro na região (duas em Cizîre, uma em Kobanê e uma em Afrîn). Há, ainda, a *Dadgeba Neqit* (Corte Suplente) que serve como última instância dos cantões, até o momento há somente uma em funcionamento. Por fim, há a *Dadgeba Henpeyman* (Corte de Coalização), onde sete juízes prezam pela Carta do Contrato Social de Rojava (AYBOĞA, 2014).

Em relação à economia de Rojava, o PYD lançou o Plano de Economia Popular (PEP) em 2012. Inspirado nos modelos de Bookchin, de Öcalan e em experiências curdas no sul da Turquia, o PEP apresenta um projeto misto entre capitalismo e socialismo libertário. Segundo Yousef (2014, 2018), co-ministro de Economia da FDNS e reitor da Universidade de Afrîn, a propriedade privada e o empreendedorismo foram preservados, mas originalmente a propriedade e os negócios são do conselho da comuna, isto é, elas não são factíveis de negociação no mercado. O PYD desenvolveu o conceito de “propriedade por uso”, evitando, a especulação e a acumulação de capital. A produção tem de atender a vontade democrática dos conselhos locais e a propriedade tem de ter uma função social. Os bens pessoais como automóveis, máquinas, eletrônicos, móveis, etc continuam sendo totalmente privados. Os bens coletivos abrangem terras, infraestruturas e os edifícios que obedecem à lógica de propriedade pelo uso, tendo seus proprietários, portanto, que prestarem conta aos conselhos comunais. O meio-ambiente, com sua fauna, flora, nascentes, lagos, deserto, montanhas, etc são bens públicos e um direito natural dos homens. De acordo com Dara Kurdaxi, doutor em economia e membro do comitê do desenvolvimento econômico de Afrîn:

We need new models for organisations and institutions. Those which are called collective, communal economic models, sometimes referred to as social economies. This is

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

the method we are using as a foundation, so that the economy in Rojava can pick up and develop. The method in Rojava is not so much against private property, but rather has the goal of putting private property in the service of all the peoples who live in Rojava, for them to use. Naturally we're only at the beginning. But nonetheless, even if only in small ways, we're seeing some positive developments. We must be clear that we don't need an economic revival and development which has no clear goal for the community [...]. It shouldn't be a capitalist system, one without respect for the environment; nor should it be a system which continues class contradictions and in the end only serves capital. It should be a participatory model, based on natural resources and a strong infrastructure (KURDAXI apud LEBSKY, 2017, p. s/n).

Segundo Kurdaxi (2017), a produção fabril, inclusive os campos de petróleo, está sendo controlada pelos conselhos de trabalhadores. Um terço das empresas de Rojava está com seus conselhos formados. Os conselhos são coordenados pelos comitês econômicos municipais. A agricultura mantém um modelo dualista, há pequenas propriedades privadas individuais e há modelos cooperativistas. Segundo co-ministro Yousef (2014, 2018), os conselhos dos cantões administram os preços de bens básicos, como comida e medicamentos. Por enquanto, em virtude da guerra, não há cobrança de impostos, o *PYD* e as diversas esferas de organização política obtêm seus recursos de doações (internas e externas) e pela venda de recursos naturais para outros países, sobretudo do petróleo.

De acordo com economista Jamal Hamou (2017), também co-ministro de Rojava, a não cobrança por impostos é um mecanismo para atrair investimentos de comerciantes para a região, criando uma estrutura econômica mais dinâmica e incrementando as receitas futuramente. A estratégia vem funcionando, vários empresários sírios estão se deslocando para Rojava, pois, segundo Abdulrahim (2016) nas demais regiões do país há a prática de cobrança

de subornos. Hamou (2017) afirmou que a *FDNS* realizou investimentos na construção de laticínios, uma fábrica de óleo de milho, usinas de trigos e de farinhas. Yousef (2017) acredita que a produção econômica da região controlada pelo *FDNS* corresponde, atualmente, a 55% de todo Produto Interno Bruto (PIB) da Síria, sendo que 17% da agricultura do país estão concentradas em Cizire, considerado o celeiro sírio.

Evidencia-se que o PEP possui três conceitos-chave: bens comuns, propriedade baseada no uso e empresas administradas pelos trabalhadores. A economia, contudo, continua sofrendo por causa da guerra. A região de Rojava depende de produtos oriundos do Iraque e da Turquia, enfrentando, dessa maneira, períodos de escassez de bens. Afrin estava conseguindo reestabelecer uma rota de comércio significativa, exportando sabão de louro e roupas, especialmente jeans, para cidades turcas, entretanto a Turquia realizou um ataque contra a região em março de 2018, destruindo infraestrutura e rotas de escoamento e fornecimento de mercadorias. O governo turco de Recep Tayyip Erdogan, além disso, estabeleceu um embargo econômico a toda Rojava, contando com apoio de grupos fundamentalistas islâmicos sírios, como *Fateh al-Sham* e o ELS, desejosos de dominarem os campos de petróleo da região (DILBAR, 2018).

Os EUA, França e Inglaterra, por sua vez, continuam apoiando Rojava, adquirindo petróleo, enviando ajuda financeira e militar, porém estão hesitantes em virtude do cenário. Eles incentivaram a formação da *Hêzên Sûriya Demokratîk* (*HSD*) (Forças Democráticas Sírias) em 2015. Essa é uma aliança de sírios, curdos, árabes, assírios, armênios, turcos e circassianos para enfrentar os grupos islâmicos fundamentalistas e para ampliar a experiência da *FDNS*. A *YPG* continua com suas bandeiras e organização e, segundo Rudaw (2016) representa 60% da *HSD*. Os EUA e seus aliados estão enfrentando conflitos diplomáticos

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

para uma atuação mais ativa em Rojava, pois a Turquia é membra da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e importante aliado estadunidense na região. A Turquia não vê com bons olhos um governo curdo em Rojava. 19% da população da Turquia são de curdos, seu território faz fronteira com Rojava e o *PKK* é considerado inimigo de Estado. A Arábia Saudita está financiando rebeldes fundamentalistas islâmicos sunitas, a Turquia também é acusada de ajudá-los. As relações dos EUA e da Turquia estão abaladas em virtude dessas questões. A OTAN, ainda, teme uma escalada do conflito, fazendo com suas tropas entrem em embate com tropas russas. O governo de Assad está recebendo apoio direto da Rússia, do Irã e do *Hezbollah* e indireto da China. Tanto a Turquia quanto o regime de Assad ameaçaram um ofensiva intensa em Rojava para 2018. O destino da região e da revolução socialista libertária, portanto, ainda está sendo traçado.

Considerações Finais

A finalidade desse artigo foi o de apresentar a teoria do Municipalismo Libertário de Murray Bookchin e a tentativa de viabilizar esse projeto na região de Rojava. O Municipalismo Libertário sofreu uma interpretação própria por parte de Öcalan, que contribui para o marco teórico ao desenvolver o Confederalismo Democrático. Pretendeu-se apresentar as principais características desse debate teórico, porém sabe-se que o tema ainda carece de estudos mais profundos, sobretudo o pensamento de Öcalan, que é recente e possui parca produção científica sobre suas proposições. O estudo tentou atender o rigor metodológico da pesquisa histórica-documental. Realizou-se, dessa maneira, um hercúleo trabalho de pesquisa de fontes primárias e secundárias produzidas em diferentes idiomas. A perspectiva história adotada na

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

primeira parte do artigo buscou suplementar para construir os fatos relevantes, os cenários e lugares de ocorrências de ações; o papel dos agentes, as forças envolvidas, as estratégias, as táticas e as articulações que propiciaram o despontamento da Revolução de Rojava.

A Revolução de Rojava seus principais atores e ações foram apresentados de forma exploratória e descritiva. Preocupou-se, portanto, de realizar uma pesquisa para familiarização dos pesquisadores com o objeto que está sendo investigado. Não se propões, assim, a responder perguntas, mas o de obter entendimento do fenômeno suas multidimensões e multidensidades. A Revolução que está acontecendo em Rojava, assim como a própria Guerra da Síria, ainda está em andamento, dessa maneira, o acesso a informações e a dados é árduo, tornando custoso e complexo categorizar precisamente a situação. Pode-se inferir, todavia, que a experiência de Rojava é a maior e a mais original experiência socialista do século XXI até o momento. Seu impacto e legado para a região de Rojava e para os movimentos de esquerda estão ainda começando a surgir efeito.

As ideias de descentralização, de organização comunal, de rejeição ao Estado-nação, de democracia direta, de biocentrismo, entre outras presentes no Municipalismo Libertário encontraram amplo respaldo nos curdos. Uma das hipóteses que pode explicar a razão disso é que o modelo desenvolvido por Bookchin não trabalha com estruturas rígidas, permitindo, desse modo, adaptações e formulações na diversidade e na complexidade dos seres humanos e dos ambientes onde se desenvolvem. Outro ponto está na própria história, estrutura social e política dos curdos. Eles organizam-se em clãs, possuem um sentimento comunal grande, não tendo apego ao nacionalismo estatal, por até não possuírem um Estado soberano, os laços familiares e comunais são mais

fortes que os demais, logo não estão tão presos ao modelo de Estado-nação apregoado pelo eurocentrismo.

Ainda é cedo para afirmar que a Revolução de Rojava com suas assembleias populares (de bairro, de cidade, de cantões) obterá sucesso. Há fatores endógenos e exógenos atuando contra o movimento. Internamente, apesar dos esforços do *TEV-DEM*, a região conta com a permanência de algumas estruturas tribais étnico-sectárias, patriarcais e, ainda, com espaço para avanços capitalistas. Não permitir que esses aspectos avancem, estabelecendo uma luta contra o patriarcado, o fascismo, o racismo e o extremismo religioso é um grande desafio para o *PKK* e o *PYD* que se apresentam como os condutores da Revolução até o momento. Aliás, a liderança desses partidos e a construção do *TEV-DEM* e do *YPG* são outros pontos que precisam ser mais bem examinados. Em um primeiro momento, a necessidade de certa centralidade organizacional é interessante para transportar os conceitos, os valores e para montar e estruturar o Confederalismo Democrático. Embora sejam preocupadas com a descentralização e com a horizontalidade da Revolução, essas instituições, todavia, não estão isentas de correrem o risco de caírem em um centralismo, partidarismo e autoritarismo que já acometeram tanto outros partidos e representações socialistas em diferentes revoluções no decorrer do processo.

Outro desafio para o *PYD* e seus braços de atuação é a forte presença religiosa entre os vários clãs curdos. Algumas comunas podem se sentirem atraídas por adotarem práticas e dogmas religiosos em sua organização política. Isso não é algo difícil de acontecer ainda mais em uma região que vem passando por forte avanço do fundamentalismo religioso, interferência de grupos externos, recebendo um expressivo número de deslocados e, recentemente, formou um exército multiétnico, o *HSD*. O processo de produção, divulgação e

assimilação dos preceitos bases do Municipalismo Libertário, fazendo com que a laicidade, defendida por Murray Boockhin e por Abdullah Öcalan, que se declara ateu, fique ameaçada.

As forças exógenas estão correlacionadas com a própria Guerra da Síria. O conflito sírio não pode ser caracterizado como uma guerra puramente civil, mas é um combate inter-nações e grupos. A Revolução de Rojava prosperou de guerrilha para exércitos organizados ao receber recursos, materiais e treinamentos dos EUA e seus aliados. A proclamação da *FDNS* e a criação do *HSD* foram amplamente incentivadas pelos estadunidenses e outros países europeus. Por outro lado, a Revolução está sofrendo ataques e pressões por parte dos turcos, dos *jihadistas* e do regime de Assad e seus aliados.

Diante desse cenário, o *PYD* tem de trabalhar em duas frentes uma política e outra militar para manter a sobrevivência de sua revolução. A política é via diplomacia, almejando o reconhecimento da *FDNS* perante outras nações como representante oficial de Rojava. Por mais que o Confederalismo Democrático rejeita o conceito de Estado-nação, o sistema internacional é baseado neste modelo, logo não tem como ser reconhecido se não for mediante essa personificação de organização social-política. Outro caminho para o *PYD*, seria negociar com o regime de Assad um arranjo diferenciado, conquistando maior autonomia, padrão que os Zapatistas buscaram com o governo mexicano, por exemplo.

Nas duas hipóteses, o viés anticapitalista e anti-imperialista da Revolução de Rojava provavelmente entrará em confronto com os interesses dos demais Estado-nação envolvidos. É concludente, porém, que esse modelo de democracia adotado por Rojava, baseado em comunas locais, poderes descentralizados e com forte solidariedade comunitarista tenha mais chances de sucesso na região em virtude da tradição organizacional em clãs presente em

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

vários países. Os EUA e seus aliados vêm tentando exportar o modelo da democracia representativa ocidental para o Oriente Médio e vêm obtendo fracassos, levando a desastres políticos, militares, sociais e econômicos. Os países centrais, portanto, podem encontrar nesse modelo de Rojava uma alternativa para mudanças dos regimes atuais e um forte aliado contra o fundamentalismo religioso e antiocidental que vem ocupando o vácuo de poder deixado por alguns ditadores. Resta saber, contudo, se as nações ocidentais e seus aliados da região estão dispostas a apoiar um modelo claramente anticapitalista e anti-estatal.

Inferese-se que a Revolução Socialista Libertária de Rojava, por estar ainda em andamento e em fase de experimentação, levanta, não raramente, mais questões do que respostas. Pode-se afirmar, no entanto, que, até o momento, o modelo vem sendo uma esperança para setores do povo do Oriente Médio que está demandando por transformações na ordem da região desde a Primavera Árabe. Além disso, é uma revitalização na esquerda mundial que estava, desde a queda da URSS, sem uma perspectiva de mudanças estruturais, uma vez que Rojava, embora esteja em uma região com um capitalismo de certo modo ainda incipiente, representa uma proposta inovadora, merecendo novos estudos.

Referências Bibliográficas

ACNUR. **Global Trends: Forced Displacement in 2016**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5943e8a34/global-trends-forced-displacement-2016.html>> . Acesso em 20 de jan. 2017.

ABDULRAHIM, Raja. In Syria's Mangled Economy, Truckers Stitch Together Warring Regions. **The Wall Street Journal**. 24 de mai. 2016. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/in-syrias-mangled-economy-truckers-stitch-together-warring-regions-1464106368>>. Acesso 04 de jun. 2018.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

ARAFAT, Hisham. Kurds establish university in Rojava amid Syrian instability. Qamişlo: **Kurdistan24**. Disponível em: <<http://www.kurdistan24.net/en/news/dfa4b335-fe1c-4a3c-b5b6-7bc5848e9e97/Kurds-establish-university-in-Rojava-amid-Syrian-instability>>. Acesso em 30 de mai. 2018.

AUGUSTO, Acácio. Municipalismo libertário, ecologia social e resistências. São Paulo: **Revista Ecológica**, 2, 2011-2012, pp 64-98. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/download/9076/6684>>. Acesso em 24 de jan. 2017.

AYBOĞA, Ercan. **The New Justice System in Rojava**. Biehl on Bookchin. 13 de out. 2014. Disponível em <<http://www.biehlonbookchin.com/justice-system-in-rojava/>>. Acesso em 05 de jun. 2018.

BADRAN. Yazan & ANGELIS, Enrico de. 'Independent' Kurdish Media in Syria: Conflictin Identities in the Transition. Leiden: **Middle East Journal of Culture and Communication** 9 (2016), pp. 334-351.

BALCI, Fatih. **Politicization of Kurdish Question Through Human Rights Discourse in Turkey**. Dez. 2008. 251 f. Tese submetida ao Departamento de Língua e Literatura da Universidade de Utah. Dez, 2008. Disponível em: <<http://mec.utah.edu/graduate/theses.php>>. Acesso em 20 de jan. 2017.

BIEHL, Janet. **Kurdish Communalism Interview with Ercan Ayboga**. April 16 and September 20, 2011. Disponível em: <<http://www.biehlonbookchin.com/category/kurdistan/page/3/>>. Acesso em 18 de jan. 2017.

_____. Bookchin, Öcalan, and the Dialectics of Democracy. In. **Network for an Alternative Quest (ed.), Challenging Capitalist Modernity. Alternative Concepts and the Kurdish Quest**. Hamburg: Cologne: International Initiative Edition, 2012.

_____. **Ecology or Catastrophe: The Life of Murray Bookchin**. London: Oxford University Press, 2014.

_____. **Rojava's communes and councils**. Biehl on Bookchin. 31 de jan. 2015a. Disponível em: <<http://www.biehlonbookchin.com/rojavas-communes-and-councils/>>. Acesso em 23 de jan. 2017.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

_____. **Revolutionary Education.** Biehl on Bookchin. 07 de jan. 2015b. Disponível em: <<http://www.biehlonbookchin.com/revolutionary-education/>>. Acesso em 05 de jun. 2018.

BOOKCHIN, Murray; ENCKELL, Marianne & BOINO, Paul. **O bairro, a comuna, a cidade... Espaços libertários.** São Paulo: Nu-Sol/Imaginário/IEL, 2003.

BOOKCHIN, Murray. **Urbanization without Cities: the Rise and Decline of** Citizenship. New York: Black Rose Books, 1992a.

_____. **Municipalismo libertário.** São Paulo: Nu-Sol/Imaginário/SOMA, 1999.

_____. **The Ecology of Freedom: The Emergence and Dissolution of Hierarchy.** Palo Alto: Cheshire Books, 1992b.

_____. **Ecologia social e outros ensaios.** Organização e prefácio Mauro José Cavalcanti. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010

_____. **Murray Bookchin – Textos dispersos.** Lisboa: SOCIUS, 1998.

_____. **The Next Revolution: Popular Assemblies and the Promise of Direct Democracy.** London/New York: Verso, 2015.

BROOKS-POLLOCK, Tom. Russia unveils ‘proof’ Turkey’s Erdogan is smuggling Isis oil across border from Syria. **Independent.** 04 de dez. 2015. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/news/world/europe/russia-releases-proof-turkey-is-smuggling-isis-oil-over-its-border-a6757651.html>>. Acesso em 04 de jun. 2018.

BRUINESSEN, Martin van. Genocide in Kurdistan? The suppression of the Dersim rebellion in Turkey (1937-38) and the chemical war against the Iraqi Kurds (1988). In: ANDREOPOULOS, George J. (ed). **Conceptual and historical dimensions of genocide.** Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1994.

CARTA DEL CONTRATTO SOCIALE DEL ROJAVA. Disponível em: <<http://www.uikionlus.com/carta-del-contratto-sociale-del-rojava-siria/>> Acesso em 01 de jun. 2018.

ÇANDAR, Cengiz. **Leaving the mountain: how may the PKK lay down arms?** Freeing the Kurdish Question from violence. Istanbul: TESEV, 2012.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

ÇETİN, Ferda. Otuz Yildir Hazirlanan Devrim. **Üç Aylık Düşünce ve Kuram Dergisi**, sayı: 8, 2014, pp. 41-43. Demokratik Modernite. Disponível em: <<http://studylibtr.com/doc/1344741/sayi--8- yeni-dergi---demokratik-modernite>>. Acesso 04 de jun. 2018.

CHARLEAUX, João Paulo. Qual a agenda da China na guerra da Síria. **Nexo**. 17 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/04/17/Qual-a-agenda-da-China-na-guerra-da-S%C3%ADria>>. Acesso em 04 de jun. 2018.

CHULOV, Martin; SHAHEEN, Kareem; WALKER, Shaun. US accuses Russia of 'Throwing gasoline on fire' of Syrian civil war. **The Guardian**. 01 out. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/sep/30/russia-launches-first-airstrikes-against-targets-in-syria-says-us>>. Acesso em: 10 feb. 2017.

DIRIK, Dilar et al. **A Revolução Ignorada**: A liberação da Mulher, Democracia Direta e Pluralismo Radical no Oriente Médio. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

DILBAR, Fawzi. Turkish attack on Afrin: 'The Kurds put their trust in the US and the West'. **DW**. 24 fev. 2018. Disponível em <<http://www.dw.com/en/turkish-attack-on-afrin-the-kurds-put-their-trust-in-the-us-and-the-west/a-42727724>>. Acesso em 04 de jun. 2018.

DÜZGÜN, Meral. Jineology: The Kurdish Women's Movement. Duke: **Journal of Middle East Women's Studies**. Vol. 12, n° 2 , july 2016, pp. 284-287

EFRÎNÊ, Zanîngeha. **The Impact of the Military Campaign Against Afrîn University. Afrîn**, 2016. Disponível em: <<https://icafrinresist.files.wordpress.com/2018/02/en-report1.pdf>>. Acesso em 02 de jun. 2018.

ENZINNA, Wes. A Dream of Secular Utopia in ISIS' backyard. **The New York Times Magazine**. 24 nov. 2015. Disponível em: <[FERNÁNDEZ, David Pérez. El Problema Kurdo in Turquía: una cuestión de permanente actualidad. Espanha: **Revista Investigaciones Históricas. Época Moderna y Contemporánea**, 2007, v. 27, p. 231-252. Disponível em:](https://www.nytimes.com/2015/11/29/magazine/a-dream-of-utopia-in-hell.html?_r=)

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

<<http://bddoc.csic.es:8080/detalles.html?pid=554893&bd=ISOC&tabla=docu>>.

Acesso em 19 de jan. 2017.

GATAMAULA. El moviment feminista kurd. In. **La revolució ignorada: Feminisme, democràcia directa i pluralisme radical a l'Orient Mitjà**. Barcelona: Ed. Descontrol, 2015.

GRAEBER, David. Why is the world ignoring the revolutionary Kurds in Syria ?. Londres: **The Guardian**. 08 de out. de 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/oct/08/why-world-ignoring-revolutionary-kurds-syria-isis>>. Acesso em 20 de jun. 2017.

GUMRUKCU, Tuvam & NEHME, Dahlia. Turkey to U.S.: End support for Syrian Kurd YPG or risk confrontation. **Reuters**. 25 de jan. 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-turkey/turkey-to-u-s-end-support-for-syrian-kurd-ypg-or-risk-confrontation-idUSKBN1FE297>> Acesso em 05 de jun. 2018.

HAMOU, Jamal. Will Syria's Kurds Succeed at Self-sufficiency? **Co-operative Economy in Rojava**. 26 nov. 2017. Disponível em: <<https://cooperativeeconomy.info/will-syrias-kurds-succeed-at-self-sufficiency/>>. Acesso em 04 de jun. 2018.

HOUSTON, Christopher. **Kurdistan: crafting of national selves**. Indiana: Indiana University Press, 2008.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Under Kurdish rule: Abuses in PYD-run Enclave of Syria**. 19 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2014/06/19/under-kurdish-rule/abuses-pyd-run-enclaves-syria#page>> . Acesso em: 15 nov. 2016

IHS Markit. Islamic State territory down 60% and revenue down 80% on Caliphate's third anniversary. **IHS Markit Report**. 28 de jun. 2017. Disponível em <<https://ihsmarkit.com/research-analysis/islamic-state-territory-down-60-percent-and-revenue-down-80-percent-on-caliphates-third-anniversary.html>>. Acesso em 03 de jun. 2018.

JWAIDEH, Wadie. **The Kurdish national movement: its origins and development**. Syracuse: University Press, 2006.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

KNAPP, Michael; FLACH, Anja & AYBOGA, Ercan. **Revolution in Rojava: Democratic Autonomy and Women's Liberation in Northern Syria**. London: Pluto Press, 2016.

KREYENBROEK, Philip G. & SPERL, Stefan. *Te Kurds: A contemporary overview*. London: Routledge, 1992.

LEBSKY, Maksim. The Economy of Rojava. **Co-operative Economy in Rojava**. 14 de mar. 2017. Disponível em: <<https://cooperativeconomy.info/the-economy-of-rojava/>>. Acesso em 03 de jun. 2018.

LISTER, Charles. **The Free Syrian Army: A decentralized insurgent brand**. Washington: Brooking Institution, 2016.

MCDOWALL, David. **A modern history of the Kurds**. London: I.B.Tauris, 2004.
MARCUS, Aliza. **Blood and Belief: The PKK and the Kurdish Fight for Independence**. New York: NYU Press, 2007.

NEZAN, Kendal. **Qui sont les kurdes?** Paris: *l'Institut kurde de Paris*, 2016. Disponível em <<http://www.institutkurde.org/info/qui-sont-les-kurdes-s-1232550956>>. Acesso em 10 de dez. 2016.

ÖCALAN, Abdullah. **Prison Writings: The Roots of Civilisation**. Londres: Pluto Press, 2001.

_____. **Al pueblo Curdo y a la comunidad internacional**. 20 de março de 2005. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/xdeeqh3zb4z0yil/Al-Pueblo-Kurdo-y-La-Comunidad-Internacional.pdf>>. Acesso em 05 de jun. 2018.

_____. **Guerra e paz no Curdistão: Perspectivas para uma solução política da questão curda**. Köln: International Initiative, 2008.

_____. **Confederalismo Democrático**. Köln: International Initiative, 2012.

OLSON, Robert. The Kurdish Rebellions of Sheikh Said (1925), Mt. Ararat (1930), and Dersim (1937-8): Their Impact on the Development of the Turkish Air Force and on Kurdish and Turkish Nationalism. Kentucky: **Die Welt des Islams**, New Series, Vol. 40, Issue 1, 2000, pp. 67-94. Disponível em: <http://graduateinstitute.ch/files/live/sites/iheid/files/sites/international_history_p

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

olitics/shared/history_course_support_20132014/HI026/Olson%20The%20Kurdish%20Rebellions.pdf. Acesso em 15 de jan. 2017.

PAVIČIĆ-IVELJA, Katarina. **The Rojava Revolution: Women's Liberation as Answers to the Kurdish Question.** Časopis za povijest Zapadne Hrvatske, XI./11. 2016. Disponível em: <https://hrcaj.srce.hr/index.php?show=clanak&id_clanak_jezik=289046>. Acesso em 01 de jun. 2018.

PYD website. **Democraton Union Party,** 2017. Disponível em <<http://en.pydrojava.com/>>. Acesso em 20 de jan. 2017.

RUDAW. Rojava schools are open with PYD approved curriculum. Erbil: **Rûdaw,** 2015. Disponível em: <<http://www.rudaw.net/english/middleeast/syria/290820151/>>. Acesso em 28 mai. 2018.

SAYAN, Celal. **La construction de l'état national turc et le mouvement national kurde, 1918-1938.** Villeneuve-d'Ascq: Presses universitaires du septentrion, 2002.

SCPR. Syrian Center for Policy Research. **Confronting Fragmentation,** 2015. Disponível em <<http://scpr-syria.org/publications/confronting-fragmentation>> Acesso em 20 de jan. 2017.

SIMONS, Paul. Dispatches from Rojava. **Modern Slavery Magazine.** 21 out. 2016. Disponível em: <<http://modernslavery.calpress.org/?paged=3>>. Acesso em: 10 dez. 2017

SOHR. Syrian Observatory for Human Rights. **Documents.** Disponível em: <<http://www.syriahr.com/en/>>. Acesso em 20 de jan. 2017.

SVIRSKY, Meira. Adib Abdulmajid: Building Free Media in War torn Iraq and Syria. **Clarion Project.** 11 de mai. 2016. Washington: Clarion. Disponível em: <<https://clarionproject.org/adib-abdulmajid-building-free-media-war-torn-iraq-syria/>>. Acesso em 01 de jun. 2018.

TAYLOR, Rafael. As the prospect of Kurdish independence becomes ever more imminent, the Kurdistan Workers' Party transforms itself into a force for radical democracy. **ROAR Magazine.** 17 de ago. 2014. Disponível em: <<https://roarmag.org/essays/pkk-kurdish-struggle-autonomy/>> . Acesso em 20 de jan. 2017.

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

TAX, Meredith. The Rojava Model. **Foreign Affairs**. 14 de out. 2016. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2016-10-14/rojava-model>>. Acesso em 23 de jan. 2017.

YILMAZKAYA, Mahír. Education in Rojava after the revolution. Kobanê: **ANFNews**, 2016. Disponível em: <<https://anfenglish.com/culture/education-in-rojava-after-the-revolution-14891>>. Acesso em 04 de jun. 2018.

_____. Rojava Revolution became a lifeline for mother tongues. Kobanê: **ANFNews**. Disponível em: <<https://anfenglish.com/culture/rojava-revolution-became-a-lifeline-for-mother-tongues-18610>>. Acesso em 04 de jun. 2018.

YOUSEF, Amaad. Efrîn Economy Minister Yousef: Rojava Challenging norms os class, gender and power. **DIHA**. 22 de dec. 2014. Disponível em: <<http://diclenews.com/en/news/content/view/436354>>. Acesso em 03 de jun. 2018.

_____. Dr. Ahmad Yousef: Our goal is to clarify our thoery of Democrat Nations's economy. **Co-operative Economy in rojava**. 27 abri. 2018. Disponível em: <<https://cooperativeconomy.info/dr-ahmad-yousef-our-goal-is-to-clarify-our-theory-of-democratic-nations-economy/>>. Acesso em 04 de jun. 2018.

YPG website. **People's defense units**. 2017. Disponível em: <<https://www.ypgrojava.org/>>. Acesso em 21 de jan. 2017.

WEISS, Michael & HASSAN, Hassan. **Estado islâmico: desvendando o exercito do terror**. Seoman: Nova Iorque, 2015.

VÀZQUEZ, Jordi. Introducció al kurdistan. In. **La revolució ignorada: Feminisme, democracia directa i pluralisme radical a l'Orient Mitjà**. Barcelona: Ed. Descontrol, 2015.

Resumo:

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava

A pesquisa buscou apresentar a Revolução de Rojava, sua organização e sua estrutura ideológico-política, influenciada pela teoria do Municipalismo Libertário. Para atingir esse objetivo, o artigo procurou realizar um resgate histórico do povo curdo, sua luta por autonomia e o protagonismo do Parti Karkerani Kurdistan (PKK) (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) e de seu aliado sírio o Partiya Yekîtiya Demokrat (PYD)

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

O municipalismo libertário e a revolução em Rojava
Isaías Albertin de Moraes
Fernando Antonio da Costa Vieira

(Partido de União Democrática). Além de apresentar os principais conceitos do Municipalismo Libertário de Murray Bookchin e como ele vem sendo implantado em Rojava.

Palavras-chave: Revolução de Rojava; Curdos; Municipalismo Libertário.

Abstract:

The libertarian municipalism and the revolution in Rojava

The research aims to present the Rojava Revolution, its organization and its ideological-political structure, inspired by the Libertarian Municipalism theory. In order to achieve this goal, the article reviews the Kurdish people's history, their struggle for autonomy and the role of Parti Karkerani Kurdistan (PKK) (Kurdistan Workers' Party) and its Syrian ally Partiya Yekîtiya Demokrat (PYD) (Democratic Union Party). In addition the paper presents the main concepts of Murray Bookchin's theory, Libertarian Municipalism and how it has been deployed in Rojava.

Keywords: Rojava Revolution; Kurds; Libertarian Municipalism.

**AS ESTRATÉGIAS DAS NOVAS CENTRAIS
SINDICAIS E O DEBATE SOBRE A
REVITALIZAÇÃO DO SINDICALISMO
BRASILEIRO**

Patrícia Rocha Lemos¹
pat.csrp@gmail.com

Ellen Gallerani Corrêa²
ellengallerani@uol.com.br

Introdução

O presente artigo tem como objetivo compreender determinados aspectos da atuação de duas recentes centrais sindicais brasileiras – a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT) – à luz das categorias desenvolvidas nos estudos sobre revitalização sindical. A criação dessas duas organizações em 2007 é compreendida aqui como parte de um processo de reorganização da cúpula sindical brasileira que ocorreu na década de 2000. Essa reorganização teve início

¹ Doutoranda em Ciências Sociais na Unicamp.

² Professora do IFSP e doutoranda em Ciência Política pela Unicamp.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

com a cisão ocorrida no interior da Central Única dos Trabalhadores (CUT), quando setores descontentes com a política do governo federal e a postura de colaboração da central decidiram pela criação da Conlutas, em 2004, e da Intersindical, em 2006.

Já as demais mudanças foram impulsionadas principalmente pela discussão em torno da Reforma Sindical ocorrida durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) à frente da presidência da República, que culminou na aprovação da Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais em 2008. Essa Lei definiu como atribuições e prerrogativas das Centrais Sindicais brasileiras:

- I – coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a ela filiadas; e
- II – participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores³.

Contudo, a obtenção do reconhecimento depende do cumprimento de critérios de representatividade baseados na distribuição dos sindicatos filiados nos estados e categorias e no número de sindicatos filiados e de trabalhadores na base. Atingidos os critérios, a lei garante às centrais não apenas o direito à representação formal e participação nos fóruns tripartites, mas também 10% do imposto sindical recolhido na base dos sindicatos. Como o recebimento da contribuição sindical depende de código fornecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), resulta que, necessariamente, a central sindical deverá submeter ao mesmo seu pedido de registro ou reconhecimento.

³ Lei Nº 11.648, de 31 de março de 2008. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm. Acesso em: 17 jun. 2016.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

Impulsionada pela perspectiva de aprovação dessa lei e seus benefícios, a Corrente Sindical Classista (CSC) rompeu em 2007 com a CUT e, juntamente com outros setores sindicais, criou a CTB, no mesmo período em que correntes do movimento sindical se unificaram para criar a UGT. Apenas a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), fundada em 2004, permaneceria na sua antiga configuração até meados de 2011 (GALVÃO, 2009, 2010). Em 2005, já havia sido criada também a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), por iniciativa das confederações excluídas da discussão da Reforma Sindical no Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Por fim, em 2011, um grupo de sindicalistas rompeu com a CGTB e se incorporou à Central de Sindical de Profissionais (CSP), fundada em 2008, alterando oficialmente seu nome para Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) em 2012.

Analisaremos nesse artigo apenas duas das centrais criadas nesse período: a CTB e a UGT. Ainda que tenham motivos semelhantes para a sua criação, entendemos que a comparação entre elas pode ser interessante porque, como veremos adiante, têm origem em diferentes tradições ideológicas que, na década de 1990, se posicionaram em polos opostos da disputa sindical brasileira. Além disso, desde seu surgimento, ambas têm crescido significativamente. Utilizaremos como referência algumas categorias formuladas a partir de estudos comparativos sobre a revitalização sindical nos países europeus.

O artigo se divide em quatro partes principais. Em primeiro lugar, apresentamos o contexto do debate sobre recuperação ou revitalização sindical no Brasil atual. Em seguida, discutimos as categorias desenvolvidas pela teoria da revitalização que apoiam a análise e, na terceira parte, abordamos o caso das referidas centrais e suas estratégias. Por fim, levantamos algumas questões para pensar a revitalização sindical a partir do caso brasileiro e apontamos algumas problematizações acerca do referencial teórico utilizado.

O debate sobre a revitalização do sindicalismo no Brasil

O debate sobre a recuperação ou revitalização do sindicalismo surgiu após um contexto internacional fortemente adverso para a ação sindical e marcado, entre outros fatores, por dificuldades de mobilização dos sindicatos, pela diminuição do número de greves e pela queda nas taxas de sindicalização. Esse momento ficou conhecido como “crise” ou “declínio” do sindicalismo. Na Europa e nos Estados Unidos, essa crise teria se evidenciado na década de 1980, atingindo o Brasil principalmente na década de 1990.

A partir dos anos 2000, cresce no Brasil o número de estudos com o objetivo de reavaliar a tese da crise do sindicalismo, ressaltando aspectos que poderiam indicar uma possível superação desta situação. Este debate foi motivado tanto por mudanças econômicas na conjuntura nacional quanto por uma visão de que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), partido historicamente aliado dos trabalhadores, teriam alterado as condições para a ação sindical no país. Contrariando a tese do declínio irreversível do sindicalismo⁴, Boito e Marcelino (2010) compreendem as greves do período 2004-2008 como um indício de recuperação da atividade sindical no País. Dentre as principais características deste ciclo estariam: o número relativamente elevado de greves e grevistas (cerca de 300 greves por ano até 2007 e 411 greves em 2008); o caráter ofensivo da maioria dessas greves, ou seja, que visam à garantia de novas conquistas e o seu desfecho bem-sucedido com a obtenção total ou parcial das reivindicações.

⁴ Esta tese foi difundida no Brasil, sobretudo, pelo trabalho de Leôncio Martins Rodrigues (2002) denominado *Destino do Sindicalismo*.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

Analisar os aspectos de uma possível revitalização do sindicalismo brasileiro também foi o objetivo do artigo de Cardoso (2015). O autor afirma que a dinâmica do sindicalismo deve ser analisada em suas várias dimensões e, enquanto determinados indicadores apontariam para a presença de uma crise (queda na taxa de filiação⁵, criação de postos de trabalho de má qualidade e fragmentação da representação sindical na base), outros acenariam para um momento de reforço do ativismo sindical (aumento das greves e de negociações coletivas com saldo positivo para os trabalhadores, competição entre as centrais sindicais e ampliação da sua participação institucional). Entretanto, este incremento no ativismo não foi suficiente para promover mudanças na estrutura sindical. Este quadro teria conduzido o sindicalismo brasileiro a um paradoxo: por um lado, tem-se o fortalecimento de algumas centrais sindicais e, por outro, a fragilização dos sindicatos de base, que têm se mostrado incapazes de atrair novos membros, correndo o risco de vivenciar um processo de oligarquização.

Compartilhando preocupações semelhantes, Galvão (2014) afirmou que a retomada das greves e a celebração de acordos coletivos com cláusulas favoráveis aos trabalhadores contrastam com a permanência de características que estimulam a dependência do sindicalismo em relação ao Estado, tais como: a manutenção da estrutura sindical corporativa, a extensão do imposto sindical às centrais sindicais e a prioridade dada pela maioria destas últimas à participação institucional e ao sindicalismo de parceria social. A combinação destes fatores teria resultado na moderação política, especialmente devido ao governo aliado, e na limitação da autonomia sindical, aspectos que não permitiriam afirmar a existência de um processo de revitalização.

⁵ Essa queda é de 19,3% em 2001 para 16,6% em 2013, segundo os dados da PNAD (CARDOSO, 2015).

**Teoria da revitalização sindical e as particularidades do contexto
brasileiro**

Na bibliografia internacional, diversos trabalhos analisam esse novo momento do sindicalismo, procurando identificar elementos de uma possível revitalização. No intuito de compreender as respostas das organizações sindicais aos desafios colocados pelo contexto de crise, pesquisadores como Carole Frege, John Kelly e Lowell Turner têm aprofundado a análise das (novas) estratégias empreendidas pelos sindicatos em diferentes países⁶. Em diálogo, mas buscando diferenciar-se das abordagens teóricas clássicas das relações industriais e das variedades de capitalismo, essa perspectiva tem como foco a estratégia dos atores e busca identificar as formas pelas quais foram construídas alternativas ao problema do declínio sindical. Do ponto de vista desses autores, reverter esse cenário traz a necessidade de articulação de um foco estratégico com uma perspectiva mais ampla a respeito das reformas necessárias à construção do poder político dos sindicatos (TURNER, 2004, p. 02). No âmbito dessa literatura, os sindicatos, apesar de constrangidos pelo contexto político, econômico e institucional, são compreendidos como atores estratégicos, cuja ação é fruto da inter-relação entre esse contexto, suas escolhas e suas identidades sindicais.

A análise comparativa realizada por essa bibliografia identificou seis tipos principais de estratégias que teriam dinamizado, em alguma medida, a atividade sindical naqueles contextos⁷. A primeira estratégia, denominada

⁶ A pesquisa foi realizada inicialmente em cinco países: Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos, Itália e Espanha.

⁷ Estratégia é aqui entendida como as iniciativas e ações mais substanciais e que foram concebidas como meio para a consecução de objetivos específicos e que abrangem a maior parte das relações entre o sindicato e outros atores sociais. Os autores, nas estratégias desenvolvidas,

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

organização, refere-se principalmente à dimensão da adesão dos membros e, portanto, envolve as ações voltadas ao crescimento do número de membros, ao crescimento da densidade sindical e à apropriação pelo sindicato das mudanças na composição de sua base e da força de trabalho em geral. Nesse sentido, ela pode resultar no aumento de recursos para o sindicato e também ter implicações na sua legitimidade, representatividade e aumentar o poder de barganha do trabalho.

A estratégia de parceria com empregadores, por sua vez, está relacionada ao desenvolvimento de instituições e acordos de parceria social em diferentes níveis. Ela envolve tanto o poder econômico como a capacidade política dos sindicatos, e pode permitir que protejam ou desenvolvam instituições de negociação e até busquem novos interesses. Por um lado, ela pode melhorar condições de trabalho e emprego, porém, na medida em que os sindicatos encarnem o desejo de cooperação com o patronato, essa estratégia pode corroer uma imagem de militância conflitiva e, portanto, reduzir o protagonismo político sindical.

A terceira estratégia, de ação política, está voltada para influenciar o governo e a legislação trabalhista em uma direção favorável aos trabalhadores e, no caso brasileiro, é praticamente inseparável da ação de parceria, como veremos posteriormente. Ela envolve a interação com os diferentes níveis de governo em três arenas de atividade: eleições, legislação e implementação de políticas. Essa ação, através, por exemplo, da atuação em questões sociais, pode também ampliar os recursos de poder institucional e facilitar a coalisão com outros atores sociais.

escolheram não analisar três áreas: contribuição da atividade grevista, educação dos membros e serviços individuais (FREGE, KELLY, 2004, p. 32-33).

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

Já a estratégia da reestruturação sindical envolve os processos de fusão entre sindicatos, estreitamento de relações entre confederações e reestruturação interna das entidades sindicais. Essa estratégia pode aumentar o poder político e econômico ao diminuir a fragmentação e competição entre sindicatos. Além disso, um processo de descentralização da organização sindical pode incentivar a participação dos membros da base e contribuir para o aumento da densidade sindical. No caso da presente análise, a reestruturação sindical está sendo compreendida a partir do próprio processo de reorganização da cúpula sindical que culminou na criação da UGT e da CTB.

A estratégia de construção de coalizões com outros movimentos sociais está relacionada à disposição em aumentar o poder sindical, atuando conjuntamente na sociedade civil e representando uma gama mais ampla de interesses, identidades e reivindicações. Essa estratégia pode ampliar a rede sindical, auxiliar na realização de campanhas e difundir os objetivos e interesses de segmentos da força de trabalho anteriormente mal representados.

Por fim, a estratégia de ação sindical internacional está vinculada ao cenário de crescente globalização e mobilidade do capital e, por isso, visa à construção de solidariedade diante das crescentes cadeias internacionais de produção. Ela possibilita uma maior troca de informações sobre as corporações multinacionais e a realização de campanhas internacionais, reforçando a mobilização dos membros e o poder de negociação em determinadas instituições. Nesse artigo, optamos por não analisar a estratégia internacional, pois isso envolveria a investigação das organizações sindicais internacionais que estão fora do escopo dessa pesquisa.

Essas seis estratégias apresentadas abrangem as relações que os sindicatos mantêm com outros atores-chaves tais como trabalhadores, empregadores, Estado, movimentos sociais e movimentos sindicais de outros

países. À luz destas categorias produzidas pela teoria da revitalização sindical, elaboradas a partir da comparação entre os países mencionados anteriormente, pretendemos analisar a experiência da CTB e da UGT, articulando sua atuação com suas tradições ideológicas e considerando os constrangimentos causados tanto pela estrutura sindical quanto pelas características do mercado de trabalho no Brasil. Deste modo, ainda que dentro de um mesmo país, nosso estudo também é construído por meio de uma comparação.

Em relação ao contexto institucional brasileiro, é importante destacar que as relações de trabalho no Brasil, até o momento, caracterizam-se por um modelo legislado, ou seja, a lei predomina sobre os acordos coletivos e sobre o poder discricionário das empresas (NORONHA, 2000). Contudo, apesar da existência de extensa legislação⁸, a regulação do trabalho tem sido marcada pela forte adaptabilidade do patronato às diferentes conjunturas econômicas. De acordo com Oliveira, essa condição de adaptabilidade está relacionada à flexibilidade já existente na legislação, ao descumprimento das normas públicas e coletivas ou, ainda, às restrições à atuação das entidades sindicais (OLIVEIRA, 1998 *apud* KREIN, 2007, p. 12). Desse modo, podemos constatar que a legislação trabalhista convive com regras de contratação e de dispensa bastante flexíveis. Esse quadro contribui significativamente para a manutenção de algumas características históricas do mercado de trabalho brasileiro como a alta rotatividade, os baixos salários e os elevados índices de informalidade.

A organização coletiva dos trabalhadores também é regulada pela CLT e, ainda que tenha passado por alterações, especialmente na Constituição de 1988 e, recentemente, com a Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais de 2008, mantém seus pilares fundamentais. Persiste, portanto, o registro obrigatório dos

⁸ A legislação que regula as relações de trabalho e a organização sindical no Brasil é a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) criada em 1943 durante o governo de Getúlio Vargas.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

sindicatos perante o Estado, a unicidade sindical (princípio que determina o reconhecimento de um sindicato único por ramo ou categoria profissional), os tributos impostos a todos os trabalhadores da base do sindicato único e a intervenção da Justiça do Trabalho no conflito entre capital e trabalho (BOITO, 1991; ANTUNES, 1991; POCHMANN, 1998).

As novas centrais sindicais brasileiras em perspectiva comparada: as estratégias da CTB e da UGT

Frege e Kelly (2004, p. 39), fundamentando-se na teoria de Richard Hyman, destacam o papel das identidades sindicais como potenciais determinantes da estratégia sindical. Na linguagem da teoria dos movimentos sociais, essas identidades constituem a visão de mundo coletiva dos dirigentes sindicais e influenciam na definição tanto das questões e problemas quanto das formas de ação consideradas legítimas e factíveis. Com base nessa orientação, apresentaremos a seguir aspectos importantes do surgimento e do desenvolvimento histórico das centrais sindicais e elementos políticos e ideológicos que as caracterizam.

A CTB foi fundada em 2007 pela Corrente Sindical Classista (CSC), dirigida majoritariamente pelo PCdoB, pela corrente Sindicalismo Socialista Brasileiro (SSB), vinculada ao PSB, e por sindicalistas ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) ligados a diversos partidos, tais como PSB, PPS, PV, PMDB e PP, ou sem filiação partidária. Apesar da heterogeneidade político-sindical das tendências que formaram a CTB, seus princípios e objetivos se inspiram naqueles historicamente defendidos pela CSC. Nos anos 1980, essa corrente compunha a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e se caracteriza, principalmente, pela defesa intransigente da unicidade e do imposto sindical, em

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

contraposição aos setores que criaram a CUT a partir do Conclat (Congresso da Classe Trabalhadora) de 1981. Em seu primeiro congresso, em 1990, a CSC definiu o rompimento oficial com a CGT e aprovou uma política de aliança prioritária com a CUT e a abertura das negociações para uma unificação orgânica com essa central. Segundo Costa (1995), em menos de um ano, a CSC conseguiu se estruturar em vinte estados brasileiros.

De acordo com o dirigente da CTB entrevistado, até a gestão de 2003, a CSC possuía cerca de 25% dos sindicatos que compunham a CUT, porém não tinha o espaço necessário para difundir suas ideias e definir os rumos da central. Segundo o sindicalista, a CTB, em 2008, contava com cerca de 440 sindicatos filiados. A falta de espaço no interior da CUT para uma corrente com a amplitude da CSC somou-se à divergência entre as duas tendências a respeito da unicidade sindical, na medida em que a CSC defende, desde sua criação, a unicidade e a CUT o pluralismo sindical: “Queremos que haja um só sindicato por categoria, enquanto a CUT admite que haja vários sindicatos. Isso enfraquece o movimento sindical” (Dirigente da CTB, 2013).

Diferentemente da Intersindical e da CSP-Conlutas, outras duas centrais sindicais criadas a partir de dissidências com a CUT, a CTB, desde o primeiro mandato de Lula, compôs a base de aliança dos governos petistas e constrói o apoio às candidaturas do PT em suas bases. Para essa central, o movimento sindical “pode contribuir para a construção de uma nova maioria política no país, progressista, identificada com o projeto de desenvolvimento com valorização do trabalho e comprometida com os avanços sociais que almejamos” (CTB, 2009, p. 19). Essa nova maioria, por sua vez, seria composta por uma ampla gama de atores sociais: “A base política e social em que essa nova maioria deve ser alicerçada compreende o conjunto da classe trabalhadora, os partidos políticos progressistas, as centrais sindicais e demais organizações que compõem os

movimentos sociais, a intelectualidade progressista e setores do empresariado”
(CTB, 2009, p. 19).

Ainda que a CTB tenha em comum com a maioria das centrais sindicais brasileiras a defesa da estrutura sindical e entenda a unicidade como sinônimo de unidade do movimento sindical, sua origem nos setores comunistas tem mantido raízes ao menos em seu discurso. Em seu documento de princípios e objetivos, a CTB reafirma o papel fundamental do trabalho no capitalismo como fonte de valor e de riqueza e a leitura da sociedade dividida em classes sociais. É com base nessa visão que a central reivindica a tradição classista do movimento operário e coloca como objetivo a luta contra a sociedade capitalista, baseada na exploração. Defende, portanto, a transformação social a partir da construção do socialismo “fundado na soberania e valorização da classe trabalhadora, com as cores e a cara do Brasil” (CTB, 2008).

A UGT foi fundada em julho de 2007 em um Congresso na cidade de São Paulo que reuniu cerca de 3.400 delegados, representando 623 entidades sindicais. A criação dessa central se deu a partir da “fusão” de três outras centrais: a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a Social Democracia Sindical (SDS), a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT) e alguns setores independentes. A UGT, assim como a CSC, tem origem em um dos setores que, em 1981, participou do primeiro Conclat e que formava, na época, a tendência política denominada “Unidade Sindical” e que, depois, criou a CGT em 1986. Essas correntes caracterizavam-se pela defesa da prudência nas mobilizações, rejeição à ideia de greve geral e pela oposição à Convenção 87 da OIT⁹.

⁹ De acordo com a consagrada Convenção nº 87 da OIT de 1948, que discorre sobre a liberdade sindical e a proteção ao direito de sindicalização, “as organizações de trabalhadores e de entidades patronais, sem distinção de qualquer espécie, têm o direito, sem autorização prévia, de constituírem organizações de sua escolha, assim como o de se filiarem nessas organizações”. Até o momento, o Estado brasileiro não ratificou esta convenção.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

Defendiam também uma transição pacífica da ditadura e a manutenção da estrutura sindical. (RODRIGUES, 1991; COSTA, 1995). Atualmente, a UGT é a segunda maior central sindical do país e a maioria de suas entidades já foi filiada a outra central, principalmente à Força Sindical¹⁰.

Conforme entrevista com um dos membros de sua diretoria, a articulação dos setores que criaram a UGT se deu devido ao imperativo de atingir a representatividade exigida pela nova Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais. Isso porque adquirir representatividade seria a única garantia da presença dessas centrais nos espaços de diálogo social.

[...] o Lula abriu esse espaço pra que as centrais sindicais pudessem participar do diálogo nacional, ou seja, um governo mais participativo. [...] Aí surgiu realmente a ideia, dentro do governo, e especialmente dentro do Ministério do Trabalho, de se criar uma nova regra que as centrais sindicais para serem representativas elas deveriam atingir certos critérios, passar por certos critérios. Então nós aqui na antiga CGT, chegamos a conversar com essas três centrais sindicais, claramente, dizendo o seguinte: que vai sair uma legislação que vai colocar critérios de representatividade e nós não vamos passar por esses critérios; [...] só quem vai atingir é a CUT. Nem a Força Sindical conseguiria atingir, pelos primeiros critérios que foram apresentados. Então, assim, os presidentes dessas centrais, CGT, SDS e CAT se reuniram, chegaram a uma conclusão de que realmente teríamos que fazer uma incorporação dessas centrais sindicais (Dirigente A da UGT, 2013).

¹⁰ A pesquisa realizada no 2º Congresso da UGT pelo Dieese, em 2011, confirma essa tendência: 55,4% dos delegados presentes eram vinculados a entidades que já foram filiadas a outras centrais anteriormente. Entre elas, 26,7% oriundas da Força Sindical; 21,5% da SDS; 18,3% da CUT; 17,7 da CGT; 10,6% da CAT (DIEESE, 2011).

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

De forma geral, a estratégia sindical da UGT carrega elementos da sua origem no sindicalismo “pelego”¹¹, mais tradicional, que compunha a antiga CGT, assim como no sindicalismo de negócios, ou sindicalismo de resultados, que originou a Força Sindical. A UGT reconhece a greve como instrumento de luta dos trabalhadores quando não há canais de negociação com os patrões nas reivindicações econômicas, e até 2015 reafirmou sua posição de rejeição da greve geral como instrumento de luta política. Ao mesmo tempo em que a central critica as “orgias do financismo”, defende a descentralização do Estado e a liberdade do mercado (UGT, 2011). A UGT parece, portanto, herdar da antiga CGT e de outros setores que a formaram uma postura conservadora de conciliação de interesses, que enxerga os patrões como produtores e parceiros. Contudo, diferente do discurso presente na criação da Força Sindical, a UGT não rejeita a atuação político-partidária e valoriza bastante a atuação política nos fóruns e no Parlamento, como veremos na estratégia de ação política (LEMOS, 2014).

Analisaremos a seguir as estratégias desenvolvidas por essas duas centrais.

Estratégia de organização

A estratégia de organização deverá considerar para o caso brasileiro a evolução da taxa de sindicalização global, a filiação dos sindicatos às centrais sindicais, bem como a evolução dos índices de representatividade das centrais e sua composição. No que diz respeito à densidade sindical, sua medida como expressão da força dos sindicatos deve ser tomada com reservas para o Brasil

¹¹ Utilizamos aqui o termo pelego para referir-nos ao sentido político - ideológico forjado historicamente para fazer referência às lideranças que buscavam amortecer os conflitos entre capital e trabalho (TRÓPIA, 2009, p. 15, nota 1).

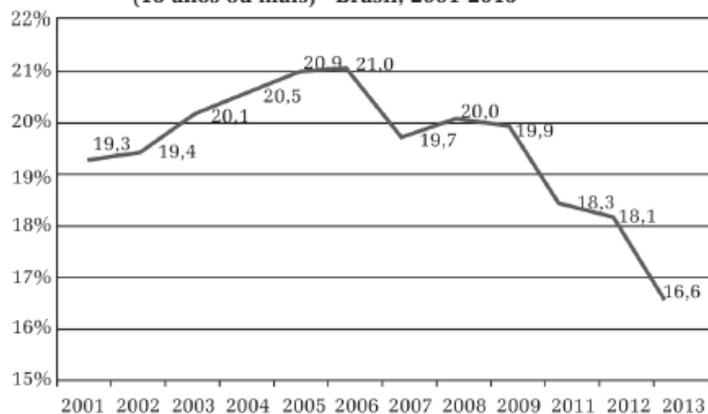
(CARDOSO, 2001). Isso porque o sindicato único de base territorial é o representante compulsório dos trabalhadores de sua base, que não necessitam se filiar ao sindicato para ter direito aos benefícios da negociação coletiva. Apesar disso, a filiação garante o acesso aos serviços assistenciais prestados pelos sindicatos e habilita os trabalhadores a eleger seus representantes.

Ao longo da trajetória brasileira, é possível perceber diferentes movimentos em relação ao papel da filiação. Ao mesmo tempo em que a baixa filiação ou desfiliação foi e tem sido do interesse de parcelas das direções sindicais, enquanto uma forma de manter o controle sobre as eleições da entidade, as campanhas de filiação foram importantes instrumentos de fortalecimento das oposições e do movimento do novo sindicalismo na década de 1980, como sinal de força e representatividade. Em outros períodos, contudo, o aumento da filiação pode ser resultado da necessidade de acesso dos trabalhadores a uma determinada política pública, da qual o sindicato funciona como um intermediador¹². Como aponta Cardoso (2001), “se a filiação sindical pode, em certos casos, representar a disposição organizativa de determinados sindicatos, por outro lado parece claro se tratar de medida muito aproximada, por vezes inadequada, do grau de proximidade dos sindicatos com seus representados e, por extensão, de sua representatividade”.

Ao tratar da densidade sindical no Brasil, estamos considerando a filiação sindical da população ocupada adulta, incluindo assim não apenas os trabalhadores assalariados. Se observarmos o Gráfico 1, podemos perceber que a dinâmica da filiação, no período 2001-2013, é de decréscimo.

¹² Esta é a hipótese levantada por alguns autores para explicar o aumento da sindicalização rural no Brasil durante a década de 2000, já que a filiação ao sindicato permite aos trabalhadores rurais se credenciarem para o acesso às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar promovidas pelo governo federal (RODRIGUES, RAMALHO, 2014; RODRIGUES, LADOSKY, 2015).

Gráfico 1 – Taxa de filiação sindical da população ocupada adulta (18 anos ou mais) - Brasil, 2001-2013



Fonte: Microdados da PNAD (Cardoso, 2015, p. 496).

Apesar do decréscimo da filiação, aumenta no período o número de sindicatos existentes. Em 2001, o IBGE apontava a existência de 7,7 mil sindicatos ao passo que, em 2015, o MTE declarou a existência de 10.813 sindicatos de trabalhadores com base nos dados de 2014 (CARDOSO, 2015, p. 494). Paralelo ao aumento no número de sindicatos elevou-se também a quantidade deles filiada a centrais sindicais. Segundo o censo sindical do IBGE, em 2001, apenas 38% dos sindicatos se declaravam filiados a uma das centrais sindicais então existentes. Já em 2015, segundo o MTE, 74% dos sindicatos ativos de trabalhadores¹³ eram filiados a uma das centrais sindicais brasileiras (CARDOSO, 2015, p. 498).

Dentre os sindicatos filiados a centrais sindicais, interessa-nos olhar para o movimento de sua distribuição entre essas entidades. Os dados parecem indicar que a nova legislação de reconhecimento não apenas impulsionou a

¹³ De acordo com a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) cerca de 50 milhões de trabalhadores são representados por essas entidades. Além disso, mais de oito mil entidades sindicais representam trabalhadores urbanos e quase três mil abrangem trabalhadores rurais (DIEESE, 2017).

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

criação de novas centrais, como também acirrou a disputa entre elas pela filiação de sindicatos (GALVÃO, 2014; CARDOSO, 2015). A partir de 2008, como exigência para o reconhecimento, passa-se a realizar uma aferição frequente do índice de representatividade das centrais, como mostra a Tabela 1¹⁴.

Tabela 1. Evolução do índice de representatividade das centrais sindicais reconhecidas legalmente no período 2008-2016 (%)

Central	2008 ¹	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 ⁴	2016 ⁵
CUT	35,84	36,79	38,23	38,32	36,7	35,60	34,39	31,73	30,40
FS	12,33	13,10	13,71	14,12	13,7	13,80	12,59	10,82	10,08
UGT	6,29	7,19	7,19	7,89	11,3	11,20	11,92	10,30	11,29
NCST	6,27	5,47	6,69	7,04	8,1	8,10	8,01	7,65	7,45
CTB	5,09	6,12	7,55	7,77	9,2	9,20	9,33	10,36	10,08
CGTB	5,02	5,02	5,04	7,02	3,82 ²	2,98	2,76	2,55	1,88
CSB	-	-	-	-	-	-	7,43 ³	7,15	8,15

Fonte: Corrêa e Lemos (2016, p. 11) a partir das publicações do MTE no Diário Oficial da União (DOU).

¹ Nos 24 meses após a publicação da Lei nº 11.648 de 31 de março de 2008, o índice mínimo de representatividade exigido foi de 5%.

² Em 2012, a CGTB perdeu representatividade e deixou de ser reconhecida legalmente. A partir de então, seus dados foram extraídos do portal do MTE, pois apenas os índices das centrais reconhecidas são divulgados no DOU.

³ A CSB atinge o índice mínimo de representatividade para ser reconhecida na aferição de 2014, mas este não é publicado no DOU, porém consta no portal do MTE.

⁴ Em 2015, foram divulgadas duas aferições no DOU. Os dados da tabela são da aferição divulgada em 31 de março 2015 pelo MTE e publicada no DOU em 09 de abril de 2015.

⁵ Aferição publicada no DOU em 01 de abril de 2016, referente ao próprio ano de 2016.

¹⁴ Esse índice é calculado a partir da seguinte fórmula: $IR = TFS / TSN * 100$, onde: IR = índice de representatividade; TFS = total de trabalhadores filiados aos sindicatos integrantes da estrutura organizativa da central sindical, TSN = total de trabalhadores sindicalizados em âmbito nacional.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

A partir da Tabela 1, podemos observar que tanto a UGT como a CTB tem tido um crescimento significativo desde sua criação, com pequeno decréscimo em 2013, 2015 e 2016 no caso da UGT e, em 2016, no caso da CTB. Contudo, para todo período, ambas cresceram 5% desde sua fundação. A UGT chega em 2016 ao posto de segunda maior central sindical, atrás apenas da CUT. Também a CTB teve um crescimento expressivo que a coloca atualmente com representatividade igual à da Força Sindical, central que polarizou o campo sindical com a CUT desde seu surgimento em 1991.

A partir dos dados apresentados, percebemos que esse crescimento advém tanto pela filiação de sindicatos nunca antes filiados a centrais sindicais, mas também pela disputa e deslocamento da filiação de alguns sindicatos, o que evidencia o processo de concorrência entre as centrais. Em pesquisa realizada em 2009, no 2º Congresso Nacional da CTB, 91% das entidades presentes já haviam sido filiada à CUT. Já os sindicatos da UGT têm origem não apenas nas centrais que se unificaram na sua criação (CAT, SDS e CGT) como também uma parcela teve passagem de filiação pela Força Sindical¹⁵.

A disputa pelo reconhecimento e pelas vantagens que advém dele revelam um processo de diferenciação e disputa entre organizações de cúpula. É assim que, na tentativa de garantir uma determinada fatia do “mercado sindical”, as centrais vão atuar para ampliar sua representação em determinados setores econômicos. A partir da desagregação dos dados da Aferição de 2014, disponibilizados pelo MTE, Rodrigues, Ladosky e Bicev (2015, p. 55-56) afirmam que a CTB possuía, naquele ano, 1.116.340 trabalhadores filiados, sendo 39,8% no setor rural, 22,3% na educação, 15,9% no comércio e serviços, 9,1% na indústria, 8,2% no setor público e 4,3% na saúde. Na distribuição entre

¹⁵ Segundo pesquisa realizada na 1ª Plenária Nacional da UGT, em 2009, 13% das entidades participantes anteriormente filiadas à outra central eram oriundas da Força Sindical.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

as regiões do País, 48,1% dos trabalhadores filiados estavam na região Nordeste, 23,7% no Sudeste, 23,3% no Sul, 3,0% no Norte e 1,6% no Centro-Oeste (RODRIGUES, LADOSKY, BICEV, 2015, p. 59). Esses dados corroboram com o discurso da direção da central que ressaltou sua presença histórica no estado da Bahia e o seu crescimento no sindicalismo rural.

É importante ressaltar que a CTB tem crescido justamente entre a categoria de trabalhadores rurais não assalariados, cuja sindicalização mais cresceu nas últimas duas décadas. Segundo Rodrigues e Ladosky (2015), as políticas sociais de apoio à agricultura familiar tiveram um forte impacto nas taxas de sindicalização rural. Para acessar os programas federais, o agricultor deve comprovar o seu enquadramento como “agricultor familiar” e, para tanto, precisa obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é emitida principalmente pelas organizações representativas de agricultores: sindicatos rurais, associações e cooperativas. A partir de dados da Pnad/IBGE para o período 1992-2013, os autores demonstram que enquanto a sindicalização urbana decresceu de 23% para 15%, a sindicalização rural aumentou de 17% para 24%. Ao separar os trabalhadores rurais em assalariados e não assalariados, os autores afirmam ainda que enquanto a sindicalização dos primeiros permaneceu estável, a dos segundos cresceu de 18% para 30%.

A criação da CTB foi, inclusive, um dos fatores que motivou a desfiliação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), maior organização sindical rural do Brasil, da CUT. Assim como a CSC, a Contag sempre foi uma defensora histórica da unicidade. Com a criação, por uma parcela dos segmentos rurais cutistas, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), em 2001, e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil), em 2004, instituiu-se no interior da CUT um duplo sistema de representação

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

para os agricultores familiares (MEDEIROS, 2014) – o sistema Fetraf e o sistema Contag –, colocando em questão o princípio da unicidade sindical.

Como consequência, em seu 10º Congresso Nacional, realizado em 2009, a Contag aprovou a desfiliação da CUT, posição que era defendida internamente por sindicalistas rurais da CSC, SSB, e por sindicalistas independentes (Medeiros, 2014). Após a desfiliação, a direção da Contag passou a ser composta tanto por sindicalistas oriundos da CUT quanto da CTB, mantendo uma situação de equilíbrio entre as duas centrais em sua executiva nacional (RODRIGUES, LADOSKY, 2015).

Já se olharmos para a atuação da UGT, os mesmos dados da Aferição de 2014 demonstram que, naquele ano, a central possuía 1.141.771 trabalhadores filiados sindicatos, sendo 83,2% no setor de comércio e serviços, 7,3% no setor público, 5,0% no setor rural, 3,4% na saúde e 0,9% na educação (RODRIGUES, LADOSKY, BICEV, 2015, p. 55-56). Na distribuição entre as regiões do País, 50,7% dos seus trabalhadores filiados estavam na região Sudeste, 19,7% no Nordeste, 17,8% no Sul, 7,3% no Norte e 4,3% no Centro-Oeste (RODRIGUES, LADOSKY, BICEV, 2015, p. 59). Os dados confirmam, portanto, a predominância do setor de comércio e serviços já revelada na distribuição dos presentes no Congresso de 2011, no qual 51% das entidades participantes eram do setor de serviços e 16% do comércio (DIEESE, 2011).

Essa distribuição da UGT parece expressar uma estratégia de filiação da central que busca o crescimento naqueles segmentos menos valorizados pelas demais centrais, como demonstra o discurso do seu presidente:

Esse crescimento que nós tivemos foi basicamente com os trabalhadores da base da pirâmide: homens e mulheres do comércio, homens e mulheres da padaria, homens e mulheres que eram considerados de segunda categoria. Nós queremos políticas públicas para que os trabalhadores sejam considerados cidadãos do nosso país. A UGT quer trazer

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

definitivamente o respeito para todos os trabalhadores e
trabalhadoras do Brasil (PATAH, 2011).

É possível observar, então, que tanto a CTB quanto a UGT tem desenvolvido estratégias de ampliação de sua base de sindicatos filiados no interior de segmentos pouco valorizados, numérica ou politicamente, nas centrais mais antigas. Se por um lado a CTB tem investido no sindicalismo rural, a UGT tem crescido principalmente naqueles setores tradicionalmente menos organizados e que mais crescem em postos de trabalho: o setor de serviços e comércio.

Estratégia de parceria e de ação política

A parceria com o empresariado, no caso brasileiro, é em sua grande parte mediada pela relação com o Estado. Como a negociação coletiva, de acordo com a legislação sindical, é de competência dos sindicatos, federações e confederações, a representação dos trabalhadores pelas centrais sindicais, aspecto que nos interessa aqui, ocorre basicamente através dos espaços de diálogo social promovidos pelo governo federal. A difusão e ampliação da participação institucional, por meio da criação de conselhos, fóruns e conferências, são consideradas uma das principais marcas dos governos do PT (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014). Dentre estes espaços, destacam-se o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) – criado em 2003 para discutir, entre outros temas, as reformas da previdência, tributária, trabalhista e sindical – e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) – criado no mesmo ano para discutir especificamente as reformas trabalhista e sindical.

De um modo geral, houve uma ampla presença das centrais nos conselhos de políticas públicas (Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda - SPETR; Sistema Único de Saúde - SUS; e de outros espaços em que se discutem e se

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

deliberam questões que afetam os trabalhadores) e na gestão de fundos públicos (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat e Conselho Deliberativo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS) (DIEESE, 2017). Tanto a CTB quanto a UGT estiveram presentes nestes espaços, assim como em diversos outros, tais como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, Conselho Nacional da Juventude e Conselho Nacional de Imigração etc.

Apesar da ocupação de assentos nos espaços de diálogo social ser um elemento de convergência na estratégia das referidas centrais, observamos diferentes entendimentos entre elas a respeito das potencialidades destas instâncias. A CTB, por exemplo, apresenta uma visão crítica com relação ao caráter consultivo e não deliberativo dos conselhos e fóruns, o que nos parece justificar a pouca referência à participação institucional nos documentos da central.

[...] uma coisa importante que nós consideramos, diferente inclusive do que governos como Fernando Henrique é que as centrais sindicais participam hoje de vários conselhos importantes do governo. Agora, nós participamos, damos sugestão, mas quem decide não somos nós, então, raramente o que a gente defende o governo encampa. O que teve até agora, mas aí foi na época do Lula, é essa política do salário mínimo, que fez a gente sair de um salário mínimo de 100 dólares pra mais de 300 dólares. Então, do ponto de vista democrático, nós não temos do que reclamar. Nós participamos até demais, não damos nem conta de tanto conselho, tem conselho pra absolutamente tudo. Agora, esses conselhos normalmente não são consultados (Dirigente da CTB, 2013).

Já a UGT entende a participação nesses organismos como parte do papel cidadão do sindicalismo em construir junto ao governo e aos empresários o desenvolvimento. Nesse sentido, coloca-se lado a lado e no mesmo campo que

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

os patrões, vistos como “produtores” (UGT, 2011). Sua análise não passa por uma avaliação crítica dos impactos do formato destes espaços sobre o processo decisório:

Não basta participar, a UGT deve ter um papel propositivo e atuar de forma consciente diante dos problemas que se apresentam. É fundamental a ampliação da nossa presença nesses fóruns, é crucial a ampliação da nossa representação política. Isso porque nenhuma luta econômica, por mais vigorosa que seja, pode trazer aos trabalhadores uma melhoria estável se nós tivermos uma baixa representação nos parlamentos e executivos. E para que isso ocorra, não basta a luta econômica. É preciso a luta política em torno de um projeto democrático de transformação da sociedade. (...) A luta pela conquista de nossos objetivos é uma luta essencialmente política. Isso significa (...) conquistar influencia nos assuntos públicos, na direção dos parlamentos e dos executivos, na promulgação das leis (UGT, 2011).

A participação institucional foi uma das formas predominantes de ação das centrais sindicais nos governos petistas, porém a eficácia desta atuação, em termos do aumento da capacidade de negociação da agenda dos trabalhadores junto ao governo, mostrou-se bastante limitada (ARAÚJO, VÉRAS DE OLIVEIRA, 2014; GALVÃO, 2014; CARDOSO, 2015). Apesar das centrais terem defendido uma ampla pauta de reivindicações, como a redução da jornada de trabalho, o fim do fator previdenciário, o fim da demissão imotivada, grande parte de suas demandas não teve lugar nas negociações com o governo (GALVÃO, 2014). Isso levou a bibliografia a interpretar a sua participação nestes espaços desde a perspectiva de uma perda de protagonismo do movimento sindical neste período (ARAÚJO, VÉRAS DE OLIVEIRA, 2014) até de uma forma de cooptação do sindicalismo pelo governo (DRUCK, 2006).

Apesar disso, é importante salientar, que a conquista de determinadas propostas do movimento sindical na década de 2000 foi resultado dos processos

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

de negociação estabelecidos entre grande parte das centrais sindicais e os governos de Lula. Como demonstra Galvão (2014, p. 109), a maioria das centrais sindicais, com intensidades diferentes, apoiou os governos petistas: CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CGTB, NCST e CSB. Duas importantes demandas sindicais foram garantidas neste período: a própria Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais e a política de valorização permanente do salário mínimo.

Em relação à primeira, sua negociação integrava uma proposta mais ampla de reforma sindical que, inicialmente, tramitou no CDES e, em seguida, no FNT. Em função das divergências entre governo, empresários e trabalhadores, e também entre estes últimos, não foi possível obter no âmbito do Fórum um acordo a respeito do conteúdo da reforma. Diante do impasse, o governo decidiu realizar uma reforma sindical por partes e através de pequenas medidas, apresentando ao Congresso Nacional apenas o Projeto de Lei de reconhecimento das Centrais Sindicais, que foi aprovado. Apesar da discussão desta medida ter passado pelos espaços de diálogo social, a sua aprovação não foi produto de um consenso ali gerado como era o esperado pelo governo.

Já a política de valorização do salário mínimo foi resultado da ação articulada entre as centrais sindicais, que realizaram três marchas à Brasília em 2004, 2005 e 2006, promovendo uma campanha nacional pelo aumento de seu valor base (ARAÚJO, VÉRAS DE OLIVEIRA, 2014). A política, que vem sendo aplicada desde 2008, prevê o reajuste anual do salário mínimo de acordo com o índice de inflação do ano anterior (INPC) mais um aumento real correspondente à variação do PIB dos dois anos anteriores (KREIN, SANTOS, NUNES, 2012). Neste caso, a formulação e aplicação da medida estiveram relacionadas à mobilização conjunta das centrais com o objetivo de influenciar a política do governo favoravelmente aos trabalhadores.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

A ação política desenvolvida pelas centrais para além dos fóruns e espaços de participação está também vinculada à relação que elas estabelecem com determinados partidos, com o governo e com a disputa no Parlamento. No caso da CTB, identificamos, tanto através de pesquisas em seu 2º Congresso como do depoimento de seu próprio dirigente, a predominância de militantes oriundos dos seguintes partidos: PC do B, PSB¹⁶, PT e PDT. Desde sua criação, a central tem desenvolvido uma atuação política principalmente vinculada aos governos do PT, do qual compôs a base durante todo o período, atuando por dentro do governo que considera “em disputa”:

[...] uma coisa é você ganhar o governo, que foi o que aconteceu com o Lula e com a Dilma, outra coisa é vc estar no poder. Então, nem o Lula nem a Dilma estão no poder. Estão no governo, então, o governo é um instrumento de disputa [...]. Você tem o parlamento, infelizmente, a maioria do parlamento é ligado a banqueiro, a latifundiário, ligado a empresários. A bancada dos trabalhadores no congresso é a menor que tem. Então, se nós quisermos ter alguma chance de evolução das reivindicações dos trabalhadores, você tem que fazer uma disputa ferrenha no parlamento e dentro do próprio governo. Nós tínhamos no governo Lula e temos no governo Dilma as duas opiniões, que defendem cada lado um projeto diferente para o Brasil. Então, o movimento sindical defende um projeto pro Brasil e tem que disputar pra ganhar essa batalha, inclusive dentro do governo e dentro do congresso. Então ano que vem tem essa eleição, evidentemente vai determinar, nós esperamos que esse projeto que está no governo saia vitorioso, agora nós queremos que o governo da presidenta Dilma avance. Do que depender das centrais, a presidenta Dilma tem o apoio nosso. [...] portanto, o governo, que nós ajudamos a eleger e que nós cobramos sempre a posição mais avançada sob pena de uma grande frustração, porque com 12 anos você já teria tempo suficiente

¹⁶ Na pesquisa realizada no 2º Congresso da CTB, 72,4% dos delegados eram filiados ao PC do B, 9,3% ao PSB e 8,8% ao PT (GALVÃO, MARCELINO, TRÓPIA, 2015, p. 191).

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

pra fazer alterações que outros países da América do Sul já fizeram (Dirigente da CTB, 2013).

Já a UGT possui uma composição mais plural de partidos, o que fez com que ela, mesmo tendo uma visão positiva dos governos petistas, optasse por não dar nenhum apoio direto aos candidatos à presidência da República. Ao contrário, a UGT se posicionou criticamente à realização do Conclat de 2010, por ver essa atividade como associada à campanha pela eleição de Dilma.

A UGT é plural, temos pessoas de todos os partidos. Então, quando o governo acerta, nós apoiamos. Quando o governo erra, criticamos. Somos ferozes contra a política monetária do governo, contra a desoneração da folha de pagamento sem contrapartida, contra os juros elevados. Temos críticas e, ao mesmo tempo, valorizamos a presidente Dilma quando ela tem projetos para tirar milhões de pessoas da miséria, tem projetos para inclusão social, contra a discriminação e a violência contra a mulher. A relação institucional da UGT é de respeito, mas é uma relação não adesista, não chapa-branca (PATAH, 2013).

Sobre a relação com os partidos políticos, do total de delegados que responderam à questão sobre filiação partidária no 2º Congresso da UGT, 55% não eram filiados a partido político e 45% eram: 23% eram vinculados ao Partido dos Trabalhadores – PT; 12% ao Partido Popular Socialista – PPS; e 11% ao Partido Democrático Trabalhista – PDT. Ainda 10% declararam filiação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; 7%, ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; e 5%, ao Partido Verde - PV. A cada um dos demais Partidos eram filiados menos de 5% (DIEESE, 2011). Essa configuração se alterou certamente com a criação do PSD e a filiação do presidente da central, Ricardo Patah, a esse partido em 2011, bem de outros dirigentes importantes ligados a essa central. Apesar disso, a UGT ainda preserva um discurso que reivindica o pluralismo político.

Eu acho que a UGT acabou entrando num nicho que sempre existiu no sindicalismo brasileiro, mas que ele não

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

era muito visível. [...]. Então eu acho que a UGT foi a primeira central realmente de centro no Brasil, [...] sem muito radicalismo, sem vinculação partidária e acho que isso propiciou, porque tem público pra isso [...] tem sindicato que não gosta de estar atrelado a partido político, que não gosta de uma visão ideológica. [...] Então, esse pluralismo está de fato exercido. Tanto que na eleição da Dilma, tinha gente que era Dilma, tinha gente que era Marina e tinha gente que era José Serra (Dirigente B da UGT, 2013).

Cabe destacar, por fim, que a UGT possui uma política aberta de incentivo à ocupação do Parlamento como parte da sua atuação política: “Isto porque, é claro pra nós, que nenhuma luta econômica, por mais vigorosa que seja, pode trazer aos trabalhadores uma melhoria estável se tivermos uma baixa representação nos parlamentos e executivos. [...] Nesse sentido, a UGT propõe que todas as suas executivas estaduais preparem sindicalistas para as eleições municipais, estaduais ou nacionais” (UGT, 2015, p. 246-247).

Estratégia de coalisão

Apesar das diferenças político-ideológicas, com o seu reconhecimento formal, as centrais sindicais passaram a se organizar em diferentes espaços institucionais e políticos para promover ações e pautas conjuntas. Esse movimento de unificação em uma frente de ação – já que não se fundem numa única organização – ganhou forma em várias atividades, como as marchas da Classe Trabalhadora à Brasília e as campanhas contra o fator previdenciário e pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Já em 2004, CUT, Força Sindical, CGT, CGTB, SDS e CAT realizaram a primeira Marcha da Classe trabalhadora, enfatizando temas como a redução da jornada sem redução de salário, a luta pelo trabalho decente e reforçando a unidade de ação do

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

movimento. Desde então, as centrais sindicais passaram a realizar anualmente essas marchas à Brasília, com exceção do período entre 2010 e 2012. Neste mesmo ano, conforme mencionamos, foi firmado o acordo com o Governo Federal que impulsionou a aprovação da Lei 12.382, de março de 2011, que estabeleceu a política de valorização do salário mínimo até 2015.

As ações unificadas entre as centrais serviram principalmente para estabelecer uma pauta de negociação com o governo federal e articular algumas mobilizações em torno de reivindicações que são importantes para os trabalhadores, mas que não representavam uma ameaça ao projeto governamental estabelecido. Além disso, parte dessas pautas esteve referenciada em reivindicações históricas do movimento sindical brasileiro, como a de redução da jornada e as de ratificação das convenções da OIT, enquanto outras eram genéricas, a exemplo da defesa do “desenvolvimento com valorização do trabalho”. Apesar da moderação das pautas, estas ações demonstraram alguma atividade de mobilização, o que pode ser interpretado como uma demanda das bases e mesmo uma maneira de se diferenciar das Confederações, reafirmando seu papel de representação do conjunto da classe trabalhadora.

Somam-se a esses eventos dois outros acontecimentos importantes: a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), realizada em 01 de junho de 2010, no Pacaembu, em São Paulo, com a participação de CGTB, CTB, CUT, FS e NCST, e as articulações ocorridas em 2015 contra as medidas provisórias 664 e 665¹⁷ e a regulamentação da terceirização através do PL4330/2004, atual PL 35/15. Importante destacar nesses eventos as diferenças entre as centrais. A Conclat não contou com o apoio da UGT, que julgou o

¹⁷<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/02/ministros-analisam-estudo-de-centrais-sindicais-sobre-medidas-provisorias>.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

evento abertamente vinculado à candidatura de Dilma. Já no caso do debate sobre a regulamentação da terceirização, a Força Sindical apoiou oficialmente e entusiasticamente o projeto de lei e a UGT, por certo período, teve postura bastante oscilante, já que um de seus integrantes, Roberto Santiago, havia participado do processo de formulação do PL no Congresso.

No que se refere à articulação da CTB e da UGT com organizações para além do campo das centrais sindicais, observamos que esta não é uma estratégia privilegiada por elas. Com relação à CTB, já pontuamos que o seu crescimento tem sido em direção aos sindicatos rurais, o que a colocou em uma situação de disputa com a CUT pela filiação da Contag. Em seu Congresso de fundação, a central aprovou o documento “Luta por um novo modelo de desenvolvimento do espaço rural”, o qual traz como reivindicações principais a democratização do acesso à terra através de uma ampla reforma agrária e a valorização dos assalariados rurais e da agricultura familiar. Com relação à representação sindical rural, a central defende a manutenção da unicidade, o que, somado à presença de lideranças da Contag em sua fundação (CTB, 2009, p. 12) pode ser uma hipótese para explicar a não aproximação entre a central e os movimentos sociais do campo não sindicais.

Em pesquisa feita pelo Dieese (2011), cerca de 40% dos delegados da UGT possuíam participação em movimentos religiosos, 30% em associações comunitárias (de moradores/bairro) e 17,4% em organizações de caráter esportivo. Estas foram as três principais categorias de movimentos sociais apontados pelos participantes. Em relação ao vínculo da UGT ONGs e associações comunitárias, a central reconhece a existência da “organização de moradores de bairro e favelas do Brasil” e convidou diversas ONGs a participarem de seu 2º Congresso. Estas organizações e movimentos teriam a tarefa de contribuir para a diminuição do cenário de injustiça social, ampliando

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

as condições de geração de trabalho e renda, e, com isso, contribuir para a construção de seu projeto de sindicalismo cidadão, ético e inovador.

Já com relação aos movimentos religiosos, a UGT defende ainda o desenvolvimento do protagonismo desses movimentos através da inclusão social pela via do empreendedorismo (UGT, 2011, p. 170-172). Ainda no âmbito dessas articulações, a UGT do estado de São Paulo tem sido uma importante impulsionadora do “Movimento Nós Podemos”, uma iniciativa “da sociedade civil, composta por empresas, governos e organizações”, que tem como objetivo promover ações para que o Brasil consiga atingir até 2015 os oito Objetivos do Milênio.

Considerações finais: é possível falarmos em revitalização sindical no Brasil?

Ao longo do artigo, buscamos evidenciar que tanto a atuação da CTB quanto a da UGT deram ênfase para o desenvolvimento das estratégias de organização, parceria social e ação política. Contudo, verificamos que elas assumiram contornos distintos em cada uma das centrais. No caso da estratégia de organização, que se refere principalmente à ampliação da base filiada, a ação da UGT esteve voltada para os trabalhadores que se concentram no setor de serviços, com destaque para os comerciários. Diferentemente, a CTB teve sua base acrescida a partir da filiação de sindicatos rurais, beneficiando-se possivelmente do aumento da sindicalização rural no Brasil ocorrido nas últimas décadas.

A parceria social, apesar de estar presente na atuação de ambas, é avaliada positivamente pela UGT, que considera os espaços de participação como centrais na ação do sindicalismo. A CTB, por sua vez, apresenta um discurso

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

crítico que destaca os limites desses espaços. Com relação à ação política, as centrais diferem quanto a sua relação com os partidos e com o governo. A UGT se relaciona com um amplo leque de partidos e possui uma política de incentivo à candidatura de seus quadros a cargos políticos. Além disso, advoga uma posição de independência frente ao governo. A CTB, de outro modo, se relaciona com um leque mais restrito de partidos (principalmente o PCdoB), possui grande proximidade com a CUT e pertenceu à base dos governos do PT desde o primeiro mandato de Lula.

De modo geral, portanto, estas duas novas centrais sindicais articulam sua tradição ideológica e suas estratégias resultando numa atuação que, se por um lado converge na defesa da estrutura sindical e na participação nos espaços de diálogo social, por outro, se diferencia em sua relação com o governo, partidos políticos e, principalmente, com os setores da classe trabalhadora que procuram representar. Acreditamos que o crescimento dessas centrais nas referidas categorias pode abrir espaço para novas demandas e fortalecer as atuais, contudo uma maior competição na cúpula sindical não coincide necessariamente com o aumento da mobilização das bases, principalmente em um cenário em que a estrutura sindical mantém-se inalterada, conforme apontaram Galvão (2014) e Cardoso (2015). Além disso, mesmo a intensa participação institucional e a atuação conjunta entre as centrais não foram suficientes para impor ao governo federal a agenda do movimento sindical ou garantir que a participação lhes desse poder real de decisão sobre as políticas públicas. Portanto, o processo de reorganização sindical, apesar de ter dinamizado a cúpula do sindicalismo, não parece apontar para uma revitalização no sentido de uma recuperação ou aumento do poder dos sindicatos diante dos demais atores sociais.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

Por fim, destacamos algumas questões em relação ao referencial teórico utilizado que exigem maiores esforços de reflexão. A primeira delas diz respeito ao nível da análise, uma vez que as categorias foram construídas a partir da ação dos sindicatos de base e nossa proposta tem como focos centrais sindicais, ou seja, organismos de cúpula. Essa observação é relevante, sobretudo por conta da especificidade brasileira, em que as centrais não possuem poder de negociação coletiva, fazendo com que sua capacidade de influência e sua ação sejam preferencialmente canalizadas para o sistema político (CARDOSO, COMIN, 1997). Deste modo, cabe indagar: como avaliar o impacto das estratégias adotadas pelas centrais em suas bases? Uma segunda questão refere-se à especificidade do contexto nacional. Ao olharmos para a atuação das centrais sindicais, podemos perceber na realidade brasileira outras estratégias, além daquelas construídas pela teoria da revitalização, que tem dinamizado o movimento sindical? Em outras palavras, haveria alguma categoria mais apropriada para entender as estratégias do sul global?

Referências

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, 2014, p. 325-357.

ANTUNES, R. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Ed. Brasil Urgente, 1991.

ARAÚJO, A. M. C.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R. O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (Org.). **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte, Fino Traço, 2014, p. 29-59.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

BALTAR, P.; KREIN, J. D. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado de trabalho no Brasil. **CADERNO CRH**. Salvador, v. 26, n. 68, 2013, p. 273-292.

BOITO Jr., A. **O Sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas (SP): Edunicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.

_____.; MARCELINO, P. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. **Caderno CRH**. Salvador, v. 23, n. 59, 2010, p. 323-338.

CARDOSO, A. M. A filiação sindical no Brasil. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000100003. Acesso em: 06 de jul. 2016.

_____. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. **Caderno CRH**. Salvador, v. 28, n. 75, set/dez., 2015, p. 493-510.

CARDOSO, A. M.; COMIN, A. A. Centrais sindicais e atitudes democráticas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 40/41, ago., 1997, p. 167-328.

DIEESE. **Relatório final – Perfil dos participantes do 2º Congresso Nacional Ordinário da UGT**, novembro de 2011, mimeo.

_____. **Importância da organização sindical dos trabalhadores**. Nota técnica, nº 177, abr., 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec177ImportanciaSindicatos.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

DRUCK, G. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. **OSAL, Observatorio Social de America latina**, ano VII, n. 19, CLACSO, Consejo latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina, jul., 2006.

FREGE, C.; KELLY, J. **Varieties of unionism**: strategies for union revitalization in a globalizing economy. Oxford Scholarship, 2004.

GALVÃO, A. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Outubro**, São Paulo, v. 18, 2009, p. 175-197.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

_____. O movimento sindical no governo Lula entre a divisão e a unidade. In: **VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo**, Cidade do México, 2010.

_____. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 38, 2014, p. 103-117.

_____. ; MARCELINO, P.; TRÓPIA, P.V. **As bases sindicais das novas centrais sindicais brasileiras**. Curitiba/PR, Appris, 2015.

KREIN, J. D. **As tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005**. 2007. 329 f. Tese (doutorado em Economia Aplicada) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

_____.; SANTOS, A. L.; NUNES, B. T. Trabalho no governo Lula: avanços e contradições. Texto para discussão, **Instituto de Economia da Unicamp**, 201, fev., 2012.

LEMOS, P. R. **Entre o mercado e a sociedade: o sindicalismo da união geral dos trabalhadores (UGT)**. 2014. 134 f. Dissertação (mestrado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

MEDEIROS, L. S. O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (Org.). **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 247-282.

NORONHA, E. G. O modelo legislado de relações de trabalho no Brasil. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 43, 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00115258200000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 de jul. 2016.

POCHMANN, M. Adeus à CLT? **Novos Estudos**, São Paulo, n. 50, mar., 1998, p. 149-166.

TURNER, L. Why revitalize? Labour's urgente mission in a contested global economy. In: FREGE, C.; KELLY, J. **Varieties of unionism: strategies for union revitalization in a globalizing economy**. Oxford Scholarship, 2004.

RODRIGUES, L. M. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2002.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

RODRIGUES, I. J.; RAMALHO, J. R. Novas configurações do sindicalismo no Brasil? Uma análise a partir do perfil dos trabalhadores sindicalizados. *Contemporânea*, v. 4, n. 2, jul/dez, 2014, p. 381-403.

_____. ; LADOSKY, M. H. G. Paradoxo do sindicalismo brasileiro: a CUT e os trabalhadores rurais. *Lua Nova*, São Paulo, n. 95, mai/ago, 2015, p. 95-87.

Entrevistas

Entrevista com o “Dirigente A da UGT” concedida a Patrícia Rocha Lemos em São Paulo no dia 22/03/2013.

Entrevista com o “Dirigente B da UGT” concedida a Patrícia Rocha Lemos em São Paulo no dia 20/11/2013.

Entrevista com o “Dirigente da CTB” concedida a Patrícia Rocha Lemos e Ellen Gallerani Corrêa em São Paulo no dia 09/08/2013.

Entrevista com Ricardo Patah, Diário de São Paulo; 09/12/2013, disponível em: <http://www.ugt.org.br/index.php/post/6587-UGT-defende-lei-que-discipline-terceirizacao>.

Documentos Sindicais

CTB. Princípios e objetivos da CTB, fevereiro de 2008.

CTB. Desenvolvimento com valorização do trabalho. Textos e documentos da CTB. São Paulo, fevereiro de 2008.

CTB. Unidade para enfrentar a crise. Textos para debate: 2º Congresso da CTB, São Paulo: setembro de 2009.

PATAH, Ricardo. Discurso de abertura do 2º Congresso Nacional da UGT, 2011.

UGT. Resoluções – 2º Congresso Nacional da UGT, 2011.

UGT. Brasil: é hora das reformas. Resoluções do 3º Congresso Nacional. São Paulo: junho de 2015.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização
do sindicalismo brasileiro
Patrícia Rocha Lemos
Ellen Gallerani Corrêa

Resumo:

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização do sindicalismo brasileiro

A partir da teoria da revitalização sindical, analisamos a atuação de duas centrais sindicais brasileiras criadas em 2007: a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT). Considerando as estratégias desenvolvidas, identificamos que tais centrais desenvolveram uma participação ativa nos espaços de diálogo social e têm crescido em categorias tradicionalmente pouco atuantes ou com pouca influência política no sindicalismo brasileiro. Contudo, argumentamos que estes elementos não são suficientes para evidenciar um processo de recuperação do poder sindical no Brasil na última década.

Palavras-chave: sindicalismo, centrais sindicais, revitalização.

Abstract:

The strategies of the new union confederations and the debate about the revitalization of Brazilian trade unionism

Based on the theory of union revitalization, we analyze the performance of two Brazilian national union confederations, both created in 2007: the Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) and the União Geral dos Trabalhadores (UGT). Considering their strategies we have identified that these organizations have developed an active participation in spaces of social dialogue and have grown inside categories of workers that are traditionally less politically active. Despite these elements, we will demonstrate how it is not sufficient evidence of a union power recover in Brazil in the last decade.

Keywords: trade unionism, union confederations, revitalization.

MILITÂNCIA POLÍTICA E VIDA CAMPONESA PACIFICADA CABRA MARCADO PARA MORRER (1984)

Rodrigo Lessa¹
rodrigo.ciso@gmail.com

Introdução

Na oportunidade em que desenvolvia filmes como *A pirâmide humana* (1960), *A punição* (1962) e sobretudo *Crônicas de um verão* (1961), filmes precursores do estilo que mais tarde ficaria conhecido como Cinema Verdade, o diretor Jean Rouch ainda experimentava as possibilidades da nova forma de fazer documentários que marcaram o surgimento deste estilo. Enquanto os críticos especulavam sobre o modo sua forma de fazer documentários tratavam a representação da realidade na imagem do filme, a dissimulação de informações

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Membro do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais - NUCLEAR, com sede na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FFCH da UFBA. Professor EBT'T do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IF Baiano. Autor do livro *O Conflito Social no Campo no Cinema Documentário Brasileiro: luta de classes e representação fílmica* (2016) e um dos organizadores de *Cinema Documentário Brasileiro em Perspectiva* (2013).

Militância política e vida camponesa pacificada *Cabra Marcado Para Morrer*
(1984)
Rodrigo Lessa

pelos personagens e o papel do cineasta, Rouch se via apenas em condições de questionar o documentarismo que lhe era contemporâneo e buscar novos caminhos para este gênero de filmes. (ROUCH, 1963).

Realizado cerca de duas décadas depois das experiências de Rouch, *Cabra marcado para morrer* (1984), de Eduardo Coutinho, apresenta algumas respostas para estas questões. A primeira razão para isto está certamente no modo como o diretor se apropria das técnicas do Cinema Verdade: também para ele a relação entre cineasta e personagem é fundamental para a produção de sentido no filme. Neste documentário clássico do cinema brasileiro, as entrevistas são o principal meio de obter informações sobre o tema da obra, e, por mais uma vez, o cineasta mostra-se disposto a construir uma maneira mais relacional e menos unilateral de produção de significado no documentário.

No entanto, a particularidade da obra de Coutinho e o modo como ele desenvolve os preceitos do cinema de Rouch se deve também ao modo como estas técnicas são empregadas para narrar uma história extremamente complexa, na qual um dos momentos mais marcantes para a sociedade brasileira no séc. XX, a Ditadura Militar, iniciada em 1964, ligou a trajetória dos personagens com a dos realizadores do filme. Devido ao projeto de um filme ficcional iniciado na década de 1960, tema central do documentário que foi concluído quase vinte anos depois, Coutinho não só manteve uma importante relação com os atores do projeto do filme ficcional como compartilhou com eles uma série de eventos que envolvem a repressão aos movimentos camponeses em 1964, sendo um personagem-chave para a história que será retomada por ele e sua equipe. Quando retorna para reencontrar Elizabeth Teixeira, sua família e os camponeses que participaram das filmagens do *Cabra/1964*, interrompido em 1º de abril daquele ano, as questões que vêm à tona estão ligadas intimamente à relação estabelecida entre a equipe de filmagem e os camponeses, sendo esta

Militância política e vida camponesa pacificada Cabra Marcado Para Morrer
(1984)
Rodrigo Lessa

relação e o modo como ela se confunde com um dos momentos mais emblemáticos da história do país a principal substância do documentário em questão.

Neste contexto, *Cabra marcado* explora de forma singular os pressupostos do Cinema Verdade e a maneira como os trabalhadores brasileiros são levados à imagem do filme. Se para alguns diretores da época mais próximos do Cinema Direto norte-americano como João Batista de Andrade, autor de *Greve!* (1979), ou ainda Leon Hirszman, autor de *ABC da greve*² (1990), estas reflexões sobre a dimensão autoral e a relação com os personagens resultou na tentativa de produzir um cinema observativo e politicamente engajado, Coutinho vai seguir um outro caminho. Para ele, será mais importante se ater aos atos de fala e à expressão gestual dos personagens, recusando o engajamento político exaltado pelo Cinema Novo. Apesar de ter como pano de fundo um movimento social e a práxis da classe trabalhadora, sua ideia é, em síntese, contar a história do filme interrompido, retratar a maneira como os camponeses reconduziram suas vidas após os eventos da repressão e se aprofundar no modo como aqueles personagens reagem ao serem convidados a lembrar o passado.

Como resultado, as imagens dos trabalhadores do campo se tornam a culminância de uma experiência nova para o cinema documentário brasileiro, que explora em profundidade a memória dos personagens e usa abertamente a dimensão autoral como fonte de sentido na narrativa. Algo que, todavia, convive também com um relativo distanciamento do filme em relação a importantes elementos do cotidiano dos personagens e as condições sociais de seu modo de

² Embora Leon Hirszman tenha falecido no ano de 1987 sem ter conseguido concluir o filme, *ABC da greve* foi finalizado e lançado três anos após a morte de seu diretor, em 1990, através de uma parceria entre o fotógrafo do filme, Adrian Cooper, e a Cinemateca Brasileira – instituição sediada na cidade de São Paulo (SP) responsável pela preservação da produção audiovisual brasileira e que atualmente funciona como parte da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura.

Militância política e vida camponesa pacificada *Cabra Marcado Para Morrer*
(1984)
Rodrigo Lessa

vida na época em que o documentário é realizado – os anos 1980. Características estas que se apresentam como um dos desdobramentos possíveis de serem verificados na estética participativo-reflexiva originária do Cinema Verdade francês.

Um filme sobre o reencontro

Nascido em São Paulo, Eduardo Coutinho é contemporâneo de muitos integrantes do Cinema Novo, sendo amigo e colaborador de alguns deles, como Eduardo Scorel, Zelito Viana, Bruno Barreto e o próprio Leon Hirszman. Ao longo dos anos 1960 e início dos anos 1970, Coutinho participou de alguns roteiros e dirigiu quatro filmes: o inacabado filme de ficção *Cabra marcado para morrer* (1964), um dos três episódios do filme *ABC do amor* (1966), chamado “O Pacto”, o longa metragem *O homem que comprou o mundo* (1968) e, em 1970, o filme *Faustão* (1971), última experiência de Coutinho no âmbito da ficção. Após atuar no Jornal do Brasil durante quatro anos e colaborar no seu tempo extra com mais alguns roteiros de cinema, Coutinho ingressa na Rede Globo para trabalhar no programa Globo Repórter em 1975, onde permaneceria até acompanhar o sucesso nacional e internacional do filme *Cabra marcado para morrer* e se dedicar apenas ao cinema documentário. Dali em diante, sua carreira o colocaria como um dos principais diretores do gênero no país, destacando-se em filmes como *Boca de lixo* (1993), *Babilônia 2000* (2000) e *Edifício Master* (2002). (LINS, 2004).

A história do filme que o permitiu ingressar em definitivo no campo do cinema documentário, no entanto, começa por volta do ano de 1962. Como é

Militância política e vida camponesa pacificada Cabra Marcado Para Morrer
(1984)
Rodrigo Lessa

informado por meio da voz *off*³ logo nas primeiras cenas de *Cabra marcado*, o Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) havia organizado naquele ano uma caravana chamada “UNE-Volante” para percorrer o país promovendo discussões sobre o tema da reforma universitária e fomentando a criação de outros centros de cultura. Após passar por Alagoas e Pernambuco e cobrir eventos alinhados com a perspectiva do nacional-desenvolvimentismo – como a criação de um posto de exploração de petróleo pela Petrobrás em Alagoas – a UNE-Volante passa por Pernambuco e chega à Paraíba, onde estava ocorrendo um comício em memória de um militante camponês morto cerca de duas semanas antes por policiais militares na cidade de Sapé. A vítima era o então presidente da Liga Camponesa de Sapé, João Pedro Teixeira.

Nesta circunstância, o diretor não apenas conhece a Liga de Sapé, seus líderes e a família de Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro, como tem a ideia de realizar um filme de ficção sobre a vida do militante camponês. De acordo com a proposta inicial, o filme seria realizado nos mesmos locais onde se desdobraram os acontecimentos, em Sapé, e seria protagonizado por alguns dos camponeses que tinham vivido os acontecimentos de perto, tendo eles a responsabilidade de representar inclusive os próprios papéis.

Dois anos depois, com o apoio do CPC e do Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, tudo estava pronto para o início das filmagens. Contudo, novos assassinatos de camponeses e conflitos com a polícia obrigaram o diretor a sair da Paraíba e realizar as filmagens em Vitória de Santo Antão, no Engenho Galiléia, em Pernambuco, dessa vez contando apenas com Elizabeth Teixeira do elenco original. Na nova locação, Coutinho reuniu Elizabeth e os

³ Narração fora de campo inserida após a realização das imagens pela equipe realizadora do filme, geralmente com o objetivo de explicar, descrever ou aprofundar algum elemento presente no plano.

Militância política e vida camponesa pacificada Cabra Marcado Para Morrer
(1984)
Rodrigo Lessa

novos atores, dessa vez escolhidos entre trabalhadores rurais da região e não de Sapé, como sugeria o projeto inicial, começando as filmagens em seguida. Todavia, foi interrompido novamente trinta e cinco dias depois pela deflagração do Golpe Militar, em 1º de abril de 1964. Na oportunidade, Galiléia foi invadida pelo exército e boa parte dos líderes camponeses locais foram presos. Alguns membros da equipe também tiveram o mesmo destino, mas a maioria conseguiu fugir para o Rio de Janeiro deixando parte do material de filmagem para trás.

Mencionado e contextualizado também nestas cenas iniciais, através da narração em voz *off* de Ferreira Gullar, o movimento social que ocupou os interesses do jovem Eduardo Coutinho nesta oportunidade tinha chegado aos anos 1960 com alto nível de organização e integração dos trabalhadores do campo, sobretudo no Nordeste brasileiro, o que esclarece, em parte, o teor violento da ação militar com a qual o diretor se deparou. Berço das Ligas Camponesas, o Nordeste, que desde o fim do ciclo da cana de açúcar no final do século XVIII teve suas terras cultivadas majoritariamente por pequenos agricultores, voltou a despertar o interesse de seus proprietários no final dos anos 1930, quando a Segunda Guerra Mundial provocara uma nova alta histórica no preço do produto. A partir deste período, os trabalhadores arrendatários que viviam na região, quando não despejados, eram obrigados a se tornar “moradores de condição⁴”, sujeitando-se a receber salários mais baixos em relação aos trabalhadores de fora da fazenda ou a pagarem altas e quase

⁴ “Morador de condição” ou “morador”, como aponta Afrânio Garcia Jr. (1989), era a condição de todo trabalhador rural que, sem ser dono de qualquer propriedade ou lugar onde morar, alienava seu trabalho ao senhor-de-engenho em troca de moradia. Nestas condições, era comum que o senhor não só estipulasse unilateralmente um valor pela concessão da moradia e do direito a trabalhar na terra, como também o preço de produtos a serem consumidos nos armazéns de que o senhor era proprietário – em muitos casos havia inclusive uma obrigação de que o camponês recorresse apenas a estes estabelecimentos – e o pagamento por qualquer trabalho realizado por ele nas propriedades.

Militância política e vida camponesa pacificada Cabra Marcado Para Morrer
(1984)
Rodrigo Lessa

insustentáveis taxas de aumento do foro, sendo quase sempre impossibilitados de plantar qualquer cultura que não fosse a de cana. A maior parte, no entanto, terminou mesmo sendo expulsa das terras sem receber pelas benfeitorias de lavouras – como observa a narração em *off* do filme – e convertendo-se em mão-de-obra temporária para reforçar os contingentes recém-formados pelos grandes proprietários nos engenhos. (MARTINS, 1983).

O clima de insatisfação criado a partir do grande número de trabalhadores despejados terminou encontrando lugar nas mobilizações iniciadas em 1955 a partir do contato entre camponeses do Engenho Galiléia, em Pernambuco, e um dos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na época, o José dos Prazeres. Prazeres já tinha inclusive iniciado um projeto de organização de ligas camponesas nos moldes do partido cerca de dez anos antes – sendo inclusive nomeado como presidente da liga camponesa de Iputinga, nos arredores de Recife – mas sem o mesmo sucesso. No entanto, com o apoio dele e de outro colaborador não menos importante, o advogado e Deputado Estadual recém-eleito pelo Recife, Francisco Julião, as lutas dos camponeses de Galiléia se expandiram e ganharam núcleos em diversas regiões do país. Cidades como São Lourenço da Mata, em Pernambuco, Sapé, na Paraíba, São João do Pau d’Alho, em São Paulo, e mesmo a capital Goiânia - GO se tornaram neste período sedes de ligas camponesas, as quais contavam muitas vezes com milhares de camponeses filiados nas sociedades civis de direito privado que lhe garantiam existência legal. Desse modo, através da militância dos foreiros e do respaldo jurídico orientado por Julião, os conflitos com os proprietários culminavam em longas batalhas judiciais que levantavam a possibilidade de uma ação de desapropriação na justiça. O que para os camponeses significava a possibilidade de se tornar um pequeno agricultor em sua própria terra e se emancipar das imposições sofridas como arrendatários.

Militância política e vida camponesa pacificada *Cabra Marcado Para Morrer*
(1984)
Rodrigo Lessa

Como observamos a partir dos eventos narrados por Coutinho e das contextualizações protagonizadas pela narração de Ferreira Gullar, as trajetórias dos realizadores do filme e das Ligas Camponesas não introduzem a obra por acaso. A relação do diretor com os militantes das ligas de Sapé e Galiléia são elementos substanciais da história que o documentário procura recompor nos anos 1980. Diferentemente das circunstâncias envolvendo a morte de João Pedro, que seria coberta pelo filme ficcional, o objeto do documentário envolve um universo muito mais complexo de eventos, questões e situações. Além da morte do líder camponês, temos o contexto de interrupção do filme pelo Golpe de 1964 e todos os desdobramentos relativos à repressão violenta que sucedeu este fato, como a dispersão da família de Elizabeth, a prisão de líderes camponeses das Liga de Galiléia que ajudaram no projeto do *Cabra/1964* e a perseguição sofrida pelos realizadores do filme. Ou, em uma palavra, o compartilhamento entre camponeses e cineastas de um quadro de perseguição política que se instalou sobre os movimentos sociais do campo a partir da Ditadura Militar de 1964.

Mas se para as matrizes estéticas tradicionais do cinema documentário brasileiro isso poderia ser uma dificuldade, em virtude da herança expositiva do documentarismo brasileiro e seu padrão de ocultar quase totalmente a dimensão autoral na narrativa, Coutinho encontra em *Cabra marcado* uma forma bastante original de contar essa história. Diferentemente de outros documentários brasileiros, neste filme, a participação no contexto dos eventos não só é reconhecida como passa a ser utilizada para dar origem a uma maneira muito própria de costurar a narrativa documental. Isso pode ser percebido, de imediato, pelo modo como está organizado o enredo do filme. Após a introdução, Coutinho revela os termos de sua nova proposta e sugere como ela é bastante diferente da anterior.

Militância política e vida camponesa pacificada *Cabra Marcado Para Morrer*
(1984)

Rodrigo Lessa

Fevereiro de 1981. Dezesete anos depois, voltei a Galiléia para completar o filme do modo que fosse possível. Não havia um roteiro prévio, mas apenas a ideia de tentar reencontrar os camponeses que tinham trabalhado em *Cabra marcado para morrer*. Queria retomar nosso contato através de depoimentos sobre o passado, incluindo os fatos ligados à experiência da filmagem interrompida, a história real da vida de João Pedro, a luta da Liga de Sapé, a luta de Galiléia e também a trajetória de cada um dos participantes do filme daquela época até hoje (COUTINHO, 1984).

O modo pelo qual a narrativa será construída, neste sentido, tem como principal elemento catalizador as circunstâncias que envolvem o reencontro da equipe com os personagens com os quais ele compartilhou aquela história e o retorno aos lugares nos quais os eventos dramáticos ocorreram. Por isso, a cada região para onde viaja, cada casa visitada e sobretudo a cada pessoa reencontrada e entrevistada o diretor apresenta os sujeitos, chama a atenção do espectador para nuances que as imagens não tornam tão claras ou, em resumo, introduz a circunstância da cena de acordo com o contexto de seu retorno à região.

Entretanto, além de compor o enredo e inserir dramaticidade no documentário à medida em que seu diretor narra as situações que envolvem o reencontro com os camponeses, a estética participativo-reflexiva tem também um papel documental no filme, como podemos notar pela reunião de elementos que contribuem para a compreensão mais completa sobre as informações levantadas em algumas cenas. É o que ocorre, por exemplo, nas primeiras abordagens com Elizabeth Teixeira, principal figura do documentário. Após introduzir a si mesmo e os outros personagens, utilizando inclusive uma exibição do *Cabra/1964* realizada com os camponeses em um sítio de Vitória de Santo Antão, Coutinho apresenta as circunstâncias de seu encontro com a viúva de João Pedro. Elizabeth, como narra o diretor, estava desaparecida há dezessete anos, tendo se escondido em uma pequena cidade perto da fronteira entre a

Militância política e vida camponesa pacificada Cabra Marcado Para Morrer
(1984)
Rodrigo Lessa

Paraíba e o Rio Grande do Norte, chamada São Rafael. Uma das poucas pessoas ligadas a Elizabeth que sabia onde ela havia se escondido era Abraão, seu filho mais velho.

Abraão, quando contatado por Coutinho, concorda em levar a equipe de filmagem até ela. Contudo, as exigências que faz e as tentativas de interferir no depoimento de sua mãe terminam dando origem a situação bastante complexa que interfere na participação da protagonista no filme. No encontro, Abraão coage sua mãe a saudar o então presidente João Figueiredo pela possibilidade de estar vivendo aquele reencontro. A postura impositiva de seu filho, que exige do diretor em tom exaltado que a declaração seja registrada, e o modo como Elizabeth Teixeira responde contextualizam o elogio isolado feito por ela a uma figura aliada aos grupos institucionalizados que a perseguiram. Deste modo, o filme dá condições para que o espectador perceba aquilo que Coutinho havia notado no momento da entrevista e informado momentos depois, no próprio documentário: Abraão estava inibindo Elizabeth e influenciando-a em algumas de suas respostas na primeira entrevista.

Não há como saber exatamente pelo filme se Elizabeth compartilhava ou não a visão de Abraão, ou ainda se este faz a exigência à equipe do filme por convicção ou para evitar algum tipo de represália dos militares ou de grandes proprietários de terra da região. Contudo, diante das circunstâncias, o modo como Coutinho mantém a declaração de Abraão registra o constrangimento que este impõe à sua mãe e garante ao espectador uma visão mais completa sobre a entrevista de Elizabeth e em especial sobre o contexto de sua declaração sobre o presidente João Figueiredo.

Além de fornecer informações complementares a depoimentos colhidos pelo filme, o papel documental desta estratégia mostra-se igualmente importante no sentido inverso: o de converter depoimentos e participações confusas com

Militância política e vida camponesa pacificada Cabra Marcado Para Morrer
(1984)
Rodrigo Lessa

poucas informações em cenas potencialmente reveladoras. Isso pode ser observado na oportunidade em que Coutinho visita um dos filhos de Elizabeth, João Pedro Teixeira Filho, o “Peta”, e o Sr. Manoel Justino, pai de Elizabeth, que se tornou o responsável imediato pelo seu neto quando este ainda tinha dois anos. O encontro da equipe com os dois é marcado pelo imenso desconforto de Manoel Justino em ser interpelado para falar de sua filha, figura que há anos não via e com quem tinha rompido totalmente as relações. O registro de sua participação, neste contexto, mostrou-se um sério desafio para a equipe de Coutinho, sobretudo porque Manoel Justino insistia em se esconder e evitar qualquer contato com a equipe que se aproximava dele para extrair seu depoimento.

Entretanto, Coutinho não deixa aquela cena se perder pela sua precariedade: ele a contextualiza com uma série de informações que explicam o comportamento de Manoel Justino e, nesta medida, situam o espectador diante de todo constrangimento vivenciado na relação entre equipe e personagens. Pouco antes da cena, Coutinho informa que, ainda nos anos 1960, Elizabeth e João Pedro haviam rompido relações com Manoel Justino após este brigar com João Pedro. Em represália, seu pai terminou por vender a terra onde sua filha morava com toda a família a um comerciante, sendo ela ameaçada de despejo logo após o negócio ser fechado. Depois do ocorrido, João Pedro chegara a entrar na justiça, mas morreu antes de receber a sentença que terminou sendo favorável e garantiu a permanência de Elizabeth e sua família na propriedade, ao menos até sua fuga. Em seguida, o diretor traz uma de suas conversas com outra filha de Elizabeth, Maria das Neves Altina Teixeira, a “Nevinha”, que morava perto da casa do avô. Através dela, sabemos que este criara sob a influência de boatos a estranha suspeita de que Elizabeth havia atentado contra sua vida anos

Militância política e vida camponesa pacificada Cabra Marcado Para Morrer
(1984)
Rodrigo Lessa

antes, mais exatamente quando aquilo que pareceu uma quadrilha de ladrões de gado tentou assaltá-lo em uma de suas propriedades.

Se de maneira isolada a cena com Manoel Justino dificilmente pudesse ser inserida, as histórias relatadas pela narração em *off* e a entrevista de Maria das Neves tornam o clima de total animosidade um documento importante sobre as posturas assumidas pelo pai de Elizabeth diante dela e de seu genro, João Pedro. Deste modo, se as interferências de Abraão no discurso de Elizabeth e a hostilidade de Manoel Justino constituíram situações confusas em si mesmas, a estratégia participativo-reflexiva acaba convertendo-as em circunstâncias reveladoras ao serem complementadas com informações adicionais que as contextualizam e lhes dão sentido. O que faz com que as dificuldades enfrentadas pelo diretor sejam tomadas como possibilidades mais amplas de registro e documentação de aspectos da realidade refigurada, algo novo para o cinema documentário brasileiro até então.

A luta que vem da memória

Como observamos, a abordagem participativo-reflexiva que Coutinho incorpora do cinema de Rouch constitui um dos principais traços de originalidade deste filme. O encontro entre o cineasta e personagens tem um papel importante na composição do enredo, oferece uma forma mais flexível de documentação por incorporar as dificuldades que o cineasta encontra nos trabalhos de filmagem e, ademais, torna-se um eficiente recurso dramático ao conduzir as expectativas em torno dos fatos que envolvem a morte de João Pedro e o quadro de repressão que se abateu sobre a equipe do filme nos anos 1960.

Militância política e vida camponesa pacificada Cabra Marcado Para Morrer
(1984)
Rodrigo Lessa

No entanto, mesmo sendo uma característica marcante, o recurso que mais agrega informações e traços sobre a realidade social no filme não compreende exatamente os encontros entre a equipe e os personagens. Na verdade, a ferramenta mais importante no trabalho de recompor os elementos da história que cerca a morte de João Pedro e o filme interrompido nos anos 1960 é outra: a memória. É sobretudo a partir da memória que as histórias do Engenho Galiléia, da emboscada que matou João Pedro, de Elizabeth e dos outros camponeses são recuperadas. Coutinho utiliza imagens de arquivo e narrações em voz *off* para trazer detalhes e informações não mencionadas nas entrevistas, complementando seus conteúdos a partir de cronologias e contextualizações que explicam melhor os acontecimentos descritos pelos camponeses. Todavia, é sobretudo a partir de suas declarações e mais particularmente dos assuntos que surgem na memória dos personagens sobre o passado das lutas que os assuntos vão sendo abordados, sendo este o principal elemento que converte o projeto relativamente improvisado de um documentário em uma importante cobertura de fatos e questões envolvendo a luta das Ligas Camponesas em meados do séc. XX no Brasil.

De imediato, a captura das circunstâncias em que o camponês retoma os processos na década de 1960 é utilizada para documentar fatos e detalhes levantados pela equipe sobre a história que está sendo contada. Quando Coutinho reencontra em sua casa um dos atores do filme e proprietário do sítio onde parte das cenas foi filmada, José Daniel, temos o interessante relato sobre as circunstâncias que cercaram a chegada da polícia no sítio em busca dos membros da equipe de filmagem, fato que ocorreu em 1º de abril de 1964, dia do Golpe. Como narram José Daniel e um de seus filhos, o João José, a polícia chegou ao lugar para investigar a posse de metralhadoras e “materiais subversivos” que Coutinho e seus colaboradores estariam compartilhando com

Militância política e vida camponesa pacificada Cabra Marcado Para Morrer
(1984)
Rodrigo Lessa

os camponeses. Notícias de jornal apresentadas sobre o assunto, neste momento, dão conta de que Coutinho e sua equipe vinham sendo citados pela polícia como um “grupo revolucionário de cubanos” que estaria organizando um levante na região, incitando os camponeses à violência e à luta armada. (COUTINHO, 1984).

Além da narração em voz *off* que expõe a situação e as imagens de arquivo e trazem as reportagens publicadas nos jornais sobre os cubanos em território brasileiro, são estes dois personagens retomam alguns elementos das discussões mantidas com a polícia, já que Coutinho, Elizabeth e o resto da equipe tinham seguido poucas horas antes pela mata no dia da abordagem para fugir em direção a Recife. É neste momento que, dentre outras declarações, João José relata não apenas o questionamento quimérico da polícia sobre as armas, como também a indagação sobre o grupo estrangeiro que, segundo os militares, vinha mobilizando uma “revolução comunista” em Vitória de Santo Antão e havia dado a ele um livro sobre cinema. Livro que, na verdade, era da equipe de Coutinho e fora guardado pelo filho de José Daniel num baú velho em sua casa.

Eles disseram “esse livro é dos cubanos, rapaz!”. Eu disse, não senhor, esse livro é meu. [...] Pensavam que vocês [ele se dirige a Coutinho e equipe] eram os cubanos barbudos que estavam fazendo uma filmagem aqui, não é? Lá naquela época, em 1964. Então eu disse: “Não senhor, aqui não tem nada de cubano, não tem comunista, tá ouvindo?” [...] Depois, ele disse: “Tá certo então, agora tu vai mostrar onde tá as armas.” Eu disse: “Ah, dessa aí só quem tem é dois fazendeiro, que mora aqui: é o senhor de Engenho de Bento Velho e Lourival Pedroso, do Engenho Gameleira. Mas tem é ‘muita’ dessa! Ele é cangaceiro!” [...] Eu disse: “coronel”, aqui não tem arma, nem cubano nem nada, tem o povo morrendo de fome, doente, sofrendo, como eu mesmo estou doente. E precisa de remédio e de comer, esse povo daqui. Liberdade e terra pra trabalhar! (COUTINHO, 1984).

Militância política e vida camponesa pacificada Cabra Marcado Para Morrer
(1984)
Rodrigo Lessa

Além da recuperação destes fatos e detalhes que cercam elementos da história, a importância da memória camponesa pode ser percebida no filme também na maneira com que este captura alguns dos fundamentos históricos presentes na consciência de classe e no projeto político das Ligas. O que pode ser notado, por exemplo, na percepção da situação de insuficiência econômico-social dos trabalhadores e de suas famílias, na consciência da desigualdade entre os camponeses e os donos das grandes propriedades e na definição deste como um dos principais adversários da luta política⁵. (BASTOS, 1984).

Em 1981, quando Coutinho foi à região completar o filme, dois dos antigos “galileus” fundadores da primeira liga camponesa ainda estavam vivos: José Hortêncio e João Virgínio. Os dois, para sorte da equipe, ainda estavam morando em Galiléia, sendo então convidados pelo diretor a dar um depoimento sobre as circunstâncias nas quais a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPP), primeira liga camponesa do país, foi fundada em 1954.

⁵ Como nota Elide Rugai Bastos (1984) no livro “As Ligas Camponesas”, existem alguns elementos presentes nos discursos e nas práticas dos camponeses que apontam para alicerces importantes da sua luta política e a particularizam enquanto movimento social camponês. Em primeiro lugar, observa-se a percepção de insuficiência econômico-social, que pode ser observada, por exemplo, pelas dificuldades de apropriação dos resultados de seu trabalho, pela sua insuficiência para o pagamento da renda da terra ou mesmo pelas dificuldades que sua condição apresenta para a aquisição de serviços básicos, como a de sepultar seus mortos. Em segundo, compreende um dos alicerces deste projeto a consciência da desigualdade existente entre o camponês e o dono da terra, manifesta nas menções à hipossuficiência deste diante dos proprietários de terra ou ainda no modo como o princípio da igualdade presente na própria ordem legal do Estado brasileiro seria quase sempre ignorado quando se tratasse dos direitos do povo e de famílias mais pobres. Por último, consiste num elemento deste projeto a definição do grande proprietário de terras como o adversário fundamental a ser enfrentado na luta. (BASTOS, 1984).

Militância política e vida camponesa pacificada Cabra Marcado Para Morrer
(1984)
Rodrigo Lessa

Apenas o depoimento de João Virgínio será incorporado ao filme. No entanto, sua participação apresenta detalhes importantes sobre a ausência de condições materiais suficientes para que os camponeses pudessem enterrar seus mortos segundo o desejo das famílias, o que representou uma importante motivação para a organização do coletivo de trabalhadores foreiros do Engenho Galiléia.

A primeira reunião foi ele [José Hortêncio] mais o cunhado, o sobrinho e eu. Nós juntos aqui [...] batendo um papo, aqui mesmo neste sítio. Conteí minha história, minhas ideias que eu tinha, de fundamento de uma associação para beneficiamento de uma sociedade para beneficiar os defunto, o povo. Os defunto aqui era enterrado num caixão que o prefeito tinha na prefeitura que emprestava agente botar o defunto lá no buraco e trazer o caixão e entregar na prefeitura. Esse caixão se chamava “Lolô”. Agente tomava emprestado do prefeito para poder enterrar. (COUTINHO, 1984).

Também a consciência da desigualdade entre os donos das terras e os camponeses é uma das tônicas do discurso da viúva de João Pedro, Elizabeth Teixeira, e em mais de uma passagem. Seja analisando os atos de violência sofridos por ela e sua família, seja pelas diferenças materiais entre proprietários e não proprietários de terra, a discrepância entre o poder político e econômico dos “latifundiários” e a fragilidade material dos camponeses, como pontua a viúva de João Pedro, são recorrentes nos depoimentos. Ao falar sobre o dia em que foi presa e levada a depor no exército, sendo nesta oportunidade questionada sobre sua participação em eventos relacionados à ocupação de terras de donos de engenho, Elizabeth garante não ter participado de nenhuma ação, mas ainda assim defende que estas iniciativas tinham um contexto muito particular que justificava a iniciativa.

Não tinha conhecimento de invasão de terra não. Se havia é porque havia algum desentendimento entre o proprietário e o morador. Porque nenhum proprietário quer que o

Militância política e vida camponesa pacificada Cabra Marcado Para Morrer
(1984)

Rodrigo Lessa

morador tenha direito a nada! Queria tomar mesmo na marra... E o morador se via obrigado a resolver o problema dele (COUTINHO, 1984).

Como podemos observar no documentário, Elizabeth percebe o sentido na luta do camponês que busca permanecer na terra, pois o camponês, como parte mais frágil, é comumente expulso das terras sem receber pelas benfeitorias ou por qualquer resultado de seu trabalho nas propriedades. Algo que, em contrapartida, legitima a ação de permanecer na terra contra os interesses dos proprietários ou, eventualmente, ingressar numa propriedade e permanecer aí por falta de outro meio digno de produção da própria subsistência e de sua família.

A desigualdade, contudo, é também analisada por Elizabeth de forma mais ampla em outras oportunidades. Na última cena, quando Coutinho se despede dela, outra longa e reveladora declaração é proferida por Elizabeth a respeito da importância da luta dos camponeses e, mais particularmente, da condição pauperizada em que estes se encontram.

Enquanto se diz “tem fome”, e salário de miséria, o povo tem que lutar. Quem é que não luta, por melhora de vida!? Tem que lutar. [...] É preciso mudar o regime, é preciso que o povo... porque enquanto estiver essa democraciazinha aí... democracia sem liberdade, democracia com salário de miséria e de fome!? Democracia com filho do operário e do camponês sem direito a estudar!? (COUTINHO, 1984).

Por último, no depoimento em que relata alguns diálogos de João Pedro com seus companheiros das ligas, Elizabeth aponta ainda para a compreensão de que a luta, naquela oportunidade, exigia uma organização destes contra os interesses e ações dos proprietários ou latifundiários.

Outros já vinham mesmo participar a ele [João Pedro] que estavam jogados do sítio, que o proprietário queria que saíssem, que não tinham direito à lavoura deles. Falava para eles: “Ah, companheiros, é preciso ‘nós se organizar’”. Nós organizados, poderemos acabar com este estilo do

Militância política e vida camponesa pacificada Cabra Marcado Para Morrer
(1984)

Rodrigo Lessa

proprietário tomar as nossas lavouras. Mas enquanto nós não se organizar, ele toma e... fica tomado (COUTINHO, 1984).

De um lado, como observarmos rapidamente na passagem em que Elizabeth se reporta ao presidente Figueiredo, estes elementos que apontam para a consciência política no discurso e na memória dos camponeses convivem com contradições importantes em suas formas de pensar. Em mais de uma oportunidade, por exemplo, a religiosidade entra como elemento norteador de uma providência divina que irá se abater sobre os conflitos ou como fator que sustenta o valor moral dos camponeses. Isso pode ser percebido, inclusive, quando Elizabeth narra que João Pedro demonstrou sua postura ordeira ao mencionar sua fé religiosa e provar o conhecimento de passagens da bíblia em uma de suas prisões.

Por outro, é importante notar ainda que, apesar de autores como Elide Rugai Bastos (1984) afirmarem que o fato de pautar sua luta na busca pela pequena propriedade tenha impedido que a consciência de classe se manifestasse entre os camponeses, sendo esta portanto uma luta sem possibilidade de aproximar das lutas do proletariado urbano, observa-se em muitos depoimentos tomados no filme que o discurso dos camponeses consegue transcender a luta pela posse e propriedade da terra, delineando-se um caráter de classe na organização camponesa. A própria Elizabeth, como observamos no exemplo da passagem acima, refere-se a momentos de consciência e ação comuns dos camponeses, e ainda ao povo pobre de um modo geral, ao tempo em que tem nítida percepção do papel da polícia operando em função dos interesses dos grandes proprietários de terra. Também é este o caso de João Virgínio, que em seu relato sobre os tempos em que foi preso e torturado pelo exército compreende a maneira como forças repressivas e latifundiários representavam a

Militância política e vida camponesa pacificada *Cabra Marcado Para Morrer*
(1984)
Rodrigo Lessa

opressão e, em resposta, defende a tomada de consciência por parte dos camponeses e trabalhadores pobres do campo⁶.

O mais importante, contudo, é notar como a estratégia utilizada no filme consegue captar estes momentos, registrando na narrativa as formas de consciência e os traços ideológicos do discurso mobilizado pelos camponeses. Embora o interesse do diretor não esteja dirigido exatamente a estas questões, a memória dos personagens permite ao filme esboçar como os sujeitos sociais produziam a sua consciência política no início da década de 1960. Certamente, devem existir diferenças entre o conteúdo do discurso político do movimento nos idos de 1960 e cerca de vinte anos depois, quando o documentário foi realizado. Todavia, é possível notar que a estratégia de valorizar e promover no filme as posições e leituras que os próprios camponeses realizam sobre os fatos consegue tocar nas formas de consciência e em traços do discurso ideológico dos camponeses, fazendo da obra uma importante e rica forma de registro da luta política camponesa no Brasil para o cinema documentário na época.

Da organização política ao modo de vida pacificado

Como apontamos no início do texto, a estética participativo-reflexiva presente em *Cabra marcado para morrer* busca a exposição da dimensão autoral no documentário produzindo informações a partir do contato entre equipe e

⁶ Eu produzia aqui nesse sítio onde estou meio caminhão de mercadoria por semana. O exército pegou, tirou eu aqui, botou na cadeia, cegou-me um olho, deu-me uma pancada e eu perdi o ouvido, outra pancada perdi o coração, passei seis anos na grade da cadeia. O que foi que eu construí na grade da cadeia pra nação? [...] Mas não tem melhor do que um dia atrás do outro e uma noite no meio, e ajuda do nosso senhor Jesus Cristo é quem vai proteger agente. As graças de Deus tá caindo aí de hora em hora. Confie em Deus porque, essa infelicidade... um dia o povo tem de pensar quem são eles. Não é possível agente viver a vida todinha debaixo desse pé de boi não. (COUTINHO, 1984).

Militância política e vida camponesa pacificada *Cabra Marcado Para Morrer*
(1984)
Rodrigo Lessa

demais personagens. Entretanto, é importante notar, este traço reflexivo não necessariamente vem acompanhado de um exercício autocrítico do diretor na narrativa em relação à sua visão política sobre os fatos. Na verdade, em *Cabra marcado*, Coutinho está em busca de uma forma de filmar que lhe permita não ser associado a qualquer tipo de grupo, tendência ou posição política, evitando o quanto possível se pronunciar ou buscar no trabalho estético qualquer coisa que esteja além das formas como seus personagens se expressam diante da câmera. Algo que, contudo, não o exime de promover uma forma ideológica bem particular de apropriação do cotidiano dos personagens.

Logo no início do documentário, quando menciona as circunstâncias que o levaram à cidade de Sapé, tomando nesta oportunidade conhecimento das circunstâncias que envolviam a morte de João Pedro Teixeira, Coutinho ironiza o engajamento político do qual era adepto e que marcava a visão do seu grupo na UNE nos anos 1960. “Como integrante do CPC e responsável por estas filmagens, também paguei meu tributo ao nacionalismo da época, indo filmar em Alagoas um campo de petróleo que a Petrobrás começava a explorar.” (COUTINHO, 1984). O CPC tinha chegado ao Nordeste para, dentre outras coisas, filmar o contraste entre a pobreza da população e a riqueza das empresas multinacionais. E ele, como diretor e responsável pela realização das imagens, era uma das figuras imbuídas de problematizar estes contrastes através dos trabalhos com os meios audiovisuais.

O nacional-desenvolvimentismo e a denúncia das imposições imperialistas na sociedade brasileira daquele período, contudo, foram as últimas tendências políticas presentes na realidade social do país que o diretor reconheceu e problematizou em sua trajetória como artista. Deste período até final dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando realiza este documentário, a politização da realização artística e o envolvimento em debates sobre os destinos

e problemas sociais do país deixam de ser um atrativo para Coutinho, que passa a desenvolver uma forma de filmar que se entendia desvinculada destas e de outras posições referenciadas neste período.

Adotando a forma de um “cinema de conversação”, escolhi ser alimentado pela fala-olhar de acontecimentos e pessoas singulares, mergulhadas na contingência da vida. Eliminei, com isso, até onde foi possível, o universo das ideias gerais, com as quais dificilmente se faz bom cinema, documentário ou não, e dos “tipos” imediata e coerentemente simbólicos de uma classe social, de um grupo, de uma nação, de uma cultura. (COUTINHO, 2008, p. 15).

A busca do diretor por novos caminhos após o auge da era cinemanovista, por conseguinte, está basicamente relacionada a um distanciamento dos debates protagonizados por este movimento, sendo eles considerados como fontes de potenciais e indesejadas generalizações sobre a realidade a ser abordada nos filmes. Como analisa Consuelo Lins, um dos principais nomes no âmbito da análise da sua obra e colaboradora do diretor nos filmes *Edifício Master* e *Babilônia 2000*:

De certa forma, toda generalização é contra o ser; o conceito é incapaz de acolher o que é único e intransferível, o que é imanente ao corpo e à vida singular, o que só acontece uma vez. O que escapa de ‘idéia’ geral, esse conjunto de pequenas singularidades, encontrará abrigo no cinema de Coutinho, e por isso as palavras de Ricoeur⁷ citadas no início parecem bem adequadas. (LINS, 2004, p. 09).

Logo, conceitos recorrentes entre cineastas e intelectuais da época, como formas sociais, estrato social, classe, dominação, movimento social, alienação e ideologia são excluídos do trabalho documental de Coutinho como ferramentas

⁷ A autora se refere ao trecho do livro de entrevistas “O Único e O Singular”, que segundo ela é uma boa síntese da obra de Coutinho. O trecho diz: “Onde há poder, há fragilidade. E onde há fragilidade, há responsabilidade. Eu diria mesmo que o objeto da responsabilidade é o frágil, o perecível que nos solicita. Porque o frágil está, de algum modo, confiado à nossa guarda. Entregue ao nosso cuidado.” (RICOEUR apud LINS, 2004, p. 07).

de análise e compreensão da realidade social. No lugar deles, surgem noções como “fala-olhar”, “conversação” e “memória do presente”, algo que se dá sobretudo pelo interesse do diretor em se afastar dos discursos e formas de pensar do Cinema Novo. Em *Cabra marcado*, por exemplo, como analisa Consuelo Lins, o que vemos não é a figura do “camponês” das Ligas:

O que faz *Cabra marcado* é justamente identificar as variações, as inflexões, as marcas sutis que mostram que essas trajetórias anônimas não são homogêneas e que não há o “camponês” propriamente. Há, sim, uma multiplicidade de existências com uma experiência comum nas lutas sociais dos anos 60, mas com inserções diferenciadas nessas lutas e caminhos posteriores bastante distintos. ” (LINS, 2004, P. 33).

Embora *Cabra marcado* seja um filme no qual Coutinho ainda estivesse ponderando e amadurecendo uma forma de documentarismo que viria a dar a tônica de sua carreira como cineasta, é possível perceber já aqui algumas de suas características na elaboração das imagens, concepção e desdobramento dos contatos com os camponeses. Em primeiro lugar, isso pode ser notado pela maneira como ele resolve contemplar um dos objetivos que definiu para seu enredo: o de retomar a trajetória de cada dos participantes do filme daquela época até o momento em que o documentário fora realizado. Em meio às aproximações com João Mariano, camponês que fez o papel de João Pedro, José Daniel, Bráz Francisco da Silva e Cícero Anastácio da Silva, Coutinho aborda aquilo que entende ser a “trajetória” dos participantes.

Isso porque esta trajetória, importa notar, é investigada segundo uma orientação bastante específica. Coutinho procura pontuar a vinculação a grupos religiosos – muitos dos camponeses eram ou se tornaram membros de igrejas evangélicas –, a constituição familiar, a satisfação ou insatisfação com as escolhas de morar no campo ou na cidade – alguns permaneceram como agricultores e outros se tornaram operários urbanos – e, de um modo geral, o autor apresenta

Militância política e vida camponesa pacificada Cabra Marcado Para Morrer
(1984)
Rodrigo Lessa

questões que possam esclarecer se estes indivíduos progrediram sob o ponto de vista da aquisição de bens materiais ou se permaneceram estagnados diante das dificuldades como camponeses pobres.

Desse modo, ao lado dos depoimentos sobre como se sentem vendo as imagens do filme interrompido em 1964, o filme se limita aos modos de produção e reprodução social dos indivíduos entrevistados, não havendo ali rastro de tensão ou conflito social com quais atores sociais, como era a tônica da realidade filmada por Coutinho nos anos 1960. Nas cenas em que Braz Francisco da Silva aparece encenando o trabalho na roça da qual é proprietário, por exemplo, ou João Mariano, frente a um pequeno armazém do qual é dono, mostra a forma modesta em que vivem, o cotidiano é apresentado como recorte de uma realidade na qual os camponeses encontram-se livres de novos embates sociais e políticos. A partir do trabalho que Coutinho realiza, estes personagens também não são convidados a relacionar suas condições de vida ao contexto de repressão sofrido anos antes, a analisar as suas condições sociais diante dos obstáculos à sua emancipação. Quando declarações deste tipo aparecem, por exemplo, nas falas de João Virgínio e de Elizabeth, não são exatamente as lutas, as tensões e as formas com que os camponeses as encaram o foco da narrativa. Apesar dos resultados na captação das formas de pensar dos camponeses, ao abordar os depoimentos, como vimos, Coutinho não está interessado nas contradições sociais reveladas pela experiência da luta camponesa, mas sim na dramaticidade com que os camponeses expressam e narram as suas histórias, na forma como supostamente teatralizam e constroem propositalmente sua própria performance de fala.

Em segundo lugar, as imagens realizadas sobre este cotidiano são produzidas em circunstâncias nas quais o indivíduo surge de maneira isolada, distante das tarefas e situações que marcam sua vida social. Pela própria proposta

Militância política e vida camponesa pacificada Cabra Marcado Para Morrer
(1984)
Rodrigo Lessa

do filme, cenas que remetem ao trabalho ou a discussões entre pares sobre as condições de vida e trabalho são utilizadas apenas para ilustrar o conteúdo das entrevistas. Apesar de apontar para estas situações como evidências de uma rotina diária, esta referência é superficial: Coutinho não acompanha o dia-a-dia do trabalho na lavoura, a relação com os latifundiários da região, com a polícia, a negociação das colheitas nas feiras ou a sociabilidade entre os camponeses que ganham a vida por meio do trabalho assalariado. O cotidiano sobre o qual o diretor demonstra interesse, como observamos em textos e entrevistas concedidas por ele, está presente apenas como cenário no qual as mesmas são realizadas. O espaço, nas imagens, não se encontra relacionado à dimensão temporal do cotidiano em situações decisivas para os personagens, como as condições de sua reprodução material, a convivência, o surgimento e o enfrentamento dos problemas. Este encontro é apresentado com maior complexidade e riqueza de elementos apenas nos depoimentos dos camponeses. Mas como nestes depoimentos o que a equipe busca é apenas a desenvoltura do ato da fala, a “fala-olhar”, a “conversação”, há um importante limite na aproximação de suas técnicas com o cotidiano dos personagens do filme.

Deste modo, a luta social que anos antes tinha marcado a organização camponesa é parcialmente deslocada diante do interesse de normalização da vida que os camponeses buscaram para sobreviver. Agora, as novas tensões e conflitos potencialmente existentes nos passam ao largo do recorte que o diretor realiza sobre o cotidiano. O documentário centraliza as atenções no estabelecimento de hábitos e rotinas, sendo, por fim, uma narrativa que aponta para a vitória da ordem sobre o movimento, da normalização da vida frente à luta revolucionária. O novo cotidiano, no filme, existe como uma experiência camponesa livre de elementos da luta de classes, pautada num modo de vida rotinizado onde este fenômeno social só existe como memória, como uma

Militância política e vida camponesa pacificada *Cabra Marcado Para Morrer*
(1984)
Rodrigo Lessa

circunstância do passado que não traz implicações ou desdobramentos para um presente reconciliado com práticas conservadoras e com a banalidade do dia-a-dia. O que sobrou do passado no filme, como nota Célia Tolentino (2001) na sua análise de *Cabra marcado para morrer*, foram apenas as cicatrizes da luta, os efeitos nocivos sobre as famílias, sobre o corpo dos camponeses torturados e mortos, e, por último, uma história de direitos usurpados pela polícia e pelo Estado. Diante de tudo isso, o documentário sugere que o discurso do camponês estaria seguindo no sentido inverso ao da militância, pois, após a vivência da luta política, estes estariam desejando apenas a reposição das formas coletivas de vida, dilaceradas também mediante o próprio desdobramento da ação política⁸. (TOLENTINO, 2001).

Considerações finais

Neste estudo, a noção de representação é assumida como uma categoria que, tal qual escreve Marx (2008), corresponde à síntese de múltiplas determinações passíveis de serem encontradas a partir do seu processo social e histórico de gênese, esteja ela na forma científica, religiosa ou, como é o caso aqui, artística. Sem tomar o filme como algum tipo de reprodução não mediatizada da vida cotidiana referenciada pelas imagens, nem, por outro lado apontar o conteúdo do filme como um resultado exclusivo das ideias e idiosincrasias do artista, esta pesquisa procurou investigar o condicionamento do filme de Eduardo Coutinho, contextualizando-o histórica e socialmente para

⁸ “Essa análise contribui para oferecer substância ao que estamos sugerindo como elemento da autocrítica do nosso segundo narrador e que aparece de forma subliminar: a consciência *a posteriori* de que, se o discurso dos mediadores ia da organização para a revolução socialista, o dos trabalhadores ia da organização para a reposição de formas coletivas de vida.” (TOLENTINO, 2001, p. 217).

Militância política e vida camponesa pacificada *Cabra Marcado Para Morrer*
(1984)
Rodrigo Lessa

tentar entender como, em meio à relação dialética entre as condições sociais objetivas e as formas de pensamento, conteúdo e forma artísticas se tornaram a expressão das contradições da realidade social. Afinal, se percebemos com o apoio da *Teoria Estética* (2008) de Theodor Adorno que o caráter linguístico das obras de arte contém os “antagonismos não resolvidos” das relações sociais nas quais os sujeitos responsáveis pelas obras estão inseridos e que, por sua vez, retornam às obras – através da mediação da subjetividade artística – como problemas imanentes à sua forma, este exercício consistiria basicamente na proposta de analisar a forma do filme para compreender como estes antagonismos se apresentariam nas sequências e cenas da obra, marcando a sua relação com os processos sociais que condicionaram a sua criação. Algo que, por sua vez, exige, como o apoio de uma bibliografia específica e com a compreensão das circunstâncias que envolvem a realização do filme, a aplicação procedimentos metodológicos de decomposição e recomposição da linguagem cinematográfica, tendo em vista, sobretudo, a necessidade de capturar os princípios gerais sob os quais se organizam as narrativas. (CASETTI; DI CHIO, 1998).

Embora não se orientem pelo mesmo método de análise, alguns dos autores que investigaram a narrativa de *Cabra marcado para morrer* reconhecem neste documentário a chegada de um tempo em que os traços do cinema participativo-reflexivo herdado do Cinema Verdade francês encontrariam uma maneira mais coerente de levar seus temas e personagens à imagem do filme. (RAMOS, 2004). Com a estética reflexiva – que revela as condições de produção do filme – e o traço participativo – que torna a narrativa menos marcada pela imposição de significados à vida dos personagens, construindo mais no resultado do diálogo entre estes e a equipe – o documentário conseguiria abandonar as narrativas que expressavam um forte engajamento político,

Militância política e vida camponesa pacificada Cabra Marcado Para Morrer
(1984)
Rodrigo Lessa

presente sobretudo nos filmes do Cinema Novo. Coutinho, nesta medida, seria um dos responsáveis por reproduzir no Brasil uma forma de realizar cinema sem generalizações, sem pretensões em relação a raciocínios de cunho político e científico. O diretor, inclusive, é o primeiro a enxergar desse modo sua presença no âmbito do cinema brasileiro. Segundo ele:

Muitos documentaristas ditos progressistas, de esquerda ou de qualquer forma interessados no social, costumam filmar aqueles acontecimentos ou ouvir aqueles personagens que confirmem suas próprias idéias apriorísticas sobre o tema tratado. Daí se segue que apenas acumula dados e informações, sem produzir surpresas, novas qualidades não previstas. O acaso, flor da realidade, fica excluído. Creio que a principal virtude de um documentarista é a de estar aberto ao outro, a ponto de passar a impressão, aliás verdadeira, de que o interlocutor, em última análise, sempre tem razão. Ou suas razões. Essa é uma regra de suprema humildade, que deve ser exercida com muito rigor e da qual se pode tirar um imenso orgulho. (COUTINHO, 2008, p. 20-21).

Para a sua colaboradora Consuelo Lins (2004) esta forma dialogada, participativa e reflexiva de produção documental deixaria de assumir por este caminho o compromisso de filmar a realidade objetiva, buscando reconstituí-la ou representá-la como ela supostamente existiria para além do filme. “Em outras palavras, não se trata de filmar a realidade pronta, mas uma realidade sendo produzida no contato com a câmera.” (LINS, 2004, p. 39). O propósito do diretor seria, então, o de a partir de imagens, de fragmentos, mostrar aos poucos como as memórias individuais se mesclam à memória coletiva e ao mundo para de alguma maneira tocar ou fazer aquilo que se entende por “real” advir destes traços individuais de memória.

É este também o destaque que Bernadet (2009) dedica à realização de Coutinho. A questão do “outro” que o documentário traz ao se reportar aos personagens do povo, como sabemos, implica para Bernadet (2009) na

Militância política e vida camponesa pacificada Cabra Marcado Para Morrer
(1984)
Rodrigo Lessa

relativização dos discursos, na evidência de sua qualidade fragmentada. Implica na revelação de que vivemos em um “mundo policêntrico” ou de um “mundo que não tem mais centro”. *Cabra marcado para morrer*, dentro deste contexto, revelaria ao lado de filmes como *Opinião pública* a maneira com a qual o documentário estaria seguindo rumo a uma realidade nova no mundo e gradualmente revelada no cinema. “O fragmento não é uma arbitrariedade estilística, mas é a própria forma da história derrotada, motivo pelo qual, mesmo na busca da coerência e da significação, o caráter fragmentário não pode nunca ser abandonado. Cabra realiza isso de forma admirável.” (BERNADET, 2009, p. 232-233). A estratégia desconstrucionista, que revela as condições de produção de sentido na narrativa, e dialogada, por conduzir os depoimentos através de conversas entre os personagens e a equipe do filme produziria nesta medida um descentramento do cineasta como entidade portadora dos critérios de veracidade e objetividade das imagens. A transposição da realidade como recorte, neste sentido, revelaria a superação de uma época derrotada – a do Cinema Novo – em seus pressupostos, na qual as questões que os cineastas expressavam nos filmes era tomada como índice fiel da verdade, do real, geralmente associado às condições da reprodução material. Agora, em um novo tempo, as representações das “condições proletárias de trabalho” são substituídas por uma linguagem que se nutre da “ambiguidade” e se dirige para o “imaginário” e a “produção simbólica”. (BERNADET, 2009).

Neste sentido, para parte da teoria brasileira do cinema documentário, o modo como a estética participativo-reflexiva de Coutinho insere na narrativa documental a exposição da dimensão autoral, o destaque para a expressão dos personagens e o horizonte de distanciamento em relação ao engajamento político no filme é relacionado a uma superação dos pressupostos do cinema documentário brasileiro de tradição marcadamente cinemanovista. Ao entender

Militância política e vida camponesa pacificada *Cabra Marcado Para Morrer*
(1984)
Rodrigo Lessa

esta tradição como retrato de uma representação unilateral dos sujeitos ou personagens do filme, a qual não abre espaço para uma produção de sentido que não seja a do próprio cineasta, *Cabra marcado* seria o exemplo de uma inflexão na estética documental capaz de se reportar ao mundo de acordo com o modo como ele se faz acessível ao cinema.

As conclusões que obtemos quando problematizamos a suas formas de aproximação com a realidade social e a fração da classe trabalhadora que compreende os militantes das Ligas Camponesas, todavia, nos indicam um resultado diferente. De imediato, existem importantes avanços diante das práticas documentais da época do Cinema Novo no cinema de Coutinho e, mais particularmente, em *Cabra marcado para morrer*. Apesar do relativo desinteresse do diretor em abordar temas como as lutas sociais, o caráter de classe do Estado, a consciência política e a alienação, a estratégia narrativa que explora o embate da dimensão autoral com os personagens indica novas possibilidades para a problematização destes temas no âmbito do filme documentário, sobretudo no que diz respeito aos impactos da força repressiva que se abateu sobre os movimentos sociais a partir de 1964. Se o cinema observativo aplicado por Leon Hirszman em *ABC da greve* incorpora as técnicas de acompanhamento de circunstâncias em seu transcorrer para o cinema nacional, empregando o filme como uma importante ferramenta de documentação e compreensão da práxis política da classe trabalhadora, *Cabra marcado* traz, a partir do Cinema Verdade, uma forma dramaticamente intensa de mostrar como as vidas daqueles que travaram a luta política no campo foram dilaceradas pelo Golpe Militar. Mesmo sem tomar os temas da luta política e as contradições das formas de organização camponesa como objetivo, e, em certo sentido, fugir destes elementos quando estes aparecem, Coutinho traz para a cena do documentarismo brasileiro uma

Militância política e vida camponesa pacificada *Cabra Marcado Para Morrer*
(1984)
Rodrigo Lessa

maneira de se reportar à memória e aos discursos dos personagens que conseguem incorporar estes elementos na narrativa.

Todavia, como também pudemos analisar, as restrições ao engajamento político, recusando a autocrítica e deixando a reflexividade apenas para a exposição do aparato e da equipe de filmagem não eximiu a estratégia de Coutinho de empregar um caráter político muito claro à narrativa do filme. O apego aos modos de fala e expressividade gestual dos personagens, quando aplicado, permite a expressão de uma visão conservadora da realidade social e da luta política dos camponeses, potencialmente dirigida a tomar o cotidiano como espaço de reconciliação com as práticas ordinárias da vida ou, em uma palavra, com a reposição das formas antigas de vida experimentadas antes da organização política. Ao isolar o indivíduo do seu cotidiano, definindo-o segundo a expressão da memória nas circunstâncias de uma entrevista ou diálogo com a equipe de cinema, *Cabra marcado para morrer* gera a imagem de um cotidiano camponês pacificado após as circunstâncias que envolvem a militância.

Nestes termos, a luta de classes, como evento passado, abre espaço para um presente dilacerado sob as marcas da repressão violenta da polícia, mas, ainda sim, destituído de tensões sociais. Neste presente, os conflitos estão praticamente extintos da narrativa, mas não pelo fato de não existirem: há situações novas, como a luta dos habitantes da cidade de São Rafael, onde Elizabeth se escondeu. A população que abrigou Elizabeth, na oportunidade, vivia a iminência de ser expulsa da região para dar lugar a uma grande represa sem uma indenização justa aos olhos dos moradores. No entanto, temas como este são apenas acidentalmente mencionados na narrativa por passarem ao largo do interesse do diretor, que entende sua problematização como uma tomada de partido, uma transposição de concepções apriorísticas de cunho político sobre o objeto do filme que inibe o trabalho documental. Coutinho, nesta seara, opta por

Militância política e vida camponesa pacificada *Cabra Marcado Para Morrer*
(1984)
Rodrigo Lessa

se dedicar à dramaticidade dos atos de fala um universo no qual estas questões aparecem apenas de maneira superficial, como assuntos aleatórios de uma performance individualizada. Contexto no qual prevalecem apenas as opiniões das pessoas sobre sua própria vida.

Como resultado, *Cabra marcado para morrer* culmina numa representação dos camponeses eminentemente distinta daquela configurada pelas lutas das Ligas Camponesas. De um lado, os recursos empregados permitem que a luta evidencie alguns de seus elementos mais importantes, como a consciência política, a visão ideológica sobre o Estado, suas instituições e as condições sociais de gênese e mobilização de suas práxis. De outro, a abordagem também esvazia o cotidiano a ponto de refigurar o camponês como uma figura desinteressada pela ação política, sem desejos de emancipação e conformada com a reposição de formas de vida anteriores à militância. Mobilização e engajamento político que, no fim, são projetados no filme como fenômenos que geraram sobretudo o dilaceramento de famílias, a experiência de assassinatos de lideranças políticas e o sofrimento entre aqueles que o partilharam.

E muito embora Coutinho procure negar, este perfil inscrito na narrativa traz importantes relações com uma orientação política em relação à história, à população brasileira e às formas de enxergar a produção de sentido no âmbito do cinema que ele tentou evitar ao romper com o Cinema Novo. Diferentemente de cineastas como Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos, que se viam como personagens de um país subdesenvolvido e buscavam fazer um cinema que não só enfrentasse, mas também pensasse a sua relação com este contexto, o cinema de Coutinho assume a sua referência apenas em si mesmo. Ideologicamente, ele se assume, de maneira contraditória, condicionante da sua própria condição⁹ e,

⁹ “Conforme a lógica pré-dialética, o *constitutum* não pode ser *constituens*, o condicionado não pode ser condição de sua própria condição.” (ADORNO, 1996, p. 132).

deste modo, traz esta rotinização do cotidiano camponês para o documentário como sendo o único resultado possível de um cinema aberto aos atores sociais que o protagonizam. Ao sugerir que “não se trata de filmar a realidade pronta, mas uma realidade sendo produzida no contato com a câmera”, como sugere Consuelo Lins (2004, p. 39), esta proposta faz da “regra de suprema humildade” um fato objetivo puro, idôneo de influências de caráter político na medida em que abre o cinema para a “flor da realidade” e se afasta das “ideias apriorísticas” que impedem os cineastas de percebê-las. Ao curiosamente repetir os problemas já localizados por Jürgen Habermas (2009) em uma das principais expressões epistemológicas modernas da tentativa de compreensão dos sentidos dos atores sociais, o método de Max Weber, a proposta de cinema de Coutinho tenta assentar a plausibilidade de suas interpretações compreensivo-motivacionais sobre o comportamento dos atores sociais no seu próprio julgamento sobre os procedimentos adotados em meio ao trabalho de apreensão¹⁰.

Assim, diferentemente de perspectivas militantes como a de Hirszman, que com todas as suas contradições se propõe a construir o ponto de vista da classe e relega à história a prerrogativa de esclarecer se ele alcançou ou não este objetivo no filme, Coutinho desacredita o engajamento político defendido pelo Cinema Novo para assumir um procedimento adotado por ele – a estratégia de captura da “fala-olhar” ou do cinema de “conversação” – como o principal elemento no qual estaria ancorada a plausibilidade da sua proposta de cinema. Tudo isso quando é ele mesmo, o próprio Coutinho, que, desconsiderando a reflexão sobre as condições sociais que atuariam sobre seu julgamento, irá pressupor como fato a ideia de que sua estratégia é, por si só, mais “aberta ao outro”.

¹⁰ Uma discussão mais aprofundada sobre este tema foi realizada por nós em outra oportunidade, no texto *O sentido da neutralidade axiológica de Max Weber em sua face lógico-positivista*, publicado em 2013 pela revista *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*. (LESSA, 2013).

Militância política e vida camponesa pacificada *Cabra Marcado Para Morrer*
(1984)
Rodrigo Lessa

Ainda que a ideia geral exista e o diretor, nesta medida, saiba que não parte do vazio, ele a entende como uma concepção que está aí mais para dar “precisão” à construção do filme, para ajudar a revelar as suas condições de construção, para torná-lo mais transparente. Afinal, em última instância, ela se encontra sob controle do seu portador. “O que não exclui, é claro, uma ‘ideia’ central, prévia à filmagem, que precise a construção do filme, mas que não passa de uma hipótese de trabalho a ser testada na prática desses sucessivos encontros com personagens de carne e osso.” (COUTINHO, 2008, p. 15).

O antagonismo de *Cabra marcado para morrer*, deste modo, não expressa apenas as formas de aproximação e distanciamento do documentarismo participativo-reflexivo em relação à classe trabalhadora, às suas lutas e contradições. Ele expressa o modo pelo qual a incorporação desta estratégia narrativa no Brasil traz novas possibilidades ao mesmo tempo em que aponta para a relação problemática e ideológica deste cinema com as condições objetivas da produção fílmica e da elaboração de representações sobre o mundo. Algo que, contudo, não apaga a força e o caráter de aprofundamento social oferecido pelas estratégias de captura das circunstâncias que envolveram a luta política dos camponeses das Ligas por Eduardo Coutinho nesta singular obra do cinema documentário brasileiro.

Referências

ADORNO, Theodor. **Teoria estética**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984

BERNADET, Jean Claude. **Cineastas e imagens do povo**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

Militância política e vida camponesa pacificada Cabra Marcado Para Morrer
(1984)
Rodrigo Lessa

CASETTI, Francesco; CHIO, Federico Di. **Cómo analizar un film**. Barcelona: Paidós, 1998.

CABRA MARCADO para morrer. Direção: Eduardo Coutinho. 1984. 119 min.
COUTINHO, Eduardo. **Encontros**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008. Afrânio Garcia Jr. (1989),

HABERMAS, Jürgen. **A lógica das ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LESSA, Rodrigo. O sentido da neutralidade axiológica de Max Weber em sua face lógico-positivista. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, v.2, n.4, p. 29-48, ago./dez. 2013.

LINS, Consuelo. **O documentário de Eduardo Coutinho**. 2004.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política**. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

RAMOS, Fernão. Cinema Verdade no Brasil. In.: TEIXEIRA, Francisco Elinaldo (Org.). **Documentário no Brasil: tradição e Transformação**. São Paulo: Summus, 2004.

ROUCH, Jean. Entretien avec Jean Rouch. **Cahiers du Cinéma**. Paris, v. 24, n. 144, p. 1-22, jun.1963.

TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. **O rural no cinema brasileiro**. São Paulo, UNESP, 2001.

Resumo:

Militância política e vida camponesa pacificada cabra marcado para morrer (1984)

Neste estudo analisamos as representações das lutas sociais mobilizadas pelas Ligas Camponesas no filme Cabra marcado para morrer (1984), de Eduardo Coutinho. Através do estudo da narrativa do filme sob a perspectiva sociológica, investigamos os processos sociais que envolvem o uso da memória dos camponeses envolvidos na realização de um filme ficcional sobre o assassinato do então líder da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, João Pedro Teixeira. Memória esta que é tomada como ponto de partida para recuperar não apenas a história deste filme e a de seus personagens, mas também das lutas camponesas naquele período. Destaca-se, nesta investigação, o modo como as condições sociais nas quais o filme foi produzido – incluindo aí as suas

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

Militância política e vida camponesa pacificada *Cabra Marcado Para Morrer*
(1984)

Rodrigo Lessa

influências estéticas e a visão de cinema de Eduardo Coutinho – ao mesmo tempo em que contribuem para uma relevante cobertura das situações envolvendo este movimento social, revelam, por outro lado, uma perspectiva autoral que procura desassociar o cotidiano dos camponeses da militância política em nome de uma forma de cinema que renuncia ao engajamento político e prioriza a retratação das formas de rotinização da vida cotidiana.

Palavras-chave: Cinema. Documentário. Representações. Movimentos Sociais. Ligas Camponesas.

Abstract:

The strategies of the new union confederations and the debate about the revitalization of Brazilian trade unionism

In this study we analyze the representations of the social struggles mobilized by the Peasant Leagues in the movie *Cabra Marcado para morrer* (1984), by Eduardo Coutinho. Through the study of the narrative of the film from the sociological perspective, we investigated the social processes that involve the use of the memory of the peasants involved in the making of a fictional film about the murder of the then leader of the Peasant League of Sape, in Paraíba, João Pedro Teixeira. Memory that is taken as a starting point to recover not only the history of this film and that of its characters, but also of the peasant struggles in that period. In this investigation, the social conditions in which the film was produced - including its aesthetic influences and the cinema vision of Eduardo Coutinho - are highlighted, while at the same time contributing to a relevant coverage of the situations involving this movement social, reveal, on the other hand, an authorial perspective that seeks to disassociate peasants' daily life from political militancy in the name of a form of cinema that renounces political engagement and prioritizes the retraction of routines of daily life

Keywords: Cinema. Documentary. Representations. Social movements. Peasant Leagues.

SOCIALIZAÇÃO LEGAL E PERFIS DE PRÉ-ADOLESCENTES EM SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA¹

Herbert Rodrigues²
herb@usp.br

Aline Morais Mizutani Gomes³
alinemizu@gmail.com

Introdução

Os temas da democracia, do respeito a instituições e leis e da confiança nas autoridades estão em constante discussão no atual panorama histórico e político do Brasil. Embora a questão da obediência às leis e às autoridades

¹ Este artigo apresenta os primeiros resultados do Estudo de Socialização Legal de Pré-adolescentes em São Paulo. A pesquisa faz parte do projeto “Construindo a Democracia no Dia a Dia: Direitos Humanos, Violência e Confiança Institucional” desenvolvido pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) no âmbito dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão da FAPESP (CEPID) (Processo n. 2013/07923-7).

² Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Antropologia Social também pela USP. É pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP).

³ Mestre em Psicologia Escolar pela Universidade de São Paulo (USP). É pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP).

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise
de correspondência
Herbert Rodrigues
Aline Morais Mizutani Gomes

constitua um tema clássico da sociologia, o debate sobre a legitimidade das instituições ganhou certa visibilidade no contexto brasileiro justamente no momento em que os valores democráticos parecem questionados diante de inúmeros escândalos de corrupção e de uma descrença generalizada na política e no funcionamento das instituições.

Os debates recentes acerca da fragilidade da democracia brasileira remetem-nos à formação de atitudes e valores voltados ao aperfeiçoamento das instituições democráticas, para que retrocessos não ocorram, evidenciando uma série de discussões sobre legitimidade e confiança nas figuras de autoridade; além do entendimento do processo pelo qual os indivíduos formam noções quanto às instituições legais e aceitam as decisões das autoridades.

Em linhas gerais, a legitimidade refere-se aos sentimentos de obrigação em acatar as regras e as decisões estabelecidas pelas autoridades. Max Weber (2000) acreditava que fatores institucionais e pessoais eram atributos de legitimidade fundamentados pela ideia de autoridade. A questão, para Weber, consistia em entender a aceitação (frequentemente voluntária) das decisões das autoridades por parte dos cidadãos. A famosa formulação tipológica weberiana de autoridade (tradicional, carismática, racional-legal) é uma espécie de resposta conceitual ao exercício legítimo do poder de instituições e de indivíduos.

A legitimidade, individual ou institucional, é uma propriedade que faz com que as pessoas aceitem voluntariamente as decisões, regras, configurações de arranjos societários e sistemas políticos. Max Weber também afirmava que as normas e os valores sociais tornam-se parte do sistema motivacional interno das pessoas e guiam o comportamento separadamente do impacto das sanções e dos incentivos pessoais: cada sistema de autoridade cria as crenças em torno da sua legitimidade. Desse modo, as pessoas autorregulam suas ações e obrigações por meio de normas e valores sociais internalizados.

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise
de correspondência
Herbert Rodrigues
Aline Morais Mizutani Gomes

Nesse sentido, procuramos justamente discutir o processo pelo qual diferentes perfis de pré-adolescentes, da cidade de São Paulo, internalizam normas e leis, legitimam e confiam nas autoridades. Para empenhar tal análise recorreremos ao campo de problematização denominado socialização legal, responsável por investigar o processo pelo qual as crianças e os adolescentes se relacionam com as leis, as autoridades e o mundo legal em geral.

A socialização legal consiste em três processos correlacionados: a internalização das normas sociais, que controlam o comportamento do indivíduo; o desenvolvimento de valores morais, que orientam as condutas de obediência às autoridades; a possibilidade de o indivíduo desenvolver um senso de dever de obediência consentida para com as regras e as decisões tomadas pelas autoridades e pelas instituições (TRINKNER e COHN, 2014).

O primeiro processo se mostra importante porque, ao internalizar as normas da sociedade, os indivíduos tendem a inibir comportamentos socialmente inaceitáveis e a reforçar comportamentos desejáveis. O segundo processo molda-se pela experiência das crianças e dos adolescentes no contato com as normas estabelecidas. O terceiro volta-se ao comportamento do indivíduo, de acordo com os princípios interiorizados, e contribui para a formação de atitudes futuras em relação a instituições legais e obediência às leis.

Assim, no processo de socialização legal, os indivíduos não somente desenvolvem seus próprios sentidos de “certo” e “errado” como passam a entender os valores socialmente apropriados do meio no qual estão inseridos. Nesse contexto, o contato com as autoridades e, mais especialmente, a qualidade desse contato (a chamada justiça procedimental) se tornam fundamentais para constituir no indivíduo a ideia de que aquelas autoridades e instituições são justas, necessárias e, conseqüentemente, têm o direito de exercer o poder legitimamente (TYLER, 1998).

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise
de correspondência
Herbert Rodrigues
Aline Morais Mizutani Gomes

Segundo o psicólogo social e criminalista norte-americano Tom Tyler, há três elementos-chave para a compreensão da noção de justiça procedimental: voz, respeito e equidade. O que significa que o movimento das autoridades para explicar suas ações de maneira respeitosa gera nas pessoas a sensação de tratamento justo, independentemente dos resultados. A justiça procedimental faz com que as pessoas confiem nas instituições e nas autoridades (legais e não legais). Logo, a confiança representa um elemento importante na construção da legitimidade de instituições e autoridades.

No trabalho de Alex Piquero et al. (2005), um dos primeiros a testar o modelo da justiça procedimental no campo da socialização legal com adolescentes, os autores entendem que a adolescência representa um período importante em que os indivíduos entram em contato com os atores legais, para além da esfera familiar e da escola. A pesquisa demonstra como o contato com o sistema legal molda as visões desses adolescentes, no que diz respeito à legitimidade da polícia, destacando que, na medida em que não há justiça procedimental na interação entre as autoridades e os adolescentes, a legitimidade das instituições tende a diminuir.

Jeffrey Fagan e Tom Tyler (2005), em estudo realizado com jovens da cidade de Nova York, verificaram que as abordagens policiais assumiam padrões diferentes a depender do público atingido. No bairro mais pobre e de população majoritariamente negra, a atuação policial não respeitava os princípios da justiça procedimental e levava os moradores a não legitimarem as instituições. Os autores também observaram que os indivíduos abordados pela polícia possuíam visões mais negativas sobre as autoridades e instituições do que aqueles que não tiveram contato.

Para além da literatura internacional, que já comprovou a relevância dos estudos de socialização legal, faz-se necessário inserirmos essa discussão na

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise
de correspondência
Herbert Rodrigues
Aline Morais Mizutani Gomes

realidade brasileira, a qual possui suas particularidades. Segundo Rodrigues et al., é preciso considerar as “especificidades sociais, culturais e geracionais que marcam o desenrolar do processo de socialização legal nas diferentes sociedades” (2017, p. 118). Isso significa que, para compreender a formação de atitudes voltadas a normas, leis e autoridades dos pré-adolescentes de São Paulo, devemos ter em mente os impactos de viver num determinado bairro, frequentar certo tipo de escola, estar exposto ou não à violência, especialmente no início da vida pública desses sujeitos marcada pela passagem da infância para a adolescência.

Além disso, no contexto atual em que a violência urbana é o foco de preocupação dos brasileiros, tem-se, no crescimento do sentimento de medo e insegurança, o balizador das ações dos indivíduos. No caso específico dos adolescentes, a vinculação entre violência e medo parece ser muito mais presente e significativa. A emergência das preocupações das autoridades com relação ao papel das crianças e dos adolescentes no mundo do crime, especialmente do crime organizado (ADORNO et al., 1999), também coloca em discussão a questão da desigualdade social (PACHECO, 2007).

O presente estudo de socialização legal, de certo modo, soma-se aos trabalhos da sociologia brasileira da violência, os quais, nas últimas décadas, se notabilizaram por produzir discussão vasta e criteriosa quanto a juventude e violência policial na cidade de São Paulo (SINHORETTO et al., 2016); problema dos adolescentes em conflito com a lei (ADORNO, 1993; GREGORI, 2000); percepções dos moradores da periferia com relação às instituições legais (CALDEIRA, 2000); e perpetuação da criminalização da pobreza pelo aparato de segurança pública (ADORNO, 1995; ZALUAR, 2004).

Nas palavras de Teresa Caldeira, a violência “ajuda a deslegitimar as instituições da ordem e legitimar a privatização da justiça e uso de meios

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise de correspondência
Herbert Rodrigues
Aline Morais Mizutani Gomes

violentos e ilegais” (2000, p. 43). Nesse sentido, o processo de socialização legal não diz respeito somente à obediência a leis, mas sim trata-se de pensar no desenvolvimento da legitimidade e da confiança no sentido de consolidar o valor das instituições democráticas. E aí reside a importância dessa discussão no momento histórico atual do país. Pesquisas que abordam a socialização legal podem nos orientar na formação de uma visão crítica quanto a normas e leis.

Neste artigo, propomos caracterizar os perfis dos pré-adolescentes entrevistados, de um lado, a partir da relação entre as variáveis tipo de escola, raça e renda familiar; e de outro, exposição à violência, confiança na polícia e legitimidade da polícia. Utilizamos a técnica de análise de correspondência múltipla (ACM) a fim de verificar associações entre as variáveis e visualizar os perfis de pré-adolescentes em São Paulo. Tal procedimento de análise nos permite identificar focos de atenção voltados à formação e ao exercício de valores democráticos de cada perfil observado.

Metodologia

O Estudo de Socialização Legal de Pré-adolescentes em São Paulo, desenvolvido pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), consiste num *survey* com amostra de 800 pré-adolescentes, 50% de meninas e 50% de meninos. Como ponto de partida para a coleta de dados, estabeleceu um coorte de indivíduos nascidos em 2005, estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental (de escolas públicas e privadas) e moradores do município de São Paulo.

O instrumento para a coleta de dados foi criado pela equipe de pesquisadores do NEV-USP envolvida no estudo. O questionário volta-se exclusivamente aos interesses do estudo, que consiste em compreender o

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise
de correspondência
Herbert Rodrigues
Aline Morais Mizutani Gomes

processo pelo qual os pré-adolescentes interiorizam as normas, as regras e as leis criadas pelas autoridades legais e não legais. O questionário utilizado na pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP) – trata-se de um colegiado interdisciplinar e independente cuja finalidade é aprovar a realização de pesquisas em seres humanos. Aos entrevistados, garantiu-se que seus nomes não seriam divulgados, sob nenhuma circunstância, dada a finalidade exclusivamente acadêmica da pesquisa.

As questões foram convertidas pelo programa *Survey-To-Go* a fim de se ajustarem para o uso de *tablets*. Assim, aplicou-se o questionário individualmente por entrevistadores do IBOPE Inteligência, com o uso desses equipamentos eletrônicos, e cada entrevista durou aproximadamente 30 minutos. O questionário completo compõe-se de 36 questões (33 perguntas fechadas e 3 abertas), que abordam temas como: legitimidade das autoridades legais (os policiais e percepções sobre leis) e não legais (os pais e os professores), relação com os pares, o modo como as figuras de autoridade lidam com os pré-adolescentes (justiça procedimental), além de questões sobre vitimização, exposição a violência, *bullying*, comportamento de quebra de regras, cinismo legal, confiança, entre outros.

Os dados foram coletados em 112 escolas públicas e privadas, no período de maio a setembro de 2016 (não houve entrevistas no mês de julho devido às férias escolares). Optou-se por realizar a coleta nas escolas pela facilidade de acesso à população-alvo e na tentativa de oferecer um ambiente mais neutro do que o domicílio, de modo que os sujeitos ficassem à vontade para responder ao questionário.

Assim, utilizando o método de probabilidade proporcional ao tamanho (PPT-sistemático), foram sorteadas 80 escolas, sendo 41 estaduais, 6 municipais

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise de correspondência
Herbert Rodrigues
Aline Morais Mizutani Gomes

e 33 particulares (seguindo distribuição do Censo Escolar 2014), nas quais seriam entrevistados em média 10 alunos (5 meninas e 5 meninos). Dessas 80 escolas sorteadas aleatoriamente, 23 precisaram ser substituídas por recusa da direção ou dos pais em participar da pesquisa.

Adicionalmente, outras 96 escolas foram contatadas na tentativa de completar a amostra de 800 indivíduos. A seleção dessas escolas adicionais seguiu o mesmo método de sorteio, sendo que a substituição foi feita por escolas com características semelhantes. No total, 112 escolas participaram efetivamente da pesquisa e 48 recusaram, gerando assim uma taxa de recusa de 30% (Tabela 1). E nos chama a atenção que, apesar da relevância do estudo e das garantias de anonimato, o número de recusas nas escolas privadas tenha sido quase três vezes maior do que nas escolas públicas.

Tabela 1. Distribuição das escolas participantes da pesquisa

Tipo de escola	Nº escolas contatadas	Nº escolas participantes	Nº recusas
Pública	83	64	12
Privada	116	48	36
Total	199	112	48

Descrição das variáveis

Para a elaboração desse artigo, selecionamos especificamente as seguintes variáveis extraídas do questionário:

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise de correspondência
Herbert Rodrigues
Aline Morais Mizutani Gomes

1. Sociodemográficas: sexo (masculino e feminino); cor da pele (branco e não branco); tipo de escola (pública e privada); renda familiar (até 1 salário mínimo (SM); entre 1 e 2 SM; entre 2 e 5 SM; entre 5 e 10 SM; mais de 10 SM); região da cidade (Centro-Oeste, Leste 1, Leste 2, Norte, Sul 1, Sul 2).
2. Vitimização indireta no bairro: variável elaborada a partir da pergunta: *gostaria que você me dissesse se já viu isso acontecer no seu bairro, por favor responda sim ou não (ou às vezes):* a) pessoas vendendo drogas na rua; b) pessoas sendo assaltadas; c) pessoas andando com armas sem ser policiais; d) escutou som de tiros.

A partir das respostas criamos três categorias: i) sem vitimização, para aqueles que responderam não a todas as perguntas; ii) baixa vitimização, para aqueles que responderam sim a uma ou duas perguntas; iii) alta vitimização, para aqueles que responderam sim a três ou quatro perguntas.

3. Experiência direta com a polícia: para verificar esse contato, perguntamos: *alguma vez você, ou alguém que você estava acompanhando, já teve algum desses contatos com algum policial, sim ou não:* a) foi parado pela polícia; b) foi revistado pela polícia; c) foi levado para a delegacia.

A partir das respostas criamos as seguintes categorias: i) sem experiência, para aqueles que responderam não a todas as perguntas; ii) com experiência, para aqueles que responderam sim para pelo menos uma das perguntas.

4. Violência policial: variável mensurada pela pergunta: *você já viu a polícia batendo em alguém?* O entrevistado poderia responder sim ou não.
5. Confiança na polícia: no final do questionário, havia uma questão direta para medir o nível de confiança dos entrevistados em relação à polícia. Perguntamos: *você confia ou não confia na polícia?* As possibilidades de respostas eram sim ou não.

6. Justiça procedimental: variável mensurada pela pergunta: *se um policial achasse que você fez algo errado, você acha que ele:* a) daria a chance de você contar o seu lado da história?; b) explicaria porque você está sendo abordado; c) agiria com você da mesma forma que agiria com qualquer outra pessoa; d) conversaria com você de forma educada. As opções de respostas eram sim ou não.

A partir das respostas criamos as seguintes categorias: i) com justiça, para aqueles que responderam sim a todas as perguntas e; ii) sem justiça, para aqueles que responderam não a uma ou mais perguntas.

7. Legitimidade da polícia: para medir legitimidade, perguntamos: *sobre os policiais, você acha que:* a) eles têm o direito de parar e revistar as pessoas na rua; b) os policiais têm o direito de prender as pessoas; c) as pessoas devem obedecer aos policiais, mesmo quando não concordam com eles. As opções de respostas eram sim ou não.

Para a legitimidade da polícia, criamos as seguintes categorias: i) alta legitimidade, para aqueles que responderam sim a todas as perguntas; ii) baixa legitimidade, para aqueles que responderam não a uma ou mais perguntas.

Análise estatística

A análise dos dados ocorreu em duas etapas. Na primeira, realizamos uma descrição bivariada das características sociodemográficas dos pré-adolescentes, por meio da variável legitimidade da polícia, comparando as proporções através do teste χ^2 , num nível de significância de 5%. Também realizamos o mesmo processo com as demais variáveis, a fim de explorarmos a associação entre elas.

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise de correspondência
Herbert Rodrigues
Aline Morais Mizutani Gomes

Na segunda etapa, observamos as relações entre as variáveis por meio da análise de correspondência múltipla (ACM), que consiste numa técnica estatística de caráter exploratório e descritivo utilizada para verificar associações ou similaridades entre um grande número de dados categóricos (CLAUSEN, 1998; LE ROUX e ROUANET, 2010).

A ACM é muito utilizada em estudos de saúde e epidemiologia (ARANHA et al., 2004; GREENACRE, 1981), pois, além de possibilitar a visualização gráfica das categorias das variáveis, torna possível verificar o grau de interação entre as variáveis e compor perfis. De acordo com Mota et al., (2007, p. 801),

[...] a relação entre as categorias das variáveis é investigada sem que se precise designar uma estrutura causal nem assumir *a priori* uma distribuição de probabilidades, sendo apropriada no estudo de dados populacionais no sentido de uma técnica não inferencial.

Para a realização dos testes estatísticos apresentados nesse artigo, utilizamos o software estatístico para as ciências sociais (SPSS, versão 20.0).

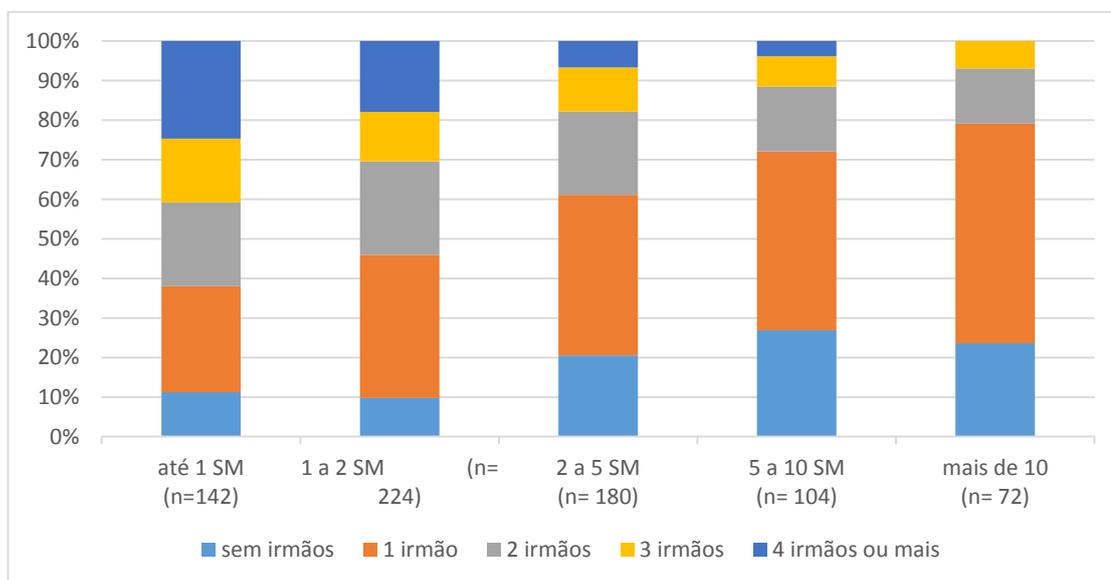
Resultados

A amostra de 800 entrevistados é composta, majoritariamente, de pré-adolescentes, com renda familiar entre 1 e 5 salários mínimos (50,5%), de cor não branca (50,1%), nascidos no município de São Paulo (87,6%). Além disso, quase metade da amostra disse morar no mesmo bairro há 11 anos (47,5%), ou seja, desde que nasceram.

Quanto à composição familiar, 94,9% dos entrevistados moram com a mãe; 53,3% moram com ambos os pais; 18,1% também moram com os avós (com ou sem os pais); e 83% disseram ter um irmão ou mais. Vale notar a

associação significativa entre a quantidade de irmãos e a faixa de renda familiar ($p= 0,000$), conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1. Distribuição da renda familiar pelo número de irmãos



Em relação ao universo escolar, 44,8% dos participantes disseram que 2016 (ano de realização da primeira onda da pesquisa) foi o primeiro que estudavam na escola em que foram entrevistados. Algo já era esperado, uma vez que no 6º ano normalmente os alunos mudam de escola para iniciarem o segundo ciclo do ensino fundamental.

Dos entrevistados, uma minoria disse não gostar de ir à escola (8,9%) nem dos professores (2,4%). Mesmo em se tratando de um número pouco representativo, notamos uma diferença entre estudantes da escola pública e privada em relação à avaliação dos professores: do total dos que disseram não

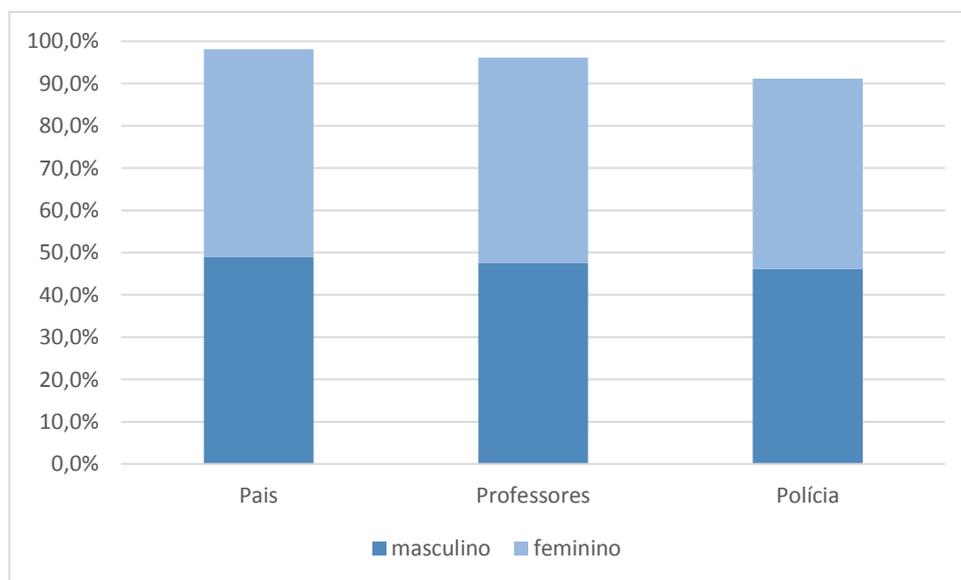
Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise de correspondência
Herbert Rodrigues
Aline Morais Mizutani Gomes

gostar dos professores (n=19, em número absoluto) apenas um é de escola privada.

Outra diferença que se destaca é que entre os 42,1% que relataram não fazer nenhuma atividade além da escola, 70,3% são de escola pública. Entre as atividades extraescolares mais realizadas estão a prática de esportes (28,8%) e o estudo de idiomas (17,6%).

Em relação ao tema da legitimidade, quando perguntados se deveriam obedecer à autoridade (pais, professores, policiais) mesmo quando não concordassem com ela, a maioria respondeu que, sim. Houve somente uma pequena queda conforme as autoridades tornam-se mais distantes do universo dos pré-adolescentes (no caso, a polícia), que pode ser observada no gráfico 2:

Gráfico 2. Distribuição do sexo pelo dever de obediência às autoridades



Para além dessa caracterização mais geral, a tabela a seguir mostra a distribuição das condições sociodemográficas dos pré-adolescentes de acordo

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise de correspondência
Herbert Rodrigues
Aline Morais Mizutani Gomes

com a variável legitimidade da polícia. Observamos a associação com as variáveis tipo de escola ($p= 0,012$), renda ($p=0,033$) e cor da pele ($p=0,029$). E a prevalência da alta legitimidade em todas as categorias:

Tabela 2. Distribuição percentual das características sociodemográficas de acordo com a variável legitimidade da polícia

Variável	Categoria	N Total	Legitimidade da polícia ¹		p
			Alta	Baixa	
Sexo	masculino	393 (49,9%)	77,9%	22,1%	0,767
	feminino	395 (50,1%)	78,7%	21,3%	
Cor da pele ²	branca	371 (49,9%)	81,4%	18,6%	0,029
	não branca	373 (50,1%)	74,8%	25,2%	
Tipo de escola	pública	464 (58,9%)	75,2%	24,8%	0,012
	privada	324 (41,1%)	82,7%	17,3%	
Renda familiar ³	até 1 SM	142 (20%)	70,4%	29,6%	0,033
	entre 1 e 2 SM	220 (30,9%)	76,8%	23,2%	
	entre 2 e 5 SM	176 (24,8%)	83,5%	16,5%	
	entre 5 e 10 SM	103 (14,5%)	81,6%	18,4%	
	Mais de 10 SM	70 (9,8%)	84,3%	15,7%	
Região da cidade	Centro-oeste	99 (12,6%)	75,8%	24,2%	0,642
	Leste 1	107 (13,6%)	81,3%	18,7%	
	Leste 2	156 (19,8%)	76,9%	23,1%	
	Norte	149 (18,9%)	77,2%	22,8%	
	Sul 1	90 (11,4%)	74,4%	25,6%	
	Sul 2	187 (23,7%)	81,8%	18,2%	

N total= 800 ¹Missing= 12 (1,2%) ²Missing= 44 (5,5%) ³Missing= 78 (9,8%)

Destacamos que a maior concentração de baixa legitimidade na variável cor da pele está entre os não brancos; assim como na variável “tipo de escola”, os de escola pública são os que menos legitimam. Já nas faixas de renda familiar, há maior concentração de baixa legitimidade entre aqueles com até 1 salário

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise
de correspondência
Herbert Rodrigues
Aline Morais Mizutani Gomes

mínimo; e os moradores da região Sul 1 são aqueles que menos legitimam a polícia dentre as demais regiões da cidade. Em relação ao sexo, não há diferença significativa entre meninos e meninas.

A tabela 3 mostra a distribuição das variáveis: vitimização indireta no bairro, confiança na polícia, violência policial, experiência direta com a polícia e justiça procedimental em relação à legitimidade da polícia. Notamos forte associação com as variáveis vitimização, confiança e justiça procedimental. Além disso, observamos a prevalência da alta legitimidade em todas as categorias, contudo, entre os que relataram alta vitimização no bairro há maior concentração de baixa legitimidade, assim como os que dizem não confiar na polícia também a legitimam menos do que aqueles que confiam na instituição.

Há também maior concentração de baixa legitimidade entre os que relataram não ter a expectativa de justiça procedimental. Quanto às variáveis violência policial e experiência direta com a polícia, a diferença entre as categorias não se mostrou significativa.

Tabela 3. Distribuição percentual das variáveis vitimização indireta no bairro, confiança na polícia, violência policial, contato com a polícia e justiça procedimental de acordo com a variável legitimidade da polícia

Variável	Categoria	N Total	Legitimidade da polícia ¹		
			Alta	Baixa	P
Vitimização indireta no bairro ²	sem vitimização	328 (41,9%)	77,4%	22,6%	0,002
	baixa vitimização	337 (43,1%)	83,1%	16,9%	
	alta vitimização	117 (15%)	67,5%	32,5%	
Confiança na polícia ³	confia	674 (86,3%)	81,5%	18,5%	0,000
	não confia	107 (13,7%)	60,7%	39,3%	
Violência policial	sim	97 (12,3%)	73,2%	26,8%	0,193
	não	691 (87,7%)	79%	21%	
Experiência direta com a polícia ⁴	sem experiência	615 (78,2%)	78,2%	21,8%	0,710
	com experiência	171 (21,8%)	79,5%	20,5%	
Justiça procedimental ⁵	sem justiça	401 (54,1%)	75,3%	24,7%	0,006
	com justiça	340 (45,9%)	83,5%	16,5%	

N=800, ¹Missing=12 (1,5%) ²Missing=6 (0,75%) ³Missing=7 (0,9%) ⁴Missing=2 (0,25%)

⁵Missing=59 (7,4%)

Para a ACM, selecionamos as variáveis que tiveram nível de significância estatística de 5% em relação à legitimidade da polícia, quais sejam: tipo de escola, renda familiar, cor da pele, vitimização indireta no bairro, confiança na polícia e

justiça procedimental. Utilizamos esse critério no intuito de identificar uma combinação de variáveis que melhor explicasse a variabilidade do conjunto de dados. Assim, a inércia⁴ resultou em 29,4% na dimensão 1; 20% na dimensão 2; e o alpha de Cronbach de 0,492.

Levando em consideração as medidas de discriminação⁵, apontadas na tabela 4, observamos uma distinção entre as variáveis explicadas pela dimensão 1 e pela dimensão 2, com destaque para as variáveis “tipo de escola” e “renda familiar”, as que mais discriminaram as características em análise.

Tabela 4. Medidas de discriminação geradas a partir da ACM

	Dimensões		Média
	1	2	
Tipo de escola	0,725	0,056	0,390
Cor da pele	0,299	0,046	0,172
Renda familiar	0,730	0,100	0,415
Confiança na polícia	0,034	0,489	0,262
Vitimização indireta no bairro	0,160	0,113	0,137
Justiça procedimental	0,021	0,360	0,190
Legitimidade da polícia	0,089	0,234	0,162
Total	2,042	1,271	1,657

Todas essas informações também são expressas no gráfico 3, que mostra a representação das categorias das variáveis no plano fatorial. Dessa forma, os resultados da análise de correspondência demonstraram a formação de quatro perfis com as seguintes características:

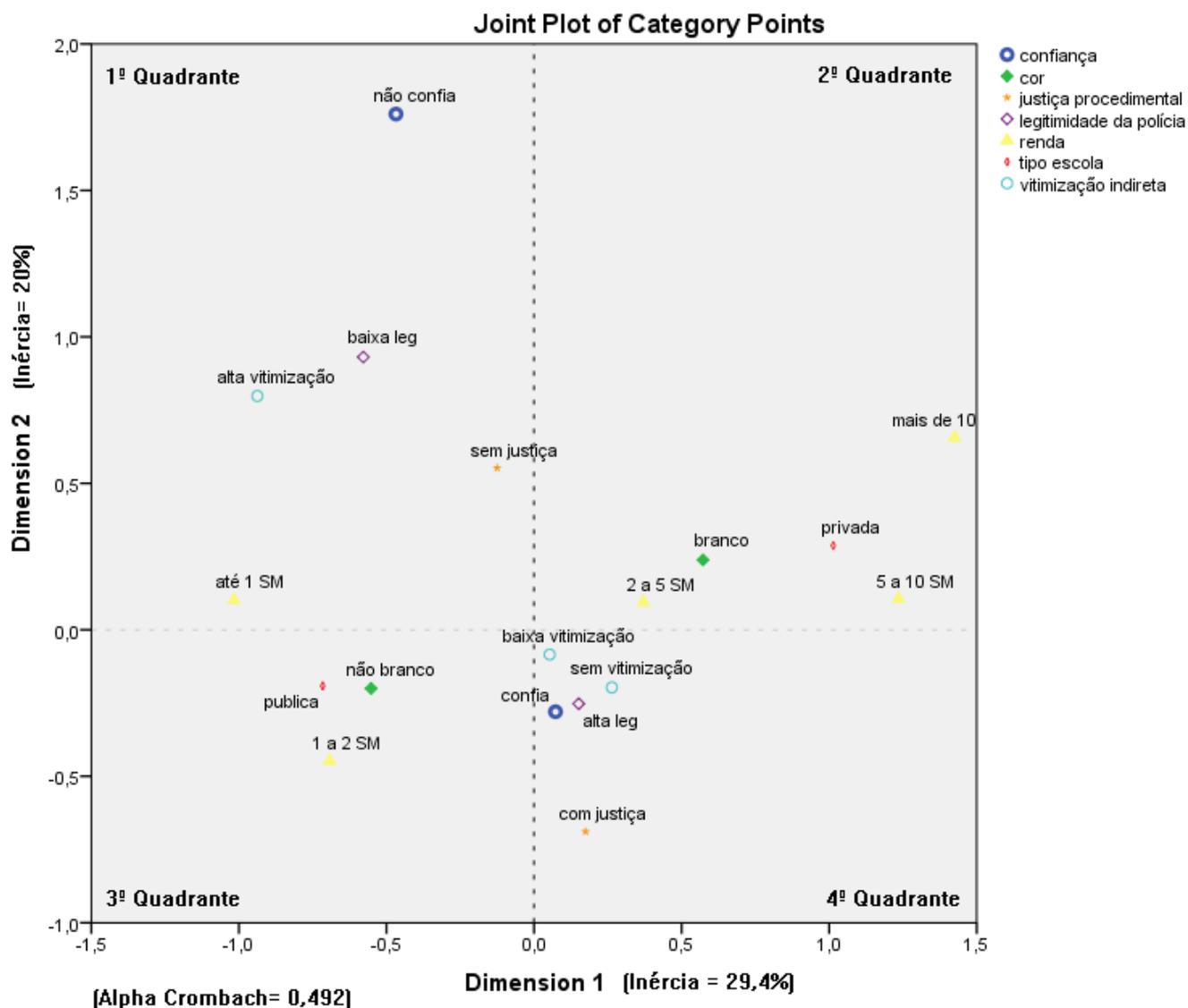
⁴ A inércia mostra o quanto cada dimensão explica a distribuição dos dados no espaço e varia entre 0 e 1, mas também pode ser codificado em porcentagem. Quanto maior o valor da inércia, melhor é a qualidade das dimensões do gráfico.

⁵ As medidas de discriminação também variam de 0 a 1 e, quanto maior o valor, melhor distinguem as variáveis em análise. Assim, um modelo cujas variáveis têm valores próximos a 1, consegue definir melhor distintos perfis.

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise de correspondência
Herbert Rodrigues
Aline Morais Mizutani Gomes

- Perfil 1 (1º quadrante superior esquerdo): participantes com renda de até 1 SM, que não confiam na polícia, com alta vitimização, sem justiça procedimental e baixa legitimidade;
- Perfil 2 (2º quadrante superior direito): participantes de cor da pele branca, de escola privada, com renda de 2 SM a mais de 10 SM;
- Perfil 3 (3º quadrante inferior esquerdo): participantes de cor da pele não branca, com renda de 1 a 2 SM e de escola pública;
- Perfil 4 (4º quadrante inferior direito): participantes com baixa e sem vitimização indireta, que confiam na polícia, com justiça procedimental e alta legitimidade.

Gráfico 3: Resultado gráfico da ACM



Segundo Mota et al. (2007, p. 801),

[...] por meio de representação gráfica, as posições das categorias de cada variável no plano multidimensional podem ser interpretadas como associações. Para obter planos que representem a configuração das categorias das variáveis no espaço, calcula-se um conjunto de eixos fatoriais, cada um maximizando uma parcela da variabilidade dos dados.

Logo, os dados representados na figura acima reforçam os resultados das distribuições percentuais anteriormente descritas. Observamos nos quadrantes a

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise de correspondência
Herbert Rodrigues
Aline Morais Mizutani Gomes

oposição entre: escola pública e privada; brancos e não brancos; faixas de renda mais altas e mais baixas; níveis de vitimização; aqueles que confiam e legitimam a polícia; e os que não confiam e legitimam pouco a polícia.

Conclusão

Nessa Análise de Correspondência Múltipla, realizada com os dados do Estudo de Socialização Legal de Pré-adolescentes em São Paulo, identificamos associações entre características sociodemográficas dos pré-adolescentes e variáveis específicas do estudo com a legitimidade na polícia. Utilizando o método da ACM, estabelecemos perfis diferenciados entre os pré-adolescentes que legitimam a polícia e os que não a legitimam.

Um resultado que se destaca é que, embora as variáveis sociodemográficas, especialmente cor da pele, renda e tipo de escola, tenham se associado significativamente com a legitimidade da polícia, no gráfico 3 notamos uma separação entre essas variáveis e as demais (confiança, justiça procedimental, vitimização indireta no bairro), as quais, nitidamente, se situam em quadrantes opostos.

Essa disposição pode indicar que, apesar de significativas, de fato, as variáveis sociodemográficas exercem menor influência sobre a legitimidade do que as variáveis específicas do estudo. Tal dado é reforçado tanto pelas medidas de discriminação (tabela 4) quanto pela análise da associação entre as próprias variáveis sociodemográficas, a qual demonstra forte associação entre elas (renda e tipo de escola $p= 0,000$; renda e cor da pele $p= 0,000$; cor da pele e tipo de escola $p= 0,000$). O mesmo acontece nas variáveis de estudo, entre as quais também observamos forte associação (confiança e justiça procedimental $p=$

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise de correspondência
Herbert Rodrigues
Aline Morais Mizutani Gomes

0,000; confiança e vitimização indireta no bairro $p= 0,002$; justiça procedimental e vitimização indireta no bairro $p= 0,002$).

Comprovadamente, há relação direta entre tratamento justo e legitimidade das autoridades tanto em crianças e jovens como em adultos (TRINKNER e TYLER, 2016). Tal associação pode ser confirmada pelos dados que apresentamos nesse artigo. Em contrapartida, a alta vitimização e a baixa confiança na polícia estão associadas a menores níveis de legitimidade.

A literatura também destaca que a delinquência juvenil não consiste num fenômeno meramente individual, mas sim resulta da conjuntura e das ações erráticas das autoridades, testemunhadas cotidianamente por crianças e adolescentes. Segundo Ellen Cohn e Susan White (1990), as atitudes em relação às leis contribuem para a internalização de noções normativas e encorajam, ou não, os comportamentos de quebra de regra.

De acordo com literatura recente (TYLER et al., 2014; TYLER e JACKSON, 2014), a estratégia mais eficiente para se obter legitimidade ocorre por meio da chamada justiça procedimental. Para os autores, cada interação entre as pessoas em geral e uma figura de autoridade, como a polícia, pode ser entendida como um momento de aprendizado.

Nessa perspectiva, o processo de aprendizagem voltado ao exercício de valores democráticos figura como antecedente lógico à formação dos valores que sustentam a legitimidade das autoridades, das instituições e do próprio estado democrático de direito: trata-se de pensar o processo de socialização legal de crianças e adolescentes como um instrumento de educação para a democracia (JUSTICE e MEARES, 2014).

A partir dos dados apresentados, articulados com a literatura mobilizada, podemos afirmar que a exposição à violência na infância e na adolescência corrói a confiança nas autoridades e perpetua a violência na vida adulta. Ao serem

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise de correspondência
Herbert Rodrigues
Aline Morais Mizutani Gomes

expostos a situações violentas, os pré-adolescentes dificilmente interiorizam os valores de obediência e de colaboração para com as leis e as autoridades.

Conforme já dissemos, o contato direto, e até mesmo indireto, com as autoridades formam as noções acerca das normas e das leis que vão permanecer ao longo da vida. Isso significa que a violência policial tende a interiorizar nas pessoas que as regras são arbitrárias, seletivas e não precisam necessariamente ser observadas e obedecidas.

Além disso, pesquisas demonstram que as abordagens da polícia são mais frequentes e violentas em relação à população pobre, negra e jovem (IPEA, 2017).

Nas palavras de Alba Zaluar (2004, pp. 49-50),

[...] nessa confusão criada pelos preconceitos dos agentes policiais, jovens (trabalhadores, estudantes ou bandidos) pobres passam a ser o outro lado indiscriminado dessa guerra sem tréguas que pretende livrar-nos do mal. Essa imagem do ‘menor’, isso é, da criança e do adolescente pobres é a parte da estratégia para justificar a ação policial violenta e corrupta, na qual já se tornou difícil distinguir o que é repressão ao crime do que é crime de extorsão.

Segundo Silva e Rodrigues, “ao serem expostas à situação precária, instável e violenta com os agentes públicos, as crianças dificilmente interiorizam os valores de obediência e de colaboração às leis” (2017, p. 47). Podemos concluir que a violência policial pode provocar atitudes diferenciadas em relação às autoridades e gerar consequências negativas que prejudicam o exercício de valores democráticos.

Conforme afirmamos, o contato direto ou indireto com as autoridades constitui as noções de normas e leis que permanecerão ao longo da vida. Então, a pergunta que fazemos é: o quanto as diferentes experiências vivenciadas diariamente por pré-adolescentes, numa cidade heterogênea como São Paulo,

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise
de correspondência
Herbert Rodrigues
Aline Morais Mizutani Gomes

podem afetar suas atitudes em relação às leis e encorajar, ou não, os comportamentos de quebra de regra?

Acreditamos que socializar as crianças e os adolescente para as leis é educar para a democracia, de modo a evitar retrocessos na ordem constitucional. O que significa investir esforços e recursos nos espaços que produzem legitimidade e confiança, considerando-se os distintos contextos sociais, os fatores situacionais da justiça procedimental e o tratamento empenhado pelas autoridades como fontes legítimas do processo de socialização legal.

Referências

ADORNO, S. Criança: a lei e a cidadania. In: RIZZINI, I. (org.). **A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

_____. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. **Novos Estudos: CEBRAP**. São Paulo, n. 43, novembro 1995, pp. 45-63.

ADORNO, S. et al. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, vol. 13, n. 4, out./dez. 1999, pp. 62-74.

ARANHA, R. N. et al. Análise de correspondência para avaliação do perfil de mulheres na pós-menopausa e o uso da terapia de reposição hormonal. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2004, pp. 100-108.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CLAUSEN, S. E. **Applied Correspondence Analysis: An Introduction**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1998.

COHN, E.; WHITE, S. **Legal Socialization**. A Study of Norms and Rules. New York: Springer-Verlag, 1990.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise de correspondência

Herbert Rodrigues

Aline Morais Mizutani Gomes

FAGAN, J.; TYLER, T. Legal Socialization of Children and Adolescents. **Social Justice Research**, vol. 18, n. 3, 2005, pp. 217-241.

GREENACRE, M. J. Practical Correspondence Analysis. In: BARNETT V, (ed.). **Looking at Multivariate Data**. New York: J. Wiley & Sons, 1981.

GREGORI, M. F. **Viração**: experiências de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

IPEA; FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2017**. Brasília, Ministério do Planejamento, 2017.

JUSTICE, B.; MEARES, T. How the criminal justice system educates citizens. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, 651, january, 2014, pp. 159-177.

LE ROUX, B.; ROUANET, H. **Multiple Correspondence Analysis**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2010.

MOTA, J. C. et al. Análise de correspondência como estratégia para descrição do perfil da mulher vítima do parceiro atendida em serviço especializado. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 3, 2007, pp. 799-809.

PACHECO, E. D. (org.). **O cotidiano infantil violento**: marginalidade e exclusão social. São Paulo: L'Editora, 2007.

PIQUERO, A. et al. Developmental trajectories of legal socialization among serious adolescent offenders. **Journal of Criminal Law and Criminology**, vol. 96, n. 1, 2005, pp. 267-298.

RODRIGUES, H. et al. Socialização legal de crianças e adolescentes: revisão da literatura e desafios de pesquisa. **Plural**, São Paulo, vol. 24, n. 1, 2017, pp. 105-123.

SILVA, E. A.; RODRIGUES, H. Legitimidade institucional e (des)ordem fundiária urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, vol. 19, n. 1, 2017, pp. 31-47.

SINHORETTO, J., et al. Juventude e violência policial no município de São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, vol. 10, n. 1, fev./mar. 2016, pp. 10-35.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise de correspondência
Herbert Rodrigues
Aline Morais Mizutani Gomes

TRINKNER, R.; COHN, E. Putting the ‘Social’ Back in Legal Socialization: Procedural Justice, Legitimacy, and Cynicism in Legal and Nonlegal Authorities. **Law and Human Behavior**, vol. 38, n. 6, 2014, pp. 602-617.

TRINKNER, R.; TYLER, T. Legal Socialization: Coercion versus Consent in an Era of Mistrust. **Annual Review of Law and Social Science**, n. 12, 2016, pp. 417-439.

TYLER, T. What is Procedural Justice?: Criteria used by Citizens to Assess the Fairness of Legal Procedures. **Law & Society Review**, vol. 22, n. 1, 1998, pp. 103-136.

TYLER, T. et al. Street Stops and Police Legitimacy: Teachable Moments in Young Urban Men’s Legal Socialization. **Journal of Empirical Legal Studies**, vol. 11, n. 4, 2014, pp. 751-785.

TYLER, T; JACKSON, J. Popular Legitimacy and the Exercise of Legal Authority: Motivating Compliance, Cooperation, and Engagement. **Psychology, Public Policy, and Law**, vol. 20, n. 1, 2014, pp. 78-95.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da UnB, 2000.

ZALUAR, A. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

Resumo:

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise de correspondência

O artigo apresenta uma análise descritiva e exploratória dos resultados da primeira onda do Estudo de Socialização Legal de Pré-adolescentes em São Paulo. O objetivo desse estudo é compreender como os pré-adolescentes interiorizam as normas e as leis que regem a sociedade. A compreensão de perfis de pré-adolescentes favorece a formação de atitudes voltadas à construção de legitimidade e de confiança em autoridades e instituições democráticas. Assim, buscou-se identificar associações entre variáveis, como as condições sociodemográficas, a vitimização e a confiança, com a legitimidade da polícia por meio da técnica de análise de correspondência múltipla (ACM). Os resultados analisados apontaram dois perfis assimetricamente diferenciados no que se refere à legitimidade.

Palavras-chave: Pré-adolescentes. Socialização legal. Legitimidade. Análise de correspondência.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

Socialização legal e perfis de pré-adolescentes em São Paulo: uma análise
de correspondência
Herbert Rodrigues
Aline Morais Mizutani Gomes

Abstract:

Legal socialization and profiles of early adolescents in São Paulo: an analysis of correspondence

This article presents a descriptive and exploratory analysis based on the first wave results of the São Paulo Legal Socialization Study (SPLSS). The purpose of this study is to understand how early adolescents internalize laws and social norms. Early adolescents' social backgrounds shape the formation of legitimacy and trust in authorities and democratic institutions. Thus, utilizing multiple correspondences analysis (MCA) we seek to identify associations among sociodemographic characteristics and variables such as victimization and trust in the legitimacy of police. We find two asymmetrically differentiated profiles regarding legitimacy.

Keywords: Early-adolescents. Legal Socialization. Legitimacy. Correspondence Analysis.

**ENSINO DE SOCIOLOGIA PARA O EXERCÍCIO
DA CIDADANIA:
UMA RELAÇÃO COMPROMETIDA COM A
ORDEM SOCIAL VIGENTE**

Valci Melo¹
valcimelo@hotmail.com

Introdução

A articulação entre educação e cidadania no Brasil é antiga e se expressa não apenas no sentido de que somente aqueles assim considerados têm direito à educação (BRASIL, 1824, art. 179, XXXII²), mas também, como uma das finalidades do processo de escolarização.

¹ Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL, 2011), graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2017), Mestre (2016) e doutorando em Educação, também pela UFAL, e professor da rede pública municipal de São José da Tapera, Sertão Alagoano.

² Sobre este momento histórico (Império), Cury (2011) observa que embora a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos compareça na legislação (artigo 179, inciso XXXII), era limitada a quantidade de pessoas que podiam ser consideradas cidadãs em virtude da existência do regime escravocrata e da restrição do direito político ao voto censitário.

Ensino de Sociologia para o exercício da cidadania: Uma relação comprometida com a ordem social vigente
Valci Melo

Neste último sentido, tal relação comparece, de forma explícita, na Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB 5.692/71, quando esta trata das finalidades do ensino de 1º e 2º grau, podendo também ser constatada, indiretamente, nas alíneas “a” a “d” do artigo 1º da LDB 4.24/61 quando esta trata das expectativas para a educação escolar.

No caso do ensino de Sociologia, tal vinculação é mais forte ainda, pois se a LDB 9.394/96 a requisita, mesmo antes de ser reconsiderada disciplina, como um dos “conhecimentos necessários ao exercício da cidadania” (BRASIL, 1996, art. 38, inciso III), esta exigência não se constitui novidade histórica, visto que a presença da Sociologia no primeiro momento de obrigatoriedade (1925-1942), como nos mostra Meucci (2000), ao analisar os manuais didáticos da época, já girava em torno da ideia de formação para a civilidade e para a intervenção social, o que, em última instância, corresponde à ideia de formar para a cidadania.

Mas o que significa mesmo exercitar a cidadania? Que conceito é este em torno do qual se articulam contemporaneamente, como nos lembra Tonet (2007), tanto pensadores liberais como intelectuais progressistas? Teria a cidadania um significado fixo, historicamente posto, uma literalidade, ou seu conteúdo significativo depende da formação discursiva³ a partir da qual é enunciada?

Para buscar responder as indagações apresentadas acima, recorreremos ao aporte teórico da Análise do Discurso filiada ao filósofo francês Michel Pêcheux (1938-1983), em sua indispensável articulação com o materialismo histórico-dialético (CAVALCANTE, 2012), referencial a partir do qual consideramos que “[...] os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na

³ Na esteira de Pêcheux (1995), entendemos formação discursiva como o lugar sócio-histórico de onde o sujeito enuncia por estar com ele ideologicamente identificado.

relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (ORLANDI, 2007, p. 30).

O percurso da pesquisa e os sujeitos envolvidos

Para realizar a pesquisa aqui apresentada, entrevistamos e aplicamos questionários com 10 professores que lecionam Sociologia em escolas públicas estaduais do Sertão Alagoano, quantidade que corresponde a 20% do universo de professores pesquisado. Por meio desses instrumentos (entrevistas e questionários), e à luz do materialismo histórico-dialético, buscamos compreender quem são esses professores (sexo, idade, formação inicial e continuada, vínculo empregatício, experiência profissional, condições de trabalho, etc.), como eles lidam com o ensino da referida disciplina e o que pensam sobre ela.

Os docentes foram selecionados com base nos seguintes critérios: a) professores que atuam em escolas públicas do Sertão Alagoano com a maior quantidade de docentes de Sociologia; b) docentes que atuam em escolas com a maior quantidade de estudantes de nível médio; c) docentes vinculados a escolas de cada uma das três Gerências Regionais de Ensino (GERE) do Sertão Alagoano.

Conforme levantamento realizado por email e via telefone junto as três GERE⁴ do Sertão Alagoano, a região conta com cerca de 50 professores que lecionam a disciplina Sociologia, dos quais apenas 20 têm vínculo efetivo, e

⁴ À época da pesquisa de campo (maio a junho de 2015) a nomenclatura utilizada era Coordenadorias Regionais de Ensino (CRE). O estado possui 15 GERE, das quais três estão situadas no Sertão Alagoano. Estas atendem 25 municípios e contam com 40 escolas públicas estaduais que ofertam o Ensino Médio, envolvendo, conforme dados do Censo Escolar de 2014, 17.735 estudantes (14,71% dos estudantes da rede pública estadual).

Ensino de Sociologia para o exercício da cidadania: Uma relação
comprometida com a ordem social vigente
Valci Melo

destes, somente 02 têm formação específica em Ciências Sociais. Entre os professores efetivos, 13 atuam na 11ª GERE, a qual também concentra os 02 professores com habilitação específica em sala de aula.

Os professores participantes deste estudo representam bem este cenário, na medida em que dos 10 docentes pesquisados, apenas 04 têm vínculo efetivo, e destes, somente 01 tem formação na área, conforme se pode ver no quadro abaixo:

Quadro 1. Perfil dos professores de Sociologia do Sertão Alagoano em junho de 2015.

Professor	Idade	Tempo de magistério (anos)	Tempo lecionando Sociologia (anos)	Formação Acadêmica	Ano	Vínculo
KA	43	24	3	Pedagogia	2006	Efetivo
LF	33	15	3	Pedagogia	2005	Efetivo
RG	41	12	0,4	Pedagogia	2008	Monitor
MG	44	20	12	Pedagogia	2012	Monitor
AE	48	20	2	História	2005	Monitor
AMA	42	15	2	Pedagogia	2006	Efetivo
DS	24	6	2	Pedagogia	2013	Monitor
AS	30	2,5	2,5	Pedagogia	2012	Monitor
AM	33	2	2	Ciências Sociais	2005	Efetivo
RF	33	10	5	Pedagogia	2012	Monitor

Fonte: pesquisa de campo realizada pelo autor.

Conforme demonstra o quadro acima, os professores que lecionam a disciplina Sociologia no Sertão Alagoano são trabalhadores em educação que majoritariamente vêm de uma formação inicial em Pedagogia (80%); todos concluíram a graduação há menos de uma década – apesar de 70% deles já atuarem há mais de 10 anos no magistério; 80% estão lecionando a disciplina a

Ensino de Sociologia para o exercício da cidadania: Uma relação comprometida com a ordem social vigente
Valci Melo

menos de quatro anos; 90% situam-se, em sua maioria, acima dos 30 anos de idade e 60% têm vínculo de monitoria, situação de exceção que há décadas é praticada como regra no âmbito do Ensino Médio alagoano. Um/a dos/as professores/as participantes do estudo, por exemplo, está há 12 anos como monitor/a atuando junto à disciplina.

O vínculo de monitoria intensifica a precarização do trabalho já vivenciada pelos professores pesquisados, uma vez que, conforme demonstra o *quadro 2*, 70% deles lecionam mais de uma disciplina para a qual, geralmente, também não têm licenciatura na área.

Ensino de Sociologia para o exercício da cidadania: Uma relação
comprometida com a ordem social vigente
Valci Melo

Quadro 2. Condições de trabalho dos professores pesquisados em junho de 2015

Professor	Disciplinas que também leciona	Turnos que trabalha	Escolas em que atua	Qtd de estudantes que atende (em Sociologia)	Outras funções que também exerce	Carga horária semanal
KA	Educação Infantil	2	2	340	Professor/a de Ed. Infantil	45
LF	Filosofia e Língua Portuguesa	3	3	280	Professor/a universitária	60
RG	Nenhuma	3	2	880	Coordenação pedagógica	42
MG	Filosofia	3	4	1320	Nenhuma	40
AE	História	1	2	50	Nenhuma	13
AMA	Filosofia	3	1	597	Nenhuma	30
DS	Filosofia e Arte	3	3	1000	Nenhuma	38
AS	Nenhuma	2	3	700	Coordenação pedagógica	40
AM	Nenhuma	2	2	1480	Nenhuma	45
RF	Filosofia, História da Educação e Didáticas em geral	3	3	250	Direção de escola	50

Fonte: pesquisa de campo realizada pelo autor.

Também é possível ver no *quadro 2* que metade dos docentes exerce outras funções além da docência no Ensino Médio, bem como que 90% deles atuam em mais de uma instituição, trabalhando, no mínimo, dois turnos, perfazendo uma alta carga horária semanal e atendendo uma quantidade enorme de estudantes – isso considerando-se apenas os educandos que atendem na disciplina Sociologia.

Ensino de Sociologia para o exercício da cidadania: Uma relação comprometida com a ordem social vigente
Valci Melo

Estas condições, juntamente com o vínculo empregatício precário e a falta de formação inicial e continuada⁵ na área de atuação, desafiam o ensino de Sociologia ofertado nas escolas públicas estaduais do Sertão Alagoano, na medida em que correspondem exatamente aos aspectos objetivos e subjetivos face aos quais a disciplina é lecionada e, de um modo geral, a partir dos quais a profissão docente é exercida.

São, pois, estes os sujeitos participantes de nosso estudo. Com eles realizamos entrevistas e questionários que nos possibilitaram, além do mapeamento das questões já elencadas, a identificação de seus discursos acerca da finalidade do ensino de Sociologia e da vinculação entre essa disciplina escolar e o exercício da cidadania.

O questionário, que em quase todos os casos foi enviado previamente para os docentes via email, após este ser contactado por telefone, incluía oito itens, sendo seis fechados e dois abertos. Os dois itens abertos versavam sobre o que o docente pensa acerca do ensino de Sociologia e, na opinião dele, qual deve ser a finalidade do ensino desta disciplina e o porquê. As questões fechadas abordavam o perfil etário, formativo e profissional do docente, as condições de trabalho, os conteúdos trabalhados, os subsídios utilizados para o planejamento/execução das aulas e o acesso aos documentos oficiais da área de atuação.

⁵ A formação continuada em nível de aperfeiçoamento é praticamente inexistente, visto que nos três casos em que os docentes disseram ter participado de algum tipo de formação que contemplasse a disciplina na qual atuam, esta aconteceu sob a responsabilidade da escola e mais próxima do que poderíamos chamar de reunião pedagógica. Já no tocante à pós-graduação, enquanto diversos outros estados da federação já oferecerem através de suas instituições públicas, federais e estaduais, o curso de especialização em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio, os professores que lecionam Sociologia no Sertão Alagoano realizam cursos deste nível em outras áreas do conhecimento, especialmente, na área da educação e, no interior desta, em psicopedagogia.

Ensino de Sociologia para o exercício da cidadania: Uma relação comprometida com a ordem social vigente
Valci Melo

Já o roteiro de entrevistas incluía, além do aprofundamento de algumas questões já levantadas no questionário, a exemplo do perfil profissional, da lida com a disciplina e das condições de trabalho, a abordagem acerca da relação entre o ensino de Sociologia e o exercício da cidadania. Ou seja, perguntamos aos docentes qual é a finalidade do ensino de Sociologia, o que eles entendem por cidadania e como esta questão se relaciona com o ensino da referida disciplina escolar.

Embora não estivesse previamente no roteiro de entrevistas, o desenrolar da conversa com os docentes nos possibilitou ouvir 60% deles sobre a possibilidade de superação da ordem social vigente, uma vez que a reflexão dos mesmos acerca da lida com a disciplina fazia menção aos desafios do sistema capitalista.

A partir das respostas dos docentes, elaboramos um quadro comparativo e deste pudemos extrair as questões norteadoras que serão analisadas a seguir, juntamente com as sequências discursivas (SD) selecionadas.

A problemática da cidadania está presente no discurso de todos os professores participantes do estudo, seja quando questionados acerca do que pensam sobre o ensino de Sociologia ou sobre a finalidade da disciplina, seja quando solicitados para comentarem o vínculo entre cidadania e Sociologia estabelecido pelos documentos oficiais.

Neste sentido, compreendendo tratar-se de um conceito que no Brasil, após 1970, passou a ser usado em discursos comprometidos com os mais diferenciados projetos de sociedade (DAGNINO, 1994; TONET, 2005; MORAES, 2009), solicitamos aos docentes que definissem o que entendem por cidadania no sentido de nos ajudar a compreender melhor sobre o que estão pensando quando fazem uso deste conceito.

A seguir, apresentaremos de forma mais detalhada os dados coletados junto a estes sujeitos que tornam concreto o ensino de Sociologia no Sertão Alagoano. Por razões éticas exigidas pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e acordadas entre nós e os professores pesquisados, mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), será omitida ao longo do texto a identidade dos sujeitos e das instituições participantes do estudo.

Cidadania como relação política: a noção de direitos e deveres

Ao definirem cidadania diretamente ou usarem o conceito para justificar a finalidade do ensino de Sociologia em nível médio, frequentemente os professores entrevistados recorrem à acepção clássica do termo, concebendo-o como uma relação contratual entre o indivíduo e o Estado, mediante a qual ambos têm direitos e deveres a serem cumpridos.

[SD1] Cidadania para mim significa ter a *garantia dos direitos que a Constituição determina e que também precisamos ser cumpridores dos deveres para que possamos cobrar nossos direitos* (PROFESSOR/A KA, grifo nosso).

[SD2] O ato de *estar inserido na sociedade e o cumprimento das regras determinadas pelo governo* de maneira direta e indireta no processo de construção do conhecimento (PROFESSOR/A DS, grifo nosso).

[SD3] Cidadania é o *direito a ter direitos*, que está relacionado com todo o currículo escolar (PROFESSOR/A LF, grifo nosso).

[SD4] Cidadania é quando um *indivíduo, conhecedor dos seus direitos e deveres, utiliza-os como meio de buscar direitos sociais coletivos, para si e sua comunidade* sempre que se fizer necessário (PROFESSOR/A AMA, grifo nosso).

[SD5] Cidadania é *participar ativamente da vida em sociedade*, buscando compreender os fatos que estão a nossa volta. É quando *cumprimos nossos deveres e exigimos nossos direitos* para que a “máquina” social funcione coercitivamente (PROFESSOR/A AS, grifos nossos).

Os discursos⁶ dos professores materializados nos enunciados acima apontam para a consideração da cidadania enquanto relação política centrada no binômio direitos-deveres, aparecendo em alguns enunciados como algo posto verticalmente: “direitos que a constituição determina” (SD1), “regras determinadas pelo governo” (SD2); e em outros como algo construído mediante a participação das pessoas e como garantias que levam a outras vantagens em um movimento contínuo de conquistas: “direito a ter direitos” (SD3), “meio de buscar direitos sociais coletivos, para si e sua comunidade” (SD4), “participar ativamente da vida em sociedade” (SD5).

Essas definições de cidadania materializam discursos que, em nosso entender, dialogam, em um movimento de reformulação-paráfrase (PÊCHEUX, 1995, p.177), com a Formação Discursiva Liberal, centrada na garantia de direitos civis e políticos (cumprimento de regras e deveres, participação ativa na vida em sociedade...) e na tímida convocação da responsabilidade do Estado para com os direitos sociais (cobrança de direitos, direito a ter direitos, direitos para si e para a sua comunidade).

Esta heterogeneidade dentro de uma mesma formação discursiva se dá tanto pelo fato de existirem posições-sujeito⁷ diversas no interior de uma mesma

⁶ Discurso aqui é usado não como sinônimo de fala, e sim, na esteira de Pêcheux (1995), como os “efeitos de sentidos” produzidos pelos sujeitos ao fazerem uso da linguagem.

⁷ Na esteira de Pêcheux (1995), ao enunciar, o sujeito do discurso o faz afetado pela ideologia que controla a formação discursiva de onde ele enuncia. Neste sentido, ele não é a origem dos “efeitos de sentidos” que produz ao enunciar. Pelo contrário, assume posições-sujeito dentro de um já-dito. No entanto, não sendo essa sua relação com o “sempre-já-assim” mecanicamente determinada, abre-se espaço para ir-se além da retomada e incorporação de sentidos, fazendo-se

formação discursiva (o que evidencia o papel ativo da subjetividade), como também, porque uma mesma formação ideológica pode e abriga mais de uma formação discursiva (MELO, 2011, p.158-162). E isto acontece porque, conforme observa Pêcheux (2006, p. 56-57), embora o dizer (intradiscurso) necessite inevitavelmente relacionar-se com o já-dito (interdiscurso) para se constituir como tal, este movimento não consiste em pura repetição alicerçada em uma identificação absoluta (reprodução perfeita), o que, em última instância, apagaria a possibilidade do discurso como “acontecimento”. Pelo contrário, conforme o autor, enquanto “[...] índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas” (PÊCHEUX, 2006, p. 56), todo discurso está apto a realizar um duplo movimento de identificação-paráfrase (sem ser pura repetição) ou deslocamento de sentidos, negação, oposição, o que, por sua vez, torna as fronteiras entre as formações discursivas bastante completas, tênues e flexíveis.

No caso em tela, embora os discursos dos docentes dialoguem simultaneamente com posições-sujeito diferentes (a liberal e a democrática), ambas situam-se no âmbito da ideologia reformista, para a qual, não sendo possível superar o capitalismo, resta-nos buscar formas de tornar esta sociedade menos desigual, menos injusta, etc.. Isso, em última instância, acaba contradizer radicalmente a função essencial do ensino de Sociologia que, conforme defendem as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, Conhecimentos de Sociologia - OCEM-Sociologia (BRASIL, 2006), consiste em promover a desnaturalização e o estranhamento da realidade social.

Assim, mesmo reconhecendo a pluralidade teórico-ideológica na qual se alicerça a Sociologia, seja como ciência, seja como disciplina escolar, e a legitimidade de cada uma das perspectivas analíticas na abordagem da realidade

uso da língua para também deslocar sentidos, produzindo-se o novo. Daí ser ele um ser condicionado, mas também, um sujeito de sua história.

social, no caso em tela, consideramos que tal discurso, ao não problematizar as possibilidades societárias para além do simples aperfeiçoamento, acaba por naturalizar aquilo que deveria ser tomado como essencialmente histórico-social.

Cidadania como forma de sociabilidade

A partir do triunfo da ideologia neoliberal, facilitado pela crise do Estado de bem-estar social e pela reestruturação produtiva, visualiza-se uma intensa disputa de sentidos ao redor do termo cidadania, passando este conceito, ao mesmo tempo, por acirrados ataques em sua dimensão social e até política, mas ganhando novos contornos no aspecto civil, que acabam por colocá-lo não apenas como instrumento para uma sociedade dita melhor, mas também, como uma forma de vida desejável (CORTINA, 2005; TONET, 2007; MORAES, 2009).

Esta resignificação conceitual que, segundo Cortina (2005), consiste em uma tentativa de compensação, no campo das relações sociais, da acirrada competição e do individualismo exacerbado na esfera econômica tem provocado uma tensão discursiva, na medida em que, conforme Dagnino (2004), realiza uma “confluência perversa” entre projetos societários “antagônicos”.

No tocante aos professores participantes deste estudo, observamos que o discurso de alguns também se alinha a este processo de resignificação da cidadania, a qual, para além de uma relação civil, política e social, aponta para uma concepção que a coloca como forma de sociabilidade, entendida esta como “o conjunto das relações sociais” (LESSA, 2012, p. 25), como modelo de vida almejado.

[SD6] [...] A cidadania se faz com isso: com *respeito entre as culturas, entre os saberes*. Resgatando vidas que talvez estejam esquecidas (PROFESSOR/A RG, grifos nossos).

[SD7] [...] Ser cidadão eu acho que é uma questão de *personalidade, de formação de caráter; você entender que você faz parte da sociedade. A sociedade ela existe por causa de você e tudo o que acontece em volta da sociedade depende de nós* (PROFESSOR/A MG, grifos nossos).

[SD8] Cidadania é a *participação do indivíduo nas escolhas e decisões importantes da sociedade*, como também, ser atuante, *opinar, fazer, se comprometer com tudo para o bem comum* (PROFESSOR/A RF, grifos nossos).

Pelo exposto, infere-se também que a cidadania é concebida não apenas como meio para a construção de uma sociedade diferente da que existe, mas também, como o próprio modelo de sociedade desejada, na qual se possa, independentemente dos interesses antagônicos e dos conflitos entre as classes sociais, respeitar as diferenças (SD6), exercitar o sentimento de pertença à sociedade (SD7) e usufruir o bem comum (SD8). E aqui, portanto, cabe uma ressalva: não há dúvidas de que tudo isso é importante e necessário. O que nos preocupa é a desvinculação entre estas questões e o modelo de sociedade no qual estamos inseridos, como se tudo dependesse apenas de uma vontade altruísta das pessoas, como se pode ver no enunciado seguinte:

[SD9] [...] Acho que é uma das frases de Augusto Comte quando ele diz que a educação deveria servir exatamente para fomentar no indivíduo o seu lado... *deixando de lado o egoísmo e partindo para o altruísmo*. Ou seja, *partindo para a concepção de que você precisa trabalhar não pela sua necessidade, mas para o bem comum, o bem coletivo*. Essa cidadania é uma questão dessas (PROFESSOR/A RF, grifos nossos).

Embora tenhamos na SD9 um discurso que não naturaliza o egoísmo, na medida em que prega a necessidade e a possibilidade deste transformar-se em altruísmo, vê-se que o mesmo também não deixa de retomar a Formação Discursiva Liberal a partir da convocação de uma mudança individual,

espontânea, dependente somente (ou em maior escala) da boa vontade dos sujeitos.

Neste sentido, pensamos que Dagnino (2004, p. 212) tem razão quando denomina este processo de “confluência perversa” e alerta para o fato de que, ao retomar e aprofundar a perspectiva liberal de cidadania, ele reduz esta (a cidadania) a uma dimensão individualista, moral e caridosa, cujas consequências podem ser o “encolhimento das responsabilidades sociais do Estado” e a despolitização contínua da sociedade, situação que já pode ser visualizada empiricamente em diversas frentes sociais, sobretudo, protagonizadas por Organizações Não-governamentais (ONG), como demonstram estudos como os de Montañó (2002), Melo (2014), entre tantos outros.

Atreladas tanto ao que os professores pensam acerca do ensino de Sociologia (importância e finalidade), como também, à forma como concebem a cidadania, estão, por um lado, a vinculação entre o ensino de Sociologia e a “preparação para o exercício da cidadania”, e por outro, a análise acerca do projeto de sociedade em torno do qual a concepção e a prática dos docentes participantes deste estudo se articulam. Ambas as questões serão abordadas a seguir.

Ensino de Sociologia e “preparação para o exercício da cidadania”: uma relação não exclusiva, mas profunda

Apesar de os professores participantes do estudo destacarem de forma intensa a relação entre o ensino de Sociologia e a “preparação dos estudantes para o exercício da cidadania”, muitos deles fazem questão de observar que a cidadania é uma temática transversal e interdisciplinar e, portanto, deve também

ocupar espaço nos outros componentes curriculares a fim de que se concretize a tão esperada “preparação dos estudantes para o seu exercício”.

Lima (2012, p.68-69) observa em seu estudo sobre as concepções de cidadania dos professores que é comum entre os docentes a compreensão de que a Sociologia fornece um tipo de conhecimento especial sobre o mundo, sobre a sociedade, sendo este, portanto, o principal motivo pelo qual ela se relacionaria de modo direto com a problemática da cidadania.

É, pois, nesta direção que também se apresentam os discursos materializados nas sequências a seguir. Vejamos:

[SD10] Pra mim ela é *essencial, apesar que eu acredito que eu posso falar em cidadania em qualquer área do conhecimento*. Agora, especificamente, Sociologia e Filosofia são duas áreas que discutem tudo isso. [...] Em Sociologia a gente vem discutir justamente essas questões das leis. *Como é que eu posso ser um cidadão sem saber os meus direitos, se eu não conheço as leis que me protegem, as leis que me garantem que eu tenho esse direito? E aí Sociologia nos dá esse leque para desenvolvermos as questões de cidadania* (PROFESSOR/A KA, grifos nossos).

[SD11] Eu acredito numa *educação transformadora*. Não se pode restringir ou dizer apenas que a Sociologia é a disciplina responsável por este conhecimento da cidadania ou que *molde o ser como cidadão*. O fator que a gente coloca é que a escola deve ter uma *interdisciplinaridade*. [...] *A Sociologia ela está presente, ela procura aprofundar e mostrar quais são os aspectos considerados importantes no desenvolvimento e na aprendizagem* (PROFESSOR/A DS, grifos nossos).

[SD12] [...] Eu vejo *que todas as disciplinas elas de alguma forma contribuem para a construção da cidadania* dos alunos. Eu costumo sempre utilizar Jaime Pinsky e ele traz justamente... (a Hannah Arendt também), e quando eles falam o conceito de cidadania, eles dizem que cidadania é o “direito a ter direitos”. E quando eu levo isso pra sala de aula é pra dizer aos meus alunos que cidadania é um direito até pra contribuir nessa construção da cidadania por eles. Se cidadania é o

Ensino de Sociologia para o exercício da cidadania: Uma relação comprometida com a ordem social vigente

Valci Melo

“direito a ter direitos”, nós somos realmente cidadãos? Aí eu trago realidades: quando a gente vai ao hospital aqui [...] e falta o médico o nosso direito está sendo garantido? Então, assim: *a minha disciplina ela tem espaço pra trazer esses debates, pra trazer esses questionamentos. Mas eu acredito que as outras disciplinas elas também contribuam. Às vezes até de uma forma..., vamos dizer: de uma forma... Não seria menor, mas que não seja tão vista como a Sociologia* (PROFESSOR/A LF, grifos nossos).

Assim, como se vê nas sequências discursivas acima destacadas, para alguns professores a cidadania é um tema transversal aos diversos componentes curriculares, cabendo, pois, à Sociologia dar um tratamento específico (**SD10** e **SD12**) e aprofundado (**SD11**) ao mesmo.

Este tratamento aprofundado parece-nos consistir em proporcionar aos estudantes o conhecimento de seus direitos e deveres legalmente constituídos (**SD10**) para que os educandos consigam, no processo de análise da realidade social e política, verificar se as garantias legalmente constituídas estão sendo realmente cumpridas no cotidiano (**SD12**).

Desta forma, o discurso materializado nos enunciados acima dialoga, em um movimento de identificação-paráfrase, com documentos educacionais oficiais do Estado brasileiro acerca da vinculação entre o ensino de Sociologia e a “preparação para o exercício da cidadania”, comungando especificamente com as OCEM-Sociologia, tanto no que tange a não ser uma relação direta e exclusiva da Sociologia, como também, quando este documento reconhece a legitimidade desta relação e acrescenta: “[...] Isso se tem mantido no registro do *slogan* ou clichê; quer-se ultrapassar esse nível discursivo e avançar para a concretização dessa expectativa” (BRASIL, 2006 p. 109, grifo dos autores).

Deste modo, tanto o discurso educacional oficial, como também, os professores pesquisados defendem a “preparação para o exercício da cidadania” como uma das mais imediatas razões justificadoras da inserção da Sociologia no Ensino Médio. Em ambos os casos, da forma como esta vinculação é posta,

cria-se a ilusão de que a realidade não é como gostaríamos que fosse porque as pessoas não conhecem nem exercitam seus direitos e deveres.

Mota (2003, p. 77), analisando a relação entre o ensino de Sociologia e a problemática da cidadania, observa uma influência do contexto sociopolítico dos anos 1970 e 1980 nesta ênfase, bem como, defende que, embora exista uma indefinição acerca do que seja essa cidadania, parece existir certo consenso entre os documentos educacionais oficiais e o discurso dos professores de que essa relação se alicerça no tripé: crítica, conscientização e reflexão. No entanto, como questiona a referida autora:

[...] como pensar a cidadania e a crítica na escola, se nesta se percebem, cotidianamente, situações que interditam qualquer possibilidade de exercício da crítica e da cidadania? É bem verdade que essas situações têm que ser criadas e não simplesmente aguardadas de alguém que “bondosamente” irá dá-las. Mas ocorre que algumas garantias são necessárias, a fim de que os diferentes interesses e modos de construir espaços críticos e cidadãos na escola não privilegiem divergências pessoais, acima das questões que de fato interessam à comunidade escolar (MOTA, 2003, p. 100).

Assim, o discurso dos professores retoma o idealismo clássico e concede primazia à consciência sobre a realidade. No entanto, mesmo considerando o papel ativo da subjetividade (e no interior desta a importância do conhecimento) no processo de reprodução social, esta não pode ser apreendida fora de uma relação dialética para com a realidade concreta, uma vez que, conforme nos ensinam Marx e Engels em *A ideologia alemã* (1998, p.20): “Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”. Ou seja, são as condições reais, objetivas, que condicionam as possibilidades e os limites de atuação da subjetividade e, no caso do exercício efetivo da cidadania, entendemos que tais condições não estão postas nem para a escola, nem para a disciplina Sociologia, nem para a sociedade capitalista.

Ensino de Sociologia para o exercício da cidadania: Uma relação comprometida com a ordem social vigente
Valci Melo

Claro que, com isso, não queremos negar a importância do conhecimento acerca dos direitos e do funcionamento da vida social na qualificação das relações sociopolíticas, no interior das quais, encontra-se o exercício da cidadania. Também não nos opomos à ideia de que o usufruto de direitos civis, políticos e sociais tem um papel importante na melhoria prática da vida das pessoas. E é, pois, aí que reside o problema: a ilusão de que aquilo que deveria ser tomado, no máximo, como meio (a redução das desigualdades) é colocado como fim, como horizonte máximo a ser alcançado (TONET; NASCIMENTO, 2009), desconsiderando-se, inclusive, as condições sócio-históricas que, contraditoriamente, criam possibilidades para a superação do capitalismo, mas não possibilitam a sua regulação e o seu real aperfeiçoamento (PAULO NETTO, 2007; TONET, 2007; MÉSZÁROS, 2011), como demonstrou a experiência concreta do Estado de bem-estar social e toda a trajetória da socialdemocracia.

Ensino de Sociologia e “preparação para o exercício da cidadania”: uma relação fundamental e politizadora

Mesmo sendo um tema transversal aos demais componentes curriculares, como reconhecem os professores, a cidadania ganha aprofundamento a partir do ensino de Sociologia por também ser transversal aos diversos conteúdos da disciplina (SD13) que, conforme reivindicam os docentes pesquisados, precisa ser capaz de preparar o cidadão para a realidade (SD14), despertando-o para a luta (SD15).

[SD13] [...] Eu penso que essa questão realmente da *cidadania permeia todo o processo de discussão em todos os anos da Sociologia. Inclusive, eu acho que é uma questão própria de pano de fundo, se a gente entender a cidadania no sentido de conhecer seus direitos, de conhecer seus deveres, no sentido de participação realmente efetiva na*

Ensino de Sociologia para o exercício da cidadania: Uma relação comprometida com a ordem social vigente

Valci Melo

sociedade. Então eu acho que a Sociologia permeia todo esse contexto (PROFESSOR/A LF AM, grifos nossos).

[SD14] [...] *A Sociologia ela prepara, [...] ela forma o cidadão pra realidade e ela faz com que você tenha uma formação de pensamento.* [...] Aí, eu acho que a cobrança maior parte pra Sociologia por ela está como uma base, uma preparação pra uma formação de pensamento (PROFESSOR/A LF MG, grifos nossos).

[SD15] *É fundamental* essa relação do termo cidadania e o ensino da Sociologia porque realmente a *Sociologia promove, contribui para que as pessoas acordem*, vejam melhor quais são os seus direitos, quais são os seus deveres *e lutem*, reivindiquem, façam reivindicações para conseguir alcançar uma cidadania mais fixa, uma *cidadania mais eficaz* (PROFESSOR/A LF AS, grifos nossos).

O discurso materializado nos enunciados acima aponta para a imprescindibilidade da relação entre ensino de Sociologia e “preparação para o exercício da cidadania”, seja porque se trate de uma questão inerente à disciplina (SD13) que lida diretamente com a análise da vida social (SD14), seja porque, ao fazer isso, a Sociologia “[...] contribui para que as pessoas acordem, [...] lutem, [...] façam reivindicações para conseguir alcançar uma cidadania mais fixa, uma cidadania mais eficaz” (SD15).

Assim, observa-se que “o sentido missionário ou civilizador” que Sarandy (2004, p. 121) identifica nos manuais voltados ao ensino de Sociologia também se faz presente nos discursos dos professores que lecionam esta disciplina no Sertão Alagoano, os quais, assim como os referidos manuais estudados pelo autor em discussão, “[...] prevêm (sic) que a simples denúncia das contradições capitalistas ou do autoritarismo político brasileiro é capaz de promover no aluno a energia suficiente e direcioná-la às transformações sociais”.

Silva Sobrinho (2011), ao analisar o discurso sobre a obrigatoriedade do ensino de Sociologia, observa que a vinculação jurídico-política entre a referida

disciplina e o exercício da cidadania carrega consigo um forte viés conservador, na medida em que busca limitar as possibilidades formativas do conhecimento sociológico aos marcos daquilo que é julgado pelo poder dominante como o conhecimento “necessário”.

Parece-nos, pois, ser também nesta direção que se encontram os discursos dos docentes materializados nas sequências discursivas acima. Isto é, como se tem mostrado frequente ao longo deste estudo, a convocação da cidadania não se dá apenas como meio (SD13), mas também, como horizonte societário (SD15) – e não apenas imediato. Como já comentado em outros momentos, esta perspectiva revela-se bastante reformista, podendo ter implicações sérias nas possibilidades formativas da disciplina Sociologia. Isto porque, embora não haja uma relação direta entre a concepção societária dos professores e a perspectiva ideopolítica dos estudantes, não se pode negar o peso dos fins educacionais na escolha e desdobramento dos meios didático-pedagógicos (conteúdos, abordagem, etc.), o que, em última, tem implicações diretas na formação intelectual dos educandos.

Isso não quer dizer, claro, que caiba ao ensino de Sociologia promover uma revolução socialista a partir do processo de escolarização. Defender isso seria desconhecer tanto as contribuições do materialismo histórico-dialético acerca da produção e reprodução da vida social (LUKÁCS, 2013), como também desconsiderar todo o acúmulo teórico, inclusive de autores não marxistas, como é o caso de Bourdieu e Passeron (2008), acerca das limitações sobre as quais se dá o trabalho didático-pedagógico no âmbito da educação escolar. O que estamos analisando aqui é a contradição de um discurso acerca de uma disciplina escolar dedicada à desnaturalização da realidade social, mas que não considera (o que não significa defender) a possibilidade histórica de uma ordem social para além do sistema existente.

Ensino de Sociologia e “preparação para o exercício da cidadania”: uma relação comprometida com o aperfeiçoamento da ordem social vigente

Como já foi exposto até então, há entre os docentes pesquisados uma preocupação de que o ensino de Sociologia proporcione aos estudantes uma leitura da realidade social que tanto os possibilitem compreender, de forma mais adequada, como a sociedade funciona, como também, que os ajudem a tomar parte nos processos e decisões sociais e políticas.

Neste sentido, destaca-se entre os professores uma concepção de que o conhecimento das Ciências Sociais deve “ir além” da desnaturalização e do estranhamento em si da realidade social. No entanto, como já apontamos durante a análise de algumas das sequências discursivas selecionadas, observa-se que o conhecimento das Ciências Sociais defendido e a expectativa de intervenção social dele decorrente não se articulam com a superação da ordem social vigente, mas somente com o aperfeiçoamento desta. Como se pode ver nos enunciados abaixo (**SD16** a **SD17**) acerca da concepção dos professores sobre a sociedade capitalista, este sistema social representaria tanto o fim da História (já que não é possível superá-la), como também, o projeto societário mais atraente e avançado possível.

[**SD16**] Olhe só: eu digo que geralmente quando a gente olha pra todo o desenvolvimento econômico *eu não vejo que a gente vai conseguir se desvincular dessa sociedade capitalista.* [...] Até porque a gente vê que *o problema não está só no capitalismo, mas é como o capitalismo é feito.* Por que a gente tem exemplos de outros países que são capitalistas..., né? [...] *A gente tem exemplo do Japão* que é um país capitalista; extremamente capitalista. Mas aí você vai pra estrutura educacional, você vai pra estrutura de trabalho, é diferente. E não é capitalista? *Não tem como a gente voltar no tempo mais.* Não adianta a gente dizer: Não compre! Não faça! Não venda! Não venda o seu trabalho!

Ensino de Sociologia para o exercício da cidadania: Uma relação comprometida com a ordem social vigente

Valci Melo

Ele vai precisar comer. E aí? Ele vai precisar vender o seu trabalho. *O que a gente precisa é realmente focar nessa discrepância que há da desigualdade social no Brasil* (PROFESSOR/A KA, grifos nossos).

[SD17] Na verdade, eu não vejo a possibilidade de vencer o capitalismo pela *forma como as pessoas estão vivendo, a tecnologia, enfim, tudo está contribuindo para que o capitalismo se aperfeiçoe e se aprofunde* cada vez mais. Então, eu acredito que não há, realmente, como pensavam os nossos teóricos defensores do socialismo... *Eu acho que é muito difícil voltarmos...* Sairmos do estágio atual para um estágio de socialismo. [...] Na verdade, não sei se estou sendo pessimista... Acredito, sim, na mudança. [...] *Acredito no potencial das pessoas de mudarem o espaço em que vivem, a sociedade em que vivem, mas que essa mudança não vai além dos muros do capitalismo.* O capitalismo vai prevalecer (PROFESSOR/A AS, grifos nossos).

[SD18] *Eu não acredito nessa questão de transcender a sociedade capitalista.* Eu não... Realmente não vejo..., não tenho essa utopia. *Eu penso que a gente precisa trabalhar nessa que a gente tem.* Nos desafios que a gente tem... No mundo que a gente vive (PROFESSOR/A AM, grifos nossos).

Os discursos materializados nos enunciados anteriores (SD16 a SD18) reconhecem que vivemos em uma sociedade desigual e com inúmeros problemas sociais, mas não estabelecem uma relação causal e intrínseca entre essas mazelas e o projeto societário vigente. Como se pode ler textualmente na SD16: “[...] o problema não está só no capitalismo, mas é como o capitalismo é feito”. Ora, nenhuma experiência historicamente conhecida do capitalismo, nem mesmo em sua fase menos brutal, que ficou conhecida como “capitalismo de rosto humano”, conseguiu retirar dele a exploração do trabalhador e a busca pelo lucro, visto que, sem essas características, ele já não pode ser o que é. E sobre o Japão, citado como exemplo na SD16, apesar de o País ainda ser considerado a quarta maior economia do mundo, há décadas que ele vem apresentando sinais

de esgotamento, seja pelo crescente endividamento público e privado⁸, o baixo crescimento econômico⁹, a elevação da pobreza relativa¹⁰, etc., seja pelo padrão de produção e consumo baseado na cultura do descartável.

Assim, estes discursos naturalizam as desigualdades sociais que só podem ser, no máximo, reduzidas (**SD16**), aperfeiçoadas (a gente precisa trabalhar nessa que a gente tem – **SD18**) e retomam a Formação Discursiva Neoliberal do “cada um faça a sua parte” ao focarem na solução individual como alternativa: “[...] Acredito no potencial das pessoas de mudarem o espaço em que vivem, a sociedade em que vivem, mas que essa mudança não vai além dos muros do capitalismo” (**SD17**). E nesse movimento, como observa Cavalcante (2007, p. 90): “a transmutação de algo criado pelo homem em algo natural retira do ser humano a crença na possibilidade de transformação”.

Ainda sobre os enunciados anteriores, um fator curioso é que em dois deles (**SD16** e **SD18**) a superação da sociedade capitalista representaria um retorno, um voltar no tempo (sinalizando atraso), e não, um ir além. E, justamente por isso, seria tão difícil a superação de um sistema cuja marca não é as mazelas que criticam, e sim, o progresso econômico e o avanço tecnológico que parece ser propriedade do capitalismo, e não, resultado do trabalho humano por este explorado. Com isso, fica implícita a ideia de que o capitalismo é o fim da história, entendendo-se aqui por implícito aquilo que, embora não seja dito de forma direta e clara pelo locutor, é detectável pelos rastros deixados no dizer.

⁸ BBC Brasil. Dívida de países atinge US\$ 199 trilhões e ameaça economia global. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150212_relatorio_mckinsey_ru. Acesso em: 26 jun. 2015.

⁹ Portal G1. Japão sai da recessão, mas crescimento fica abaixo do esperado. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/02/japao-sai-da-recessao-mas-crescimento-fica-abaixo-do-esperado.html>. Acesso em: 26 jun. 2015.

¹⁰ BBC Brasil. Número de pobres no Japão cresce... Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141111_pobreza_japao_et_pai. Acesso em: 26 jun. 2015.

Assim, como observa Cavalcante (2007, p.78): “[...] embora remeta ao dito, mantendo com ele uma relação de dependência para significar, o implícito é de responsabilidade do interlocutor, pois é trabalho de interpretação”.

Já para outros professores, a insuperabilidade do capitalismo não se apresenta como algo sobre o qual estejam tão convictos, conforme vimos ao analisar os discursos materializados nos enunciados anteriores.

[SD19] Olha, quem vem de Cuba pra cá não conta boas histórias. Não sei se o *capitalismo*... Claro, a gente sabe que *está em crise*... Não sei se pode levantar outro sistema. Com certeza, há de se levantar outros sistema porque *se não se levanta outro sistema pode vir o caos*. Tememos esta questão. Por que nenhum sistema nem outro até então provou que é capaz (PROFESSOR/A AE, grifos nossos).

[SD20] O capitalismo é um sistema extremamente inteligente. [...] *A queda dos outros sistemas sociais ela aconteceu porque esses sistemas eram inflexíveis à mudança*. Já o *capitalismo* está *automaticamente* o tempo todo *se modificando para se adaptar a uma realidade*. Se você me perguntar se o capitalismo de hoje é o mesmo que a gente via há 30 anos atrás ele é totalmente diferente. *Ele tem uma roupagem diferente, mas em linhas gerais o que continua é a exploração do trabalhador*. [...] Mas eu acredito que é possível uma criação como essa, uma mudança social como essa, mas que eu, nem você, nem meu filho, nem meu neto vai ver (PROFESSOR/A RF, grifos nossos).

[SD21] *É muito difícil* você pensar nesse futuro *se apenas uma parcela dessa sociedade está tornando-se cidadão crítico e reflexivo, capaz de lutar pelos direitos*, capaz de se inserir como cidadão crítico, de refletir sobre os seus atos e suas ações e a outra parcela não está nem um pouco preocupada. Entende-se ainda que dentro das escolas não são todos os professores (com relação a disciplina Sociologia) preocupados em fazer uma compreensão mais direta, tentando ministrar de forma clara os conteúdos e tentando fazer esse molde (PROFESSOR/A DS, grifos nossos).

Estes docentes estabelecem uma conexão direta entre o capitalismo e as mazelas vivenciadas na vida social e no mundo do trabalho, embora seus discursos oscilem entre a vontade da mudança e a falta de clareza teórico-ideológica acerca dos rumos dessa mudança, seja porque o que conhecem como alternativa (o chamado “socialismo real”) não lhes parece representar o desejado (**SD19**), seja porque o próprio capitalismo tem a capacidade de se renovar constantemente (**SD20**), seja ainda porque esta mudança dependeria de uma consciência social e cidadã que não se tem.

Conforme pode-se ler na **SD19**, a insatisfação para com as duas alternativas historicamente conhecidas faz com que o/a docente fique desnortado/a acerca dos rumos societários a seguir, o que se configura em algo bastante comum após a queda do muro de Berlim, em 1989, e o triunfo do neoliberalismo, acontecimentos históricos que contribuíram fortemente para a disseminação do chamado “pensamento único” e para o fortalecimento da ideologia neoliberal, alicerçada na defesa da falta de alternativas ou, no máximo, na crença em alternativas desvinculadas do pensamento marxista.

Algo parecido se pode ver no enunciado da **SD20**, quando o/a docente, além de comparar o capitalismo com os regimes representantes do chamado “socialismo real”, responsabiliza a queda destes últimos pela inflexibilidade à mudança, uma explicação que se alinha mais com as informações midiaticamente divulgadas acerca destes regimes do que com análises mais sérias acerca do funcionamento dos mesmos. Mas chama a atenção o fato de que, ao final do enunciado, o/a docente declara acreditar na possibilidade de uma nova sociedade (uma criação como essa, uma mudança social como essa), embora não deixe claro que criação nova seria essa. No entanto, em uma análise de conjunto, pensamos ser possível identificar esta nova sociedade, visto que, como ele/a

destaca em outro momento, citando um trecho de um pensamento de Mahatma Gandhi com o qual diz se identificar e colocar como guia de ação:

Não posso antever o dia em que não existam ricos e pobres em uma sociedade. Mas posso imaginar o dia onde os ricos deixarão de enriquecer as custas dos pobres e os pobres deixarão de invejar os ricos. Mesmo no mais perfeito mundo imaginável é impossível evitar desigualdades, mas podemos e devemos evitar conflitos e amarguras (GANDHI apud PROFESSOR/A RF, grifos nossos).

Assim, como se pode ver, esta nova sociedade não se identifica com o socialismo nem com o comunismo, visto que as desigualdades sociais são naturalizadas, a crítica aos ricos é caracterizada como inveja e os conflitos podem ser evitados. Esta criação nova, portanto, longe de representar uma mudança na estrutura socioprodutiva alicerçada na propriedade privada dos meios fundamentais de produção, na existência de classes sociais e na consequente exploração do trabalho (PAULO NETTO, 2007; TONET; NASCIMENTO, 2009), representa uma mudança subjetiva, uma tomada de consciência, quase uma conversão religiosa que, ao operar-se, seria capaz de criar um “novo” mundo no qual as desigualdades têm o poder mágico de existirem sem que haja conflitos e amarguras.

Já na **SD21**, o discurso materializado dialoga com a desculpa popular do “se todos fizessem”, o que coloca a possibilidade de uma sociedade também no âmbito do espontaneísmo, da boa vontade. Claro que, como já observamos em outros momentos, não se pode ignorar o papel imprescindível da subjetividade na operacionalização de qualquer mudança, sobretudo, deste nível. No entanto, o que chama a atenção, tanto neste enunciado, como também, em outros, é a centralização das atitudes e comportamentos individuais na realização da mudança, retomando o idealismo popular de que “a mudança começa dentro de cada um de nós”.

Também aqui, como nos momentos anteriores, não é possível afirmar a existência de qualquer diferença substancial entre os discursos dos professores comparando-se variáveis como formação, tempo de magistério, tempo lecionando a disciplina, vínculo empregatício ou condições de trabalho, o que, mais uma vez, reforça a tese de que, embora o grupo pesquisado seja heterogêneo, em muitas dessas questões, seus discursos dialogam e identificam-se ideologicamente.

Considerações finais

Neste trabalho, ao analisarmos o discurso dos professores que lecionam Sociologia no Sertão Alagoano acerca da “formação de estudantes para o exercício da cidadania” e a relação entre esta e a disciplina que lecionam, mostramos que o discurso destes sujeitos retomam a perspectiva defendida pelo discurso educacional oficial de defesa da ordem social vigente como a única alternativa societária viável – mesmo que carente de aperfeiçoamento.

Ao defender que a cidadania deve e pode ser “exercida” no interior da ordem social vigente, e que a Sociologia é um instrumento indispensável para tal, o discurso dos professores mistifica a realidade, ocultando o fato de que para se exercitar, praticar, por algo em movimento, é preciso já tê-lo. E como sabemos, faltam condições básicas para tal exercício, as quais estão ausentes não por mero desvio de percurso, mas porque são incompatíveis com o projeto de sociedade em desenvolvimento que o presente discurso busca, no máximo, aperfeiçoar, uma vez que nele é possível conciliar a condição de cidadão com o status de dominado, miserável, despossuído.

Deste modo, ressalvadas as diferenças, os discursos materializados nas sequências analisadas não apontam para o rompimento com o capitalismo, e sim,

Ensino de Sociologia para o exercício da cidadania: Uma relação comprometida com a ordem social vigente
Valci Melo

articulam-se ora com a perspectiva neoliberal de que é impossível ir além da ordem social vigente, ora com o pensamento socialdemocrata de que mudanças pontuais e por dentro da ordem controlarão o capitalismo e o transformarão em algo novo.

Em ambas as perspectivas, a subjetividade ocupa um lugar central no processo de mudança social e, justamente por isso, a atividade educativa escolarizada é tão requerida e destacada como instrumento principal na construção de uma sociedade dita melhor.

E é, pois, neste particular que precisamos ficar atentos à ideologia dominante e seus efeitos discursivos em torno da ideia de educação como a porta para a mudança social, para a construção de um mundo melhor, e da cidadania como horizonte societário em torno do qual a prática educativa, e no caso específico em estudo, o ensino de Sociologia, deve articular-se. Isto porque, buscando produzir efeitos discursivos de consenso (já que a atividade educativa tem importância reconhecida por “todos” e seu papel no processo de reprodução social parece inegável), a disseminação da educação como responsável pela mudança social camufla as desiguais condições sobre as quais se dá a prática educativa, bem como, interdita a Formação Discursiva Revolucionária, segundo a qual não pode haver mudança substantiva sem a alteração das relações socioprodutivas de dominação sob as quais a sociedade capitalista está alicerçada.

Como já destacamos em outro momento deste texto, reafirmamos que não estamos aqui argumentando em favor de que o ensino de Sociologia deveria estar diretamente voltado a uma revolução socialista, mesmo porque não defendemos ser este o objetivo de uma disciplina escolar nem acreditamos ser a escola uma instituição revolucionária.

Ensino de Sociologia para o exercício da cidadania: Uma relação comprometida com a ordem social vigente
Valci Melo

Também não estamos fazendo aqui qualquer juízo de valor acerca da forma como os professores do Sertão Alagoano lidam com a referida disciplina a ponto de precisarmos propor o que julgaríamos ser a maneira adequada de conduzir a reflexão sociológica em sala de aula. Pelo contrário, o que procuramos fazer ao longo de nossa pesquisa foi descrever e analisar o discurso dos docentes sobre a relação entre ensino de Sociologia e exercício da cidadania, mostrando que, nessa vinculação, a cidadania aparece não apenas como meio para a construção de uma sociedade melhor, mas também como o horizonte societário máximo a ser alcançado.

É, pois, justamente nesse ponto que reside a nossa crítica, a saber: se é a desnaturalização da realidade social a razão de ser do ensino de Sociologia, como é colocado oficial e sabiamente pelas OCEM-Sociologia (BRASIL, 2006) e amplamente defendido pelos cientistas sociais, por que o capitalismo, que é uma criação histórico-social, aparece no discurso dos professores que lidam com a disciplina como, no máximo, passível de aperfeiçoamento? Em nosso entender, sendo uma disciplina que se propõe a desnaturalizar a realidade social, o não reconhecimento da possibilidade de ir além do capitalismo (o que, mais uma vez reafirmamos, não quer dizer a necessidade de defender o comunismo) é uma contradição em termos, pois acaba legitimando como natural algo que é historicamente construído e, portanto, passível de superação.

Por fim, destacamos que a consideração destes aspectos na lida com a disciplina Sociologia parece-nos indispensável para que o ensino das Ciências Sociais no âmbito do Ensino Médio extrapole, de fato, como dizem os professores pesquisados, o senso comum e supere a superficialidade das aparências, contribuindo para a formação de um pensamento verdadeiramente crítico. Pois, embora concordemos com Moraes (2014) que a criticidade teórico-analítica não constitui propriedade privada do marxismo, não podemos

Ensino de Sociologia para o exercício da cidadania: Uma relação
comprometida com a ordem social vigente
Valci Melo

deixar de ressaltar que, a nosso ver, é no interior do materialismo histórico-dialético que a preocupação com a criticidade analítica ganha radicalidade, isto é, busca ir à raiz, aos fundamentos da vida social e dos seus desdobramentos, representando, por isso, o padrão mais elevado de conhecimento acerca do mundo dos homens e, justamente por isso, maiores possibilidades de transformação deste.

Referências

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008 (tradução: Reynaldo Bairão).

BRASIL. **Constituição política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 06 fev. 2015.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 de dezembro de 1961.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau e, dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 de agosto de 1971.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

_____. **Orientações curriculares para o Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC, 2006.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira**: o simulacro de um discurso modernizador. Maceió: Edefal, 2007.

_____. A Análise do discurso e sua interface com o materialismo histórico. In: ZANDWAIS, Ana (org.). **História das ideias**: diálogos entre linguagem, cultura e história. Passo Fundo. Ed. Universidade de Passo, 2012.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

Ensino de Sociologia para o exercício da cidadania: Uma relação comprometida com a ordem social vigente
Valci Melo

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo, SP: Loyola, 2005 (Tradução de Silvana Cobucci Leite).

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação nas constituições brasileiras. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 (vol. 3).

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, Alejandro (org.). **La cultura em las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. 3. Ed. rev. e corrigida. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, Fabiana Conceição Ferreira de. **A sociologia no ensino médio e sua articulação com as concepções de cidadania dos professores**. 2012. 130f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013 (tradução: Ivo Tonet e Nélio Schneider).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MELO, Kátia. **Discurso, consenso e conflito**: a (re)significação da profissão docente no Brasil. Maceió: EDUFAL, 2011.

MELO, Valci. (Im)possibilidades da prática político-pedagógica desenvolvida no seio do associativismo civil contemporâneo. **Café com Sociologia**, v. 3, n. 2, p. 62-81, maio 2014.

_____.; FERREIRA, Vanessa do Rêgo. A presença/ausência da (Nova) Sociologia da Educação nas dissertações sobre o ensino de Sociologia na Educação Básica. **Holos**, Natal, v. 6, p. 145-160, 2015. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2373/pdf_133. Acesso em: 18 fev. 2015.

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**: a dialética da estrutura e da história. São Paulo: Boitempo, 2011 (Tradução de Rogério Bettoni, vol. 2).

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da sociologia no Brasil**: os primeiros manuais e cursos. 2000. [s.n]. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2000.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Amaury César. Ciência e ideologia na prática dos professores de sociologia no Ensino Médio: da neutralidade impossível ao engajamento indesejável, ou seria o inverso? **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 17-38, jan./mar. 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 31 jan. 2014.

MORAES, Luiz Fernando Nunes. **Da Sociologia cidadã à cidadania sociológica**: as tensões e disputas na construção dos significados de cidadania e do ensino de sociologia, 2009. 240 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2009.

MOTA, Kelly Cristine Côrrea da Silva. **Os lugares da Sociologia na educação escolar de jovens do ensino médio**: formação ou exclusão da cidadania e da crítica? 2003. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2003.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PAULO NETTO, José. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 19, jan.-jun 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995 (Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al.).

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 (Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi).

Ensino de Sociologia para o exercício da cidadania: Uma relação comprometida com a ordem social vigente
Valci Melo

SARANDY, Flávio Marcos Silva. **A Sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de Sociologia para o ensino médio no Brasil**. 2004. 142 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. Manifestos, resoluções e o peso da lei: o discurso sobre a obrigatoriedade do ensino de Sociologia. In: OLIVEIRA, Dijaci David de et al. (org.). **Ensino de Sociologia: currículo, metodologia e formação de professores**. Goiânia:UFG/FUNAPE, 2011.

SOUZA, Davisson Charles Cangussu. O ensino de sociologia e a pedagogia histórico-crítica: uma análise dos fundamentos teórico-metodológicos das propostas atuais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 51, p. 122-138, jun. 2013.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

_____. **Educação contra o capital**. Maceió, Edufal, 2007.

_____.; NASCIMENTO, Adriano. **Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política**. São Paulo, Alfa/Omega, 2009.

Resumo:

Ensino de sociologia para o exercício da cidadania: Uma relação comprometida com a ordem social vigente

O artigo analisa o discurso de professores de Sociologia acerca da formação de estudantes para o exercício da cidadania e do lugar da referida disciplina neste processo. O estudo se deu a partir da Análise do Discurso filiada ao filósofo francês Michel Pêcheux (1938-1983) e fez uso de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários junto a 10 professores que lecionam Sociologia no Sertão Alagoano. Ao longo do texto, demonstra-se que a relação entre o ensino de Sociologia e o discurso de “preparação para o exercício da cidadania” é vista pelos docentes como algo não exclusivo, porém, como uma relação profunda, fundamental e politizadora. Por fim, conclui-se que o discurso dos professores articula-se mais com o aperfeiçoamento da ordem social vigente do que com a superação radical da forma de sociabilidade capitalista.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Cidadania. Emancipação humana.

Abstract:

Teaching of sociology for exercise of the citizenship: a relationship committed with the order social current

Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

Ensino de Sociologia para o exercício da cidadania: Uma relação
comprometida com a ordem social vigente
Valci Melo

The article analyzes the discourse of teachers of Sociology about the training of students for citizenship and the role of the said discipline in this process. The study gave framework of Discourse Analysis affiliated with the French philosopher Michel Pêcheux (1938-1983) and was done through semi-structured interviews and questionnaires carried out with 10 teachers of Sociology in the Hinterland Alagoas. Throughout the text, it is shown that the relationship between the teaching of Sociology and discourse of "preparation for exercise of the citizenship" is seen by teachers as something not unique of Sociology, however, as a deep, fundamental and politicizing relationship. Finally, it is concluded that the teachers' discourse is articulated more with the improvement of social order current than with the radical overcoming the capitalist form of sociability.

Keywords: Teaching of Sociology. Citizenship. Human emancipation.